

PRÁTICAS AMBIENTAIS E  
REDES SOCIAIS EM  
RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS:  
UM ESTUDO INTERDISCIPLINAR

Jane M. Mazzarino  
Org.



**PRÁTICAS AMBIENTAIS E  
REDES SOCIAIS EM RESÍDUOS  
SÓLIDOS DOMÉSTICOS:  
UM ESTUDO  
INTERDISCIPLINAR**



**Centro Universitário UNIVATES**

Reitor: Prof. Ms. Ney José Lazzari

Pró-Reitor da Propex: Prof. Ms. Carlos Cândido da Silva Cyrne

Pró-Reitora de Ensino: Profa. Ms. Luciana Carvalho Fernandes

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Prof. Ms. João Carlos Britto

Pró-Reitor Administrativo: Prof. Ms. Oto Roberto Moerschbaecher



Coordenação e Revisão Final: Ivete Maria Hammes

Editoração: Bruno Henrique Braun e Marlon Alceu Cristófoli

Revisão Linguística: Veranice Zen

Revisão bibliográfica: Maristela Hilgemann Mendel e Carla Barzotto

**Conselho Editorial da Univates Editora**

**Titulares**

Beatris Francisca Chemin

Ieda Maria Giongo

Samuel Martim de Conto

Simone Morelo Dal Bosco

**Suplentes**

Silvana Rossetti Faleiro

Augusto Alves

Ari Künzel

Luís César de Castro

Avelino Tallini, 171 - Bairro Universitário - Cx. Postal 155 - CEP 95900-000,

Lajeado - RS, Brasil Fone: (51) 3714-7024 / Fone/Fax: (51) 3714-7000

E-mail [editora@univates.br](mailto:editora@univates.br) / <http://www.univates.br/editora>

**Jane Márcia Mazzarino**

Organizadora

**PRÁTICAS AMBIENTAIS E REDES  
SOCIAIS EM RESÍDUOS SÓLIDOS  
DOMÉSTICOS: UM ESTUDO  
INTERDISCIPLINAR**

1ª edição

 EDITORA  
**UNIVATES**

**Lajeado, 2013**

---

P912

Práticas ambientais e redes sociais em resíduos sólidos domésticos: um estudo interdisciplinar / Organizadora Jane Márcia Mazzarino - Lajeado: Ed. da Univates, 2013.

217 p.

ISBN 978-85-8167-046-1

1. Resíduos sólidos domésticos – Redes sociais. 2. Resíduos sólidos domésticos – Vale do Taquari. 3. Resíduos sólidos domésticos – Aspectos sociais. I. Título

CDU: 628.4.032:504.03(816.5Vale do Taquari)

---

Ficha catalográfica elaborada por à confirmar

**As opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).**

© Autores.

## SUMÁRIO

**PREFÁCIO..... 8**

**APRESENTAÇÃO ..... 11**

**ASPECTOS ARQUEO-HISTÓRICOS DE ÁREAS DE DESCARTE  
DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO VALE DO TAQUARI,  
RIO GRANDE DO SUL, BRASIL ..... 14**

*Dra. Neli Galarce Machado, Dr. André Jasper, Ms. Marcos Rogério Kreutz,  
Diéfersom André Fernandes, Diego Antônio Ghenó*

**PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS SOBRE MEIO AMBIENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA  
ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... 39**

*Dra. Jane M. Mazzarino, Dr. Valdir José Morigi, Cristine Kaufmann,  
Diéfersom André Fernandes*

**A MEDIAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO SABER  
AMBIENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E REPRESENTAÇÕES..... 55**

*Dr. Valdir José Morigi, Ms. Vera T. S. Costa, Cristine Kaufmann*

**COTIDIANO, CONSUMO E PRÁTICAS AMBIENTAIS NA  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ..... 73**

*Dra. Jane M. Mazzarino, Dr. Valdir José Morigi, Alessandra M. de Brito Farias,  
Cristine Kaufmann, Diéfersom André Fernandes*

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE TEMAS AMBIENTAIS:  
PISTAS PARA AMPLIAR A INSERÇÃO DOS MORADORES NA  
POLÍTICA PÚBLICA DE COLETA SELETIVA ..... 89**

*Dra. Jane M. Mazzarino, Ms. Cristiane Musa, Michele Schmitz, Tiago Feldkircher*

**CARACTERIZAÇÕES DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE ESTRELA EM DIFERENTES ESTAÇÕES DO ANO DE 2008 ..... 108**

*Dr. Odorico Konrad, Dra. Jane M. Mazzarino, Michele Schmitz, Tiago Feldkircher*

**REPRESENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO TRABALHO DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO BRASIL: QUAL CIDADANIA? ..... 117**

*Dra. Jane M. Mazzarino, Ms. Shirlei Inês Mendes da Silva, Cristine Kaufmann, Diéferson André Fernandes, Tiago Feldkircher*

**VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO COMPARATIVO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ESTRELA/RS..... 139**

*Ms. Hélio Miguel Schauren Junior, Dra. Jane M. Mazzarino*

**O DISCURSO AMBIENTAL DA MÍDIA IMPRESSA DE ESTRELA - RS E A FORMAÇÃO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIOS..... 160**

*Dra. Jane M. Mazzarino, Cristine Kaufmann*

**O TRATAMENTO JURÍDICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO VALE DO TAQUARI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO PREDOMINANTEMENTE URBANA ..... 173**

*Tatiele Gisch Kuntz, Ms. Luciana Turatti, Dra. Jane M. Mazzarino*

**GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS: ESTUDO DE CASO EM ESTRELA-RS..... 199**

*Dra. Jane M. Mazzarino, Dr. Odorico Konrad, Ms. Shirlei M. da Silva, Ms. Luciana Turatti, Ms. Laerson Bruxel*

## PREFÁCIO

A nossa relação com o lixo (peço desculpas aos especialistas da área por usar este termo popular ao invés do correto “resíduo sólido”) tem sido bastante controversa desde que nos entendemos por humanidade. Às vezes me pergunto se, no início dos tempos, os primeiros humanos realmente se deram conta do que era o lixo e das dimensões do problema que a nossa desconsideração com ele chegaria a gerar na atualidade. Será que os cavaleiros da Idade Média pensaram, alguma vez, sobre onde seria depositada aquela sua armadura velha e enferrujada que não servia mais para os famosos embates hollywoodianos que habitam a nossa imaginação? Esteve o operário da indústria têxtil que passou pela Revolução Industrial preocupado com as sobras desse elemento crucial na construção do que chamamos de “Mundo Moderno”? E os combatentes das grandes guerras, do passado e atuais, pararam para refletir sobre o destino (adequado ou não) das cápsulas deflagradas? E, finalmente, nós, hoje, temos clareza absoluta de que aquilo que chamamos de lixo pode ser realmente “dispensado como lixo”, ou seria a denominação “resíduo sólido” um chamado a uma maior atenção a esses materiais?

Apesar de não ser essa a sua intenção inicial e principal, o livro *Práticas Ambientais e Redes Sociais...* (abreviação carinhosa de quem reconhece um trabalho bem feito) ajuda a responder, ao menos em parte, essas perguntas. Por meio de seus ensaios, os autores, integrantes de um grupo interdisciplinar e coeso de pesquisa e reflexão, permitem que vislumbremos diferentes facetas desta “questão socioambiental”. A análise, que parte da discussão sobre o que era lixo no Vale do Taquari quando da sua ocupação por povos pré-colombianos, passa pelas concepções de despojos dos colonizadores europeus e culmina na atualidade, demonstrando o que hoje compõe o nosso “legado para gerações futuras” e as ferramentas sociais ligadas à sua gestão, é, no mínimo, instigadora.

Ao amadurecermos a nossa relação com o lixo, iniciando por deixar de considerá-lo como tal, começamos a compreender que se torna absurda a ideia de “jogar algo fora”, ainda mais em um período da história da humanidade em que as necessidades básicas de muitos indivíduos são sofrivelmente atendidas. A concepção de que algo para nada mais serve deve ser abandonada a partir do momento que em que compreendemos os ciclos ambientais e a conexão das nossas ações com cada um deles.

Nesse contexto, como muito bem destacam os autores deste livro, a necessidade de mudar nossa atitude em relação ao que já não tem mais utilidade torna-se fundamental. Novamente surgem perguntas:

Estamos produzindo “coisas desnecessárias” em excesso? (**Reduzir**)

Essas “coisas” são realmente desnecessárias, ou poderiam apresentar ainda alguma utilidade, mesmo que não aquela para a qual foram concebidas originalmente? (**Reaproveitar**)

O subsolo, destino degradante daquilo que já não está vivo, é o melhor para as nossas sobras, ou a sua reintegração harmônica aos ciclos ambientais pode ser uma opção? (**Reciclar**).

Acredito que a máxima ecológica “conhecer para preservar” não se aplica apenas ao ambiente em seu estado natural. Conhecer os problemas ambientais também nos ajuda a gerenciá-los melhor. Conhecer o nosso lixo é fundamental para que tenhamos atitudes construtivas em relação ao problema. Conhecer o nosso lixo permitir-nos-á entender que a aplicação dos “três Rs” é condição fundamental à construção de uma sociedade viável e sustentável.

Além disso, o reconhecimento de que há ações em andamento que encaram o lixo de forma séria e analisam o seu impacto econômico, social, ambiental e, arrisco-me dizer, político é também uma forma de contribuir para a minimização dos seus efeitos negativos. Se as experiências demonstradas não são o suficiente para a construção de uma atitude ambiental, a legislação vigente deveria ser, bastando o seu conhecimento para gerar aos menos um pouco de preocupação àqueles que não a obedecem.

A análise técnico-científica que é feita pelos autores de *Práticas Ambientais e Redes Sociais...*, seguindo o tema central “resíduos sólidos” e conduzida de forma singular pela organizadora, permite que o leitor tenha embasamento teórico para conhecer parte da realidade ligada ao tema e possa, a partir daí, construir a sua concepção em relação ao problema que representa (e representará) a conduta inadequada da sociedade em relação ao lixo.

A partir de trabalhos como este, a espécie humana, uma espécie social (sentido antropológico) que baseia a sua estrutura nas relações, pode começar a questionar a sua relação com o lixo, a qual pode ter os mais variados enfoques, desde desprezo até fonte de renda.

A compreensão, cientificamente embasada, dos conceitos ligados àquilo que pensamos, fazemos e, principalmente, deixamos de fazer em relação ao lixo, é, portanto, o início do processo de consolidação da fase histórica da humanidade em que, além de participar como coadjuvante (como fizeram os primeiros humanos, os cavaleiros da Idade Média, os operários da Revolução Industrial e os combatentes das grandes e pequenas guerras), somos atores das mudanças.

Como referem Groom e colaboradores<sup>1</sup>, ao abordar os princípios da Biologia da Conservação, o homem não pode mais ter uma visão ego(antropo)cêntrica do meio,

---

1 Em seu livro *Principles of Conservation Biology*, 3ª Edição, Groom MJ; Meffe Gary K; Carroll CR. 2006. Sinauer Associates, 793 pág. ilustr.

na qual se considera uma espécie superior e predestinada. A presença humana é um elemento integrante do ambiente, o qual está sujeito às suas interações, assim como qualquer outra espécie. Todavia, apesar de nossa pequenez ecológico-evolutiva, temos uma responsabilidade maior para com a conservação (ou degradação), justamente por sermos racionais e sociais, sendo, portanto, capazes de “conhecer e preservar”.

O que está por vir nas próximas páginas, além de uma documentação e prestação de contas sobre o que se faz entre os “muros da academia”, é um relato muito bem elaborado da realidade do lixo na região do Vale do Taquari, que visa, também, a suprir parte da nossa deficiência no processo “conhecer e preservar”.

São obras como esta que nos auxiliam a confrontar nossa “consciência” com a nossa “atitude”.



*Prof. Dr. André Jasper*  
*Especialista em Evolução de Biomassas Terrestres*

## APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado do trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa *Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos urbanos no Vale do Taquari-RS*, atrelado ao Programa de Pós Graduação Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD do Centro Universitário UNIVATES.

O projeto de pesquisa debruçou-se sobre as interações sociais entre os atores dos diversos campos que constituem as redes sociais no que denominamos campo ambiental, mediadas pela problemática dos resíduos sólidos domésticos. Investigar como se dá este processo comunicacional em relação às lógicas de consumo e descarte de materiais constitui-se aspecto determinante para compreender as práticas culturais dos atores em relação a um tema extremamente preocupante no cotidiano de todas as sociedades do planeta.

Daí a necessidade de uma abordagem teórico-metodológica que contemple a complexidade desta(s) realidade(s) social(is), investigando as várias dimensões do saber ambiental, movimentadas nos discursos e práticas dos atores de diferentes campos sociais (dimensões cultural, política, histórica, ética, natural, econômica, social, científica, tecnológica, comunicacional-midiática). Para tal desafio, utilizamos metodologias quanti-qualitativas ao longo do processo de pesquisa, assim como da colaboração de diferentes áreas de saber.

Desde seu início, em março de 2007, participaram da equipe do projeto os seguintes pesquisadores: Dra. Jane M. Mazzarino (Comunicação), Dr. Odorico Konrad (Engenharia Ambiental), Dr. Valdir José Morigi (Sociologia), Dr. André Jasper (Biologia), Dra. Neli Teresinha Galarce Machado (História), Dr. Glauco Schultz (Sociologia), Dr. Dani Rudnicki, Ms. Shirlei Mendes da Silva (Ciências Políticas), Ms. Luciana Turatti (Direito), Ms. Laerson Bruxel; os alunos do PPGAD Hélio Schauern Júnior (Direito) e Alessandra M. de Brito Farias (Comunicação). Atuaram como bolsistas do projeto: Tiago Feldkircher (Engenharia Ambiental), Diefersom André Fernandes (História), Cristine Kaufmann (Comunicação), Michele Schmitz (Engenharia Ambiental), Tatiele G. Kuntz (Direito), Camila Casaril (Engenharia Ambiental), Ana Christina Majolo Alves de Oliveira (Direito), Áurea Cristina S. de Oliveira (Direito), Charline Renner (Direito) e Jaqueline Keil (Pedagogia). Atuam ou atuaram como voluntários: Cristiane Musa (Química), Elisangela Favaretto, Simone Jantsch (Comunicação), Estevão Polis (Engenharia Ambiental) e Jonas Bernardes Bica (Biologia). Portanto, é uma pesquisa interdisciplinar com certeza, e com todos os desafios que isso quer dizer!

Este projeto de pesquisa escolheu, entre os temas ambientais, os resíduos sólidos domésticos urbanos, por referir-se a um problema que atinge todos os cidadãos,

sem restrições. Entendemos que é preciso investigar a realidade para planejar ações de gestão dos resíduos sólidos domésticos, a fim de qualificar o processo da coleta seletiva, onde há, e investigar possibilidades de ações a partir das redes sociais existentes ou possíveis. Portanto, este projeto nasce comprometido com a busca de soluções para problemas socioambientais, contribuindo para o desenvolvimento regional e institucional, com impacto social e econômico.

O objetivo geral da pesquisa é compreender a rede social organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos, identificando-os e caracterizando-os, assim como as práticas culturais dos envolvidos, a fim de contribuir para qualificar os processos de gestão de coleta seletiva.

Os objetivos específicos que resultaram resultando nos artigos que compõem este livro são: a) identificar atores dos diferentes campos sociais envolvidos na rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos; b) diagnosticar hábitos de consumo no cotidiano doméstico e o destino dos resíduos sólidos gerados pelos indivíduos; c) caracterizar os resíduos que chegam ao setor de triagem e as condições em que se encontram; d) analisar o processo de construção de sentido pelos atores dos diferentes campos sociais em relação às questões ambientais e, especificamente, em relação aos resíduos sólidos domésticos; e) compreender como os diferentes atores dos campos sociais que atuam no campo ambiental movimentam as dimensões do saber ambiental; f) investigar estratégias de ações de comunicação para a educação ambiental que possam sensibilizar os atores dos campos sociais envolvidos na pesquisa para práticas culturais sustentáveis no seu cotidiano, considerando as especificidades nas formas de movimentar as diferentes dimensões do saber ambiental nos diversos contextos.

Temos observado que a circulação das informações ambientais não é organizada de forma estratégica para a transformação efetiva na prática cotidiana dos cidadãos. Entendemos que o uso de informação de forma planejada, a partir da compreensão de como os diferentes atores sociais interagem com a problemática ambiental, pode levar à construção de bases teórico-metodológicas que contribuirão para uma ação reflexiva da sociedade para o exercício da sustentabilidade das ações cotidianas.

A escolha dos municípios contemplados na pesquisa se deu a partir da análise de dados secundários sobre o tema no Vale do Taquari, região centro-leste do Rio Grande do Sul, que tem como município-polo Lajeado, localizado a cerca de 100 quilômetros de Porto Alegre. Conforme dados do IBGE (2007), sua população é de 316.325 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) médio da região é de 0,73, enquanto a média geral do Rio Grande do Sul é 0,76, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2006).<sup>1</sup>

---

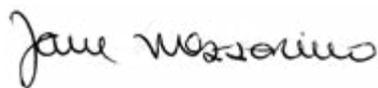
<sup>1</sup> Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), “o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. [...] O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800)” (FEE, 2008). Dados sobre a região e específicos dos municípios tendem a se repetir nos artigos. Decidiu-se manter este formato para que os artigos disponibilizem individualmente as características sobre o contexto estudado.

Uma coleta de dados exploratória realizada pelo grupo de pesquisa, entre abril e agosto de 2007, aponta que, dos 36 municípios da região, apenas 10 adotam a coleta seletiva, e investigação *in loco* nestes municípios detectou que há problemas em todo o processo. Após a pesquisa exploratória nos 36 municípios da região, realizamos uma coleta de dados semiaprofundada nos 10 que mantêm política de coleta seletiva, e decidimos aprofundar a coleta em dois deles, no que se constatou que o processo está mais completo, devido à diversidade de atores que envolve: Lajeado e Estrela. Este livro é o resultado do estudo aprofundado realizado em Estrela entre 2007 e 2009. O estudo em Lajeado está em fase final de coleta de dados e inicial de tratamento.

Como técnicas e procedimentos operacionais utilizamos observações, conversas informais, questionários estruturados, entrevistas semiestruturadas individuais, grupo focal, análise de documentos (planos municipais, relatórios, dados secundários, legislações etc.), pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo qualitativa, documentação fotográfica, caracterizações da composição gravimétrica dos resíduos - essas e outras estão especificadas em cada artigo.

A questão central que moveu este estudo foi: Quais redes sociais podem se organizar a partir das práticas dos atores sociais envolvidos na problemática dos resíduos sólidos domésticos urbanos - poderes públicos (Executivo, Legislativo, Judiciário), empresários, catadores, organizações sociais comunitárias e consumidores – considerando-se as representações sociais que constroem sobre esta questão ambiental? Cada grupo de pesquisadores envolvido em partes da pesquisa foi criando seus próprios questionamentos, o que resultou em artigos que juntos apontam possibilidades de compreensão desta rede social.

Trata-se de um trabalho inédito e uma oferta de sentidos nunca antes construída sobre a realidade regional dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari. Um pequeno “regalo” da Univates para a região (especialmente para os gestores públicos), de cada um dos pesquisadores que atuaram na pesquisa e daqueles que continuam. E este só foi possível devido à disponibilidade dos nossos informantes, aos quais agradecemos.



Dra. Jane M. Mazzarino  
Coordenadora do Grupo de Pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais

# ASPECTOS ARQUEO-HISTÓRICOS DE ÁREAS DE DESCARTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

*Dra. Neli Galarce Machado, Dr. André Jasper, Ms. Marcos Rogério Kreutz,  
Diéfersom André Fernandes, Diego Antônio Gheno*

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de apresentar dados sobre as pesquisas em áreas de descarte de resíduos sólidos domésticos e comerciais na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, a partir de um enfoque arqueológico. Para tanto, foram feitos registros fotográficos e descritivos de construções habitacionais e do ambiente no qual estas construções estão inseridas. Também foram realizadas conversas informais com os proprietários das áreas pesquisadas, estudos em lixeiras domésticas residenciais urbanas e lixeiras rurais comerciais, porões, sótãos, cozinhas externas e áreas de planícies. As áreas selecionadas são datadas entre os séculos V e XX e apresentam diferentes formas de registro da prática de descarte. O estudo deste comportamento em relação ao descarte de resíduos, elemento material da cultura humana, é considerado fonte de informação, pois reflete hábitos do cotidiano de grupos pretéritos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Áreas de descarte. Cultura material. Resíduos sólidos. Vale do Taquari.

## 1 INTRODUÇÃO

Elementos como festas, mitos, música, política, economia, cultura material, entre outros, estão presentes nas atividades humanas ou são consequências dessas. A História e a Arqueologia contribuem de forma a explicar determinados aspectos e fatores culturais que levam grupos sociais a agirem seguindo padrões culturais. Esses grupos devem ser inseridos em seu tempo e espaço. Com a percepção das ações e comportamentos materializados no ato de descartar, a História e a Arqueologia complementam-se em análises dos processos cotidianos, a partir do estudo da cultura material.

O pesquisador trabalha, muitas vezes, com os restos das atividades, com as sobras ou mesmo com o que era descartado pelas populações pretéritas, pré-coloniais e coloniais. Em suma, muitas vezes o historiador age como um 'catador de sobras' do passado, tendo que, a partir dessas, construir interpretações sobre os costumes,

crenças, práticas cotidianas e eventos. Os estudos arqueológicos, por sua vez, são a maior prova de que os resíduos deixados pela ação humana contribuem muito para o entendimento do grupo que os descartou. Segundo LIMA (1989), pode-se deduzir a feição socioeconômica de uma população por meio de seus dejetos. Dessa forma, a variabilidade dos refugos domésticos reflete, entre outros aspectos, diferenças entre classes sociais.

A heterogeneidade dos grupos humanos que ocuparam a região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul, ao longo do tempo, ainda carece de reflexões mais embasadas. Esses grupos humanos, sociedades pré-coloniais, africanos e europeus, cada um ao seu tempo e com condições materiais próprias, deixaram legados que documentam uma história ignorada por muitos e monopolizada por outros tantos. Dependendo do período e do grupo que desejamos historiar, o único registro capaz de subsidiar essa tarefa é o estudo da cultura material, bem como das marcas deixadas por essas populações no ambiente em que viviam.

Os grupos que habitaram a região do Vale do Taquari, no período sistematicamente denominado pré-história, são o exemplo mais gritante da impossibilidade de apreensão de seu cotidiano, a não ser por meio do legado patrimonial presente nos sítios arqueológicos espalhados por toda a região. A riqueza patrimonial da região não se resume à pré-história. Os acontecimentos mundiais e nacionais de diferentes períodos históricos, a partir do século XVIII, estão documentados nos sítios arqueológicos históricos pelos “casarões” do período da colonização portuguesa e pelas casas dos primeiros imigrantes oriundos da Alemanha e da Itália. Em muitos casos se faz necessário reconstituir a história de uma sociedade a partir de vestígios materiais, interpretados pela Arqueologia e pela História como cultura material.

O estudo das evidências arqueológicas provenientes de unidades domésticas tem se revelado uma fecunda via de pesquisa. Considerados como vestígios do comportamento humano do passado, assim como da contemporaneidade, os elementos materiais da cultura se apresentam como uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não pode ser distorcida segundo os interesses e valores das pessoas que as produziram, evidenciando, portanto, os aspectos não conscientes e reveladores das variadas estruturas de uma sociedade (LIMA, 1989).

SYMANSKI (1998), baseado em Spencer-Wood, citou algumas condições que podem influir no comportamento material dos ocupantes de uma casa, tais como: condição econômica, acesso ao mercado, etnicidade, composição do grupo doméstico e ciclo de vida dos indivíduos que o compõem. Nesse sentido, LIMA (1989) afirma que a arqueologia de espaços domésticos recupera registros das atividades cotidianas, rotineiras e anônimas de grupos humanos, contribuindo para o conhecimento de ações não conscientes, e, por isso, altamente reveladores da estrutura de uma sociedade.

Em relação ao consumo, com uma visão econômica, ORSER JR. (1992) escreve que os objetos podem ser comprados, usados, ou até mesmo mostrados como símbolos materiais para indicar a que grupo social uma pessoa pertence. Além

disso, a disponibilidade de mercadorias pode ser um fator de mudança social, ou contribuir para ela.

SYMANSKI (1998) escreve sobre a estrutura de comportamento de consumo, levando em conta determinadas variáveis socioculturais, no caso a variabilidade do *status* socioeconômico, as quais se manifestam no registro arqueológico. Dessa forma, o consumo pode ser definido como a participação de diferentes grupos sociais na expressão local de um sistema econômico nacional. Conforme SYMANSKI (1998), a aquisição dos itens materiais nas sociedades pré-industriais e industriais ocorre na maioria das vezes por meio do comércio. Vale lembrar que o indivíduo é influenciado pelo ambiente sociocultural no qual está inserido, o que faz do ato de consumir não somente um comportamento econômico, mas também social.

Dessa forma, os itens materiais atuam como indicadores da filiação social de seus usuários. Esse aspecto tem implicações significativas sob o ponto de vista de uma arqueologia dos grupos domésticos. Ao fazer parte de um grupo, definido por HENRY (1987) como uma coletividade, os membros compartilham crenças, valores, atitudes e padrões de comportamento, assim como dos símbolos que a representam.

## 2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS ÁREAS DA PESQUISA

Composta por uma população que se servia essencialmente do que a natureza provia, os grupos humanos que habitaram o Vale do Taquari adaptaram o seu dia-a-dia às condições climáticas e materiais de cada microregião. Na microregião de maior altitude, o patrimônio cultural atribuído aos grupos pré-históricos tem características que comprovam a influência do clima no seu cotidiano. As estruturas habitacionais que se situam em terrenos originalmente cobertos por matas de pinheiros-do-paraná, denominadas arqueologicamente como “casas subterrâneas” (KAMASE, 2005), são um exemplo do patrimônio cultural que documenta o modo de vida de grupos caçadores-coletores que adaptaram suas habitações ao clima da região em que viviam. Segundo KREUTZ (2008), essa microregião está inserida na Unidade Geomorfológica Serra Geral. Essa unidade geomorfológica desenvolve-se, segundo relatório técnico da MAGNA ENGENHARIA (1997, p. 41), sobre “rochas vulcânicas básicas em especial e mais restritamente em rochas ácidas da Fm.<sup>1</sup> Serra Geral, onde o entalhamento da drenagem foi capaz de seccionar as várias sequências de derrames, expondo as rochas basais e areníticas da Fm. Botucatu”.

O patrimônio cultural atribuído aos grupos caçadores-coletores não se restringe somente às suas habitações. Os objetos dos quais se valiam para realizar as atividades corriqueiras imanentes à sobrevivência são passíveis de serem encontrados, especialmente os que têm como matéria-prima o basalto e o arenito silicificado, recursos naturais dos quais se valiam para confeccionar instrumentos líticos.

---

<sup>1</sup> Formação Geológica.

Na microregião mais baixa e úmida do Vale do Taquari, caracterizada por “vastas superfícies planas, rampeadas, recobertas por colúvios, com dissecação incipiente e mapeadas como Superfícies Pediplanadas” (JUSTUS; MACHADO; FRANCO, 1986), temos os sítios atribuídos arqueologicamente às populações horticultoras-ceramistas, que habitaram essa região na pré-história. A cultura material desses grupos, além dos instrumentos líticos, é caracterizada principalmente por artefatos cerâmicos.

Antes de considerar o patrimônio histórico regional da época da colonização e da imigração em sua particularidade, faz-se necessária breve retomada histórica, para que a relação desse patrimônio local seja entendida como parte do processo nacional desencadeado a partir da relação de dois “mundos”, o europeu com o americano pré-colonial, os quais passaram a se fundir apesar da distância geográfica entre ambos.

Inicialmente território espanhol, o Rio Grande do Sul despertou o interesse português tardiamente, se tomarmos como parâmetro a colonização lusitana na costa brasileira. Segundo KUHN (2004, p.31), “o interesse português pelo Sul acentuou-se a partir do final do século XVI, em função do comércio platino, decorrente da fundação de Bueno Aires”. A colonização mais efetiva do Rio Grande do Sul, iniciada com a concessão de sesmarias no segundo quartel do século XVIII, visava a “implementar as condições para assegurar a Portugal as Campanhas do Sul” (SANTO, 2006, p.35). Esse projeto seria complementado somente a partir de 1750, com a imigração açoriana (SANTO, 2006). No Vale do Taquari, conforme CHRISTILLINO (2004), a primeira doação de sesmarias ocorreu na década de 1750, e viria a intensificar-se somente na década de 1760. Essa etapa da história regional está materializada nos “casarões” açorianos do Vale do Taquari. Como exemplo de edificação, do processo de colonização portuguesa na região em estudo, podem-se citar as ruínas da sede da Fazenda Pedreira, construída no século XVIII no atual município de Bom Retiro do Sul.

Outro processo histórico materializado no Patrimônio Cultural regional se refere à imigração alemã e italiana no século XIX. A imigração alemã no Vale do Taquari é desencadeada por ações que vão além das fronteiras regionais. Segundo CHRISTILLINO (2004), sua função era estabelecer pequenas propriedades para o abastecimento de gêneros alimentícios no mercado interno e nas bases militares. Com um pouco de ousadia, pode-se afirmar que a imigração germânica no Rio Grande do Sul se confunde com a incipiente identidade nacional. Se quisermos ousar ainda mais, pode-se dizer que a imigração colaborou sobremaneira para que o processo de re-colonização portuguesa não se efetivasse.

No que tange à imigração italiana, em um contexto nacional, há uma transição de um ciclo econômico. As lavouras de café do centro do país, com o advento de simpatizantes da república e da abolição da escravidão, deixaram gradativamente de ter mão-de-obra escrava, pois escravidão e ideais republicanos são fatores incongruentes. Os imigrantes italianos já se encontravam atuando em outros ramos laborais, porém, com a economia cafeeira recebendo nova “roupagem”. Esse tipo de imigração se intensificou. No Vale do Taquari, a chegada de imigrantes dessa etnia

se dá alguns anos depois da imigração alemã, sobretudo nas áreas de maior altitude e de relevo mais acidentado. Esses imigrantes seguem a configuração de pequenas propriedades, ou de colônias iniciadas, oficialmente em 1856, por imigrantes alemães na região de terras mais baixas. Esse processo histórico também se encontra representado nas casas dos primeiros imigrantes italianos, destacando-se, entre outras, as dos municípios de Nova Bréscia e Doutor Ricardo.

O Brasil, em 1822, reivindicou a sua desvinculação definitiva de Portugal tornando-se politicamente independente. Para que um país seja reconhecido como tal, as suas fronteiras políticas devem estar bem definidas, e seu exército já consolidado. No caso do Brasil, as fronteiras no extremo sul, zona de históricos conflitos, encontrava-se instável, sobretudo na região Cisplatina. Agregando a isso o fato de que as tropas portuguesas ainda se encontravam na Bahia, fica mais fácil de entender por que o governo brasileiro queria intensificar a povoação em determinadas regiões. A estratégia empreendida, nesse contexto, foi promover a imigração. Esse processo iniciou-se por meio do envio de emissários para o continente europeu, mais especificamente para a região que compreende a atual Alemanha, com a finalidade de propagandear sobre as condições oferecidas pelo Governo brasileiro em benefício daqueles que se dispusessem a enfrentar a estafante travessia.

O principal propagandista da imigração a serviço do governo brasileiro foi o Major Jorge Antônio Von Schaeffer. Oficialmente, Schaeffer fora à procura de colonos para povoar o sul do Brasil, mas a sua principal missão era recrutar soldados para o Corpo de Estrangeiros do governo brasileiro e, assim, solidificar a condição de nação no país que surgia. Dessa forma, começa o processo que vai fazer com que, a partir de julho de 1824, comece novo capítulo na história regional. Entre os anos de 1824 e 1830, entraram no Rio Grande do Sul cerca de 5.350 imigrantes alemães (AHLERT; GEDOZ, 2001).

Após o desafio da travessia, surgiam outros obstáculos para os recém-chegados. As condições climáticas e o tipo de matéria-prima de que dispunham na Europa eram muito diferentes das que encontraram no novo território. Esse talvez seja um dos principais fatores a ser percebido no seu legado em termos de Patrimônio Histórico Cultural expresso, sobretudo na arquitetura. Alguns estudos de profissionais dessa área contemplam essa situação:

Sua arquitetura mais conhecida é a de enxaimel, uma complicada palavra de origem moura, pela qual se entende uma estrutura de madeira cujos tramos são fechados com material pétreo ou terra apiloada. Inicialmente, foi mais frequente o uso da taipa, mas sua pouca resistência à água da chuva fez com que a vedação das paredes externas fosse substituída pela alvenaria de adobe, pedra ou tijolos. Com suas paredes caiadas e o madeiramento pintado de preto ou vermelho, essa arquitetura apresenta características ímpares e que deveriam ser mais bem exploradas por suas altas qualidades plásticas. Seus telhados, de ponto bem mais alto do que as construções de Taquari, remetem a um clima frio, onde os telhados ficam durante boa parte do ano cobertos de neve. O clima bem mais ameno de nossa terra fez com que o ponto se tornasse menos agudo e a cobertura fosse fechada com telha de madeira. Como estas apodreciam depois

de alguns anos de uso, foram, paulatinamente, sendo substituídas por telhas de zinco ou cerâmica, de modo que hoje é muito difícil encontrar qualquer resquício da forma original (WEIMER, 2000, p. 65).

Esse estilo arquitetônico, no entanto, foi apenas mais um entre os imigrantes alemães. WEIMER (2000) destaca ainda outro estilo construtivo que denota a capacidade de adaptação aos recursos naturais regionais:

Um tipo de casa menos vistosa e, por isso mesmo, menos conhecido, mas nem por isso menos importante, são as construções de alvenaria de pedra grés. A ambiguidade do emprego dessas duas formas de construção tem a sua explicação na evolução da arquitetura na Alemanha. Originalmente, as construções eram de enxaimel, que repousava sobre uma fundação contínua de pedra para evitar a umidificação da madeira (WEIMER, 2000, p. 65).

Não se pode dizer, portanto, que há um estilo totalmente transplantado da Europa. Além das adaptações arquitetônicas anteriormente arroladas, cabem mencionar algumas características que se repetem em determinadas estruturas das edificações. A ocorrência de porões relativamente amplos é um desses fatores. Além de contribuírem para o arejamento da madeira ampliando a sua vida útil, esses espaços são largamente utilizados para o descarte do que deixou de ter utilidade imediata. Com o passar dos anos, em algumas regiões, esses espaços foram usados como depósito de produtos com baixo grau de perecibilidade, tais como tramas e moirões para cercamentos. A ocorrência de fornos para assar pão e espaço para defumar linguiça também é bastante comum. No rol das ocorrências mais específicas está a construção de cisternas para o aproveitamento da água das chuvas. Normalmente situadas em um dos oitões das casas, a água escoava para dentro da cisterna por um sistema de calhas colocadas sob as goteiras dos telhados.

Em alguns casos as características arquitetônicas de muitas casas são alteradas, tornando inacessível parte considerável da história material específica de determinadas famílias e, por muitas vezes, de comunidades inteiras. Esse fenômeno se agrava a partir do avanço da urbanização e do conceito estético de beleza ditado pela economia capitalista, que cultiva a efemeridade dos estilos e tendências em nome da circulação de capital.

### 3 AS FONTES PARA A ANÁLISE

A cultura material, entendida como “las construcciones, útiles y otros artefactos que constituyen los restos tangibles de sociedades pasadas” (RENFREW; BAHN, 1998, p. 511), representa um momento do cotidiano da vida dos primeiros imigrantes europeus na região do Vale do Taquari no século XIX. A concretude da cultura material abriga, em um aparente paradoxo, uma pluralidade de interpretações capazes de referenciar vários momentos do cotidiano humano. A “evolução” do pensamento e os ajustes cotidianos demandados pelo ambiente e pelas condições climáticas, mesmo que a partir de interpretações particulares, estão expressas tanto nos objetos quanto nas edificações dos diferentes municípios da região. Essa forma

de pensar é uma das premissas da História Ambiental, que “trata do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 4). Segundo WORSTER (1991, p. 2), “seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, com o passar do tempo, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com quais resultados.”

Este estudo vai se ater aos materiais descartados nos espaços das casas utilizados para esse fim. A coleta de informações e registros fotográficos se efetivou nas saídas de campo. A abordagem, especificamente no caso das estruturas arquitetônicas históricas, se deu a partir de uma ficha elaborada em laboratório, no qual se registram as principais características da construção. Além dessas informações específicas da estrutura, levantaram-se dados históricos a partir da conversa com proprietários das áreas em estudo. O ambiente no qual as estruturas se inserem recebeu igual descrição. A coleta de dados incluiu registros fotográficos, que foram anexados às referidas fichas, que constam nesse levantamento patrimonial no Vale do Taquari/RS.

Ao longo dos estudos investigamos lixeiras domésticas residenciais urbanas, lixeiras rurais e lixeiras comerciais, porões, sótãos, cozinhas externas e áreas de planícies. Apesar de aparentemente simples, o registro dessas estruturas, bem como de seus anexos e entornos, é ponto de partida para elucubrações mais precisas a respeito da ocupação de grupos humanos no período pré-histórico, e histórico da região. Nesse sentido, os objetos encontrados nesses lugares adquirem *status* de cultura material, permitindo, a partir da decifração de seus signos, a leitura do cotidiano tanto dos grupos caçadores-coletores e horticultores-ceramistas quanto dos colonizadores portugueses e seus escravos, além dos imigrantes italianos e alemães.

As áreas identificadas no presente estudo possuem grande variabilidade, tanto em relação à cultura material evidenciada quanto aos locais utilizados para descarte. Dessa forma, buscaremos distinguir os métodos e objetivos empregados nas diferentes estruturas pesquisadas. A seguir caracterizamos os locais investigados:

- Lixeiras domésticas/residenciais urbanas:

A identificação de como se organiza uma área de descarte doméstico em regiões urbanizadas, como no município de Estrela-RS, teve o objetivo de compreender as problemáticas que envolvem a prática do descarte de objetos, e quais as características desses objetos. Esta pesquisa realizou-se especificamente nas lixeiras que se localizavam nos fundos das residências.

- Lixeiras rurais:

Um dos principais aspectos a ser averiguado com a análise dessas lixeiras é a distinção construtiva morfológica de uma área específica para o descarte em zona rural e urbana doméstica.

- Lixeiras comerciais antigas:

Este é um caso específico, verificado somente no município de Estrela-RS. Por ter apresentado uma configuração comercial importante no final do século XIX e início do XX, as casas comerciais do município em questão são significativas, pois eram um dos principais pontos de compra ou acesso às mercadorias industrializadas na região do Vale do Taquari.

IMAGEM 1



IMAGEM 2



### IMAGEM 3



Imagem 1, Imagem 2 e Imagem 3: Residência no interior de Roca Sales, que até 1954 pertencia a Estrela. No início do século XX foi ocupado como casa comercial. As evidências desse uso se observam nas cadernetas de vendas e de caixa. Imagem do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN - Univates.

- Porões:

No plano arquitetônico, identificamos até o presente momento nas estruturas residenciais do Vale do Taquari, especificamente nas áreas de forte colonização portuguesa, italiana e alemã, espaços abaixo do piso que fica ao nível da rua, denominados como porão.

IMAGEM 4



IMAGEM 5



Imagem 4 e Imagem 5: Residência construída na década de 1920 no centro de Estrela. A casa teve várias ocupações de famílias diferentes. Atualmente o porão é utilizado para guardar material de limpeza, equipamentos elétricos e objetos que não fazem mais parte do cotidiano doméstico. Imagem do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN - Univates.

- Sótãos:

Semelhante aos porões, este espaço fica acima dos níveis ocupados para a habitação. Os sótãos também são espaços para guardar ou alojar materiais, que, de algum modo, não fazem mais parte do cotidiano doméstico.

IMAGEM 6



IMAGEM 7



Imagem 6 e Imagem 7: Residência construída em 1870 por imigrantes germânicos no interior de Teutônia. Essa casa está abandonada e os atuais moradores habitam a casa ao lado, porém, utilizam a parte baixa da casa e o sótão para descartar objetos não mais utilizados no

cotidiano. Identificaram-se objetos que datam do século XIX misturados aos objetos do final do século XX. Imagem do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN - Univates.

- Cozinhas externas:

Nas estruturas arquitetônicas de séculos anteriores, era comum construir a cozinha e o forno como anexos da casa principal. Nesses espaços de higiene precária, guardavam-se, também, objetos que não eram de uso comum no cotidiano.

- Áreas de planícies:

Esta denominação é especificamente utilizada para a classificação de áreas ocupadas por grupos horticultores-ceramistas que habitavam as margens dos rios, no caso do Vale do Taquari, por volta do século V. Nessas áreas, podemos identificar o comportamento da descartabilidade desses grupos humanos pretéritos.

IMAGEM 8



## IMAGEM 9



Imagem 8 e Imagem 9: Sítio Arqueológico RS T 114, área denominada como sendo uma “lixeria pré-histórica”. Imagens do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN – Univates.

Imagens de residências com áreas definidas para descarte:

## IMAGEM 10



IMAGEM 11



Imagem 10 e Imagem 11: Residência construída na segunda metade do século XIX, localizada em Linha Geralda Alta, interior de Estrela. O porão é utilizado até os dias atuais para “guardar” materiais como barris de óleo e vinho, louças quebradas, objetos em madeira, vidros de remédio etc. Imagem do acervo do Setor de Arqueologia – MCN - Univates.

IMAGEM 12



## IMAGEM 13



Imagem 12 e Imagem 13: Residência construída na segunda metade do século XIX, localizada no interior de Estrela. A parte baixa da casa é utilizada até hoje para descarte de material de construção. Pode-se observar que existem evidências do século XIX, como louças e vidros de remédios. Imagem do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN - Univates.

## IMAGEM 14



## IMAGEM 15



Imagem 14 e Imagem 15: Residência construída na década de 1960 no interior do município de Travesseiro. A parte baixa da casa, onde fica o alicerce, é utilizada até hoje para descarte de resíduos sólidos. Imagem do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN – Univates.

## IMAGEM 16



## IMAGEM 17



Imagem 16 e Imagem 17: Residência do século XIX, construída em 1876, localizada no interior de Santa Clara do Sul, território pertencente a Estrela, no período. O porão é utilizado até os dias atuais para descartar ou “guardar” os objetos que não são mais utilizados no cotidiano doméstico. Foi possível identificar materiais utilizados e produzidos no século XIX e muitos objetos do século XX. Imagem do Acervo do Setor de Arqueologia – MCN - Univates.

## 4 OS GRUPOS DOMÉSTICOS: ALVOS DE ESTUDO

Desde o começo da década de 1980, o estudo dos grupos domésticos tem despontado como uma fecunda via de investigação da Arqueologia Histórica, entendida como “el estudio arqueológico de culturas documentadas historicamente” (RENFREW; BAHN, 1998, p. 510). O principal fator que justifica essa linha de pesquisa é a relação entre família e grupo doméstico. Considerada como núcleo de construção básico da sociedade, a família vem sendo foco de preocupação analítica dos cientistas sociais (LIMA, 1989). Neste artigo, esse foco de análise deslocou-se para o grupo doméstico por ser esse um conceito mais adequado à natureza do objeto de estudo: o comportamento humano por meio dos restos materiais e dos registros escritos. De acordo com LIMA (1989), o grupo doméstico é composto por um grupo de pessoas co-residindo em uma casa ou composto residencial e que compartilham, até certo grau, de suas atividades de manutenção e das decisões a ela relacionadas. A noção de grupo doméstico é mais abrangente que a de família, considerando todos os ocupantes de um domicílio, independente de vínculos de parentesco.

Nos espaços domésticos as evidências materiais, conforme LIMA (1989), podem ser atribuídas a indivíduos específicos. As evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo, e estão relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação. Além da família nuclear, podem ser incluídos nas pesquisas todos os residentes de uma

estrutura doméstica que, supostamente, possam ter criado depósitos de artefatos no pátio da casa em determinado período de tempo.

As áreas domésticas são espaços normativos e idiossincrásicos da unidade básica de determinada sociedade em sua interação com diferentes grupos. Assim, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, o grupo doméstico é tido como uma das escalas mais apropriadas para a pesquisa em Arqueologia Histórica. Ao analisar o material coletado nesses sítios, é possível recuperar evidências que muito podem informar sobre as atividades cotidianas de grupos humanos, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo, e socialização (LIMA, 1989).

Dessa forma, é possível atingir aspectos não-conscientes das estruturas tecnoeconômicas, sociopolíticas e ideológicas que não aparecem nos registros escritos, se forem desenvolvidas a partir de uma perspectiva antropológica. As áreas observadas e as evidências materiais são ações inconscientes, reveladoras dos sistemas sociais, das atividades de descarte, formas de deposição, arranjos espaciais e outros sistemas complexos do uso do espaço. Conforme as pesquisas realizadas, foi possível verificar que em algumas casas o porão era utilizado como depósito de lixo. Além disso, observou-se que o porão, o sótão, ou ambos, eram utilizados para guardar materiais como roupas e louças. Em alguns sótãos, verificou-se que o descarte se deu de forma gradativa e organizada temporalmente. Os primeiros objetos descartados são garrafas de vinho, talheres, vidros de remédio, vasos de flores, vidros de cola e veneno, recipientes em vidro de creme para cabelo (goma), e estão afastados da abertura do teto. Conforme se aproxima da abertura, encontram-se roupas, calçados, lápis de escrever em lousa e ferramentas, como foices, facas e facões.

Em referência a outras coleções semelhantes, no Brasil, verificam-se que vidros de remédio e de bebidas são, geralmente, importados. No Vale do Taquari, nos porões e sótãos, registrou-se uma variedade de garrafas de bebidas (cachaça, cerveja e vinhos) e de recipientes farmacêuticos (conta-gotas, frascos de pílulas e medicamentos líquidos). Os cuidados com a saúde e o trato da aparência pessoal estão evidentes nos vidros de unguentos e óleos para cabelo, frascos de perfumes e cosméticos produzidos na Inglaterra e no Brasil.

Para TOCCHETTO (2005), um dos materiais mais intensamente estudados pela Arqueologia Histórica, as louças, espelham aspectos socioeconômicos e culturais como: poder aquisitivo, status social e visões de mundo. Esses aspectos são revelados pela análise da qualidade da pasta cerâmica, das formas existentes, dos padrões decorativos e do selo do fabricante. Na área de dejetos de uma das residências locais foram encontrados inúmeros conjuntos de chá de porcelana chinesa, testemunhando a intensa atividade social de uma família em franca ascensão econômica. Em outras áreas, as evidências de louças exclusivamente utilitárias e pobremente decoradas atestaram um padrão de vida modesto de seus antigos habitantes.

A presença ou a ausência de objetos de custo mais elevado nas áreas de descarte parece ser, com efeito, um bom indicador, tendo como premissa básica o fato de que os objetos utilizados com maior frequência são os mais representados

no registro arqueológico. Existem alguns elementos que devem ser observados antes de refletirmos sobre padrões de comportamento de descarte, como: as várias ocupações de determinado sítio, os regionalismos, a história do grupo em estudo e os processos de descarte. Dessa forma, para o município de Estrela, por exemplo, verificamos que algumas áreas prospectadas – aqui denominadas casas – tiveram ao longo de 120 anos ocupações de várias famílias. Ao longo dessas ocupações que, em média, duram duas gerações, cerca de 40 ou 50 anos, os indivíduos ocupantes da casa guardam seus rejeitos sólidos normalmente nos porões ou sótãos.

Uma das características regionais importantes, no Vale do Taquari, é o fato da condição da imigração. Muitas das famílias de imigrantes, devido a sua condição financeira, não consumiam artigos caros e, portanto, quando consumiam, só descartavam determinado objeto se este não pudesse ser reutilizado. Mesmo assim, esses grupos não descartavam definitivamente seus objetos, guardando-os no porão ou no sótão de suas residências, para o caso de alguma necessidade.

No século XIX, Estrela era um centro comercial importante para a região do Vale do Taquari. Existiam várias casas comerciais, ou “armazéns de secos e molhados”, nas quais se vendiam materiais para o consumo doméstico e agrícola. Nas casas comerciais os artigos oferecidos não procediam, na maioria das vezes, dos grandes centros nem em larga escala. Dessa forma, os objetos que mais tarde seriam “abandonados” ou “jogados fora”, no porão ou no sótão, não existiam em grandes quantidades nem eram de boa qualidade. Conforme OGNIBENI (1998, p. 303), “durante os séculos XVIII e XIX, em áreas rurais, o acesso aos mercados principais das grandes cidades poderiam estar limitados, devido às grandes distâncias e a dificuldade de deslocamento”.

Foi com a abertura de um incipiente mercado capitalista, no início do século XIX, que o país passou a receber gêneros industrializados dos centros produtores europeus. Como novo mercado consumidor periférico, o Brasil integrou-se à economia mundial em processo de consolidação com o capitalismo industrial em desenvolvimento. A produção em massa e a distribuição de seus produtos em novos mercados tornaram o consumo um fato social permanente no século XIX, cujo início remonta ao século XVI, expandindo-se no XVIII (SYMANSKY, 1998). Com o processo de industrialização intensificando-se, novos mercados foram explorados e novos consumidores, antes impossibilitados da aquisição dos produtos dirigidos a segmentos sociais de alto poder aquisitivo, passaram a ser atingidos. Nesse contexto de amplitude internacional, de rusticidade, distância da Metrópole e da precariedade de recursos e de produtos com os quais se deparavam as famílias nos primeiros séculos da colonização do Brasil, contrastaram-se novas possibilidades e oportunidades de um maior conforto no século XIX. Já os centros urbanos mais desenvolvidos passaram a ter outras referências de padrões de sociabilidade e costumes domésticos. Os bens de consumo importados que aqui chegavam apenas satisfaziam desejos de maior conforto e, dessa forma, eram desprovidos dos mesmos significados que possuíam nos países de origem.

Nas prospecções realizadas na zona urbana, pouco se registrou de evidências materiais acumuladas nos fundos das residências, a não ser as lixeiras utilizadas para depósito de material orgânico. Esse tipo de comportamento era comum

nos primeiros períodos de ocupação dos espaços urbanos, pois ainda não havia, e, se havia, não era constante e regular, a coleta de lixo. Conforme dados orais e documentais, verifica-se que, no município de Estrela, a coleta pública do lixo inicia-se na década de 1970, mas é efetivada na década de 1980. Esse aspecto parece ser padrão na região em estudo.

Em zonas rurais, principalmente no interior do Rio Grande do Sul, os grupos sociais não tinham grande poder aquisitivo, portanto, não descartavam praticamente nada que fosse sólido, a não ser o que não se podia recuperar ou remodelar. Conforme visitas técnicas, identificaram-se algumas casas que possuíam uma área para o descarte de objetos quebrados ou em processo de desuso. Já os rejeitos orgânicos domésticos eram consumidos por animais, como: cães, gatos, porcos e galinhas.

Nas áreas de descarte presentes nos contextos domésticos, localizadas em áreas fora da residência, também foram evidenciadas as “Cozinhas externas”. De acordo com as pesquisas realizadas, esses espaços servem para guardar objetos ou produtos que não são de uso rotineiro.

Para TOCCHETTO (2005), os contextos domésticos são espaços privilegiados nos quais a cotidianidade das ações dos sujeitos é discernível, resultando na percepção de fecundas relações na interpretação de práticas diárias de grupos humanos. No cotidiano são concebidas as múltiplas capacidades individuais e coletivas, pensamentos, sentimentos e atividades humanas. As abordagens que têm sido desenvolvidas por teóricos da vida cotidiana tratam de afetos, emoções, experiências corporificadas, conhecimentos práticos, éticas interpessoais, enfocando a experiência social como constituída pelo tempo e espaço vivido.

A interpretação das práticas de descarte do lixo dos grupos domésticos que ocuparam durante os séculos XIX e XX as áreas estudadas deve, necessariamente, considerar as especificidades particulares de cada grupo, mas sem desviar o olhar de uma perspectiva mais ampla, origem das incorporações e adaptações realizadas em âmbito local, num tempo de construção de uma modernidade singular no Brasil associada à internacionalização do capitalismo (TOCCHETTO, 2005). Essas incorporações e adaptações podem ser notadas por meio do uso de porões e sótãos como locais de armazenamento de materiais não utilizados, especialmente em áreas de forte colonização portuguesa, italiana e alemã do Vale do Taquari. Um caso específico de Estrela, com sua configuração urbana comercial, são as evidências de louças, fragmentos de instrumentos de metal usados na agricultura, vidros de remédio, recipientes de veneno utilizados na agricultura e até vermicidas usados em animais.

A situação descrita é indicativo de uma relação existente entre alguns países da Europa Ocidental e territórios para onde imigraram contingentes populacionais, onde se observa que os imigrantes carregam consigo práticas já institucionalizadas. Sótãos não eram apenas locais de descarte, mas também lugares para guardar pertences de avós e bisavós como roupas e louças - estas em especial -, assim como papéis colocados preferencialmente em locais secos, como as áreas estudadas apresentaram. Os porões das residências, espaços semelhantes aos sótãos, também foram evidenciados como áreas propícias para a prática do descarte. Não raro, esses

espaços eram utilizados para acondicionar objetos que já não faziam parte da rotina doméstica das donas de casa e dos outros moradores da residência. Dessa forma, os porões revelaram-se excelente espaço para o descarte, pois ficava fora do ambiente de convívio usado cotidianamente.

Na presente pesquisa foram evidenciadas também áreas de descarte em casas comerciais, classificadas como “Lixeiras comerciais antigas”. Nessas áreas podem ser encontrados muitos objetos que eram comercializados, como louças, fragmentos de instrumentos agrícolas de metal, vidros de remédio, recipientes vidro de veneno para a agricultura, pesticidas para “pragas da lavoura” e até remédios para o tratamento de vermes em animais.

Nas planícies de inundação, ou várzeas, do Vale do Taquari, existem áreas de descarte que não fazem parte dos processos históricos provenientes do capitalismo europeu. Nas “Áreas de planície”, anteriormente classificadas, evidenciou-se a cultura material de grupos horticultores-ceramistas que sobreviveu à ação do tempo. Esses materiais se restringem aos recipientes de cerâmica e aos instrumentos líticos. Em alguns casos, percebe-se a preocupação desses grupos em criar uma área para descartar o que não era mais utilizado, e o que dificultava as atividades cotidianas. É importante salientar que a lógica desses grupos era totalmente diferente das lógicas dos imigrantes europeus, discutidas em grande parte da presente pesquisa.

Segundo VELHO (2002), uma sociedade vive permanentemente a contradição entre as particularizações de experiências restritas a certos segmentos, categorias, grupos e até indivíduos e a universalização de outras experiências que se expressam culturalmente por meio de conjuntos de símbolos homogeneizadores – paradigmas, temas. Portanto, a relação do homem ocidental com o seu lixo, pelo menos até as últimas décadas do século XIX, caracteriza-se como uma experiência universalizante, partilhada, com uma amplitude temporal e espacial que revela sua força de difusão e absorção para além das diferenças sociais.

## 5 RESÍDUOS SÓLIDOS, CULTURA MATERIAL E MEIO AMBIENTE

A cultura material, principal fonte dos estudos arqueológicos, pode ser interpretada sob outra ótica. Do ponto de vista ambiental, cultura material pode ser relacionada com resíduos sólidos, entendidos como “os restos das atividades humanas de origens diversas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis” (ANDRADE, 2006, p. 19). Essa premissa pode ser corroborada, pois os resíduos sólidos “algum dia representaram artefatos cuja confecção ou manufatura seguiam propósitos e normas culturais próprias durante um determinado período de tempo” (ANDRADE, 2006, p. 20). Nesse sentido, há uma diferença, pois na arqueologia os materiais não perdem seus “significados” quando são descartados, muito pelo contrário, eles são interpretados por meio de teorias, práticas e métodos próprios daquela ciência.

Na questão ambiental, a alta produção de bens materiais, bem como a intensificação da sociedade de consumo no ocidente, iniciada em meados do século XIX, “é um dos fatores que têm justificado as maiores preocupações em relação

ao ambiente, com ênfase na incompatibilidade do modelo atual de produção à continuidade do desenvolvimento humano” (ALCANTARA, 2003 p. 23). A produção exacerbada e o conseqüente consumo de bens materiais implicam, além de em outros fatores, em um acúmulo maior de resíduos sólidos descartados no meio-ambiente sem tratamento adequado. Essas práticas contemporâneas transformaram de tal modo a natureza que um modelo sustentável, em termos ambientais, é o indicador mais coerente a ser pensado e implantado para uma relação mais racional entre homem e natureza. A busca de um futuro sustentável, questão esta muito discutida na atualidade, “surge a partir da tensão produtiva do encontro de seres e do diálogo de saberes, que questiona o império de uma racionalidade coisificadora e objetivadora, a mercantilização da natureza e a economização do mundo” (LEFF, 2006, p. 389). Dessa forma, a sustentabilidade deve ser pressuposta por uma racionalidade ambiental que rompa com os paradigmas ocidentais de acúmulo de capital.

A degradação do ambiente não é um fenômeno da contemporaneidade, mas as discussões e projetos que circundam essa problemática são recentes. De acordo com DEAN (1996), quando trata do processo de devastação da mata atlântica brasileira, a degradação ambiental no Brasil iniciou-se com grupos caçadores-coletores, que queimavam a mata para afugentar a atrair caça, e com grupos horticultores-ceramistas, que abriam clareiras na mata para a prática da agricultura. Dessa forma, podemos afirmar que as relações entre homem e natureza nunca tiveram uma perfeita interação, mesmo na pré-história. Mas a problemática a ser discutida atualmente refere-se, além de outros fatores, aos sistemas de produção, consumo e descarte incompatíveis com os padrões do meio ambiente. Desse modo, a construção de um futuro sustentável “terá que forjar-se (sic) no cadinho de um diálogo de saberes, onde nasce o novo no encontro com a autoridade, a diversidade e a diferença; sem hierarquias, a partir do direito humano de fazer-se um lugar no mundo e a ser com os demais” (LEFF, 2006, p. 400). Essa premissa parece ser possível somente com a elaboração de um novo projeto social que denuncie as práticas exploratórias do atual sistema capitalista.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tratamos de depósitos de lixo que são reveladores das visões de mundo das sociedades que os acumulam. Cada mudança no padrão de deposição de lixo corresponde a uma transformação na ordem social vigente, fazendo com que essas áreas sejam particularmente férteis para pesquisa. LIMA (1985) considera a formação dos depósitos históricos como complexa, porque implica em processos que são determinados por uma série de filtros culturais, devido ao dinamismo de uma sociedade. Conforme essa dinâmica, os espaços são ocupados, abandonados, reutilizados, transformados, reciclados, restringidos ou ampliados por meio dos tempos, criando diferentes assentamentos que transformam o espaço e se sucedem logicamente, com frequentes mudanças estratigráficas.

Em sítios históricos trabalhamos com todos os tipos de interferências antrópicas e naturais, como descartes, abandonos, perdas, escombros, entulhos, demolições, desabamentos. Para LIMA (1989, p. 207):

[...]a compreensão dos processos geradores, seletivos e posicionais dos artefatos, bem como a análise da sua distribuição espacial são determinantes para essa definição. Raramente eles estão dispostos primariamente, na medida em que acompanham toda essa dinâmica, ao mesmo tempo em que dela são um testemunho. Não devem, entretanto, ser desprezados por não estarem mais em seus contextos originais, e sim decifrados com referência à maneira como foram deixados; se corretamente decodificados, mantêm-se como uma valiosa fonte de informação. Por exemplo, objetos de uso doméstico que não se encontram mais no interior de uma área de habitação não perdem seu valor informativo se forem recuperados num entulho; o que importa no caso é a correta identificação e interpretação do seu modo de deposição.

No Vale do Taquari, nota-se também a tendência de não se desfazer completamente de resíduos como vidros, a fim de utilizá-los posteriormente. Muitos desses materiais, em determinados períodos, eram de difícil acesso, contribuindo para o seu armazenamento. Outro aspecto de diferenciação social era a utilização, nas áreas rurais, do resíduo orgânico como alimento de animais domésticos (porcos e galinhas) como aparece em alguns relatos; ao passo que em zonas urbanas as evidências de “lixeiros” estão nos fundos das casas. Cuidados com a saúde e com a aparência são evidenciados em vidros, nacionais ou importados, de unguento e óleo para cabelo e em frascos de perfume e cosméticos.

Um aspecto observado em algumas das residências foi a disposição temporal dos objetos, estando os mais antigos em locais distantes da entrada do sótão, e os mais recentes próximos da abertura. Outras residências possuíam um caráter de disposição por tipo onde objetos resistentes como vidros, metais, talheres, recipientes de cola e remédio, ficam mais afastados da entrada e objetos mais sensíveis, como roupas e papéis, permanecem próximos da entrada.

Para TOCCHETTO (2005), as práticas de descarte de lixo nos contextos das unidades domésticas - ou “maneiras de fazer com” os refugos - são como condutas recursivas na vida cotidiana, expressões de experiências compartilhadas ou universalizantes. Depositar o lixo produzido no quintal das residências, como observado nos contextos arqueológicos estudados, é uma atividade rotineira, repetitiva, que se realiza de maneira semelhante dia após dia. Porém, o caráter rotinizado dessa prática não reduz sua dimensão reflexiva.

No campo do cotidiano, percebem-se manifestações sutis de resistência, de transgressões, invisíveis a olhos menos atentos. Nesse contexto, são identificados comportamentos resultantes da apropriação de valores, discursos e práticas manipulados por grupos de interesses econômicos e políticos. Dessa forma, além da descrição de atividades ou experiências vividas, um estudo crítico sobre aspectos da vida cotidiana relacionado ao descarte de resíduos na contemporaneidade deve

contemplar o desenvolvimento sócio-histórico em que os grupos humanos em estudo estão inseridos, e o seu papel desempenhado na constituição da experiência social de sujeitos ativos.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento de desenvolvimento econômico na região do vale do Taquari, Rio Grande do Sul – 1822 a 1930. **Estudos & Debate**. Lajeado, Ano 8, n.1, 2001.

ALCANTARA, Fabiana Ferreira. **O discurso sobre o ensino de design levando em consideração aspectos ambientais**: por um design ecológico. 2003. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

ANDRADE, André Wagner Oliani. **Arqueologia do lixo**: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos na cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo. 2006. São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul** (o Vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HENRY, Susan. Consumer, commodities, and choices: a general model of consumer behavior. *Historical Archaeology*. v. 25, n. 3: 1987.

JUSTUS, Jarbas de Oliveira; MACHADO, Maria Lídia de Abreu; FRANCO, Maria do Socorro Morreira. Geomorfologia. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento de Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 33, p. 313-404, 1986.

KAMASE, Luciane Miwa. As pesquisas arqueológicas no Alto Paranapanema (SP): casas subterrâneas e feições doliniformes. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiguer (Org.). **Casas subterrâneas**: anais do I colóquio sobre sítios construídos. Santa Maria: Pallotti, 2005.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari**. 2008. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2008.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Tânia Andrade et al. **A tralha doméstica em meados do século XIX**: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. São Paulo: Dédalo, 1989.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. In: SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, 1. 1985. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SPHAN/FNPM, 1985.

MAGNA ENGENHARIA. **Relatório técnico nº 01 (RT-01):** cenário atual da Bacia Hidrográfica do Sistema Taquari-Antas. Porto Alegre: Governo do Estado do RS, 1997.

OGNIBENI, Denise. **Cultura material e vida cotidiana no meio rural do Rio Grande do Sul, no final do século XVIII e princípio do século XIX:** o Sítio RG-23/Barra Falsa, um estudo de caso. 1998. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

ORSER JR., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. **Arqueología:** teorías, métodos y práctica. Madrid: Akal, 1998.

SANTO, Miguel Frederico do Espírito. Fundamentos da incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao espaço português. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.). **Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006.

SYMANSKI, Luis Cláudio P. As práticas de deposição de refugo em uma unidade doméstica oitocentista: o Solar Lopo Gonçalves. In: CONGRESSO DA SAB, 9., 2000. **Anais...**

SYMANSKI, Luis Cláudio P. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda. **Fica dentro ou joga fora:** sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista. 2005. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2005.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura:** notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

WEIMER, Günter. A origem da arquitetura do Vale do Taquari. In: SIMPÓSIOS RAÍZES DO VALE. 1. 2., 2000, Lajeado. **Anais...** Lajeado: [S.N], 2000.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** 1991. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/85.pdf>>.

# PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE MEIO AMBIENTE: CONTRIBUIÇÕES PARA ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Dra. Jane M. Mazzarino, Dr. Valdir José Morigi, Cristine Kaufmann,  
Diéfersom André Fernandes*

**RESUMO:** A construção simbólica integra as agendas, as ações e as conversas cotidianas, tornando-se fruto das relações entre as diferentes interpretações da realidade que se expressam por meio das representações individuais e coletivas em contínua influência mútua. Neste estudo são apresentadas as representações sociais sobre o meio ambiente numa pesquisa realizada em 2007 com cinco grupos da sociedade civil no município de Estrela, na região do Vale do Taquari/RS. O primeiro grupo é composto por integrantes do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), visto como setor da sociedade civil organizada. O segundo compreende consumidores/moradores da zona urbana sem pertencimento organizativo. O terceiro grupo é formado por catadores de resíduos, também sem atuação social organizada. O quarto grupo é composto por professores, e o quinto por empresários do ramo dos resíduos. A partir da análise de conteúdo qualitativa dos discursos desses atores foi possível compreender como ocorrem as mediações das representações na construção dos sentidos sobre o meio ambiente e no que estão ancoradas essas representações. A partir desse patamar analítico são identificados os elementos fundamentais à formulação de estratégias e ações comunicacionais para implementação de políticas públicas de educação ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Mediações. Meio Ambiente. Processos Comunicacionais. Representações Sociais.

## 1 INTRODUÇÃO

Os discursos revelam a construção simbólica que os indivíduos fazem da realidade e os temas que agendam as conversas cotidianas, o que surge a partir das relações entre as variadas formas de ver a realidade. Estas interpretações expõem representações individuais e coletivas que se influenciam mutuamente. Segundo VAN DIJK (2002), neste processo cognitivo de construção de uma representação combinam-se aquelas fixadas na memória, contendo informações visuais e linguísticas sobre o acontecimento (pressuposto construtivista), com aquelas construídas pelos significados sobre o acontecimento (pressuposto interpretativo).

O contexto sociocultural interage com essas duas dimensões cognitivas, pois o sujeito que elabora e utiliza as representações está simultaneamente imerso numa conjuntura histórica e numa situação específica de interação.

JODELET (2001) assinala que as representações sociais devem ser estudadas considerando a articulação de elementos afetivos, mentais e sociais, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação. As interações afetam tanto as representações como a realidade (seja de ordem material ou ideativa) nas quais atuam. Segundo JOVCHELOVITCH (2008), as representações sociais se referem tanto a uma teoria que oferece conceitos que buscam explicar os saberes sociais, como a um fenômeno que se refere a um conjunto de regularidades empíricas, compreendendo ideias, valores e práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais, bem como sobre os processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem. Portanto, essa é uma teoria interessada no fenômeno das representações sociais que compreendem saberes produzidos na e pela vida cotidiana.

A compreensão das representações circulantes nos grupos sociais deve considerar essas dimensões que se mostram valiosas na formulação de estratégias de comunicação para educação ambiental, as quais não podem prescindir da interpretação dos significados que se expõem no repertório cultural dos atores sociais em contextos de recepção e de produção de mensagens. O próprio conceito de educação ambiental e mesmo o de meio ambiente são, segundo REIGOTA (2004), representações sociais, pois são formulados no âmbito do senso comum, por meio das atividades cotidianas.

Este artigo coloca como problema de pesquisa as seguintes indagações: Quais representações sociais que os atores da sociedade civil constroem sobre o meio ambiente e como as relacionam com o tema dos resíduos sólidos domésticos? Quais possibilidades as representações sociais presentes nos discursos apontam para ações comunicacionais-midiáticas com o fim de gerar sensibilização para atitudes sustentáveis em relação aos resíduos sólidos domésticos? Parte-se do pressuposto central de que as representações sociais sobre meio ambiente são engendradas coletivamente como resultado dos processos comunicacionais que se dão no espaço social, e a compreensão dessas representações pode estimular novas dinâmicas comunicacionais comunitárias que objetivem a sustentabilidade ambiental.

O estudo empírico foi realizado em Estrela, município integrante do Vale do Taquari, região centro-leste gaúcha. Estrela tem área de 184 km<sup>2</sup> abrigando uma população de 29 mil habitantes incluindo cerca de um mil domicílios rurais em pequenas propriedades com produção agrícola diversificada (suinocultura, avicultura e produção de leite). A indústria de transformação abrange materiais plásticos, embalagens metálicas, vestuário, calçados, alimentos e bebidas. O município adquiriu importância estratégica para o escoamento da produção agrícola estadual por sediar o Terminal Intermodal (Entroncamento Rodo-Hidro-Ferrovário) que interliga a BR-386 (Governador Leonel Moura Brizola), o Rio Taquari (Porto de Estrela) e o ramal ferroviário que faz ligação com a ferrovia do trigo (Porto Alegre

- Passo Fundo). Emancipado desde o século XIX, o município foi marcado pela colonização alemã, secundada pela presença de imigrantes italianos.<sup>1</sup>

O meio ambiente passou gradativamente a tornar-se objeto de política pública do município desde 1994 com a edição de um código de posturas com normas de higiene pública para o funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviço. Quatro anos depois foi elaborada a Lei Municipal 3.124, criando o Conselho de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) como *órgão deliberativo* para a política ambiental do município. Nesse Conselho, estatutariamente, a sociedade civil organizada tem 50% dos membros efetivos por meio de associações, moradores, profissionais liberais, empresários, trabalhadores e de instituições de ensino e pesquisa. O poder público municipal estabeleceu políticas de gestão dos recursos hídricos e florestais, bem como do solo, incentiva projetos de educação ambiental na rede municipal de ensino (22 escolas de educação infantil e ensino fundamental) e mantém programa de plantio de espécies de árvores nativas no passeio público.

Estrela tem implantada a coleta seletiva de lixo. Os resíduos recolhidos são triados e tratados na Usina de Tratamento de Lixo (UTL), sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico (SMMASB). A legislação que regulamenta as questões sobre os resíduos sólidos urbanos é o Código Municipal do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 3.294/99. Segundo dados dessa Secretaria, a quantidade média de lixo recolhida no município em 2007 era de 450 toneladas/mês, as quais 105 toneladas/mês são provenientes da zona rural. O município mantém o sistema de coleta seletiva em todos os bairros urbanos e também na área rural.

A pesquisa examinou as representações sociais sobre o meio ambiente elaboradas por cinco grupos envolvidos diretamente no consumo e descarte do lixo domiciliar, considerando que estas representações são forjadas dentro de um contexto sociocultural, a partir da interação conversacional e com os meios massivos, nos quais se estabelecem mediações entre o local e o global. Assim o embasamento teórico está alicerçado nas propostas dos estudos culturais latino-americanos, em particular de Garcia Canclini, Martin-Barbero e Eliseo Verón, bem como de Stuart Hall. Já as teorias acerca das representações sociais fornecem os subsídios por meio dos trabalhos de Serge Moscovici, Denise Jodelet e Sandra Jovchelovitch. As contribuições foram tecidas com os devires dos autores do artigo.

A metodologia é a pesquisa qualitativa exploratória operacionalizada por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com os cinco grupos envolvidos ao longo do ano de 2007. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo qualitativa. Os entrevistados compõem uma amostra de setores diferenciados envolvidos no consumo de produtos e o conseqüente descarte dos resíduos sólidos domésticos.

---

<sup>1</sup> As fontes dos indicadores e dados do município citados neste artigo são: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2008) e Prefeitura Municipal de Estrela <<http://www.estrela-rs.com.br>>.

## 2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SENTIDOS E MEDIAÇÃO

As representações sociais, cujo corpo teórico foi elaborado inicialmente por MOSCOVICI (1978, 2003), expressam o saber compartilhado por grupos e constituem-se em uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com o “objetivo prático de constituir uma realidade comum”, como salienta (JODELET, 2001, p. 23). Uma noção básica da teoria é que a representação é um fenômeno dinâmico de conhecimento sobre “alguém” ou sobre “algo” produzida por *grupos ou segmentos sociais*, num determinado *período* histórico, e inserida em um *contexto cultural*. Numa comunidade, lugar onde se estruturam as experiências de cada um, elas circulam nas falas dos diferentes atores sociais que, assim, constroem sentido sobre o meio ambiente explicitando, por exemplo, tanto formas de consumo cultural quanto posicionamentos sociais e políticos por meio da elaboração de sentidos. Como ressalta VERÓN (1980, 1996, 1997a, 1997b), toda produção de sentido é social, e todo fenômeno social é um processo de produção de sentido que fundamenta as representações sociais.

É na ação discursiva dos atores sociais que se vão criando e recriando sentidos, que são constantemente pactuados e repactuados. “Não existe um processo de compreensão único, mas processos de compreensão que variam de acordo com diferentes situações, de diferentes usuários da língua, de diferentes tipos de discurso” (VAN DIJK, 2002, p. 21). As mensagens circulantes na sociedade são continuamente apropriadas, transformadas e reinterpretadas pelos indivíduos. Nada há de puro. Os sentidos são mestiços, pois é de sua natureza tecer com os outros. Como salienta BOUGNOUX (1994, p. 207-210):

[...] nosso pensamento não passa de um tecido de signos [...] O pensamento singular é sempre produzido por uma interação. [...] Pensar é interpretar e traduzir, da mesma forma que viver é metabolizar. [...] O simbólico não se decreta [...] Ele é o metanível organizador e inviolado de uma cultura, o corpo das regras pelas quais os homens comunicam e se obrigam. Ter acesso ao simbólico é entrar na lei: renunciar à anarquia primitiva, à onipotência do pensamento e ao ilimitado do desejo, à imediatidade imaginária. [...] Só existimos por essas mediações, só podemos nos ver e nos saber no Outro. [...] Todo lugar é recortado em um nós, todo rosto em uma comunidade. [...] A força do simbólico reside não na força, mas nos signos que separam a informação da energia, o dizer do fazer [...] Entrar no simbólico é aceitar a mediação de uma ordem emergente que, não tendo sido instruída por nenhum parceiro, pode contê-los a todos.

A partilha de sentidos atribuídos por uma comunidade a determinados temas contém elementos comuns, familiares, que surgem por meio de dois processos, de acordo com a Teoria das Representações Sociais: o da *ancoragem* e o da *objetivação* (MOSCOVICI, 1978, 2003). Ambos são concretizados para que aquilo que é estranho, diferente, inovador possa ser compreendido. A *ancoragem* realiza-se quando um objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquirindo as características dessa categoria. Em outras palavras: ancorar é encaixar algo estranho numa categoria familiar – mesmo à custa de simplificações ou distorções –, proporcionando conforto para lidar com o inovador no cotidiano.

Já o processo de *objetivação* se dá em duas fases. A primeira é a materialização figurativa ou icônica de abstrações ou ideias, como a de Deus nas religiões monoteístas, que passa a ser traduzida na figura paterna reunindo as características de proteção, orientação, disciplina e segurança. Quando esse novo paradigma é totalmente assimilado, expresso na linguagem do cotidiano, passa a fazer sentido para o grupo social envolvido (segunda fase). As representações sociais são continuamente criadas e recriadas, formando novos significados a partir de um repertório já existente e, dessa forma, mesclando componentes da tradição e de inovação.

As representações sociais e a construção de sentidos estão profundamente ligadas às mediações e à comunicação. A mediação, como um espaço de prática social realizada no cotidiano, não está no que é dito e tampouco nos comentários, mas se realiza na circulação dos discursos. Ela é um espaço de negociação que se dá por meio das interações sociais e no qual são construídos também os modos de uso das mensagens, das ideologias, dos saberes e das coisas (MAZZARINO, 2005). Mediações e representações realizam-se no dia-a-dia dos indivíduos, por isso propõe-se a estudar a vida cotidiana como espaço no qual os atores sociais geram sentidos e assim produzem a sociedade. O cotidiano não é visto aqui apenas como um espaço de reprodução de valores dominantes, mas também de conhecimento, de jogo, de troca de sensibilidades, como propõe MARTIN-BARBERO (1997, 1988). À mesma perspectiva filia-se GARCIA-CANCLINI (1997a, 1997b) quando pensa os processos de mediação e de comunicação na vida cotidiana como práticas culturais e políticas, espaços de criatividade.

Entre as mediações estão as relações de poder em que o sujeito está inserido (a família, o grupo de trabalho, os espaços de lazer, os momentos de consumo, os papéis sociais que cada um desempenha), a subjetividade (sua memória, história de vida, sexo, faixa etária, condição socioeconômica, temporalidades), a competência cultural, o contexto sociocultural, a situação de interação ou cenário da mediação (MAZZARINO, 2005). As representações surgem em todas as formas de mediações sociais e, como destaca JOVCHELEVICH (2000, p. 81), “[...] as representações sociais não somente surgem através de mediações, mas tornam-se, elas também, mediações sociais.”

### 3 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO NA CULTURA

Mediações e representações sociais têm nos processos comunicacionais – tanto nas interações conversacionais face-a-face como com a mídia – seu território fundamental de constituição dos sentidos que vão sendo atribuídos ao meio ambiente. Os meios de comunicação massivos (imprensa, rádio, televisão, internet), o gênero das mensagens (informativo, entretenimento, interpretativo) e seus conteúdos estão presentes no cotidiano dos atores sociais. Esses conteúdos determinam o consumo de bens materiais e simbólicos, o que é mediado também pelo contexto sociocultural local no qual estão presentes as tradições, a memória coletiva e a identidade compartilhada a partir de hábitos e costumes da comunidade. Abertos para o global, as práticas e os discursos ambientais se hibridizam afetando as identidades culturais da comunidade, refletindo-se nas representações sociais.

Em Estrela a presença marcante da imigração alemã representa a continuidade de costumes e tradições trazidos do século XIX, como o uso de velhos dialetos germânicos. Culinária, músicas e festas comunitárias estão presentes no cotidiano reforçando a identidade cultural dos grupos. “[...] O festejo como um todo é constituído por uma trama complexa de informações, que é responsável pela rede de significados que alimenta a memória coletiva daqueles que constroem e participam do evento” (MORIGI et al. 2004, p. 330). No *site* oficial da prefeitura municipal essa vinculação está explícita e inclui na apresentação da cidade o uso de sentidos atribuídos ao meio ambiente como positivos e enraizados na cultura dos imigrantes: “[...] Estrela preserva a beleza das cidades originárias da colonização alemã, caracterizando-se pela organização, ruas limpas, passeios floridos e praças arborizadas”.<sup>2</sup>

Esses traços culturais se formam do conjunto de processos sociais de significação, relações de sentido, que incluem a produção/circulação/consumo de sentidos para além do espaço-tempo local. GARCIA-CANCLINI (1997) visualiza a cultura como uma instância de organização da identidade de um grupo. Sua transformação num processo social de significação é global, transpassa fronteiras, abstendo-se cada grupo de repertórios culturais muito diferentes e em constante construção, o que complexifica o sistema cultural. HALL (1997) assinala que os significados são produzidos num circuito que inclui formulação de representação, da identidade, do consumo e da regulação, no qual a interação com os meios de comunicação tem acelerado essa circulação e instaurado novos sentidos.

Conflitos e contradições surgem das interações sociais, que são afetadas pelo contexto cultural local, pelas lógicas do mercado e pelas políticas públicas, e influenciam as representações sociais e a construção de sentido sobre o que é o meio ambiente. Cada um cria itinerários de sentidos a partir da negociação entre as múltiplas mediações que participam, a partir do que se elaboram as visões de mundo e, com elas, o imaginário ambiental. Assim, conhecer as representações sociais é distinguir os modos de funcionamento de uma comunidade, suas formas de nominar a realidade vivida, seus intercâmbios culturais e suas criações cotidianas, que se entrelaçam num *design* social próprio, no qual o silêncio é também uma forma de participação no processo social comunitário. O indivíduo não é autor, mas participa de um processo de intercâmbio que gera a elaboração de sentidos coletivos. BIRDWHISTELL (apud Winkin, 1996, p. 79) considera a comunicação um processo permanente tão vasto quanto a cultura.

La comunicación prodría considerarse, en el sentido más amplio, como el aspecto activo de la estructura cultural [...] Lo que trato de decir es que la cultura y la comunicación son términos que representan dos puntos de vista o dos métodos de presentación de la interrelación humana, estructurada y regular. En cultura el acento se pone en la estructura, en comunicación, en el proceso.

---

<sup>2</sup> Informação retirada do *site* oficial da Prefeitura de Estrela: <<http://www.estrela-rs.com.br>>.

FRANÇA (2004, p. 23) destaca a importância das interações sociais instauradas que resultam no processo dinâmico de produção e compartilhamento de sentidos entre os interlocutores.

A comunicação é esse processo em que imagens, representações são produzidas, trocadas, atualizadas no bojo das relações; esse processo em que sujeitos interlocutores produzem, se apropriam e atualizam permanentemente os sentidos que moldam seu mundo e, em última instância, o próprio mundo. Portanto, o lugar da comunicação (das práticas comunicativas) é um lugar constituinte.

A mesma identificação é partilhada por JOVCHELOVITCH (2000, p. 80), para quem os processos que dão forma e transformam as representações sociais “[...] estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, rituais e processos produtivos; as artes e padrões culturais, em suma as mediações sociais”. Para SPINK e MEDRADO (2002, p. 152), nas interações comunicacionais a mídia não somente opera na circulação de conteúdos simbólicos, constituintes das representações sociais, como também “[...] possui um poder transformador ainda pouco estudado – e, talvez, ainda subestimado – de reestruturação dos espaços de interação propiciando novas configurações aos esforços de produção de sentidos”.

Nesse contexto, a pesquisa científica que resultou neste artigo é uma forma de registrar representações ambientais oralizadas e praticadas cotidianamente em ações prosaicas, como o acondicionamento adequado do lixo nos domicílios e sua colocação para coleta pública, a opinião sobre o comportamento dos catadores, propostas de outras formas de recolhimento, posicionamentos sobre a estrutura da coleta seletiva onde há, ou como deveria ser onde não há.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca pela compreensão das representações sociais construídas pelos atores da sociedade civil de Estrela sobre o meio ambiente e a relação estabelecida com o tema dos resíduos sólidos domésticos utilizou-se a metodologia qualitativa na pesquisa. Esse caminho permitiu identificar quais representações estão presentes nos discursos, o que pode possibilitar orientações para ações comunicacionais-midiáticas sensibilizadoras de atitudes sustentáveis em relação aos resíduos sólidos domésticos em Estrela.

Trata-se de uma pesquisa exploratória e aplicada, conforme caracterizada por VERGARA (2004, p. 47). Exploratória porque “[...] há pouco conhecimento acumulado e sistematizado” sobre o objeto de estudo, e aplicada porque “[...] é fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos” - caso da coleta de resíduos sólidos domésticos urbanos no Vale do Taquari.

É impossível obter informações de todos os indivíduos do grupo que se deseja estudar. Dessa forma foi selecionada uma amostra que desse conta da diversidade dos grupos sociais envolvidos. Segundo LEFÉVRE e LEFÉVRE (2000), no caso das

pesquisas qualitativas a quantidade não é uma variável crítica, sendo mais importante contemplar as várias possibilidades de um campo social e ideológico, como é o caso de representações sociais sobre determinado tema. Os autores indicam, nesse caso, trabalhar com amostras intencionais e com critérios qualitativos de coleta e processamento de dados. Para VERGARA (2004, p. 50), a população amostral define-se como “[...] uma parte do universo (população) escolhido segundo algum critério de representatividade.”

Neste trabalho a amostra é intencional, tendo a escolha dos informantes ocorrido pela sua participação em grupos sociais diferentes com uma característica fundamental comum: as questões relativas ao meio ambiente e aos resíduos sólidos fazem parte da agenda dos discursos de todos os grupos, os quais são compostos da seguinte forma:

TABELA 1

GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	GRUPO E
Membros Condema	Catadores	Consumidores/ Moradores	Professores	Empresários do ramo dos resíduos

Os consumidores/moradores foram selecionados de modo a representar a diversidade de bairros e, conseqüentemente, de renda. Foram entrevistados os responsáveis por dispensar os resíduos sólidos domésticos, independente de cor, sexo, idade, grau de escolaridade. Assim como os consumidores/moradores, os catadores, os professores e os empresários foram escolhidos por acessibilidade, enquanto o critério para o Grupo A foi a participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente (CONDEMA), que reúne atores de organizações sociais. Para todos aplicaram-se entrevistas semiestruturadas, em conversas que duraram de meia hora à uma hora e meia. Este artigo se detém nas representações sociais construídas a partir da pergunta: O que é meio ambiente pra você?

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas e transcritas integralmente. Depois foram organizadas, em paralelo, as respostas dos diferentes indivíduos de cada grupo. As representações sociais centrais dos informantes sobre meio ambiente foram tratadas por meio da análise de conteúdo, quando se optou por manter suas formas de expressão. Trata-se de uma leitura atenta das representações expressas pelos entrevistados nas suas falas, buscando identificar padrões de respostas que apontem para possíveis estratégias de comunicação para educação ambiental. Portanto, esclarecidos os procedimentos metodológicos, a seguir analisam-se quais representações os cinco grupos constroem sobre meio ambiente.

## 5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE

Os sentidos conferidos pelos atores sociais nos discursos e nas atitudes sobre o meio ambiente refletem sua inserção sociocultural, as mediações, as trocas, as interações e as representações sociais estabelecidas em comunidade. Uma primeira

constatação importante é que a representação social de meio ambiente é ainda vaga para a maioria deles, que a *objetivam*, isto é, procuram dar-lhe concretude, ligando-a à natureza e aos elementos como água, vegetação, clima e relevo.

No grupo A, formado por atores que representam organizações sociais no CONDEMA, observa-se a predominância de representações mesclando as dimensões naturais e sociais acerca do meio ambiente. As representações sociais salientam aspectos naturais, incluindo o ser humano a partir de uma visão biocêntrica de meio ambiente: “tudo que está a nossa volta... ligado à vida animal, vegetal, humana, toda.” Ou simplesmente designam a natureza: “água, ar”. Noutro conjunto de respostas, encontrou-se a problematização das questões ambientais quando representam o meio ambiente no seu aspecto natural, mas sofrendo as consequências de aspectos sociais. Nessas representações o ser humano está incluído, não como parte intrínseca, mas lhe é atribuído o sentido de responsável pela destruição: “sol, poluição, água, finitude dos recursos, responsabilidade, controle de natalidade”; “destruição de um lugar bonito causada pelo homem”; “todas as ações têm repercussão”. Existem representações sociais de meio ambiente que atribuem à natureza um sentido idílico, romantizando a convivência entre o homem e o espaço físico: “um lugar bonito de se ficar, árvores, rio”; “curtir a família em um lugar legal”.

Os catadores e consumidores/moradores (respectivamente grupos B e C) têm representações sociais sobre o meio ambiente com um traço comum: estão fortemente relacionadas com os sentidos de limpeza. Esse sentido está *ancorado* em valores da cultura local, sendo observada forte admiração pela manutenção da limpeza e da organização em geral. Outro componente das representações sociais compartilhadas entre os dois grupos em relação à limpeza corresponde às funções interdependentes desempenhadas na destinação dos resíduos sólidos: enquanto um é responsável pelo recolhimento doméstico, o outro retira daí sua sustentação financeira. Mas tais tarefas devem ser operadas sem acarretar na quebra dos padrões de “limpeza” da zona urbana. Assim, enquanto entre os catadores a limpeza está relacionada ao trabalho, entre os consumidores/moradores está relacionada ao espaço de lazer, à moradia.

Entre os catadores, grupo B, observou-se que seus discursos ressaltam as dimensões natural e ética, estão relacionados ao dever fazer/limpar/organizar. Os catadores mostram, dessa forma, uma tática defensiva em relação a possíveis represálias quanto à associação de sua imagem com quem espalha os resíduos durante a catação: “ambiente é o espaço limpo”; “não jogar lixo no meio ambiente. Manter tudo limpo. Assim nós trabalhamos”; “meio ambiente é limpar a cidade, juntar o lixo que eu junto. A gente deixa sempre tudo limpinho”; “é a limpeza, o capricho, conservar as coisas limpas”; “segurar organizado e limpo”; “conservar limpo o lugar que a gente trabalha”; “preservar a natureza. Tem muita gente que pega as coisas e atira e pronto”; “não jogar lixo na natureza e cuidar do meio ambiente”; “manter a natureza e ambiente limpo”. Um segundo conjunto de catadores associa meio ambiente com a natureza, sem ressaltar aspectos de limpeza, pouco relacionando-o ao trabalho e sem incluir o ser humano: “tá falando do mato e das árvores?”; “natureza, terra, tudo isso”; “árvores, natureza, separar tudo”;

“cuidado com a natureza, conservação do meio ambiente, solo, tudo”; “ar, grama, pássaros, tudo [...]”.

Entre os consumidores, Grupo C, os aspectos relacionados à limpeza incluem o ser humano a partir da relação entre o lugar de moradia e os cuidados: “[...] deixar tudo limpo, botar lixo no lixo. Eu acho que é tudo: rio, árvores, lixo”; “natureza, tudo que envolve”; “manter o ambiente bem agradável e valorizar onde a gente mora”; “limpeza e higiene, cuidado com rios, árvores”; “onde a gente vive, toda a natureza, a preocupação que a gente tem, onde vai jogar o lixo [...] natureza limpa [...] árvores, água e ar puro”; “é a vida, essas coisas”; “[...] nossa vida, aquilo que vivemos”; “onde estamos, terra, ar, vento, chuva, sol e natureza”; “o lugar onde se habita”; “é sobre limpeza e separação de lixo”; “onde a gente vive”. Outras manifestações dos entrevistados revelam que as representações sociais estão fortemente *ancoradas* na valorização da organização: “Procurar manter ajeitado, limpo [...] cuidar, guardar, limpar”; “limpeza, deixar tudo limpo, com capricho, principalmente o lixo”; “o meio que a gente vive”; “preservar o verde, cuidar para não jogar plástico”; “tudo que envolve natureza, árvore, água, limpeza da cidade”; “onde eu vivo [...] vegetação, água, terra, animais”; “é o conjunto de tudo, o natural, árvore, ar, o lixo que a gente deixa, as casas”; “onde a gente vive”; “natureza limpa sem lixo”; “cuidar das coisas que a gente tem”; “cuidar, manter as coisas bem ajeitadas”; “onde vivo, pessoas com quem convivo”; “lixo no lixo, cuidar da limpeza”.

Um conjunto de consumidores representa o meio ambiente ressaltando dimensões naturais, e quando o ser humano é citado não tem destinado um lugar partícipe da natureza, mas cumpre um papel periférico ou destruidor. Como contraponto a essa atuação destrutiva surge a representação do cuidado: “é preciso cuidar do meio ambiente”; “solo, água, ar, animais e as pessoas manipulam tudo isso”; “poluição, cuidado com as árvores, com tudo, com o ambiente mesmo”; “o que está acontecendo hoje. Nós estamos sofrendo as consequências da informática, está estragando muito o meio ambiente. É tudo muito descartável”, “ futuro em relação à ação humana, cuidado das pessoas e consciência e é uma pena as destruições da Amazônia”; “saco plástico, desmatamento. Antigamente tinha muito mato virgem, e hoje não tem mais”; “cuidado com as condições de vida. Antigamente tinha ar puro, hoje não tem mais, com poluição, queimadas, muitos carros. Antigamente não era assim”; “preocupação com o futuro [...] estamos corroídos pela poluição”; “plantas, árvores, tudo que tem assim fora, só que tem que cuidar das plantas”; “tudo que tenha vida, que possa sofrer alteração em relação ao homem”; “harmonia de todas as árvores, do universo, sem agressão a nada”; “Tudo, descrever é complicado. Desde o cuidado com a casa, a separação do lixo, o jardim, as plantas, os animais, o homem, o cuidado pra manter.” Observa-se, relacionada à dimensão natural, que os discursos salientam a dimensão social a partir de um olhar histórico, o que se revela na comparação que fazem entre presente e passado, relacionando que agora há problemas devido à ação humana.

Nas falas dos dois subgrupos de consumidores o verbo *cuidar* é recorrente e está relacionado com a dimensão ética. As representações sociais de consumidores e catadores demonstram a relação direta existente na vida cotidiana entre os grupos e deles com os resíduos. Descartados pelos consumidores/moradores mais inseridos

no processo de consumo, os resíduos geram renda aos catadores, caracterizando uma relação direta entre produtor-consumidor em que as relações são invertidas: os moradores tornam-se produtores da matéria-prima e os catadores tornam-se consumidores dos descartes.

No grupo D, abrangendo professores, verificou-se maior diversidade entre as representações sociais que refletem o tipo de envolvimento diferenciado com o tema. Os professores apresentaram dois conjuntos de respostas que relacionam aspectos sociais e naturais: o primeiro de forma interacional e o outro observando o meio como um lugar de entorno do ser humano. Neste grupo o conjunto de representações produzidas pelos atores não fazem relação entre aspectos sociais e naturais, apesar de entenderem que o ser humano está inserido no ambiente: “o meio que a gente vive”; “é vida, tudo que nos cerca”; “o habitat que a gente vive né, onde eu estou inserida”; “todos nós, é tudo que nos cerca”. Já entre aqueles que destacam o aspecto interacional encontraram-se as seguintes representações sobre meio ambiente: “é tudo, é a natureza, somos nós, a relação que nós temos, tudo, todo conjunto”; “conjunto de elementos bióticos e abióticos com relações harmônicas e desarmônicas nos diferentes ecossistemas”; “um todo que abrange fatores bióticos e abióticos numa interação constante com equilíbrio mútuo”.

Nesse grupo se destaca o discurso de uma professora que, além de perceber a interação entre ser humano e natureza, problematiza essa relação a partir da dimensão ética: “Não deveria ser meio, porque o ambiente é um todo... tudo faz parte desse clima de vida. [...] Hoje eu acho que o cuidado é gerar um clima de vida saudável [...] é o meio onde eu circulo, onde eu vivo, onde se respeita, que é um dos outros valores que nós estamos trabalhando, o respeito com a própria vida, o respeito com o outro, o respeito com as coisas [...] Esse individualismo vem matando a vida [...] Infelizmente o ser humano continua danificando e, muitas vezes, não querendo mudanças. E, muitas vezes, devido à inversão de valores, ao invés de ser em primeiro lugar, o ser humano coloca o ter”. Esse discurso mostra a tensão existente entre o conjunto de sentidos que se vem construindo acerca do tema, relacionando-o aos comportamentos humanos. No entanto, em nenhum momento essa ligação é concretizada pela professora com a indicação de ações destrutivas verificadas na sua comunidade, mas sim de forma abstrata e genérica.

Entre os empresários, grupo E, formado por compradores de resíduos coletados pelos catadores de Estrela, observa-se que a representação social de meio ambiente salienta as dimensões econômica e política, o que está intrinsecamente ligado ao seu negócio e às exigências de órgãos ambientais. Em segundo plano surgem representações relacionadas aos aspectos naturais, mesmo assim sem a inclusão do ser humano. Meio ambiente, para um deles, é “a conservação da natureza, o negócio da transformação de lixo em material reciclável, essas coisas”. Para outro, meio ambiente “é importante, eu até sou legalizado na FEPAM<sup>3</sup> e tudo. Temos que cumprir normas pra poder dar continuidade ao nosso serviço aí. Tem que ser tudo em lugar coberto, e eu acho que eles têm que fazer a parte deles, têm que fiscalizar mesmo, porque, se não fiscalizar, vira uma anarquia né. [...] A natureza né, o rio,

---

<sup>3</sup> Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – RS.

o Taquari, os matos aí, que agora já tão... tu vê aqui atrás tem um mato fechado, e vão tirar tudo pra fazer loteamento. Eu acho que tá prejudicando o meio ambiente tudo, todo esse processo". Já para o terceiro empresário meio ambiente "é a gente preservar os recursos naturais, né? e retirar da natureza todos os componentes para a reciclagem. Sendo plástico, ferro, não deixar atirado na natureza, pra não poluir rios, não poluir córregos e preservar o meio ambiente. Eu acho que essa seria a concepção de meio ambiente."

## 6 CONCLUSÕES

Em relação às questões colocadas no início do artigo: Quais representações sociais os atores da sociedade civil constroem sobre o meio ambiente no Vale do Taquari e como elas se relacionam com o tema dos resíduos sólidos domésticos?, observou-se que as dimensões ética e cultural têm pouca força nas representações sobre meio ambiente expressas nas falas dos atores, o que determina uma relação distanciada entre o ator social e a natureza, demonstrando, de modo geral, que os entrevistados não se sentem parte da natureza nem a tem como parte de si. Os atores não fazem uma relação entre as dimensões natural-cultural. Ao invés disso, seus discursos assinalam a supervalorização da dimensão natural quando se representa o meio ambiente, com os aspectos sociais surgindo em segundo plano.

Nenhum deles indicou suas atitudes pessoais/ética individual como causadoras dos problemas ambientais, mas sempre lembram um outro distante ("os seres humanos", "o homem, as pessoas", "tem gente") como possível destruidor da harmonia desejada. Em nenhum discurso observou-se a relação entre o consumo como possível agente causador da destruição do meio ambiente, lamentada pelos entrevistados. Todos os entrevistados estão diretamente ligados ao tema como consumidores de bens materiais que, em maior ou menor grau, implicam em descarte de resíduos. Portanto, a relação entre consumo e responsabilidade individual não é elaborada pelos envolvidos nas representações sociais acerca dos resíduos sólidos. A dimensão ética surge quando as representações apontam a preocupação com a necessidade de se ter cuidado com o que os atores consideram meio ambiente. No entanto, em nenhum momento chamam para si essa responsabilidade.

De qualquer forma, as representações sociais sobre meio ambiente incluem a relação com o tema dos resíduos sólidos domésticos de forma livre, já que, nas respostas à pergunta inicial: "O que é meio ambiente para você?", os atores citavam espontaneamente o tema dos resíduos. Observou-se a relação estabelecida entre abordagens recorrentes na imprensa e nos espaços midiáticos massivos e dificuldades vivenciadas recentemente no cotidiano da comunidade por meio de constante alusão à relação existente entre lixo e água, pois uma enchente havia ocasionado, poucas semanas antes da realização das entrevistas, o entupimento de bueiros pelo lixo jogado nas ruas.

Abaixo sintetizamos as dimensões predominantes explicitadas nas representações sociais sobre meio ambiente pelos cinco grupos de atores sociais. Observa-se que o meio ambiente está atrelado aos sentidos relativos, predominantemente à dimensão natural, seguida pela dimensão social, o que pode

se sintetizar na afirmativa: meio ambiente é a natureza que sofre com a ação humana, em que o ator não se inclui diretamente. Esse sentido não foi determinante apenas nos discursos dos empresários, que relacionaram meio ambiente à fonte econômica e obrigações legais. A preocupação ética surge nas falas dos dois grupos que interagem mais diretamente entre si e com os resíduos: os moradores e os catadores. E essa dimensão explicita uma característica intrínseca à cultura germânica: organização e limpeza.

TABELA 2

GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	GRUPO E
Membros Condema	Catadores	Consumidores/ moradores	Professores	Empresários do ramo dos resíduos
Dimensões predominantes: natural e social	Dimensões predominantes: natural e ética	Dimensões predominantes: natural, social, ética	Dimensões predominantes: natural e social	Dimensões predominantes: econômica, política

Essas e outras dimensões formam e interferem o *ethos* do campo ambiental, constituindo-se uma marca cultural deste campo do saber. Segundo RODRIGUES (1990, p. 149), as dimensões que atravessam um campo social tem a ver com seu processo de gestação, autonomização e genealogia. As dimensões referem-se a maneiras de ser e agir que são apropriadas pelos campos entre si num processo comunicacional que é inerente aos campos sociais em interação no espaço público. A força e a legitimidade do campo ambiental serão maiores quanto mais conseguirem impor seus valores para o maior número de campos sociais. Segundo Rodrigues, as dimensões são “estratégias funcionais que se articulam, no presente, com os procedimentos táticos dos agentes e dos actores sociais”.

Diferentes dimensões são movimentadas dentro do mesmo campo social pelos diferentes atores, conforme suas lógicas e interesses, o que determina lutas de forças e conflitos entre as dimensões do saber ambiental em construção. Trata-se de enfrentamentos culturais que são expostos nas lógicas discursivas dos diferentes atores sociais em interação, e que estão continuamente construindo e re-construindo o *ethos* do campo ambiental. Portanto, compreender como se manifestam e são movimentadas essas dimensões nas ações simbólicas e físicas dos atores é imprescindível para analisar a problemática ambiental.

É nesse sentido que as ações comunicacionais-midiáticas que visem a sensibilizar para atitudes sustentáveis em relação aos resíduos sólidos domésticos em Estrela precisam levar em conta os sentidos presentes nos discursos dos atores do campo ambiental da comunidade local. As ações de educação ambiental devem estar ligadas ao repertório cultural dos atores a que se destinam, a fim de que sejam criadas mensagens geradoras de empatia com os receptores. Assim, atributos valorizados, como a limpeza, o cuidado com a natureza e com o espaço de vivência e trabalho, devem fazer conexões entre ações individuais e os problemas ambientais comunitários.

As observações apontam para a hipótese de que, em pequenas comunidades onde a circulação dos discursos sobre os temas ambientais é mais restrita, a tendência é encontrar-se a recorrência de sentidos entre os discursos dos atores e as representações presentes nos discursos midiáticos, conforme identificaram MAZZARINO e KAUFMANN (2007) ao analisar as representações centrais sobre meio ambiente e resíduos sólidos domésticos nos discursos de dois jornais locais de Estrela.

A troca de experiências entre os grupos e entre integrantes de um mesmo grupo pode criar solidariedades e determinar um movimento coletivo de sustentabilidade ambiental nas práticas cotidianas. Um ponto de partida é a elaboração de mensagens diferenciadas, utilizando-se da variedade dos repertórios culturais dos grupos, a fim de sensibilizar a comunidade a partir de um discurso que faça sentido para seus receptores. Organização e limpeza são sentidos comuns identificados nos repertórios de diferentes grupos da comunidade de Estrela, e assim constituem-se um elo simbólico entre seus moradores. As estratégias de comunicação para a educação ambiental via instrumentos midiáticos – impressos, audiovisuais, rádio, televisão ou internet – que se utilizarem desses significados podem determinar maior participação no processo de coleta seletiva pelos consumidores responsáveis pelo descarte diário de resíduos.

A sustentabilidade das práticas culturais cotidianas relacionadas ao meio ambiente poderá ser reforçada/descadeada por meio de mediações planejadas também nas interações face-a-face que se realizam a partir de atividades culturais dos grupos sociais comunitários: corais, grupos de dança, clubes de mães etc. Assim, respeitadas as práticas e os repertórios de cada grupo e aqueles compartilhados, criam-se e reforçam-se os “laços comunitários”, a partir de novas percepções da relação entre ser humano e natureza.

A desconsideração dos modos de ver, de ler, de escutar, de dizer da comunidade pode determinar o fracasso das políticas públicas ambientais, que necessitam de eficácia comunicacional com os grupos sociais. Se essas mensagens não fizerem alusão aos valores dos grupos sociais, o que as análises dos discursos deixaram entrever, a estratégia comunicacional não estará desencadeando o reconhecimento do outro para a necessidade de relações mais sustentáveis na comunidade.

## REFERÊNCIAS

BOUGNOUX, D. **Introdução às ciências da informação e da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Vale do Taquari**. 2008. Disponível em: <[www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Vale=do=Taquari](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale=do=Taquari)>. Acesso em: jul. 2008.

FRANÇA, VRV. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA, M.; GOMES, R. C.; FIGUEIREDO, V. L. F. (Org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2004. p. 13-26.

GARCIA CANCLINI, N. **Cultura e comunicación**: entre lo global y lo local. La Plata: Universidad de la Plata, 1997.

\_\_\_\_\_. Puede ser hoy marxista la teoría de la cultura? In: **Ideologia, cultura y poder**. Buenos Aires: UAB, 1997b.

HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). **Representation**: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage/Open University, 1997. p.1-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2007. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1)>. Acesso em: jul. 2008.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS. 2000.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTIN-BARBERO, J. **Processos de Comunicación y matrices de cultura**: itinerario para salir de la razón dualista. México: Gustavo Gili, 1988.

\_\_\_\_\_. **De los medios a las mediaciones**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MAZZARINO, J. M. **A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-mediatizadas do movimento socioambiental**: um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre. 2005. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

MAZZARINO, J. M.; KAUFMANN, C. **O discurso ambiental da mídia impressa de Estrela RS e a formação de meios de comunicação comunitários**. No prelo.

MORIGI, V. J.; BINOTTO, S. F. T.; SEMENSATTO, S. 2004. Trama de Informações e as Formas de Comunicação nas Festas Comunitárias: um estudo em Estrela – Rio Grande do Sul. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 319-333, jul./dez. 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTRELA. **A cidade**. Disponível em: <[www.estrela-rs.com.br](http://www.estrela-rs.com.br)>. Acesso em: jul. 2008.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2004.

RODRIGUES, A. **Estratégias de comunicação**. Lisboa: Presença, 1990.

SPINK, M. J.; MEDRADO, B. MELLO, R. P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. In: **Psicologia: reflexão e crítica**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 151-164. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: set. 2006.

VAN DIJK, T. A caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso. In: \_\_\_\_\_. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

VERÓN, E. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

\_\_\_\_\_. **La semiosis social**: fragmentos de una teoría de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1996.

\_\_\_\_\_. **La mediatización**. Buenos Aires: Ed. UBA, 1997a.

\_\_\_\_\_. Esquema para el análisis de la mediatización. In: **Revista Dialogos de la comunicación**, n. 48, p. 9-17. 1997b. Disponível em: <<http://www.dialogosfelafacs.net>>.

WINKIN, Y. Una universidad invisible. In: WINKIN, Y. (org.). **La nueva comunicación**. 4. ed. Madrid: Kairós, p. 27-106. 1996.

# A MEDIAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO SABER AMBIENTAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E REPRESENTAÇÕES<sup>1</sup>

*Dr. Valdir José Morigi, Ms. Vera T. S. Costa, Cristine Kaufmann*

**RESUMO:** As representações sobre as práticas ambientais dos educadores constituem-se em elementos fundamentais no processo da construção do saber ambiental, uma vez que eles são os mediadores responsáveis pela transmissão do conhecimento. O estudo buscou verificar quais as representações sociais dos professores sobre o meio ambiente no contexto atual. A pesquisa foi realizada com professores de escolas públicas e privadas do município de Estrela-RS, em 2007. Os instrumentos utilizados para coleta dos dados foram entrevista e observação. Concluiu-se que a mediação simbólica exercida pelos docentes, por meio de suas representações sobre o meio ambiente, está ligada às informações recebidas na formação de curso superior e às práticas de educação ambiental desenvolvidas em conjunto com os alunos no contexto escolar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Representações Sociais e Meio Ambiente. Práticas Pedagógicas.

## 1 INTRODUÇÃO

Os professores são considerados essenciais na constituição de saberes sobre a questão ambiental. A escola é um local atravessado por mediações entre o estudante e o conhecimento, pela prática pedagógica, pelo contexto sociocultural e pelas representações sociais. Nas interações cotidianas estabelecidas, essas mediações revelam e constroem significados permitindo aos pesquisadores identificarem e compreenderem quais as representações sociais dos professores sobre as práticas ambientais que incidem em sua atuação como agentes de sensibilização por meio das práticas pedagógicas adotadas.

Ao propor examinar a mediação pelas práticas pedagógicas e, da mesma forma, as representações sociais dos professores sobre o meio ambiente, esta pesquisa buscou embasamento teórico nas propostas dos estudos culturais latino-americanos, em particular de MARTÍN-BARBERO (1988, 1997) e OROZCO GÓMEZ (2005), assim

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado em outra versão intitulada, "Representações sociais e práticas pedagógicas: a mediação dos professores na construção do saber ambiental, um estudo em Estrela-RS", na Revista Caderno Pedagógico do Centro Universitário UNIVATES, v. 6, 2009.

como nos de GARCÍA CANCLINI (1997) e de HALL (1997), no âmbito da cultura. Já as teorias acerca das representações sociais fornecem os subsídios por meio dos estudos de MOSCOVICI (1978, 2003), JODELET (2001) e JOVCHELOVITCH (2000), bem como os de REIGOTA (1995) sobre as representações sociais relacionadas ao meio ambiente. Quanto à abordagem da prática pedagógica como uma prática social mediadora, foram considerados os trabalhos de D'ÁVILA (2005). Essas contribuições foram tecidas com os devires dos autores do artigo, constituindo-se numa tecelagem, na qual todos são co-autores.

A metodologia utilizada consistiu na pesquisa qualitativa exploratória com coleta de dados, por meio de entrevistas semiestruturadas e da observação realizada pelo pesquisador. As entrevistas gravadas, e posteriormente transcritas, foram realizadas com diretores e professores das redes pública, municipal e estadual, e privada. Após as transcrições, procedeu-se a análise das narrativas, procurando mostrar como se forma a tessitura da trama dos sentidos sobre o meio ambiente por meio das narradoras protagonistas, considerando como ambiente as escolas onde atuam. Para tanto, são considerados como personagens os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental.

Segundo LEFÉVRE (2000), a quantidade não é uma variável crítica nas pesquisas qualitativas, sendo mais importante contemplar as várias possibilidades de um campo social e ideológico, como é o caso de representações sociais sobre determinado tema. Nesse caso, é indicada a utilização de amostras intencionais e com critérios qualitativos de coleta e processamento de dados.

Neste trabalho, a amostra é intencional e parte de um critério básico: a existência de atividades de educação ambiental na escola. Assim, foram selecionados professores e diretores das escolas públicas e privadas da rede estadual e municipal de Estrela/RS, sendo cinco diretoras e quatro professoras, propiciando que fosse averiguada a atuação de diferentes funções do contexto escolar: a sala de aula e a instituição. Portanto, foi selecionada uma amostra que desse conta da diversidade dos grupos sociais envolvidos, formada por professores que mostraram disposição e interesse em participar da pesquisa. Com esse objetivo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com roteiro, em conversas que duraram de meia hora a uma hora e meia, contendo ao final uma pergunta em aberto para livre manifestação. Os depoimentos foram organizados em blocos de acordo com as perguntas roteirizadas.

## **2 MEDIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E REPRESENTAÇÕES**

Entre as mediações e as representações sociais existe uma profunda conexão realizada no cotidiano das interações urdidas nas relações em que o sujeito está inserido (a família, a escola, os espaços de lazer, o consumo, o papel social), a subjetividade (sua memória, história de vida, sexo, faixa etária, condição socioeconômica), bem como nos processos comunicacionais (tanto nas conversações como pela mídia). Segundo FRANÇA (2004, p. 20), o cruzamento desses dois eixos – representações e mediações – une a forma como interpretamos o mundo e suas imagens, num

processo reflexivo (representações), e como lidamos com essas interpretações no terreno da experiência (mediações), que é o “[...] terreno da história, da cultura, da vida cotidiana, que intervém nos processos de apropriação.” Ou seja, as mediações dizem respeito ao “trabalho de consumir, assimilar, dar feição” às representações e imagens que são disponibilizadas e produzidas pelos indivíduos.

Como afiança SIGNATES (1998), traçar um mapa conceitual das mediações não é uma tarefa fácil, já que elas não consistem em “intermediações” nem em “filtros”. Os estudos culturais latino-americanos, particularmente os trabalhos de MARTIN-BARBERO (1997), situam as mediações no campo da comunicação como processos em que novos significados vão sendo construídos na recepção, reconhecimento e apropriação dos conteúdos midiáticos, sendo influenciados pelos espaços, temporalidades e competências culturais dos indivíduos. A importância da cultura é destacada por GARCIA CANCLINI (1997), quando propõe pensar os processos de mediação e de comunicação na vida cotidiana como práticas culturais e políticas, espaços de criatividade.

A mediação não é apenas um ato de passagem, mas um momento de construção de significados que se realiza nas interações, dentro de um contexto sócio-histórico e cultural. No contexto escolar, ela se realiza cotidianamente. Como salienta D’AVILA (2001, p. 45):

Mediar não significa tão somente, efetuar uma passagem, mas intervir no outro polo, transformando o sentido da intervenção sob inúmeras formas, desde as modalidades mais amplas – como a mediação sociopolítica que pratica a escola/o fenômeno educativo face aos alunos que se formam - às modalidades que se inserem no âmbito da prática pedagógica, onde se posiciona, primordialmente, o professor como mediador.

O espaço da medição pedagógica estaria justamente em considerar a bagagem cultural do aluno e os objetos do conhecimento formal para realizar “a tradução” adequada. Nessa bagagem cultural estão incluídos os conhecimentos que MARTÍN-BARBERO (2002) considera como dispersos, fragmentados e difundidos pelos meios de comunicação que, assim, questionam a escola como o único local da difusão do saber.

Esta diversificação e difusão do saber, por fora da escola, é um dos desafios mais fortes que o mundo da comunicação coloca ao sistema educativo. Frente ao professor que sabe recitar muito bem sua lição, está um aluno que, por osmose com o meio ambiente comunicativo, se ‘encharcou’ de outras linguagens e saberes que circulam pela sociedade (MARTIN-BARBERO, 2002, p.13).

GÓMEZ OROZCO (2005) aponta como um problema da sociedade a falta de compreensão sobre o papel exercido pelos meios massivos enquanto instrumentos educativos, entre eles a televisão. À medida que os proprietários dos meios apregoam seus produtos como entretenimento e os professores negam o processo educativo estabelecido, um tipo de educação está se efetivando por meio do divertimento. GÓMEZ OROZCO (2005, p.18) observa: “[...] eu acredito que há

uma ideia equivocada sobre educação e que é preciso mudar essa ideia. Educação pode ser muito divertida, pode ser fora da escola, pode ser muito mais que somente instrução.”

Como chama a atenção MARTÍN-BARBERO (2002), ignorar essas realidades pode conduzir tanto os professores como a escola a um “autoritarismo”, associado à negação de sua efetividade no cotidiano, não atendendo às demandas da contemporaneidade. Ou, como aponta GÓMEZ OROZCO (2005), a uma atitude de combate aos meios massivos de forma ideológica, sem o aproveitamento dos saberes que eles continuam irradiando. D’ÁVILA (2005) afirma que a mediação introduz nova perspectiva no processo de ensino-aprendizagem, indicando que as decisões pedagógicas e a reflexão dos alunos acontecem em espaços de conflitos e crítica nos quais se negociam entendimentos para efetivar o processo de aprendizado.

Nos saberes de alunos e professores estão as representações sociais, entendidas como uma forma de conhecimento elaborada e compartilhada por grupos sociais para explicar e compreender os fatos, as experiências, as ideias, constituindo uma realidade comum. A Teoria das Representações Sociais, inicialmente elaborada por MOSCOVICI (1978, 2003), estuda essa forma de saber que se mostra dinâmica, adequando-se ao contexto cultural e ao período histórico. Esse saber compartilhado explica a realidade social e orienta os comportamentos realizando a conexão entre os processos mentais do indivíduo, as abstrações do conhecimento e a vida cotidiana, orientando as interações sociais em que está mergulhado. Estudar as representações sociais é buscar compreender o que é pensado sobre determinado tema, mas também como e por que tais entendimentos se constituíram.

Na escola entrecruzam-se dois universos do conhecimento: o reificado e o consensual. O primeiro é representado pela ciência fixando a forma pela qual os diferentes objetos devem ser entendidos pela sociedade. O segundo expressa o conhecimento do senso comum, incorporando inclusive aqueles saberes elaborados pela ciência. Atribuir a circulação de representações sociais apenas aos estudantes iniciantes no conhecimento formal é colocar os educadores como imunizados às explicações consensuais que invadem o seu cotidiano nas interações sociais e entender que eles devem aplicar o rigor metodológico da ciência a todas as suas atitudes. As representações sociais, como ressalta MOSCOVICI (2003), estão presentes em todos os universos e atuam de modo a convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos, classificando-os e permitindo uma compreensão comum. Elas se desenvolvem a partir de dois processos - a *ancoragem* e a *objetivação* - elaborados para que tudo o que é estranho, diferente, inovador possa ser compreendido.

A *ancoragem* se realiza quando uma ideia ou objeto novo é comparado a um conjunto de conhecimentos já instituídos - familiares -, adquirindo as características dessa categoria. Em outras palavras: ancorar é encaixar algo estranho numa categoria familiar, - mesmo à custa de simplificações ou distorções -, proporcionando conforto para lidar com o inovador no cotidiano. Já a *objetivação* é a concretização do que é abstrato em um processo de duas fases. Em um primeiro momento, há a materialização figurativa ou icônica das abstrações, como os sentimentos (amor, ódio, tristeza) ou ideias. A materialização do deus nas religiões monoteístas é representada pela figura paterna, reunindo características de proteção, orientação, disciplina e

segurança. Em um segundo momento, esse novo paradigma é assimilado e assume uma concretude para o senso comum. As representações sociais são continuamente criadas e recriadas formando novos significados a partir de um repertório já existente com componentes em que se mesclam a tradição e a inovação.

Elas estão presentes nas mais diversas formas de interações, – entre sujeitos, indivíduos, entre estes e a mídia e também entre estes e o conhecimento –, e, como destaca JOVCHELEVITCH (2000, p. 81), “[...] as representações sociais não somente surgem através de mediações, mas tornam-se, elas também, mediações sociais.” No contexto escolar, professores e alunos estão envolvidos em mediações trazendo representações sociais que circulam através de processos comunicacionais – conversacionais ou midiáticos – que incidem sobre o processo de ensino - aprendizagem.

Ao se perceber a escola como espaço interativo e mediador de condutas e comportamentos dos cidadãos, investe-se no papel dos professores como multiplicadores do saber e responsáveis pela formação do cidadão consciente. Para JACOBI (2003, p. 6), a própria noção de educação ambiental está situada em um contexto de educação para a cidadania, “[...] configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos.” A transmissão do conhecimento, pelas práticas pedagógicas, adquire significação no contexto social. Como afirma FREITAS (2007, p. 152): “A transformação no comportamento do estudante por meio da consciência ambiental tem grandes possibilidades de concretização por meio da ação educadora do professor em sala de aula e fora dela”. Como prática pedagógica podemos citar a educação ambiental.

### **3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: AS TENSÕES ENTRE O TRANSFORMADOR E O CONSENSUAL**

Nas últimas décadas, os danos ao meio ambiente e suas consequências solidificaram uma preocupação na sociedade com essas questões, invadindo todas as áreas de atuação. A educação ambiental passou a fazer parte também do campo da educação e foi regulamentada, no Brasil, pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que a normatiza “[...] como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Artigo 2º)”. A lei também explicita que a educação ambiental não deve ser uma disciplina específica no currículo escolar, mas “[...] uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.”

A lei, por conta própria, não trará as mudanças desejadas, como afirma BRÜGGER (1994), pois o problema ambiental não se origina na ausência de educação, mas repousa num modelo de desenvolvimento econômico hegemônico que instrumentalizou o uso dos recursos naturais de forma intensiva. REIGOTA (1995, p. 25) afirma que a prática pedagógica se justifica, na medida em que “[...] colaborar na busca e construção de alternativas sociais baseadas em princípios ecológicos, éticos e de justiça para com as gerações atuais e futuras”. Nessa perspectiva, a educação ambiental é vista como parte de um processo que promove

no aluno a capacidade de construir conceitos, significações e saberes a partir de suas experiências de vida. Porém, a educação ambiental não deve ser apenas uma educação de conteúdo, mas, também, de postura. Para que isso aconteça, é preciso que os educadores ambientais compreendam e sintam para comunicar aos educandos que a relação com a natureza deve ser de equilíbrio, de prudência e harmonia. Portanto, precisamos de uma educação conscientizadora, dialógica, de comunicação e libertação. E, para que essa educação ocorra, é preciso incentivar a colaboração e a participação dos educandos, estimulando a observação e a curiosidade dentro dos limites da ética (FREIRE, 2003).

Nesses saberes ambientais, da escola básica ao ensino superior, estão incluídas as representações sociais. A formação dos professores não estabelece uma conceituação única para meio ambiente, como salienta REIGOTA (1995, p. 14), constatando a diversidade existente: “as definições indicam que não existe um consenso sobre o meio ambiente na comunidade científica em geral. Por seu caráter difuso e variado, considero então a noção de meio ambiente uma representação social”. Mas, mesmo que o meio ambiente apresente esse caráter variado de discursos e conceitos, a difusão ambiental é de grande importância para a resolução da problemática ambiental atual, dado que a difusão de novos valores e a formação de uma consciência ambiental são facilitadas pelo saber oriundo de discussões e experiências que considerem devidamente tanto o conhecimento acadêmico quanto a sabedoria popular (ERIVALDO, 2003).

AZEVEDO (1999) propõe que o conteúdo ambiental desenvolvido na sala de aula não seja definido apenas pelo professor, mas constituído também a partir das representações sociais dos alunos sobre o meio ambiente. E, para identificá-las, recomenda a utilização de materiais de revistas e jornais selecionados pelos alunos reconhecendo, na perspectiva que assinalam MARTIN-BARBERO (2008) e OROZCO (2005), a existência de saberes veiculados pelos meios de comunicação.

Para JOVCHELOVITCH (2008), a Teoria das Representações Sociais também é uma teoria dos saberes sociais, pois as representações estão na base de todos os sistemas de saber, dirigindo-se à construção e transformação desses em relação a diferentes contextos sociais. Dessa forma, essa é uma teoria dos saberes sociais, que também deve ser entendida como uma teoria sobre como novos saberes são produzidos e acomodados no tecido social. Isso significa que a construção de novos saberes sobre as questões ambientais deve ser realizada a partir das interações entre diferentes saberes, de diferentes representações sobre a problemática ambiental, de professores e alunos.

Assim, as representações sociais tornam-se o ponto de partida na construção de novos conhecimentos, fornecendo subsídios aos professores para complementar o plano pedagógico, organizando atividades a partir dos temas escolhidos, por meio de um enfoque que realiza a mediação entre as representações sociais e o conhecimento científico na construção de um saber ambiental de nova significação. Entre os professores, representações sociais e conhecimento científico se tencionam e influenciam a prática pedagógica - ou no conteúdo ou na metodologia -, dando ênfase à preservação ou à reciclagem. Portanto, as representações sociais realizam mediações no processo de ensino-aprendizagem.

Mediações e representações sociais devem ser examinadas dentro de um contexto sócio-histórico, considerando o repertório cultural do grupo/comunidade, bem como suas práticas sociais, pois o núcleo de intercessão entre estas duas forças – mediações e representações – está no terreno da sociabilidade, das práticas da vida cotidiana (FRANÇA, 2004).

GARCIA CANCLINI (1997) visualiza a cultura como uma instância de organização da identidade de um grupo que se transforma, na atualidade, por meio de um processo social de significação global, transpassando fronteiras, abastecendo-se cada grupo de repertórios culturais muito diferentes e em constante construção que complexificam o sistema cultural. HALL (1997) assinala que os significados são produzidos em um circuito que inclui formulação de representação, da identidade, do consumo e da regulação, ressaltando que a interação social realizada pelos meios de comunicação tem acelerado essa circulação e instaurado novos sentidos. Portanto, as questões culturais devem ser levadas em conta quando refletimos sobre as questões ambientais, na medida em que permitem compreender as especificidades e necessidades de cada local. Pelo caráter complexo dessas questões socioambientais é que a problemática ambiental, para ser melhor compreendida, requer uma visão holística e interdisciplinar dos fatos que a desencadearam, como forma de perceber a sua extensão e complexidade. É por isso que a educação ambiental deve basear-se na identificação dos problemas que interferem nas condições de vida dos indivíduos, favorecendo mudanças significativas de consciência que resultem em processos emancipatórios (ERIVALDO, 2003). Esses são alguns dos seus desafios, na medida em que, segundo JACOBI (2003), a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, visto que a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial a ela, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável, tornando-se, assim, uma condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental.

#### 4 CONTEXTO DA PESQUISA

Emancipado desde o século XIX, o município de Estrela é marcado pela colonização alemã e integra o Vale do Taquari, região centro-leste gaúcha. Em seus 184 km<sup>2</sup> abriga 29.071 habitantes, dos quais 86,6% vivem na área urbana. A economia se distribui entre a atividade agrícola, diversificada em pequenas propriedades dedicadas à suinocultura, avicultura e à produção leiteira. A indústria de transformação abrange materiais plásticos, embalagens metálicas, vestuário e calçados, alimentos e bebidas. Detentor de um PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* de R\$ 14.377,00, o município adquiriu importância estratégica para o escoamento da produção agrícola estadual por sediar o Terminal Intermodal (Entroncamento Rodo-Hidro-Ferrovário), interligando a BR-386 (Governador Leonel de Moura

Brizola), o Rio Taquari (Porto de Estrela) e o ramal ferroviário que faz ligação com a ferrovia do trigo (Porto Alegre - Passo Fundo)<sup>2</sup>.

Os professores, objeto de estudo deste trabalho pertencem a uma comunidade de imigração alemã que ainda mantém costumes e tradições trazidos no século XIX, incluindo-se o uso de velhos dialetos germânicos. Culinária, músicas e festas comunitárias estão presentes no cotidiano reforçando a identidade cultural dos grupos que valoram a limpeza e a educação formal. O *site* oficial da prefeitura dá destaque a eles ao informar: “Estrela preserva a beleza das cidades originárias da colonização alemã, caracterizando-se pela organização, ruas limpas, passeios floridos e praças arborizadas.”<sup>3</sup>

Esses valores não afastam os problemas ambientais. Estrela é um dos dez municípios do Vale do Taquari<sup>4</sup>, situados às margens do rio Taquari, que periodicamente são atingidos pelas cheias do rio, ocasionando perdas de lavouras, destruição de moradias e o aparecimento de doenças, devido à liberação de resíduos industriais e domésticos. A recorrência de tais fenômenos engendrou a implantação do Sistema de Previsão e Alerta de Enchentes (SPAEE), gerenciado pela Univates. O sistema constitui-se numa ferramenta de informação e gestão pública que faz o monitoramento pluviométrico e hidrológico, realiza previsão hidrológica e faz o mapeamento das áreas inundáveis. Quando há o prognóstico de enchente iminente, os gestores públicos são notificados e podem estabelecer planos de evacuação nas áreas de maior risco por meio dos conselhos municipais de Defesa Civil. Os meios de comunicação locais também são informados, para que a população possa tomar precauções.

O conhecimento científico e a tecnologia servem, nesse caso, como uma das respostas possíveis ao debate entre os limites do crescimento nos moldes hegemônicos e a construção de nova racionalidade produtiva. O conhecimento aplicado pelo projeto universitário respondeu às necessidades locais dos problemas gerados pela descon sideração ao meio ambiente e ajuda na formulação de políticas públicas no município que incidem nas causas desses danos, entre elas estão os programas de gerenciamento dos recursos hídricos e florestais, bem como do solo. A coleta seletiva dos resíduos sólidos domésticos na zona urbana (composta por 13 bairros onde vivem 82% da população) e a implantação de uma usina de reciclagem mobilizam a ação local da sociedade civil que também se radica na educação ambiental das escolas. LAYRARGUES (1999) alerta que o discurso educativo direcionado à esfera da ação, em detrimento da reflexão, concentra esforços na correção, ao invés de buscar a prevenção. No caso em estudo, a educação ambiental nas escolas é bastante

---

<sup>2</sup> As fontes dos indicadores e dados do município citados neste artigo são: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2005/2007), Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2005) do RS e Prefeitura Municipal de Estrela.

<sup>3</sup> Dados constantes no site oficial da Prefeitura Municipal <<http://www.estrela-rs.com.br>>.

<sup>4</sup> A região é composta de 36 municípios. Os municípios abrangidos pelo SPAEE são: Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Colinas, Roca Sales, Encantado, Muçum, Bom Retiro do Sul e Taquari.

diversa e a ênfase em uma ou em outra perspectiva orienta-se pela postura da prática pedagógica de cada estabelecimento.

Estrela orgulha-se de estar entre os 64 municípios com menor índice de analfabetismo do Brasil. A rede municipal pública tem 11 escolas de educação fundamental (EMEF), da pré-escola a oitava série, contando com 145 professores e 1.842 alunos. Outras 10 escolas de educação infantil (EMEI) atendem crianças de quatro meses a cinco anos, onde atuam 147 professores responsáveis por 738 alunos, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo<sup>5</sup>. No ensino fundamental, o município conta ainda com outras oito escolas públicas estaduais e dois estabelecimentos privados. O ensino médio é atendido por quatro unidades públicas estaduais e por duas privadas.

## 5 A MEDIAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DO SABER AMBIENTAL: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS ESCOLAS DE ESTRELA-RS

Compreender as representações sociais dos professores sobre o meio ambiente a partir da perspectiva da mediação da relação pedagógica na construção do conhecimento no cotidiano conduziu as metodologias qualitativas de pesquisa, combinando-se procedimentos diferenciados que resultam em material consistente. Como o universo pesquisado é bastante amplo – o conjunto dos professores do ensino fundamental de Estrela -, demandando tempo e custos que inviabilizariam o trabalho, foi feita a opção por uma amostra considerando a presença de instituições públicas (municipais e estaduais) e privadas, num total de cinco estabelecimentos.

Este artigo se detém-se nas representações sociais construídas a partir da pergunta: O que é meio ambiente para você? Depois, examinam-se: a definição de educação ambiental, entendida como uma prática pedagógica, por meio dos temas abordados na escola; a metodologia adotada e a recepção dos alunos a esse processo. Encadeados, os depoimentos contam a história de algo que acontece(u) num período de tempo, formando um enredo contado pelas professoras e diretoras à maneira de cada uma. A prática narrativa, como ressaltam MARONNA e SÁNCHEZ (2007), é uma forma de conhecimento e organização do mundo que produz sentido tanto para o narrador como para os outros. Ao contar, o narrador quer se aproximar de seu público para construir um significado comum que será revelado na análise: “A análise busca verificar como se produz sentido através de expressões narrativas, **como construímos significações e como construímos nossa argumentação** através da expressão narrativa da realidade” (MOTTA, 2004, p. 12 - grifos do autor).

As narrativas mostram um método proveitoso para verificar as representações sociais. Jovchelovitch vê nos laços criados pelas narrativas, entre a banalidade do cotidiano e as situações inesperadas, o mesmo propósito das representações sociais que, pelos processos de ancoragem e objetivação, familiarizam o desconhecido: “Quando sujeitos sociais organizam eventos em uma trama, eles o revestem de

---

<sup>5</sup> Dados constantes no site oficial da Prefeitura Municipal, em <<http://www.estrela-rs.com.br>>. Acesso em: 6 nov. 2008.

significados, valores e afetos que são o material substantivo das representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 148).

As narrativas aqui examinadas são as vivências do cotidiano escolar atravessadas pelas mediações das experiências das práticas pedagógicas, pelo contexto sócio-histórico e cultural de Estrela, pelo conhecimento formal das narradoras e pela recepção dos alunos aos temas desenvolvidos. Ao proceder a análise, tomando-se como parâmetro as orientações de Gancho (2004), as entrevistadas são *narradoras* e *protagonistas* de um *enredo* tecido no contexto de cada escola sobre o *tema* da educação ambiental. As narradoras serão identificadas por letras do alfabeto para acompanhamento entre as representações que fazem a partir da primeira pergunta: O que é meio ambiente para você?

Dois conjuntos de respostas sobre o significado de meio ambiente brotam nas narrativas, relacionando aspectos naturais e sociais. No primeiro (das diretoras), o ser humano aparece inserido, mas sem o estabelecimento de uma relação direta de trocas:

[...] meio ambiente somos todos e tudo o que nos cerca. É o espaço onde se desenvolvem os seres vivos, onde a natureza se faz (*a*).

[...] o meio que a gente vive (*b*).

[...] meio ambiente para mim é vida, é tudo o que nos cerca (*c*).

[...] eu acho que é o ambiente onde a gente vive né, onde eu estou inserida, se estou aqui na escola eu preciso ter um meio ambiente favorável para mim, para as pessoas que trabalham um ambiente limpo, saudável, verde (*d*).

Nessas narrativas, o meio é mencionado de forma genérica, quase uma abstração, mas a *natureza* é o fator preponderante. Já o segundo conjunto enfatiza a interação, destacando-se a dimensão ética na relação manifestada apenas por esta diretora:

[...] o ser humano que continua danificando e, muitas vezes, não querendo mudanças, ao invés de ‘ser’ em primeiro lugar, o ser humano coloca o ‘ter’, possuir. Nós não fomos criados para a posse, mas pra ‘ser’, e isso também é meio ambiente: ser e deixar ser (*e*).

Outras três narradoras, professoras graduadas em Ciências Biológicas, marcam a interação evidenciando um componente científico nas representações em um encontro entre o consensual e o reificado:

[...] o meio ambiente para mim é um conjunto de elementos bióticos e abióticos que interagem entre si, estabelecendo relações harmônicas e desarmônicas nos diferentes ecossistemas (*f*).

[...] meio ambiente é um todo que abrange os fatores bióticos e abióticos numa interação constante, onde o equilíbrio de um depende do equilíbrio de outro (*g*).

[...] é o local onde vivemos e retiramos, juntamente com os demais seres vivos as condições necessárias para nossa vida. É também nosso próprio corpo (*h*).

Em uma maneira menos formal, esta professora estabelece a inter-relação:

[...] meio ambiente é tudo, é a natureza, somos nós, a relação que temos, todo o conjunto (*i*).

As atividades pedagógicas de educação ambiental desenvolvidas nas escolas são bastante variadas, abarcando desde a separação de resíduo seco e orgânico, com aproveitamento para compostagem e organização de hortas, ao plantio de árvores e limpeza do entorno da escola. A diferenciação verificada nas representações sociais acerca do meio ambiente aqui se mescla, mas com ênfase numa concepção *preservacionista*, acompanhada de desenvolvimento de novos *hábitos*. Instadas a definirem educação ambiental, as respostas são genéricas e amplas, incluindo também os cuidados com higiene, alimentação, vestuário, mas sempre referidas para um *outro*: o aluno ou as pessoas em geral. As narradoras se colocam à margem do processo, como se nele o seu papel fosse o de agente coordenador das mudanças, porque detém mais saber, e dificilmente colocam-se como um ator social que pode ser educado nessa relação.

[...] educação ambiental consiste num modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações dos diversos elementos de manutenção da vida (*a*).

[...] preparação para a vida, pra contemplar o que nós temos de bonito e valorizar tudo isso, preservar. Ter cuidados com a gente também, com o corpo, com alimentação. Não é só plantar e preservar as árvores (*b*).

[...] educação ambiental pra mim é toda e qualquer orientação que se dá com o objetivo de melhorar o local em que se vive (*c*).

[...] é o trabalho cotidiano dentro da escola para colocar o lixo no lugar certo, preservar água, trabalhar hábitos com os alunos (*d*).

A educação ambiental é vista como a transmissão de conhecimento inscrita nos modelos tradicionais da relação ensino/aprendizagem nos quais a mediação entre o (des)conhecimento do aluno e o saber está nas mãos e na responsabilidade do mestre. No entanto, o saber ambiental é visto sob outras perspectivas. LEFF (1999) entende que a educação ambiental deve promover a construção de saberes pessoais em um processo de confronto com a realidade e de diálogo com os outros em tensão entre a “objetividade” da ciência e as formas de significação atribuídas pelos indivíduos. Defende o autor que “

[...] não há um saber ambiental pronto e já dado, que se separa e insere nas mentes dos alunos, mas sim um processo educativo que fomenta a construção de conceitos pelo menos a partir de suas significações primárias.” (LEFF, 1999, p.121)

Entre os professores que revelaram representações sociais de interação entre a atividade social e o meio natural, o distanciamento está presente:

[...] educação ambiental é um conjunto de ações desenvolvidas pelas pessoas preocupadas e envolvidas com o meio em todas as esferas da sociedade. É entender o meio para nele agir conscientemente sem interferir nos ciclos naturais existentes, orientar, aplicar e demonstrar atitudes responsáveis e conscientes no ato de educar as pessoas que a nós foram confiadas no trabalho (f).

[...] é educação sobre esta interação de fatores bióticos e abióticos enfatizando sempre a importância do equilíbrio entre esses sistemas (g).

As exceções, a própria inclusão na dupla condição de educador e educando permanente, estão nas narrativas da diretora e das duas professoras da escola privada católica de orientação franciscana que vem mantendo por muitos anos o processo de educação ambiental. Em 2007, época dessas narrativas, a escola estava engajada na Campanha da Fraternidade<sup>6</sup>, cujo tema era *Amazônia e Fraternidade*, com o lema *Vida e missão neste chão*, com DVDs, CDs e livros especiais dedicados ao público infanto-juvenil. Neste caso, os valores defendidos pela fé católica não podem ser considerados apenas como um dos componentes dessa representação ancoradas nas tradições da Igreja Católica partilhadas pelo grupo de professoras:

[...] isso precisa estar dentro de nós. Nós temos que nos movimentar dentro disso. É um conteúdo de vida. É mais do que ler um livro. É mais do que passar no vestibular (e).

[...] é o conjunto das teorias e práticas aplicadas no nosso dia-a-dia, onde discutimos a relação dos seres vivos entre si e com o ambiente, onde repensamos nossas ações em relação ao habitat e com as demais espécies, para que a vida tenha continuidade e harmonia (h).

[...] educação ambiental é justamente esse cuidado com o todo que somos nós, que nós fazemos parte, é o cuidado que tem que ter e passar isso para as crianças, passar isso para os adultos (i).

Temas e atribuições pedagógicas para educação ambiental também revelam uma continuidade das representações sociais de acordo com os dois conjuntos de representações. Dada a complexidade da questão ambiental, tanto no que se refere às causas como no entendimento e na reflexão crítica necessária para fundar o saber ambiental, a interdisciplinaridade tem orientado os pesquisadores da área. Nos relatos das diretoras esse enfoque é reiterado, mas a atividade é atribuída mais a algumas disciplinas do que a outras, e, entre elas, às ciências biológicas.

[...] conservação do ambiente, prevenção de doenças, alimentação saudável, limpeza, higiene. A escola contempla as questões ambientais em todas as

---

<sup>6</sup> Desde 1964 a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB organiza campanhas anuais com temas sociais aplicados em todas as organizações da Igreja Católica no país.

disciplinas, porém mais em Ciências, Língua Portuguesa, Geografia, Artes, Ensino Religioso (a).

[...] água, lixo. Eles mudam todos os anos. Já tivemos reflorestamento com as sextas séries. Coleta de materiais recicláveis. Antes era só o professor de Ciências que abordava a questão. Hoje já temos uma interdisciplinaridade. Os professores procuram formar parcerias entre si (b).

[...] desde o jardim até a oitava série o tema é transversal. Trabalhamos por projetos. Na reunião de professores a gente mostra o tema e eles planejam as atividades. Já tratamos do lixo, plantio. Os alunos visitaram a Usina de Tratamento de Lixo de Estrela e ficaram bem chocados com os catadores trabalhando (c).

[...] trabalhamos mais a preservação, a reciclagem. Nas disciplinas de Ciências, Geografia, Química e Física a gente envolve as experiências, envolve o meio ambiente. História nem tanto (d).

[...] tem disciplinas que abordam com mais precisão como as Ciências, mas dentro dos projetos todos os professores estão envolvidos e todos eles abordam essas questões nas disciplinas. O tema vai passando (e).

Os temas escolhidos – reciclagem, reaproveitamento, plantio, água, reflorestamento – trazem a marca da reparação à natureza. Conforme apontam SATO e SANTOS (2007, p. 254):

Embora a maioria ainda compreenda que ‘ambiente’ seja sinônimo de ‘natureza’, essa visão tem sido modificada ao longo dos anos, dando lugar a uma percepção mais crítica, com elementos culturais e naturais, conferindo uma preocupação social adequada na dimensão ambiental.

No entanto, as abstrações do meio ambiente tornam-se concretas no que dizem respeito à comunidade onde estão os alunos. Mas um problema da região – as enchentes enquanto motivo da implantação de um programa de recuperação da mata ciliar do Rio Taquari - só foi trabalhado em uma escola com a ida dos alunos ao rio acompanhando as explicações dos técnicos municipais sobre as causas e consequências das agressões ao ambiente. As escolas estão mais engajadas na reciclagem dos lixos produzidos e a usina de reciclagem da cidade mostra-se uma opção mais simples de atividade fora do espaço escolar.

A metodologia empregada pelas professoras na sala de aula é variada; é marcada – apesar de inovações –, pela transmissão de conhecimento:

[...] faço dinâmica de grupos, trabalho pesquisa na internet, análise da realidade do município e valorização da riqueza de ambientes que temos no nosso país principalmente usando slides e vídeos.

[...] às vezes sai de uma história, às vezes de uma brincadeira da pracinha. Daí nós viemos socializar aqui na escola sempre buscando pra ficar bem prático e bem presente para eles.

Duas professoras que atuam na rede estadual do município e que estão entre aquelas com visão interacionista trabalham com uma noção de mediação de saberes e construção de conhecimento, como atestam seus relatos:

[...] trabalho com pesquisa, vídeos, palestras, cursos e produção de materiais para cada projeto que desenvolvemos. Primeiro eu faço a sondagem com os alunos, com os pais e especialistas. Enfim os alunos vão fazer entrevistas em vários locais em que o tema sugerido é desenvolvido procurando entender todos os fatores que envolvem o tema (f).

[...] com muito diálogo. Quando se começa a falar sobre determinado assunto, os alunos sempre têm algo a falar, coisas que eles viram, ouviram ou leram (g).

Nas avaliações gerais sobre a recepção dos alunos às práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, as narrativas das diretoras revelam diferenças. A competência do professor em instaurar debates, abrindo assim espaço para que as representações sociais dos alunos sejam expressas, é valorada pela diretora, que destaca a natureza como maior significação para o meio ambiente:

[...] Os alunos se interessam sempre por atividades práticas e bem planejadas. O interesse deles depende muito do professor que conduz as atividades. Eles se envolvem à medida que o professor abre espaço e problematiza a questão (a).

Os traços culturais da cidade preocupada com a limpeza são destacados por apenas uma delas:

[...] eles recebem naturalmente [...] talvez porque Estrela já tenha um trabalho mais intenso de mais tempo. Isso para eles já faz parte do dia-a-dia. Então eles recebem de uma forma muito natural. Alguns se empolgam mais, outros menos (b).

Outra atribui à conscientização dos alunos, entendida como resultante da ação pedagógica da escola e do professor, o sucesso de uma atividade:

[...] Eles gostam muito se estão conscientizados. Primeiro tem que haver uma conscientização, causas e consequências (d).

A continuidade do trabalho e da permanência dos alunos por longos anos na escola é saudada pela diretora do estabelecimento privado:

[...] Eu percebo como isso vai criando neles um gosto; eles mesmos já procuram, vem ao encontro da gente para ver o que mais pode ser feito, coisas mais concretas. No grêmio estudantil eles fazem gincanas, e, no ano passado, um grupo queria trazer animaizinhos para correr. Aí outros disseram [...] 'isso vai prejudicar o animal'; 'essa questão não pode entrar'; 'ela não combina com nós' [...] e, quando você escuta isso, é bem mais fácil do que você ter que virar

e dizer: será que esta questão é melhor? Quando isso vem deles, traz uma gratificação profunda. Eu vejo muito envolvimento e percebo que isso está empolgando o jovem (e).

Os dois conjuntos de representações sociais dos docentes sobre o meio ambiente - um mais focado na relação com a natureza e o outro questionador da dimensão ética da relação homem/natureza - acarretam diferenciados rumos à prática pedagógica de educação ambiental. As atividades daí resultantes realizam a mediação entre os objetivos propostos de conhecer/preservar em um caso e o de conhecer/questionar no outro. Nesses processos, são estabelecidas múltiplas tensões, combinando-se as diferentes concepções de meio ambiente com as tensões oriundas da própria prática pedagógica.

## 6 CONCLUSÕES

As práticas pedagógicas dos professores de Estrela são orientadas pelas representações sociais que possuem acerca do conceito de meio ambiente, ancoradas em uma percepção naturalista. Apesar de estabelecerem uma relação entre a natureza e a atividade humana, esta última assume um papel secundário, subordinado e danoso ao ambiente. Nesse quadro, a educação ambiental é tratada como uma ação preventiva ou reparadora a ser incentivada nos alunos. Essa visão referenda o papel dos professores como multiplicadores do conhecimento que, por meio das práticas pedagógicas, realizam a mediação.

A mediação preponderante que emerge das narrativas é a do professor como detentor do saber. A ele cabe o total protagonismo no processo em que prevalece a transmissão de conhecimentos porque é ele quem detém o “saber ambiental”. No espaço escolar duas atitudes se sobressaem: de um lado, os saberes dos alunos são desconsiderados e não subsidiam as atividades - postura pedagógica implica na segunda característica; de outro, a mudança de hábitos cabe ao professor desenvolver, sendo considerado como único responsável no processo.

Os professores desempenham um papel fundamental como decodificadores da informação científica perante a comunidade, um aspecto considerado essencial na constituição de saberes sobre a questão ambiental. A informação, quando transformada em conhecimento social, adquire significação, possibilitando as transformações no entorno. Entretanto, é necessário o diálogo entre os educadores e educandos, uma vez que estes não são agentes passivos no processo educativo. Nesse sentido, a escola como espaço de capacitação de agentes multiplicadores precisa rever suas práticas pedagógicas se quiser ter pleno êxito na sua tarefa de formar cidadãos conscientes a respeito de sua realidade.

A educação ambiental é atravessada por múltiplas tensões que se expressam de diferentes formas: de um lado, os desastres naturais, o avanço da tecnologia, o modelo de desenvolvimento hegemônico *versus* uma nova racionalidade produtiva e, de outro, vive-se a exclusão do aprendiz na relação de constituição do saber ambiental no espaço escolar. As narrativas mostram unicamente o protagonismo

do educador, desconsiderando a contribuição e a participação dos educandos no processo de mediação e construção dos saberes ambientais.

A perspectiva dialógica pressupõe uma prática que considere a perspectiva do outro como legítima, permitindo que nas mediações aí estabelecidas seja produzido um saber ambiental capaz de contribuir para melhor compreensão do conhecimento. Dessa forma, é possível escapar de uma dicotomia entre o autoritarismo do saber científico e o universo consensual para constituir um saber ambiental que seja reconhecido como legítimo pelos atores no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Genoveva Chagas de. Uso de jornais e revistas na perspectiva da representação social do meio ambiente em sala de aula. In: REIGOTA, Marcos (Org.) **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro, DP&A, 1999, p.67-82.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.9.795, de 27 de abril de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm)>. Acesso em: 10 set. 2008.

BRÜGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental?** Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.

\_\_\_\_\_. O vôo da águia: reflexões sobre método, interdisciplinaridade e meio ambiente. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 75-91, 2006.

D'ÁVILA, Cristina. A mediação didática na história das pedagogias brasileiras. **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 14, n. 24, p. 217-238, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decifra-me ou te devo:** o que pode o professor frente ao manual escolar? 2001.410 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Disponível em: <[http://www.obdalia.pro.br/tese\\_cristina.pdf](http://www.obdalia.pro.br/tese_cristina.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2008.

ESTRELA. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://www.estrela-rs.com.br/>>. Acesso em: 05 out. 2008.

FRANÇA, Vera R. V. Representações, mediações e práticas comunicativas. IN: PEREIRA, Miguel et al. (Org.). **Comunicação, representação e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

FREIRE, Ana Maria Araújo. O legado de Paulo Freire à educação ambiental. IN: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

FREITAS, Maria Isabel C. O papel do professor como agente de conscientização na busca do consumo sustentável. In: CORTEZ, Ana Tereza Cáceres; ORTIGOZA, Silvia Aparecida G. (Orgs.). **Consumo sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício**. São Paulo: Unesp, 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA-FEE. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 05 out. 2008.

GANCHO, Cândida Vilares Coutinho. **Como analisar narrativas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

GARCIA CANCLINI, Néstor. **Cultura e comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata: Universidad de la Plata, 1997.

\_\_\_\_\_. Puede ser hoy marxista la teoría de la cultura? In: GARCIA CANCLINI, Néstor. **Ideologia, cultura y poder**. Buenos Aires: UAB, 1997.

\_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos**—conflitos culturais da globalização. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GÓMEZ OROZCO, Gómez,Guillermo. Mídia, recepção e educação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 26, p.16-23, abr. 2005.

HALL, Stuart .The work of representation. In HALL, Stuart (Org.) **Representation: Cultural Representations and Signifying Pratices**. Londres: Sage/Open Universtiy, 1997, p. 1-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Cidades**. 2005/2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 05 out. 2008.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 18, mar. 2003.

JODELET, Denise. Representações sociais: Um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.) **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAYRARGUES, Philippe P. A resolução de problemas ambientais locais deve um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 131-148.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos. **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 111-129.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

MARONNA, Angela; SÁNCHEZ VILELA, Rosário. Conhecer para intervir: infância, violência e mídia In: MORIGI, Valdir José; ROSA, Rosane; MEURER, Flávio (Orgs.) **Mídia e representações sociais da infância: narrativas contemporâneas**. Curitiba: Champagnat; Porto Alegre: UFRGS, 2007, p.15-58. (Coleção Comunicação, 2).

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Procesos de comunicación y matrices de cultura: itinerario para salir de la razón dualista**. México: Gustavo Gili, 1988.

\_\_\_\_\_. **De los medios a las mediaciones**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Jóvenes: comunicación e identidad**. Pensar Iberoamérica/Reflexiones. Madri, n. 0, fev. 2002. Disponível em: <[http://www.oei.es/revistacultura/secc\\_03/index\\_1.php](http://www.oei.es/revistacultura/secc_03/index_1.php)>. Acesso em: 03 set. 2008.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2004 (Coleção Textos em Comunicação).

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. (Questões de nossa época; v. 41).

SANTOS, Erivaldo Pedrosa dos. Educação ambiental: uma visão ideológica e pedagógica. IN: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Orgs.). **Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

SATO, Michèle; SANTOS, José Eduardo dos. Tendências nas pesquisas em educação ambiental. In: NOAL, Fernando Oliveira; BARCELOS, Valdir H. de Lima. **Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros**. 2.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SIGNATES, L. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**, São Paulo, 2o. semestre de 1998.

SISTEMA DE PREVISÃO E ALERTA DE ENCHENTES. **Relatório**. Disponível em: <[http://www.univates.br/~chaet/Materiais/II\\_SIBRADEN\\_2007\\_SPAE.pdf](http://www.univates.br/~chaet/Materiais/II_SIBRADEN_2007_SPAE.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2008.

# COTIDIANO, CONSUMO E PRÁTICAS AMBIENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

*Dra. Jane M. Mazzarino, Dr. Valdir Jose Morigi, Alessandra M. de Brito Farias,  
Cristine Kaufmann, Diéferson André Fernandes*

**RESUMO:** O artigo reflete sobre as relações entre as práticas cotidianas e o consumo. Compreender como surgem os conflitos, as resistências e os consensos a partir das práticas de consumo no cotidiano abre possibilidades para refletir sobre a construção da sustentabilidade no contexto de diversidade, uma das marcas do mundo globalizado. Nesse contexto sociocultural, a questão central que surge é: O consumo pode gerar práticas de cidadania? As noções de sujeito e de agente ajudam a pensar a ação coletiva e os processos de subjetivação e sua interferência no comportamento coletivo de consumir. A partir de dados empíricos da pesquisa realizada em 2007 no município de Estrela, na região do Vale do Taquari – RS, sobre práticas de consumo de uma realidade local, foi possível concluir que diferentes lógicas e valores permeiam as práticas cotidianas de consumo. A construção da cidadania, a partir das práticas de consumo, depende da reflexividade do sujeito sobre suas práticas cotidianas, o que passa pela circulação de informação ambiental a partir de espaços de sociabilidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Consumo. Cotidiano. Práticas ambientais. Cidadania. Sujeito.

## 1 INTRODUÇÃO

O consumo e suas consequências enquanto um processo coletivo local e global é objeto de estudos interdisciplinares. Individualmente as ciências não dão conta das múltiplas dimensões do saber ambiental sobre as quais os problemas ambientais suscitam reflexão: econômica, política, social, cultural, tecnológica, natural, ética, comunicacional-midiática. Essas dimensões são movimentadas a partir das lógicas sociais que se expõem nos discursos e agendas dos atores sociais: mídia, governos, empresários, sociedade civil organizada e não organizada.

Compreender como são gerados os conflitos, as resistências e os consensos a partir das práticas de consumo no cotidiano abre possibilidades para refletir sobre a construção da sustentabilidade no contexto de diversidade, uma das marcas do mundo globalizado. Se o cotidiano faz parte da malha que constitui o sujeito como cidadão, é a partir desse espaço que devem ser pensadas as possibilidades e as

estratégias que levem à reflexividade do cidadão sobre as suas práticas diárias, a fim de que modifique determinados comportamentos sociais.

Nesse contexto, surgem algumas questões que se colocam como problema de pesquisa: Quais lógicas e valores permeiam as práticas de consumo cotidianas? Como os consumidores percebem e refletem sobre os impactos do consumo sobre o meio ambiente? As práticas de consumo podem se constituir em práticas de cidadania? Qual o papel que os espaços de sociabilidade têm nesse processo?

O objetivo deste artigo é refletir sobre essas indagações que se entrelaçam com o diálogo teórico sobre o tema e o estudo empírico, realizado no segundo semestre de 2007 no município de Estrela, na região do Vale do Taquari, Estado do Rio Grande do Sul. Realizamos entrevistas semiestruturadas com quatro dezenas de consumidores. Trata-se de uma pesquisa de viés qualitativo. O tratamento dos dados aconteceu a partir da análise de conteúdo, no qual as falas dos informantes constituíram um corpus discursivo sobre o tema, passíveis de serem interpretadas à luz da reflexão crítica<sup>1</sup>. Teoricamente abordam-se as práticas cotidianas de consumo e as possibilidades de construção da cidadania e do sujeito na sociedade de consumo.

## 2 CONSUMO, CIDADANIA E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

As relações entre o homem e o ambiente são de natureza complexa, em que aquele transforma o ambiente e é transformado por ele. Nessa interação, há diferentes processos que vão formulando as “regras de convívio” e deixam entrever os sentidos que o ser humano constrói a partir da sua relação com o ambiente.

Os usos sociais dos recursos ambientais pelo homem, em diferentes sociedades, são marcados pela inscrição das suas crenças e dos valores histórico-culturais dessas sociedades e podem ser observado por meio das lógicas que perpassam os processos de produção, consumo e descartabilidade dos resíduos. Um estudo sobre os usos sociais dos recursos naturais abre perspectivas para entender dinâmicas e organizar estratégias para práticas sustentáveis. Para PORTILHO (2005, p. 11), “[...] as reflexões sobre o necessário e o supérfluo desembocam na questão dos limites: há limites da natureza para produção e para o descarte humanos? Se os há, como estabelecer limites?” Nesse sentido, a autora questiona se o consumo pode ser um elemento emancipatório na construção da cidadania plena.

PORTILHO (2005) traça três momentos históricos do discurso político sobre a crise ambiental, identificando que o terceiro momento está relacionado fortemente ao consumo. Na década de 70 a explosão populacional foi pensada a partir dos impactos que gerava sobre a produção e sobre os recursos naturais do planeta. A partir da Conferência de Estocolmo 1972, o principal argumento era que a causa da crise estaria no estilo de produção das nações industrializadas, as quais exigem grande quantidade de recursos e, em contrapartida, ofertam poluição. Esse pensamento

---

<sup>1</sup> Este estudo está associado à pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari RS, atrelada ao Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES.

colocou hemisférios Norte e Sul em conflito. No segundo momento a ênfase no crescimento demográfico foi substituída pela ênfase nos modelos produtivos e tecnológicos. Há um deslocamento para o impacto das formas de produção sobre o meio ambiente e, assim, começa-se a discutir a necessidade de emergências ambientais, que partem dos governos e dos movimentos ambientalistas<sup>2</sup>.

O discurso que surge a partir da década de 90 é ainda atual no pensamento ambientalista internacional. A autora frisa que os impactos do consumo são agora vistos como a principal causa dos problemas ambientais, já que, além de “socialmente injusto e moralmente indefensável, é ambientalmente insustentável” (PORTILHO, 2005, p. 15). A partir dessa concepção, o consumo nos moldes globais contemporâneos, além de não ser igualitário ultrapassa a capacidade de reprodução dos recursos naturais e de assimilação dos dejetos ou resíduos.

Para PORTILHO (2005, p. 88), o consumo surge como consequência da Revolução Industrial, especialmente entre camadas médias da sociedade inglesa do século XVIII. “O consumismo, nas suas origens, esteve associado aos ideais de liberdade individual e valorização do convívio familiar pelo aconchego material dos lares”. As mudanças econômicas, tecnológicas e sociais vão se refletir em novas modas e formas de consumo que, conseqüentemente, resultam em novas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. O surgimento dos meios de comunicação de massa só aceleraram este processo. As mudanças que surgem com a Revolução Industrial provocam uma revolução cultural que se acelera no século XX.

Ao contrário de PORTILHO (2005), BARBOSA (2004) refuta a ideia da Revolução Industrial ter sido um marco de mudança nas formas de consumo. Segundo a autora, há constatações de que sua origem remete ao século XVI, quando o cenário foi marcado pela expansão do comércio com o Oriente. LIPOVETSKY (1989) associa os primórdios do consumo como se conhece hoje ao final da Idade Média na França, quando se alteram as relações tradicionais entre a corte e a burguesia. Segundo o autor, não são apenas mudanças econômicas que afetam o consumo, mas especialmente a extensão da moda à vida privada.

Se hoje o consumo emerge como um tema cultural, isso se deve, em parte, ao crescente processo de midiática que as questões ambientais passam a ter com o advento das tecnologias de informação e comunicação, as quais aproximam de alguma forma as diferentes nações. A mesma estrutura midiática que medeia a globalização do consumo também planetariza os diferentes discursos sobre sustentabilidade, mobilizando a opinião pública e novas regras de convívio com o meio ambiente. Nesse sentido, cabe a indagação de GARCIA CANCLINI (1995): O consumo serve para pensar? Segundo o autor, pensar as formas como os atores sociais (cidadãos) se apropriam dos produtos que consomem e como eles são representados simbolicamente remete à reflexão de como estão se forjando as identidades culturais no mundo contemporâneo. As formas simbólicas pelas quais cada um se representa para o outro no espaço público se refletem nas ações cotidianas, nos posicionamentos

---

<sup>2</sup> Nessa mesma década os respingos da revolução cultural geraram uma recusa da cultura dominante, especialmente os jovens fizeram a crítica ao sistema e aos modelos racionais, ao sistema político, ao estilo de vida americano e ao socialismo (Paes, 1997).

sociais que adere, nos grupos sociais aos quais se vincula, e na forma como constrói sua subjetividade. Assim, a forma de exercitar a política do cotidiano, as artes de fazer a si mesmo, de escolher entre as opções disponíveis revela quem é cada um.

Nessa perspectiva, o ato de consumir é um ato político que pressupõe também escolhas éticas e culturais, além de econômicas e sociais, ainda marcadas pela falta de informação que os consumidores têm sobre os processos de produção. Trata-se de uma contradição, caso se leve em conta que se vive em uma sociedade marcada por fluxos informacionais constantes. O consumidor, pensado enquanto um ator social, pode ou não exercer sua cidadania por meio de suas escolhas cotidianas. É a partir da reflexão sobre as escolhas que determinam seu estilo de vida que o consumidor acaba sendo ativo colaborador de algumas lógicas econômicas e políticas em detrimento de outras. E, assim, o consumo poderá ser uma instância emancipatória. Conforme aponta PORTILHO (2005, p. 77):

[...] não se pode apresentar o indivíduo como pura vítima passiva do sistema, mas, ao contrário, observar as lógicas de pertencimento, diferenciação e hostilidade cultural dentro dos processos distintivos de classe, fundamentais na dinâmica social. Dentro desta lógica, o consumo funda-se, não como função de satisfação de necessidades individuais, mas como atividade social, já que as necessidades se organizam segundo uma procura social objetiva por sinais e por diferenciação.

Assim, as práticas de consumo no contexto capitalista se configuram como práticas culturais que trazem consequências ambientais. Nesse contexto, considera-se que a oferta de informação ambiental para a sociedade é uma das condições para a construção da cidadania<sup>3</sup>.

As relações entre consumo e cidadania envolvem um grau de complexidade devido às múltiplas mediações em que o sujeito está inserido. A cidadania é uma categoria histórica e como tal teve desdobramentos diversos, conforme o contexto social e cultural de cada nação ao longo do tempo. Assim, para entendê-la em suas diferentes manifestações e concepções, é necessário fazer referência ao contexto histórico-social de cada região ou país e às práticas dos grupos sociais.

Na sociedade Ocidental a cidadania está relacionada com os direitos e deveres dos cidadãos. Segundo MARSHALL (1967), primeiramente foram exigidos os direitos civis – século XVIII: direitos individuais, de liberdade, igualdade, propriedade, de ir e vir, e de segurança. Depois os direitos políticos – século XIX: liberdade de associação, de organização política e eleitoral. E, no século XX, a cidadania esteve relacionada aos direitos sociais: direito ao trabalho, à educação, à saúde, à aposentadoria e ao sistema previdenciário. Entre esses direitos sociais deve estar incluso o direito a um meio ambiente saudável e sadio, que é uma necessidade essencial das pessoas, um direito coletivo, em qualquer tempo e lugar, e que, por isso, deve ser reconhecido como direito fundamental (DALLARI, 1998). Porém, a busca e o reconhecimento

---

<sup>3</sup> Segundo BARROS (2004), o acesso à informação ambiental é importante na consolidação da democracia e na defesa do meio ambiente. Essa informação proporciona esclarecimento e instrução, permitindo que os indivíduos estejam aptos a interferir nos processos decisórios.

desse direito não devem ser apenas preocupação e responsabilidade dos governos, e sim dos cidadãos e dos grupos sociais, que devem se mobilizar na luta por um ambiente sadio e preservado, cobrando dos governos, das organizações e dos indivíduos um meio ambiente saudável.

Ao considerar-se o meio ambiente um patrimônio histórico e cultural do povo, um bem de uso comum, que faz parte da construção das identidades (pessoal e coletiva), o verdadeiro ato de cidadania requer que se busque coletivamente sua preservação. E, nesse sentido, o consumo deve ser pensado como uma prática cidadã, um ato de preocupação e conscientização em relação à preservação ambiental<sup>4</sup>.

Segundo LOUREIRO (2002), a cidadania se constrói permanentemente, já que se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade em cada fase histórica. Não é outorgada. Está relacionada à participação do indivíduo em organizações sociais que formam a sociedade civil nacional e internacional, que tenham poder deliberativo. Dessa forma, a cidadania vem incorporando direitos e sentidos diversos ao longo do tempo, relacionados a mudanças sociais e históricas - caso do fenômeno da globalização. Nesse sentido, a cidadania pode assumir outras formas de expressão. Conforme aponta LOUREIRO (2002, p.76):

A ecocidadania ou cidadania planetária é um conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo sem fronteiras geopolíticas. Nesse conceito, amplia-se o destaque ao pertencimento à humanidade e a um planeta único.

Segundo o autor, quando se defende o cidadão como consumidor livre e racional, enfatizando sua liberdade de escolha e os direitos individuais, se está trabalhando com uma concepção de cidadania neoliberal. O autor critica essa visão, pois ela ignora que as desigualdades sociais decorrem da desregulamentação do mercado e da baixa possibilidade de ação consciente dos indivíduos. LOUREIRO (2002) salienta que o ambiente impõe responsabilidade coletiva e limites, entre elas a impossibilidade de satisfação das necessidades que a sociedade de consumo impõe para todos os habitantes do planeta.

Segundo PORTILHO (2005, p. 105), “[...] a atividade do consumo e o próprio papel do consumidor podem oferecer importantes possibilidades de constituição de sujeitos sociais ativos e de retorno ao cidadão”. Nesse sentido, é importante a diferenciação feita por TOURAINE (1992) entre indivíduo, sujeito e agente. O indivíduo é definido pelas expectativas dos outros e controlado por regras institucionais, pelos papéis sociais, pela lógica do sistema social. O indivíduo que não se constitui em sujeito é constituído pelos centros de poder que definem e sancionam seus papéis. É marionete das ideologias dominantes, segundo MAZZARINO

---

<sup>4</sup> Maria Cecília Paoli (1992) afirma que a noção de “patrimônio histórico” tem relação direta com a cultura e o passado que suas variadas formas evocam. São elementos e acontecimentos que se quer guardar e são significativos coletivamente.

(2005), já que ele consome a sociedade ao invés de produzi-la e de transformá-la, submetendo-se àqueles que dirigem a economia, a política e a informação.

O indivíduo só se torna sujeito caso se oponha à lógica da dominação social em nome da lógica da liberdade, da livre produção de si próprio. O indivíduo é fruto da sociedade liberal e do individualismo, conceitos que se associam à libertação dos desejos e à satisfação das necessidades individuais, rejeitando as imposições coletivas, considerando tudo que limita a liberdade de escolha e de comportamento individual como algo ultrapassado (TOURAINÉ, 1992).

O sujeito diferencia-se do indivíduo porque busca dar sentido pessoal à existência. O sujeito é construtor/produtor da sua experiência social, um ser ativo (MAZZARINO, 2005). O sujeito, para TOURAINÉ (2006, p. 120, grifo do autor), é “dissidente”, um “resistente”. É

[...] sujeito em sua *resistência* ao mundo impessoal do consumo, ou da violência e da guerra. Somos continuamente desintegrados, fragmentados e seduzidos, passando de uma situação a outra, de uns estímulos a outros. Perdemos nos na multidão de nossas situações, de nossas reações, de nossas emoções e de nossos pensamentos [...] o sujeito nunca se identifica totalmente consigo mesmo e continua situado na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade e não na ordem da experiência.

O sujeito é, portanto, aquele que denuncia as lógicas da sociedade de consumo e a ideologia dominante, e assim se diferencia do indivíduo, que desfruta dessa sociedade sem fazer a crítica dela. Nesta perspectiva, a ideia de sujeito evoca um lugar de luta contra poderes financeiros e autoritarismos, mesmo os comunitários. Assim, trata-se de uma luta que perpassa as escolhas cotidianas de cada um, as quais se refletem nos conflitos entre a constituição do individual e do coletivo. A partir das escolhas é que cada um se constrói enquanto sujeito (MAZZARINO, 2005). Um dos conflitos que surge nesse contexto é quando as escolhas impõem um jogo entre o direito individual ao consumo e o direito coletivo ao ambiente saudável.

Para TOURAINÉ (1992), a noção de sujeito é inseparável da noção de agente. O agente é aquele que modifica o meio material e social no qual está situado, transformando a divisão do trabalho, as formas de decisão e provocando alterações culturais. É agente de uma ação social, do movimento social. É agente da sua vida, das suas ideias, dos seus comportamentos. Segundo TOURAINÉ (1992, p. 269), “é através da relação com o outro como sujeito que o indivíduo deixa de ser um elemento de funcionamento do sistema social e se torna criador de si mesmo e produtor da sociedade.” A partir dessa abordagem entende-se que o sujeito e o agente, e não o indivíduo, podem construir a cidadania, a que o mundo globalizado contemporâneo, caracterizado pela sociedade de consumo, tem como elemento essencial o acesso à informação ambiental.

MELUCCI (2004) afirma que a questão ecológica mudou a percepção cultural e social do mundo, pois revela a interdependência planetária, deslocando os limites da consciência e da ação humana, apelando para a reestruturação dos modelos cognitivos e das expectativas de cada um sobre a realidade. Para o autor, a questão

ecológica tem como primeiro plano a dimensão cultural de ação humana por ser o lugar no qual se colocam as questões sobre o destino da humanidade. Segundo MELUCCI (2004, p. 57):

Não é possível imaginar um futuro viável para a vida sem intervir sobre as relações sociais, sobre os sistemas simbólicos, sobre a circulação de informações, quanto ou mais do que se intervém sobre os conjuntos técnicos. Os que se preocupam em governar a complexidade, agindo sobre as coisas, arriscam um erro prospectivo, uma espécie de miopia substancial. A eficácia sobre as coisas, hoje, depende sempre mais da capacidade de agir sobre os códigos simbólicos que regem a vida cotidiana, os sistemas políticos, as formas de produção e de consumo.

Mais informação, para MELUCCI (2004), significa maior potencial de ação autônoma, que significa a capacidade reflexiva de produzir sentido e motivação para o que se é. Mas também significa que todos estão mais expostos à informação, que pode controlar ou transformar a identidade de forma corrosiva. “Ocupar-se do planeta interno significa opor-se aos conquistadores e incluir este enorme patrimônio de consciência no nosso campo de experiência, aprendendo a explorar, a habitar e a cultivar, em vez de submeter-se” (MELUCCI, 2004, p. 61). E, para que hoje haja essa ocupação do planeta interno, MELUCCI (2004, p. 67) considera que:

Uma ecologia das escolhas econômicas, políticas e tecnológicas não vive sem a ecologia do cotidiano, das palavras e dos sinais com que fazemos existir ou destruímos o planeta interno. As formas de reflexão e de comunicação são o terreno ao qual se aplica um entendimento de segundo nível, que já está começando a substituir uma cultura centrada exclusivamente sobre os conteúdos, sobre os valores e sobre os objetos. As formas e os processos da ação humana tornam-se extremamente importantes, quando a velocidade da mudança vem provocar uma obsolescência sempre mais rápida e uma substituição dos conteúdos. O modo de ação adquire valor de palavra tanto e mais do que o conteúdo em si.

A partir desses pressupostos, pode-se entender que o consumo é um modo de ação que explicita um discurso sobre as escolhas do consumidor e pode ou não apontar para a construção da cidadania.

### 3 O CONSUMIDOR INSERIDO NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Caso se tome por base o pensamento de GARCIA CANCLINI (1999), para quem o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos, o momento do descarte refere-se ao final do processo do consumo, portanto também explicita em si um uso social, uma derradeira forma de apropriação dos objetos que, paradoxalmente, refere-se à des(apropriação) ou des(uso).

De acordo com ROCHA (2005, p. 02), “o consumo foi convertido no espaço de articulação das distinções sociais, hierarquizadas em termos de uma distribuição diferencial de prestígio”. Na sociedade de consumo vende-se a ideia de que quanto

mais consumir mais status terá o indivíduo, o que está atrelado à ideia de felicidade. Mas, como ressalta PORTILHO (2005), o consumo refere-se também a conflitos e opções políticas relativas ao mundo material, devido às inúmeras necessidades que vão sendo substituídas assim que são satisfeitas, num movimento contínuo. Os profissionais de marketing baseiam-se em estudos das necessidades para desenvolverem produtos que “vendem” a ideia de um conjunto de benefícios que irão satisfazer os consumidores.

Nesse sentido o art. 2º da Lei nº 8.078/90, ou Código de Defesa do Consumidor, identifica o consumidor como “toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que aja intervindo nas relações de consumo.” Esse conceito coloca o consumidor como o receptor e usuário de um produto do qual se apropria, o que se diferencia do conceito de GARCIA CANCLINI, para quem o consumidor não faz apenas uma apropriação material, mas especialmente de cunho simbólico. Portanto, o consumo refere-se a um movimento dialético entre aspectos materiais e simbólicos, em que os consumidores diferem-se entre si.

Segundo KOTLER (1994), autor da área de comunicação e marketing, o que diferencia os consumidores são os atributos que percebem como relevantes ou salientes nos produtos, bem como o valor que dão a cada atributo. O consumidor potencial é aquele que o profissional de marketing identifica como disposto e habilitado a se engajar na troca de valores que lhe é proposta. KOTLER (1994, p. 377) entende que o “produto é algo que pode ser oferecido a um mercado para sua apreciação, aquisição, uso ou consumo para satisfazer a um desejo ou necessidade.” O consumidor, ao deparar-se com um produto ofertado no mercado, estabelece uma escala de preferências entre os bens e os serviços que deseja adquirir, escolhendo os produtos que lhe dão a máxima satisfação. Como há uma diversidade de preferências, os mercados dividem-se em segmentos de consumidores, conforme a especificidade das suas necessidades ou de seus desejos, o que resulta no desenvolvimento de uma grande quantidade de variações de produtos, segundo (KOTLER, 1999)<sup>5</sup>. Para ele, os desejos referem-se a carências por satisfações específicas a serem atendidas. Embora as necessidades das pessoas sejam poucas, seus desejos são muitos e continuamente são moldados e remoldados.

Esse viés mercadológico para pensar o consumo também é explorado por FEATHERSTONE (1995), para quem a cultura de consumo baseia-se em três pontos: a expansão capitalista de mercadorias com uma vasta acumulação de cultura material na forma de bens e locais de compra e consumo; a mercadoria como criadora de vínculos e distinções; e o consumo como uma referência ao sentimento. A cultura de consumo caracteriza-se pelo valor de troca subjugando o valor de uso. Segundo o autor, a cultura de consumo refere-se ao mundo das mercadorias e à estrutura que advém dela, constituindo-se esses como elementos centrais na sociedade contemporânea. Para além de sua utilidade, os bens são usados para

---

<sup>5</sup> Os consumidores são divididos em segmentos, selecionados em função de variáveis (sexo, idade, renda, escolaridade etc.) que permitem à agência definir as características da mensagem, para que seja compatível com o consumidor-alvo, segundo KOTLER (1994).

comunicarem. BARBOSA (2004) converge com o pensamento de FEATHERSTONE (1995), mas diferencia sociedade de consumo de cultura de consumo. Enquanto a primeira faz referência à sociedade capitalista e de mercado, com a característica acumulação de cultura material sob forma de mercadorias e serviços adquiridos por meio da compra exacerbada e pautado pela moda, a cultura de consumo refere-se à ideologia individualista baseada na liberdade de escolha e no fim da distinção entre alta e baixa cultura, na qual o signo é a mercadoria.

BAUDRILLARD (1995) explora essa relação entre signo e mercadoria ao afirmar que a sociedade de consumo é referenciada na busca da felicidade e igualdade por meio da autorealização obtida por objetos e signos mensuráveis. A intensificação do volume de bens, sob a base da necessidade, geraria um equilíbrio e bem-estar para todos. Já o consumo se realiza pelo homem com suas necessidades, as quais o impõem para objetos, fontes de uma satisfação que nunca se efetiva. O consumo acaba por compor um sistema de valores que implica na integração do homem a um grupo, que passa a controlá-lo de alguma forma. As necessidades seriam desencadeadas mais pelos valores que os objetos representam que pelos próprios objetos, e, portanto, a satisfação seria proveniente dos sentidos implícitos nos objetos.

Essa satisfação pessoal mediada pelos objetos pode ser caracterizada pela personalização, que, segundo LIPOVETSKY (1989), alarga as fronteiras do consumo. Segundo esse autor, se, inicialmente, o consumo serviu à diferenciação, cada vez mais ele é parte de um bem-estar e prazer próprio, caracterizando o individualismo narcisista. Para ele, o consumo de ostentação está deixando de ser o modelo. Em seu lugar surge o consumo atrelado ao conforto. Assim, o autor identifica duas fases da sociedade de consumo: a primeira baseada na idolatria do estilo de vida norte-americano, e a segunda pautada na busca pela qualidade de vida. E, para ele, mesmo com crises de diferentes naturezas (ecológicas, econômicas etc.), o consumo subsistirá por representar a apoteose da sociedade hipermoderna. O aspecto problemático da sociedade de consumo não é esse, segundo LIPOVETSKY (1989), mas sim o fato de ela não incluir todos os indivíduos. Dessa forma ele posiciona-se de modo favorável à sociedade de consumo, criticando o pensamento apocalíptico, que parte do princípio de que a sociedade de consumo é fruto da manipulação publicitária (LIPOVETSKY, 1989).

A partir dos conceitos e posições teóricas apresentados, pode-se entender o consumo como um processo sociocultural que implica em um posicionamento social a partir da apropriação de um objeto (material e/ou não material) pelo que ele representa para seu consumidor, enquanto um posicionamento social permite a aproximação e/ou distanciamento em relação aos valores dos grupos sociais, o que repercute em tensionamentos e conflitos culturais. O consumidor, ao escolher e apropriar-se dos objetos de consumo, coloca-se no papel de receptor ativo do discurso social intrínseco ao objeto. Ao usá-lo, legitima o valor simbólico que o objeto assume para si e para a sociedade, pelos atributos e relevâncias que lhes são dadas, as quais atendem a necessidades de satisfação de diferentes naturezas (fisiológicas, de segurança, de amor e afeição, de estima e ego, de autorealização, de diferenciação, de integração social, de igualdade, de prazer, de felicidade, de bem-

estar, de conforto, de qualidade de vida etc.). O ato de consumir é intrínseco ao ser humano e refere-se a uma forma de inserção social a partir do uso dos objetos, o que movimenta o mercado, instância básica do sistema capitalista.

O consumo é, portanto, um ato de escolha pessoal, mas socialmente situado, que relaciona em si diferentes tipos de responsabilidade: social, política, econômica, ética, cultural, ecológica e comunicacional. Essas responsabilidades relativas ao ato cotidiano e repetitivo do consumo podem ou não ser elemento de construção da cidadania, entendendo-a aqui em seu sentido de exercício de direitos, mas principalmente de deveres de cunho ambiental. A responsabilização pelo consumo representa a construção do sujeito, conforme conceituado por TOURAINE (1992). Emancipatório ou não, o consumo é sempre um elemento de autorrepresentação social e, portanto, de construção da identidade.

A seguir procura-se descrever, a partir de uma realidade local, como se configura o comportamento do cidadão em torno do consumo cotidiano, procurando enfocar os recursos informacionais e quais dimensões as lógicas que os consumidores se utilizam dão a conhecer. O estudo de caso foi realizado no município de Estrela, no Vale do Taquari-RS. As questões fundamentais abordadas foram: Os consumidores percebem os impactos do consumo para o meio ambiente? O consumo pode gerar práticas de cidadania?

#### 4 PRÁTICAS COTIDIANAS E LÓGICAS DE CONSUMO

A população do Vale do Taquari é de 316.325 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (2006) aponta que o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) médio da região é de 0,73<sup>6</sup>. Estrela, município no qual se realizou o estudo empírico, ocupa a 29<sup>a</sup> posição no estado no ranking do Idese.<sup>7</sup> Trata-se de um dos municípios mais antigos da região, colonizado por imigrantes alemães e distante 113 km de Porto Alegre, capital do Estado. Conforme dados do IBGE (2007), a cidade possui área geográfica de 184 km<sup>2</sup> e população total de 29.071 habitantes, dos quais 86,6% vivem em áreas urbanas. Sua economia é baseada principalmente na indústria, seguida do comércio e do setor primário.

Dada a natureza do artigo, na abordagem desse contexto utilizaram predominantemente metodologias qualitativas. Como técnicas e procedimentos operacionais fireram-se uso de pesquisa bibliográfica, observação, entrevistas

---

<sup>6</sup> Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) abrange quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde.

<sup>7</sup> Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), “o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. [...] O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800)” (FEE, 2008).

semiestruturadas e análise de conteúdo. Para a compreensão das questões colocadas, realizaram-se entrevistas com quatro dezenas de consumidores no município. A amostra é do tipo não probabilística (os sujeitos são escolhidos por determinado critério) e intencional, sendo os consumidores escolhidos por acessibilidade. Segundo VERGARA (2004, p. 51), podem-se selecionar os informantes por acessibilidade e/ou por tipicidade: “Por acessibilidade: longe de qualquer procedimento estatístico, selecionam-se elementos por facilidade de acesso a eles” e “[...] por tipicidade: constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população.” A partir dessas considerações, houve a busca de sujeitos-tipos entre os consumidores, que foram escolhidos de modo a contemplar os diferentes bairros e, conseqüentemente, a diversidade de renda, conforme os dados secundários apontaram. Entre os consumidores foram entrevistados os responsáveis pelo descarte dos resíduos sólidos domésticos, independente das variáveis como cor, sexo, idade ou grau de escolaridade. As entrevistas foram transcritas integralmente. Depois organizaram-se em paralelo as respostas dos diferentes indivíduos de cada grupo para as mesmas perguntas. Sobre as respostas coletadas procedeu-se a análise de conteúdo qualitativa e temática, optando-se por manter as formas de expressão dos entrevistados.

Quando os entrevistados foram indagados: no supermercado, na hora da compra, o que acaba determinando o que você escolhe na prateleira?, as respostas mais recorrentes, em síntese, foram: preço, qualidade do produto, necessidade e, por último, lembravam da validade. A embalagem é citada, geralmente, para afirmar um quesito que não é observado, mesmo quando já há algum grau de informação sobre o tema. “Não observo o tipo de embalagem. Não penso se vai causar dano ambiental”. Ou então: “Não reparo na embalagem. Ainda não me conscientizei em me preocupar se danifica o meio ambiente.”

Um entrevistado cita a embalagem como uma forma de descomprometimento e desresponsabilização do consumidor, conforme a seguinte narrativa: “Nunca olhei a embalagem. Se permitem produzir, deveriam saber que tem que recolher, ainda mais que pago para recolher e saber seu destino. Se polui, quem produz deveria recolher.” Essa fala aponta para o não privilégio da dimensão ética nas lógicas de consumo, já que a responsabilidade é repassada ao outro, como se o consumo individual não se refletisse em demandas para a indústria. Outra consumidora admite: “A gente deveria escolher os produtos, que a embalagem fosse reciclável. Só que os produtos ambientalmente corretos geralmente são mais caros.”

Quando a embalagem determina o ato de adquirir um produto por meio da compra em detrimento de outro critério é porque oferece praticidade, ou porque a embalagem está “intacta”, ou o produto está “bem embalado”, o que significa, muitas vezes, que se adquirem materiais não necessariamente reutilizáveis ou recicláveis. No entanto, entre as respostas observou-se que a embalagem é escolhida também pela sua possibilidade de reaproveitamento<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> HERPICH (2007, p. 62), a partir de estudo realizado noutro município do Vale do Taquari, concluiu que, “[...] conforme o produto, há uma embalagem de preferência [...] mas não é a embalagem que define a compra, e sim a qualidade do produto e o preço”.

Em relação ao excesso de sacolas de plástico utilizadas nos supermercados, apenas uma consumidora apontou como sendo um problema ambiental decorrente do consumo. Ela percebe a necessidade de mudança desse hábito, adotando as sacolas de pano. “Na medida do possível, não usamos saquinhos de plásticos. Achei ótimo em Lajeado a sacola de pano. Deveria ser em todos os lugares, ou usar cestas que nem na Alemanha. Eles já sabem que isso [o plástico] não presta, é um problema.” Essa consumidora refere-se a uma prática nova na região que está relacionada a um costume europeu, predominantemente na Alemanha, de onde descende grande parte das famílias do município de Estrela. Essa proximidade cultural pode estar determinando uma simpatia pelo uso das sacolas de pano, o que se observou especialmente em famílias que demonstravam ter maior poder aquisitivo.

A qualidade ecológica do produto a ser consumido foi citada como determinante da compra por apenas uma consumidora, a qual também leva em conta se a produção é brasileira. “Procuramos comprar produto ecológico, de fabricação brasileira. Valorizamos as marcas e a validade.”

As práticas de consumo dos entrevistados apontam para lógicas socioculturais que valorizam basicamente as dimensões econômica (pautada pelo preço e pela praticidade) e comunicacional-midiática (responsável pela construção das marcas). E é no jogo custo-qualidade-marca-necessidade que estão sendo determinadas as escolhas de consumo cotidianas, sendo a embalagem lembrada como algo que não se leva em conta ou raramente se observa, ou ainda como responsabilidade do outro, a indústria.

As narrativas dos entrevistados não apontam para a construção da cidadania ou uma ecocidadania a partir do consumo. Ao invés disso, impera a velha conhecida lógica do consumo convencional, não refletida. Uma das formas pelas quais os cidadãos podem adquirir consciência sobre os impactos que os produtos causam ao meio ambiente é pelo do acesso à informação e aos meios responsáveis pela sua divulgação. Nesse sentido, procurou-se saber com os entrevistados quais os meios de comunicação que utilizam para se informarem. O rádio e a televisão foram os dois veículos mais citados. Os jornais, revistas e a internet, que tendem a uma abordagem mais aprofundada dos fatos, foram os meios menos citados<sup>9</sup>. Para a questão: Os meios de comunicação falam sobre as questões ambientais? O que e como? Em nenhuma resposta os entrevistados fizeram relação entre temas ambientais, consumo e produção de resíduos, mesmo citando isoladamente que os meios de comunicação falam sobre o “lixo”. Observa-se que a forma como os sujeitos da pesquisa se informam é baseado nas mídias tradicionais, espaços que tratam de forma superficial os temas que abordam. Portanto, os consumidores têm poucos recursos de informação aprofundada ou que se refira à complexidade das inter-relações entre os temas ambientais.

Procuraram-se identificar quais outras fontes de informação poderiam estar tratando sobre os temas do estudo perguntando-se: Nos grupos sociais que você

---

<sup>9</sup> O aprofundamento dos fatos caberia a esses meios, pelas suas características, mas nossa pesquisa aponta que os jornais locais de Estrela estão abordando os temas ambientais a partir da sua relação com o poder Executivo, sem dar conta da sua complexidade.

participa se fala sobre questões ambientais e resíduos? O que falam e de quais grupos participam? A maioria afirmou que não se conversa sobre esses temas nos grupos sociais de que participam (foram citados: grupo de coral, Liga de Combate ao Câncer, turma do tricô, bolão, hidroginástica, clubes de mães, festas). Já no trabalho, nas reuniões de condomínio e nas reuniões da igreja a questão ambiental é ocasionalmente abordada, segundo os informantes. Nas associações de moradores o tema aparece a partir da preocupação com a “limpeza do bairro” e “cada um faz o que pode”. Observa-se que a questão ambiental não é percebida como um problema que atinge a todos os cidadãos, a sociedade e o planeta. O grupo social que tende a tratar mais sobre temas ambientais (e mesmo assim foram poucas alusões) é a família, e geralmente pautada por algum ente que debateu o tema ambiental na escola ou na “faculdade”. Os temas tendem a surgir também em “conversas com amigas” ou entre “vizinhas”. Esses dados reafirmam a falta de circulação de informação ambiental nos espaços de sociabilidade não mediados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises sobre as práticas de consumo da comunidade estudada apontam para a lógica do mercado. Os consumidores pouco percebem os impactos ambientais que resultam dos seus modos de consumo e, quando percebem, mesmo sabendo dos danos ambientais que suas práticas condicionam, preferem não se preocupar com elas. Na realidade estudada, os atos de consumo tendem a não-reflexão e à satisfação de necessidades de praticidade e de consumo simbólico, o que se refere aos valores histórico-culturais da sociedade contemporânea. Já no momento pós-consumo ou de descarte observaram-se algumas práticas ecológicas, como o uso de composteiras e a separação prévia para os catadores ou para a coleta seletiva pública, conforme relataram alguns informantes.

Nesse sentido, TOURAINE (1992) considera essencial reconhecer a formação de uma cultura e das relações sociais que se estabelecem em um determinado contexto histórico-social para, assim, compreenderem-se as lógicas simbólicas e as racionalidades que se criam e podem ser percebidas a partir das escolhas dos cidadãos e nas suas práticas cotidianas. O retorno do sujeito deve ser pensado a partir dos contextos históricos e das diferentes racionalidades que se constroem na sociedade programada, segundo o autor. Assim, entende-se que a descendência alemã da maioria dos moradores de Estrela deve ser levada em conta na construção de estratégias de sensibilização ambiental.

As dimensões do saber ambiental que prevalecem nos atos de consumo da comunidade estudada tendem a ser desencadeadas a partir da necessidade de optar por aspectos relativos às dimensões econômica, tecnológica e social, em detrimento dos aspectos éticos e naturais, que apontariam para o consumo cidadão.

Nos espaços de sociabilidade, para além da família e das organizações educativas, não há circulação de informação ambiental, o que aponta para outra estratégia de sustentabilidade possível de ser construída. Ou seja, é preciso investir em informação que saliente as dimensões ética e natural, como já se afirmou, mas também as dimensões social e comunicacional-midiática.

Entende-se que as práticas de consumo poderão servir para pensar e configurar a construção da cidadania ambiental se houver circulação de informação ambiental qualificada, gerando discussão pública dos temas ambientais, o que já está acontecendo de forma isolada com o papel que foi definido para as escolas como espaço de “educação ambiental”. Mas a sobrecarga de confiança nas escolas para um papel que cabe a todos os grupos sociais pode resultar na perda de força dessa instância educativa formal.

É preciso que outras instâncias da sociedade civil organizada também se assumam como atores de educação socioambiental. Enquanto permanecer a lógica de um ator só não se sairá da condição de indivíduos na relação que se estabelece entre sociedade e natureza, o que fará com que os consumidores não assumam a condição de sujeitos históricos ou agentes de desenvolvimento regional sustentável.

Deve-se considerar, ainda, a necessidade de os órgãos públicos responsáveis pela educação ambiental investirem em projetos que tenham como público-alvo os grupos sociais nos quais os consumidores citaram que participam, a fim de incentivar a reflexão crítica sobre a interação de cada um com o ambiente.

Pode haver, portanto, relação entre as práticas de consumo e a construção da cidadania, desde que se amplie o debate sobre a relação entre questões ambientais e consumo a partir da reflexão do papel que cada um desempenha nesta trama, o que requer o estabelecimento de políticas de comunicação ambiental voltadas para as esferas privadas de sociabilidade.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A nova lei do direito à informação ambiental. **Revista Spei**. Curitiba, v. 5, n. 1, p. 7-13, 2004.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. Lei nº 8.078/90. **Presidência da República**. In <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/18078.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2009.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

COBRA, Marcos Henrique Nogueira. **Marketing básico: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas, 1997.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Vale do Taquari**. 2008. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalle.php?corede=Vale+do+Taquari](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalle.php?corede=Vale+do+Taquari)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2005. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2005](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2005)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2009. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)>. Acesso em: jan. 2009.

GARCIA CANCLINI, Nestor. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

HERPICH, Ângela. **A percepção das consumidoras sobre a reciclagem de embalagens de produtos alimentícios no município de Lajeado, RS**. 2007. 70 f. Monografia – Curso de Ciências Biológicas. Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: jul. 2008.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1994.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo**. Lisboa: Relógio D'Água, 1988.

\_\_\_\_\_. Sedução, publicidade e pós-modernidade. **Revista Famecos**. Porto Alegre, vol. 12, n. 12, p. 7-13, 2000.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 69-98

MARSHALL, T. H. **Cidadania e classe Social**. Brasília : Fundação Projeto Rondon, 1967.

MAZZARINO, Jane. **A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-mediatizadas do movimento socioambiental: um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre**. 2005. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2005.

MELUCCI, Alberto. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1997.

PAOLI, Maria Célia. História e cidadania: o direito ao passado. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **O direito à memória:** patrimônio e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, Everardo. Culpa e prazer: imagens do consumo na cultura de massa. In: \_\_\_\_\_. **Comunicação, Mídia e Consumo.** Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacaomidiaconsumo/article/view/5088/4701>> Acesso em: 31 ago, 2008.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **Publicidade e cultura de consumo:** problemas para um estudo de recepção. Disponível em: <<http://alaic.incubadora.fapesp.br>>. Acesso em: 31 ago, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade.** Lisboa: Piaget, 1992.

\_\_\_\_\_. **Um novo Paradigma: para compreender o mundo de hoje.** Petrópolis RJ: Vozes, 2006.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2004.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania:** a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE TEMAS AMBIENTAIS: PISTAS PARA AMPLIAR A INSERÇÃO DOS MORADORES NA POLÍTICA PÚBLICA DE COLETA SELETIVA

*Dra. Jane M. Mazzarino, Ms. Cristiane Musa, Michele Schmitz, Tiago Feldkircher*

**RESUMO:** Entre os problemas ambientais mais urgentes encontram-se os que envolvem os resíduos sólidos domésticos. Entre suas alternativas de solução espalham-se pelo país modelos de coleta seletiva municipais. Entre o problema e as alternativas de solução considera-se a necessidade de compreender quais negociações, conflitos, resistências e consensos se formam entre as práticas ambientais dos diferentes atores sociais envolvidos com a questão dos resíduos sólidos domésticos urbanos. Portanto, se conflitos sociais são lutas entre sentidos para a ação humana, como Melucci (2001) propõe pensar, é preciso colocar a esfera comunicacional em um lugar central no estudo destas relações sociais que surgem a partir do descarte dos resíduos. Nesse sentido, surgem questionamentos: Como os moradores estão se comportando em relação à política pública da coleta seletiva? Quais representações sociais constroem sobre esta problemática intrinsecamente relacionada às suas práticas de consumo? As práticas do cotidiano dos usuários estão determinando práticas de cidadania, de responsabilização, sobre os resíduos dos consumos? A busca por respostas gerou uma pesquisa qualitativa entre moradores do município de Estrela, no Vale do Taquari RS. Realizaram-se 40 entrevistas semiestruturadas. Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo qualitativa, e apontaram algumas pistas que podem ampliar a inserção dos moradores na política pública de coleta seletiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações sociais. Coleta seletiva. Consumidores.

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os problemas ambientais mais urgentes encontram-se os que envolvem os resíduos sólidos domésticos. Entre suas alternativas de solução espalham-se pelo país diferentes modelos de coleta seletiva municipais. Entre o problema e as alternativas de solução considera-se que é necessário compreender quais negociações, conflitos, resistências e consensos se formam entre as práticas ambientais dos diferentes atores sociais envolvidos com a questão dos resíduos sólidos domésticos urbanos, especificamente em contextos comunitários em que existe a coleta seletiva como política pública.

O Guia da Coleta Seletiva de Lixo do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre) conceitua a coleta seletiva de lixo como: “

um sistema de recolhimento de materiais recicláveis, tais como papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradora. Estes materiais, após um pré-beneficiamento, são então vendidos às indústrias recicladoras ou aos sucateiros (VILHENA, 1999, p. 6)<sup>1</sup>.

Conforme VILHENA (1999), a coleta seletiva propicia inúmeras vantagens aos municípios, entre elas a redução do custo da disposição final dos resíduos, aumento da vida útil dos aterros, redução de gastos com a remediação de áreas degradadas pela incorreta disposição dos resíduos, além de desenvolvimento de campanhas de educação ambiental com os munícipes, o que contribui com a melhoria das condições ambientais do município. A coleta seletiva propicia, ainda, a geração de empregos com a instalação de indústrias recicladoras, além da criação de cooperativas ou associações de catadores e o estímulo ao trabalho autônomo de catação.

Neste artigo busca-se contextualizar a coleta seletiva no Brasil, no Rio Grande do Sul, no Vale do Taquari e em Estrela, município onde foram aprofundadas as análises empíricas por ter a política de coleta seletiva instalada há mais de cinco anos, manter uma secretaria municipal de meio ambiente e administrar seus próprios resíduos (na Usina de Tratamento de Lixo – UTL). Este artigo aprofunda especificamente aspectos relativos aos discursos dos moradores. O objetivo é compreender quais representações sociais esses usuários constroem sobre a coleta seletiva em Estrela, identificando as possibilidades que as representações sociais presentes nos discursos apontam como estratégias de comunicação para educação ambiental, que tenham como fim a maior participação dos moradores na política pública.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com viés exploratório e aplicado. A amostra foi escolhida intencionalmente, levando-se em conta o fato de os informantes serem usuários da coleta seletiva dos diferentes bairros do município, o que indica também uma conseqüente diferenciação de poder aquisitivo. Foram entrevistados 40 moradores responsáveis por descartar os resíduos domésticos das suas residências.

Segundo LEFÉVRE et al. (2000, p. 35), no caso das pesquisas qualitativas, a quantidade não é uma variável crítica, sendo mais importante contemplar as várias possibilidades de um campo social e ideológico, como é o caso de representações sociais sobre determinado tema. Os autores indicam, nesse caso, trabalhar com amostras intencionais e com critérios qualitativos de coleta e processamento de dados. Para VERGARA (2004, p. 50), a população amostral define-se como “uma parte do universo (população) escolhido segundo algum critério de representatividade”.

Realizaram-se entrevistas semiestruturadas, assim como observações nas lixeiras das casas e das ruas. A pesquisa de campo foi realizada em 2007 e 2008. Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo qualitativa. Buscaram-se

---

<sup>1</sup> Segundo o mesmo Guia, o pré-beneficiamento compreende basicamente a separação por cor, tipo, tamanho etc., além de lavagem, secagem, prensagem e enfardamento (VILHENA, 1999).

identificar as ideias-chave do conjunto de significados explícitos nos discursos sobre o tema resíduos sólidos domésticos. Bardin conceitua a análise de conteúdo como sendo:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Segundo RICHARDSON (1999), os pesquisadores da análise de conteúdo de viés qualitativo defendem que não se estude apenas a frequência das características presentes na mensagem. Pode-se também observar a frequência com que os elementos aparecem, quais valores explicitam, e se tendem a fazer relações com aspectos positivos ou negativos quando abordam os temas ambientais. Portanto, trata-se de uma leitura atenta das representações expressas pelos entrevistados nas suas falas, buscando identificar padrões de respostas que apontem para possíveis estratégias de comunicação para educação ambiental.

## 2 BUSCANDO PISTAS NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para atingir o objetivo proposto de compreender quais representações sociais os usuários constroem sobre a coleta seletiva em Estrela e quais possibilidades as representações sociais presentes nos discursos apontam como estratégias de comunicação para a educação ambiental, partiu-se dos pressupostos teóricos de Melucci, Verón, Mazzarino e Reigota.

Para MELUCCI (2001, 1996), o poder se situa nas linguagens e nos códigos que organizam os fluxos de informação, nos quais as ações coletivas representam uma mensagem da/e para a sociedade, ao mesmo tempo em que revelam os dilemas que determinada sociedade vive.

Somos continuamente chamados a produzir, através de nossas escolhas e decisões, as relações e o campo de nossa própria ação social. Isto significa que a vida social perde sempre o seu caráter natural, seu caráter de dado objetivo, e se torna sempre mais um produto de ações e relações. Neste campo assim definido, o recurso fundamental que circula neste sistema é o recurso da informação. Informação é o recurso essencial para fazer funcionar sistemas complexos caracterizados pela incerteza. Reduzimos a incerteza produzindo informações, e nossas decisões modificam continuamente aquelas informações disponíveis [...] os conflitos sociais mudam de natureza, mudam de qualidade. Os conflitos da sociedade industrial [...] eram conflitos que se articulavam em torno de dois elementos fundamentais: de classe e de exclusão da cidadania. [...] na sociedade contemporânea, coexistem conflitos pós-industriais, e conflitos propriamente típicos da sociedade industrial, bem como conflitos que são descontínuos, diversos qualitativamente daqueles precedentes [...] São conflitos que dizem respeito à capacidade ou à possibilidade dos atores de definirem o sentido das suas ações. Num sistema complexo [...] os atores para poderem se mover neste sistema, para poderem decidir, escolher, passar de um sistema a outro, transferir no tempo suas capacidades, reduzir o campo de possibilidades,

devem dispor de recursos que lhe permitam moverem-se como sujeitos autônomos da ação [...] recursos de educação, conhecimento e informação: são recursos do tipo cognitivo, relacional, comunicativo que permitem a esses sujeitos, tanto individuais quanto coletivos, agirem como sujeitos autônomos capazes autonomamente de produzir, receber e trocar informações (MELUCCI, 1996, p. 23-25).

Os usuários do sistema de coleta seletiva são sujeitos que vivem em comunidade, intercambiam informações entre si e com o sistema social em que estão inseridos, formando relações de interdependência alimentadas por trocas simbólicas. São relações de comunicação, nas quais os interlocutores precisam ter algum grau de reconhecimento entre seus discursos para permanecerem no processo comunicacional e, conseqüentemente, manterem a interação social e o senso de comunidade. É preciso reconhecer-se no coletivo para construir-se como pessoa. Entende-se, portanto, que a participação no processo de coleta seletiva é parte deste processo de construção de cada pessoa enquanto cidadão de um dado município, no qual os recursos informacionais permeiam os seus modos de ação/separação de resíduos e o nível de autonomia de cada um.

Para MELUCCI (2001, p. 59), os atores sociais são “terminais de redes informacionais” de um sistema complexo. Os indivíduos “têm de ser capazes de produzir e receber informação. Conseqüentemente, o sistema deve aperfeiçoar a autonomia dos indivíduos e grupos e sua capacidade para se tornarem terminais efetivos de redes informacionais complexas”. Seguindo esse raciocínio, no caso da coleta seletiva, espera-se que cada morador compreenda as informações fundamentais para descartar adequadamente seus resíduos: no dia previsto e corretamente separados (secos e úmidos).

Os recursos informacionais possibilitam algum controle social. Por isso, com disseminação de informação sobre a coleta seletiva adequada ao receptor/consumidor/morador ou público-alvo de uma campanha de sensibilização e/ou educação ambiental, pode-se vir a controlar sua ação na forma desejada pelo poder público, no que se refere ao descarte dos resíduos. As questões que se colocam são: como fazer com que a pessoa participe da coleta seletiva a partir da produção de um sentido para a ação de descartar corretamente os resíduos? Como sensibilizar este receptor/consumidor formal de informação ambiental para adotar entre suas práticas socioculturais ações ecologicamente corretas, que afetam toda uma cadeia de produção? Como determinar quais os códigos mais adequados para gerar um consenso mínimo sobre uma atitude cotidiana simples, aparentemente sem grandes conseqüências: separar o lixo? Como organizar/ofertar novos sentidos sobre determinada realidade social para gerar novas práticas ambientais no cotidiano? Entende-se que as respostas devem surgir das representações sociais feitas pelo público que se quer atingir sobre a problemática em questão.

Para MELUCCI (1996, p. 204), o modo “como a questão é nomeada, especificada e definida é, desde já, uma questão fundamental, porque condiciona as opções políticas e econômicas, e as decisões de alocar recursos de um modo ou de outro”. Nesse sentido, é necessário investigar como estão sendo nomeadas as

questões relacionadas à coleta seletiva de resíduos sólidos domésticos urbanos no Vale do Taquari, a partir da análise dos discursos dos atores da comunidade. MELUCCI (1996, 2001), em suas obras, propõe refletir criticamente na fronteira entre o individual e coletivo no espaço de aprendizagem, na relação entre a subjetividade do receptor e oferta de sentidos pelo seu interlocutor. O conflito surge quando os interlocutores não reconhecem o discurso um do outro (poder público e morador), e assim se recusa a reconhecer este outro. Assim, estudar o reconhecimento e as recusas dos moradores de uma comunidade sobre o discurso de coleta seletiva pode apontar para as formas como está se construindo uma identidade ambiental coletiva em determinada comunidade.

Aqueles que separam corretamente os resíduos acabam formando uma tribo, um grupo social, diferente daqueles que não separam. A questão é: como seduzir o segundo grupo para participar das práticas ambientais do primeiro grupo? Trata-se de encontrar estratégias de sedução, a partir de compreensão das lógicas discursivas e de ação dos indivíduos da comunidade onde se quer fazer o processo da coleta seletiva funcionar.

Conhecer as representações sociais que esses atores constroem sobre o meio ambiente, de forma geral, e especificamente, sobre os processos diversos que envolvem descarte dos resíduos é, portanto, um caminho necessário para planejar estratégias de comunicação para a sensibilização de atitudes mais sustentáveis no cotidiano comunitário. Segundo REIGOTA (1998, p. 14), “o primeiro passo para a realização da educação ambiental deve ser a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo”. Portanto, “a compreensão das diferentes representações sociais deve ser a base de busca de negociação e solução dos problemas ambientais” (REIGOTA, 1998, p. 20).

As representações sociais se explicitam em ações e discursos que os sujeitos constroem a partir de processos comunicacionais em que se estabelecem e são pactuados sentidos sobre a realidade social. Baseada em pressupostos teóricos da sociosemiótica proposta por VERÓN (1980, 1996, 1997), MAZZARINO (2005, p. 110) afirma que:

A relação comunicacional é, assim, uma experiência sociocultural. A interação comunicacional é um processo aberto, onde o indivíduo nunca sabe ao certo se aquilo que lhe é dado ver é aquilo que vê, por isso seus limites estão constantemente sujeitos a transformações, transposições, alargamentos e retraimentos. Outro fator que define a abertura das experiências interativas comunicacionais é a intervenção da diversidade de experiências e de papéis (mais ou menos permanentes ou transitórios) desempenhados pelo indivíduo, os quais definem a vida cotidiana e delineiam a sua identidade, assim como suas relações sociais. Desencontros entre quadros de experiência dos sujeitos em interação podem gerar equívocos e manifestações imprevistas. Cabe ao pesquisador observar as regras processuais da interação, que fazem intervir as estratégias e os objetivos visados, assim como as expectativas associadas aos comportamentos adotados pelos atores sociais inseridos no sistema social, onde diferentes universos simbólicos (que formam os campos sociais) estão em interação.

A análise dos discursos que circulam nos processos de comunicação ajuda a compreender como os moradores de um município constroem sentidos sobre a realidade social da coleta seletiva. Os discursos expõem marcas sobre as quais o pesquisador se debruça a fim de compreender as lógicas que os sujeitos fizeram uso no processo de construção de sentidos.

O caráter social das representações, segundo REIGOTA (1998), está em contribuir com o compartilhamento de princípios que orientem as interações comunicacionais entre grupos, a fim de que possam compreender e transformar a realidade.

No meu ponto de vista, é por intermédio de relações intersubjetivas e comunicativas entre pessoas com diferentes concepções de mundo e relações cotidianas com o meio natural e construído; características de vida social e afetiva; acesso a diferentes produtos culturais; formas de manifestar as suas ideias; conhecimento e cultura; dimensões de tempo e expectativas de vida; níveis de consumo e de participação política que poderemos estabelecer diretrizes mínimas para a solução dos problemas ambientais que preocupam todos. O desafio da educação ambiental é sair da ingenuidade e do conservadorismo (biológico e político) a que se viu confinada e propor alternativas sociais, considerando a complexidade das relações humanas e ambientais (REIGOTA, 1998, p. 28).

A partir desses pressupostos teóricos questiona-se: como moradores estão se comportando em relação à política pública da coleta seletiva? Quais representações sociais constroem sobre esta problemática intrinsecamente relacionada às suas práticas de consumo? Para buscar as respostas a essas questões, é preciso contextualizar a situação dos resíduos sólidos domésticos.

### 3 CONTEXTO BRASILEIRO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) aponta que 99,4% dos municípios do país têm coleta de lixo (seletiva ou não seletiva). De 1989 para 2000 (ano da última pesquisa completa do IBGE sobre o tema) havia aumentado 2,2% o número de municípios que adotaram a coleta de resíduos. Em 2000 a população de 189 milhões de habitantes produzia 125 mil toneladas de resíduos. Enquanto nos municípios com menos de 200 mil habitantes a média *per capita* dia não passava de 700 gramas, nos municípios com mais de 200 mil habitantes cada pessoa chegava a produzir até 1,2kg – quase o dobro. As 13 maiores cidades do país eram responsáveis por 31,9% do lixo urbano.

Os dados do IBGE (2000) apontam que 63,6% dos municípios brasileiros utilizavam lixões a céu aberto; 13,8% aterros sanitários e 18,4% aterros controlados. Cinco por cento não informaram o destino dos seus resíduos.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, ao analisar esses dados, concluiu que houve aumento na quantidade de lixo coletada entre 1989 e 2000 devido a dois fenômenos: elevaram-se os índices de coleta e o

consumo e descarte de resíduos. Em 2000 observou-se uma ampliação no consumo de embalagens e de produtos descartáveis em relação a 1989. Deste ano até 2000 aumentou em 54% o lixo coletado, enquanto a população cresceu 15,4%. No entanto, também foi maior a destinação dos resíduos para os aterros (IBGE, 2000). Portanto, está em jogo o aumento da coleta, da reciclagem e do destino aos aterros, contra o aumento do consumo e do volume de resíduos descartados.

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE (IBGE, 2000) indica ainda que, dos 5.475 municípios brasileiros, apenas 451 realizavam coleta seletiva em 2000. No Rio Grande do Sul, dos 459 municípios apenas 138 tinham programas de coleta seletiva, a qual abrangia 837 mil residências, onde se coletavam 597 mil toneladas dia de resíduos selecionados. Segundo Panorama dos Resíduos no Brasil (ABRELPE, 2007), em 2006 eram recolhidos 7 mil 347 toneladas de resíduos por dia no RS (selecionados e não selecionados), o que correspondia à produção média por pessoa de 729 gramas<sup>2</sup>.

A pesquisa Ciclossoft (CEMPRE, 2008), que avalia a coleta seletiva e a reciclagem no país, informa que a metade (49%) dos municípios que fazem coleta seletiva usa o sistema porta a porta. De modo geral, a coleta seletiva é realizada pelo poder público, no sistema porta a porta ou por meio de postos de entrega voluntária (menos comum), locais onde a população deve levar o lixo devidamente selecionado (KIEHL, 2004).

Apesar dos estudos realizados por diferentes organizações sociais sobre a problemática dos resíduos sólidos domésticos no Brasil, o governo ainda não instituiu sua Política Nacional de Resíduos Sólidos Domésticos. Segundo MACHADO (2007, p. 561), “os resíduos sólidos têm sido negligenciados tanto pelo poder público como pelos legisladores e administradores, devido provavelmente à ausência de divulgação de seus efeitos poluidores”. E tal negligência pode estar relacionada à falta de definição das competências para gestão dos resíduos, apesar de a Constituição Federal prever em seu artigo 23 as chamadas competências materiais, ou seja, aquelas de caráter comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios (KUNTZ, MAZZARINO, TURATTI, 2008).

No que tange às competências federais, o Brasil ainda não possui diretrizes para gestão e tratamento adequados dos resíduos sólidos, já que o Projeto de Lei 1991/2007 (que foi pensado ao Projeto de Lei 203/1991) encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Portanto, o país possui Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), podendo, dentre elas, a Resolução 05/93 ser considerada uma das mais importantes, por tratar, definir e classificar ações preventivas que minimizem os danos à saúde pública e ao meio ambiente, causados por não terem sido definidos tanto os procedimentos mínimos para o gerenciamento dos resíduos

---

<sup>2</sup> A porcentagem dos resíduos, segundo a ABRELPE (2007), era 57,4% matéria orgânica, 16,4% plástico, 13,1% papel e papelão, 2,3% vidro, 1,5% material ferroso, 0,5% alumínio, 0,4% material inerte, e 8% outros. Dados da pesquisa Ciclossoft do Cempre (2008) indicam que a porcentagem dos materiais recicláveis no Brasil (não incluindo os orgânicos) dividem-se em papel/papelão 39%, plástico 22%, rejeito 13%, vidro 10%, metais 9%, longa vida 3%, diversos 3% e alumínio 1%.

como a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei n. 6938/81 (KUNTZ, MAZZARINO, TURATTI, 2008).

Em âmbito estadual, o Rio Grande do Sul pode ser considerado pioneiro no que se refere à implementação de legislação ambiental. O Estado implantou no ano de 1993, com a publicação da Lei 9.921, a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Essa lei define, em seus 26 artigos, como deve ser a destinação adequada dos resíduos, o que vem a ser considerado resíduo sólido, o sistema de gerenciamento desses resíduos, o órgão fiscalizador e sanções pelo seu descumprimento (KUNTZ, MAZZARINO, TURATTI, 2008). Em seu Art. 1º a lei prevê a coleta seletiva como responsabilidade de toda sociedade:

Art. 1º - A segregação dos resíduos sólidos na origem, visando seu reaproveitamento otimizado, é responsabilidade de toda a sociedade e deverá ser implantada gradativamente nos municípios, mediante programas educacionais e projetos de sistemas de coleta segregativa. Parágrafo 1º - Os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta do Estado ficam obrigados à implantação da coleta segregativa interna dos seus resíduos sólidos. Parágrafo 2º - Os municípios darão prioridade a processos de reaproveitamento dos resíduos sólidos, através da coleta segregativa ou da implantação de projetos de triagem dos recicláveis e o reaproveitamento da fração orgânica, após tratamento, na agricultura, utilizando formas de destinação final, preferencialmente, apenas para os rejeitos desses procedimentos.

Tratando a questão ambiental de forma global no âmbito estadual, em 2000, entrou em vigor a Lei Estadual 11.520, que institui o Código Estadual de Meio Ambiente, que dispõe em seu capítulo XXI, artigos 217 a 225, regras específicas sobre o tratamento e disposição dos resíduos sólidos (KUNTZ, MAZZARINO, TURATTI, 2008).

Já o município, como ente integrante da Federação, é dotado de autonomia, prevista no artigo 18 da Constituição Federal. De acordo com MEIRELLES (2003, p.329), esse artigo dispõe que a competência dos municípios de organizar e manter serviços públicos locais é reconhecida constitucionalmente como um dos princípios asseguradores de sua autonomia administrativa. Para isso, os municípios podem usar de diferentes instrumentos, dentre eles a Lei Orgânica Municipal, o Código de Posturas/ Código de Limpeza Urbana e o Código de Meio Ambiente (KUNTZ, MAZZARINO, TURATTI, 2008).

Para além das competências acima abordadas, um dos temas polêmicos na discussão da Política Nacional de Resíduos Sólidos é a responsabilização pós-consumo, que sofre a resistência das indústrias, as quais, depois de colocarem seus produtos no mercado, desresponsabilizam-se das embalagens, com exceção da indústria de agrotóxicos. Outro tema que tende a ter importância crescente na agenda pública é a necessidade de responsabilização dos consumidores pelo descarte dos resíduos de forma adequada, a fim de contribuir com as políticas de coleta seletiva e também com o trabalho e sobrevivência de catadores informais e cooperativados.

## 4 CONTEXTO REGIONAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS

O Vale do Taquari localiza-se na região centro-leste do Rio Grande do Sul, estado mais ao Sul do Brasil. A população da região é de 316.325 habitantes (IBGE, 2007). Tratam-se de descendentes de alemão e italianos, predominantemente, e de portugueses, negros e, em minoria, de outros povos europeus. A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (2006) aponta que o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese)<sup>3</sup> médio da região é de 0,73.

Uma coleta de dados exploratória, realizada entre abril e agosto de 2007, registra que, dos 36 municípios da região do Vale do Taquari, apenas 10 adotam a coleta seletiva (entre eles Estrela), e investigação *in loco* nestes municípios evidenciou que há problemas em todo o processo. Do total 61,1% dos municípios da região não possuem aterro, 19,4% possuem aterro sanitário, 11,1% têm aterro controlado.

Observou-se que a Secretaria de Obras é responsável pela coleta dos resíduos em 72,2% dos municípios e em 5,6% dos municípios é a Secretaria de Meio Ambiente que assume essa tarefa. Já a responsabilidade pelo destino final dos resíduos sólidos domésticos é terceirizada em 30,6% dos municípios, é tarefa que cabe às secretarias de Obras em 38,9% e cabe às secretarias de Meio Ambiente em 8,3% dos municípios. Além das empresas terceirizadas e das prefeituras, outros atores implicados no destino dos resíduos citados pelos informantes das administrações municipais são catadores informais (16,7%) e catadores cooperativados (2,4%).

Dos 36 municípios 27,8% responsabilizam-se pela triagem dos resíduos sólidos domésticos e 58,3% os enviam para outros municípios (especialmente Minas do Leão, município que recebe resíduos de 34% dos municípios do Rio Grande do Sul). Detectou-se que existem terrenos de destino irregular de resíduos em 22,2% dos municípios da região.

Em relação à quantidade de resíduos produzidos nos municípios mensalmente, incluindo zona rural e urbana, 22,3% dos municípios produzem até 15 toneladas, de 20 a 50 toneladas são produzidas em 19,5% dos municípios, de 51 a 80 toneladas em 11,2% dos municípios, e 25% dos municípios produzem de 100 a 500 toneladas de resíduos sólidos mensais. Os resíduos são recolhidos uma vez por semana em 8,3% dos municípios, duas vezes por semana em 27,8%, três vezes em 22,2% dos municípios, e mais de quatro vezes por semana em 38,9% deles.

Para atuar em relação aos resíduos, 33,3% dos municípios têm sua própria legislação (Lei Municipal, Código Municipal do Meio Ambiente, Código de Postura do Meio Ambiente, Código de Postura Municipal), enquanto 8,3% baseiam-se na legislação estadual e 2,8% levam em conta alguma legislação federal.

---

3 Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), “o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. [...] O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que (sic) 0,800)” (FEE, 2008).

Em relação às ações de educação ambiental realizadas pelas administrações públicas na região, elas ocorrem predominantemente a partir de palestras e campanhas que incluem as escolas como público-alvo. Outras formas de comunicação com a comunidade para informar sobre quais procedimentos tomar em relação aos resíduos sólidos domésticos ocorrem por meio de agentes de saúde, pôsteres e programas de rádio. Não há política de comunicação ambiental em nenhum dos municípios, ou seja, não há um planejamento que vise ao cumprimento de uma série de ações articuladas e suas avaliações em relação às formas de recepção feita pela comunidade destas mensagens ambientais. O que ocorre são ações isoladas, esporádicas e sem continuidade.

## 5 CONTEXTO LOCAL: O ESTUDO EM ESTRELA

Estrela, município onde se realizou o estudo empírico, ocupa a 29ª posição no ranking do Idese. Trata-se de um dos municípios mais antigos da região do Vale do Taquari, colonizado por imigrantes alemães e distante a cerca de 100 km de Porto Alegre, capital do Estado. Conforme dados do IBGE (2007), a cidade possui área geográfica de 184 km<sup>2</sup> e população total de 29.071 habitantes, dos quais 86,6% vivem em área urbana. Sua economia é baseada principalmente na indústria, seguida do comércio e do setor primário.

No caso de Estrela, os meios de comunicação utilizados para estimular a população a separar o lixo úmido do seco são cartazes, panfletos, jornais e rádio. Os cartazes são distribuídos em pontos estratégicos da cidade (lojas, bares, supermercados, órgãos públicos, escolas etc.). Os panfletos são destinados à comunidade, porém são distribuídos a partir das escolas e contêm informações gerais sobre separação e calendário da coleta seletiva nos bairros. Além disso, há informações no sítio da Prefeitura e na mídia comercial local e regional. As atividades desenvolvidas pela Secretaria do Meio Ambiente são publicizadas em rádios (Alto Taquari, Independente AM) e em jornais (Zero Hora, Folha de Estrela, O Informativo, Correio do Povo, Nova Geração). Trata-se basicamente da divulgação sobre as datas de coleta, formas de separação e dicas gerais (o que fazer com o óleo de cozinha, remédios, por exemplo). Não há um calendário para a divulgação, as ações de comunicação são esporádicas, geralmente relacionadas a datas como a Semana do Meio Ambiente ou uma campanha específica.

Além disso, há a campanha “Com Seringa não se brinca”, que abrange clínicas veterinárias e os postos de saúde, os quais funcionam como pontos de entrega de seringas. Mensalmente é realizado o Fórum Lixo e Cidadania de forma itinerante nas escolas e entidades municipais, o qual conta com a participação de alunos, professores, e, ocasionalmente, de representantes do Corpo de Bombeiros, Brigada Militar e outros convidados.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico é a responsável pela coleta nas ruas dos resíduos sólidos domésticos no município, assim como pelo seu destino final. Outros envolvidos no processo de gerenciamento dos resíduos sólidos domésticos são a empresa de serviço de coleta terceirizada (Cone Sul, de Santa Cruz do Sul) e os catadores. O município faz triagem dos resíduos na Usina de

Tratamento de Lixo Doméstico, onde 25 funcionários contratados como operários triam o material reciclável, que depois é leiloado. O material úmido segue para o pátio de compostagem. O material que não tem aproveitamento para venda ou para compostagem segue para o aterro sanitário. Lagoas tratam os efluentes.

A quantidade média de lixo recolhida mensalmente no município é de 450 toneladas/mês (105 ton/mês na zona rural e 345 ton/mês na zona urbana). Os resíduos seco e úmido são recolhidos separados, no entanto a observação das lixeiras feita pelo grupo de pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais, ao longo de 2007, constatou que há sérios problemas em relação à seleção dos resíduos no contexto das residências. O recolhimento do lixo úmido na zona urbana ocorre três vezes por semana e o do lixo seco, uma vez por semana, havendo nos bairros Centro, Hospital e Avenida Rio Branco três recolhimentos semanais do lixo seco. Na zona rural há somente o recolhimento do lixo seco, uma vez por semana. No município é o Código Municipal do Meio Ambiente a legislação que estabelece regras em relação aos resíduos sólidos domésticos.

A observação das lixeiras e os dados levantados com o poder Executivo geraram questionamentos, os quais foram transformados em perguntas feitas aos moradores. As respostas deram origem a três categorias de análises, de onde foram retiradas pistas que podem ser usadas para ampliar a participação dos moradores na política da coleta seletiva: a) seleção dos resíduos; b) trato com os resíduos; c) relação com os catadores.

### **a) seleção dos resíduos**

A primeira pergunta em relação a esta categoria buscava identificar se os moradores percebiam a existência de coleta seletiva no seu bairro, como analisavam seu funcionamento, se participavam, por que e como aprenderam. Identificaram-se nas respostas a essas questões 10 pistas para definição de estratégias de comunicação para a educação ambiental.

Pista 1: “tem coleta, passa o caminhão todos os dias, mas pegam tudo junto. Eles nunca pediram para separar”. Estratégia: capacitar os funcionários responsáveis pelo recolhimento porta-a-porta para serem agentes de sensibilização dos moradores.

Pista 2: “separo...por influência dos filhos que diziam que faria mal pra natureza”, “ensinar os filhos é um dos motivos de fazer”, “comecei a separar através da minha filha, do colégio”, “se nós não cuidarmos, o que vai ser dos nossos filhos?”. Estratégia: investir mais na sensibilização por meio das escolas, apelando para a relação afetiva entre pais e filhos.

Pista 3: “Tem coleta, mas não separo porque colocam tudo junto”, “tem coleta, não sei o dia, mas não separo direitinho”, “há coleta, mas quando o saquinho tá cheio já coloco pra fora independente do dia. Acho que pelo peso dos saquinhos os lixeiros sabem o que é”, “eu separo, mas coloco tudo junto”, “levam tudo no mesmo caminhão”, “passaram e colocaram tudo junto”. Estratégia: investir em informação que esclareça a necessidade de todos separarem e colocarem para a coleta os resíduos nos dias determinados para o recolhimento separado. Além de informação em rádio

e panfletos, via escolas e porta-a-porta com criação de um programa de agentes ambientais mirins, carros de som podem ser usados, assim como o caminhão da coleta deve servir como *outdoor* itinerante informando o dia de coleta em cada bairro e a necessidade de colaboração dos moradores. Da mesma forma, as lixeiras devem conter placa informando sobre o dia de coleta nos bairros onde estão instaladas.

Pista 4: “não participo porque produzimos pouco”, “um tempo atrás separava, mas relaxamos por causa do pouco tempo em casa”. Estratégia: como as pessoas mostraram-se propensas a separar, mas têm desculpas, elas precisam ser contrargumentadas pelo poder público via canais de informação comunitária.

Pista 5: “os catadores passam cedo e pegam”, “eu separo os litrão pras pessoas que juntam”, “separo o orgânico do seco e os papeleiros pegam”. Estratégia: aproveitar-se do senso comum identificado nas falas investindo no discurso de solidariedade com os catadores, que têm nos resíduos sua fonte de renda.

Pista 6: “o povo não colabora”, “não separo porque a prefeitura não pediu. Quando ela pedir, eu vou separar”, “não foi botado na cabeça do povo que seria uma boa”, “ninguém orientou a fazer separado”. Estratégia: esses fragmentos discursivos apontam que a informação não está atingindo o receptor imaginado, portanto deve-se investir de forma maciça e contínua em informação ambiental, diferente do modo como está sendo realizada a sensibilização, esporádica, sem continuidade.

Pista 7: “tem coleta e participamos”. Estratégia: identificar os participantes da coleta seletiva e defensores desta prática ambiental na comunidade, reuni-los em um programa de capacitação, para serem mediadores ambientais comunitários. De outro modo podem-se ofertar descontos na taxa de recolhimento de lixo cobrada pela administração municipal para moradores que, colaboram com a coleta seletiva ou atuam como mediador ambiental.

Pista 8: “Faz e eu separo. Eles falaram no rádio”, “deram um calendariozinho”, “distribuíram panfletos, mas não em todas as casas”, “pediram no rádio”, “uma vez foi largado panfletos conscientizando o povo, mas ficou por isso mesmo. Não houve um trabalho mais profundo. Deveria vir alguém para incentivar a separação, a conscientização”. Estratégia: planejar ações de comunicação para sensibilização ambiental com continuidade, usando a informação midiaticizada e também a interação face-a-face, via mediadores ambientais.

Pista 9: “eles colocam tudo junto, não vale a pena separar, mas eu tô acostumada. Se eu não fizer, parece que estou fazendo algo errado”, “tem e participo, mas a maioria da vizinhança não. Está na minha cabeça educação, respeitar, separar, e não desperdiçar, não destruir”. Estratégia: incluir nos discursos de sensibilização ambiental os valores socioculturais da comunidade. Entre eles identificaram-se como predominantes nas falas: respeito, educação, cuidado, organização, limpeza.

Pista 10: “a gente separa há bastante tempo porque a mãe tem uma consciência ecológica, ela era enfermeira”, “nós sempre separamos, por influência dos amigos”. Estratégia: investir em informação ambiental direcionada para os grupos sociais, formais e informais, que compõem a comunidade: trabalho, amigos, corais, clubes de mães, grupos de danças, grupos de idosos etc.

Quando questionados se o município deveria incentivar as pessoas a separar o lixo, como se poderia fazer isto e também diminuir a produção de resíduos, o conjunto de respostas dos moradores aponta para cinco pistas que podem ajudar na maior participação dos usuários no sistema de coleta seletiva: 1) informação ambiental com uso de panfletos, em interação direta com os moradores por meio de visitas nas casas, com campanhas de separação, carro de som, propaganda de rua, reuniões de condomínio; 2) capacitação de mediadores ambientais em escolas, associações de moradores, funcionários da Secretaria do Meio Ambiente etc.; 3) distribuição de sacos de lixo; 4) facilitação no modo de separação, não detalhando muito os tipos de lixo seco, deixando para os separadores fazerem a etapa da triagem dos secos; 5) incentivo à reutilização de embalagens; 6) incentivo ao uso de composteiras.

As entrevistas com os moradores apontaram para problemas em relação às lixeiras no município, entre eles a variedade de formas e tipos de lixeiras. Outra situação é apontada pelas falas seguintes: “só tem lixeira quem põe”, “quem não tem lixeira pendura na árvore”. “pendura na grade”, “pendura no poste”, “colocam os sacos no chão”. Outra moradora afirma que “só no centro tem lixeiras”, indicando que no centro as lixeiras seriam colocadas pelo poder público e nos bairros pelos moradores. Outras moradoras apontam ainda para a questão dos conflitos oriundos das diferentes relações que os moradores têm com seus resíduos e a necessidade de educação, quando afirmam que “não adianta, as pessoas jogam tudo no chão”, “tinha uma na frente da minha casa [...] todo mundo vinha e largava o lixo ali [...] a frente da minha casa tava uma imundice”. A pista que sobressai das falas dos moradores é a necessidade de padronização das lixeiras, disseminando-as pelas ruas da cidade e responsabilizando os moradores dos quarteirões pela sua manutenção.

Quando os moradores foram questionados se sabiam o que era feito do seu lixo depois de ser dispensado na lixeira, as respostas indicaram falta de conhecimento sobre o destino dos resíduos. Sobre o local do destino as repostas variam entre: “não sei”, “UTL”, “Delfina”, “Santa Rita”, “Arroio do Ouro”, “Guaíba”, “vai pro lixão, mas não sei se tem lixão em Estrela”. As respostas indicam ainda que “vai para reciclagem”, “vai pra usina, é separado e vendido”. Há respostas que têm uma representação relacionada ao trabalho dos separadores: “tem muita gente trabalhando lá [...] é uma coisa boa que fizeram”, “tem pessoas que trabalham, tipo uma esteira, eu vi na tv”. Outras representações indicam espaços de vazios informativos: “vai tudo para o lixão, não adianta separar em casa. Eles reciclam lá”. Há ainda uma resposta que aponta uma falta de relação entre seus resíduos e a unidade de triagem de Estrela: “sei que em Estrela tem reciclagem, mas acho que não é o lixo do caminhão, porque esse vai todo junto”. Outras falas apontam uma representação marcada por dois destinos: “o orgânico pro aterro e o seco pra usina de reciclagem de Estrela”. Basicamente encontraram-se três padrões de respostas, aparecendo em menor quantidade aqueles que têm a informação correta (identificando a existência da Unidade de Triagem de Lixo de Estrela como destino dos resíduos); há os que têm informação confusa; e aqueles que não sabem o destino dos seus resíduos. Nos dois primeiros grupos as informações chegaram algumas vezes a partir da mídia: “vi na tv”, “o prefeito falou no rádio”. As respostas apontam como pista fundamental a necessidade de disseminar a informação que mostre o

percurso dos resíduos descartados nas lixeiras de cada casa até o destino final, na UTL, o que pode ser feito em oficinas com o uso de audiovisuais e por meio da ampliação das visitas à UTL pelos moradores, e não apenas por estudantes.

### **b) o trato dos resíduos**

Quando os moradores foram questionados sobre o que ia para o lixo na sua casa e o que era guardado, as respostas apontam que os moradores, dispensam a coleta seletiva, reutilizam sacolas de supermercado, garrafas pet, vidros, potes de plástico e latas; usam resíduos orgânicos como adubo ou para alimentar animais; ofertam garrafas plásticas, papelão, potes de plástico e latas para catadores, artesãos ou para alunos venderem; usam papéis para fazer fogo. Chamou a atenção que uma moradora afirmou que queimava papel higiênico no fogão a lenha. As respostas indicam como pista principal que há predisposição para a realização da coleta seletiva não apenas participando da política pública, mas também separando os resíduos para outros atores da comunidade ou mesmo para destinar a composteiras caseiras. No entanto, alguns moradores têm a informação, mas não tratam os resíduos adequadamente, já que análises dos resíduos que chegam à UTL apontam altos índices de misturas entre secos e úmidos.

Em relação à disposição dos moradores para o uso de composteiras, encontramos três padrões de resposta: alguns têm; há quem não tem e não quer ter por falta de espaço ou porque dá cheiro e moscas; e outros não têm, mas gostariam de ter. As respostas apontam como pista a possibilidade de ampliar o uso de composteiras entre os moradores, minimizando o problema da grande quantidade de resíduos que chegam à UTL (54% do total do peso produzido entre os moradores). Para isso, é necessária a disseminação de informação técnica sobre como construir uma composteira que não tenha problemas de cheiro e moscas, como construir composteiras em pequenos espaços de casas ou apartamentos ou, ainda, a construção de composteiras comunitárias em espaços públicos.

Percebeu-se que as mediações familiares afetam o tratamento dado aos resíduos em casa. Ao serem perguntados: 'Na sua família se fala sobre a questão do lixo?', nas suas respostas afirmativas os moradores referiram-se predominantemente a conversas que surgem a partir da mediação dos filhos, os quais receberam informação ambiental no espaço escolar, dados que são confirmados pela Secretaria de Meio Ambiente. As outras respostas apontam que se fala sobre o assunto quando surge um problema como o lixo atirado na frente da casa do morador, ou então que não se fala sobre o tema por ser algo já resolvido na família: "todo mundo cuida, a gente se criou desse jeito". Outro morador afirmou que abordava-se o tema, mas os familiares eram resistentes à separação: "ainda encontro lixo no lugar indevido". Em relação à pergunta sobre como eram descartados os resíduos ao longo de sua história familiar, predominaram respostas como a queima dos resíduos como papéis, plásticos e papel higiênico, o aterramento do que não dava para queimar e o destino dos resíduos orgânicos para os animais ou plantas, como adubo. Outros ainda afirmaram que reutilizavam vidros ou descartavam resíduos nos rios. Uma das respostas aponta que se utilizava o forno de fumo para queimar os resíduos. A

pista que se sobressai dessas respostas é que a educação em relação ao tratamento dos resíduos dos responsáveis pelas casas hoje está realizada pelos filhos, e não pelos pais. E as famílias que não têm um ente em idade escolar estão mais excluídas do acesso à informação sobre como agir corretamente.

Nesse sentido, quando se perguntou aos moradores sobre os meios de comunicação que usam e se as informações sobre o lixo que circulam a partir da mídia são levadas em conta, eles afirmaram: “ajudou a separar o lixo, a gente nunca separava”, “toca quando eles usam os filhos. Me chamou a atenção o Mundo de Valentina”, “comecei a separar o óleo a partir de uma reportagem”. Mas outras respostas indicam que se pode investir mais em informação midiática: “só ouvi uma vez uma campanha no rádio”, “eles falam pra separar, uma vez escutei”, “sobre o lixo não é tanto”. Surgiram nos discursos, de forma mais recorrente, respostas que apontam o rádio como o veículo mais utilizado, especialmente emissoras regionais, seguido pela televisão, jornais, internet e, em último lugar, revistas. Entre as emissoras de rádio foram mais citadas a Alto Taquari (local), a Independente, a Encanto, 102 e Popular (regionais). As redes de televisão lembradas pelos moradores foram Rede Vida, Record (nacionais) e RBS (que transmite regionalmente o sinal da Globo). Os jornais mais acessados pelos moradores são a Folha de Estrela e Nova Geração (locais), O Informativo (regional), Correio do Povo e Zero Hora (estaduais). A pista que se explicita é a necessidade de maior investimento em circulação de informação ambiental sobre os problemas locais em meios locais.

### **c) a relação com os catadores**

Antes de os resíduos serem dispensados nas lixeiras, muitos moradores afirmaram que fazem uma pré-seleção para os catadores. Questionados se conheciam catadores e como se relacionavam com eles, as respostas apontaram quatro padrões de representações dos moradores sobre catadores e catação: trabalho, higiene, solidariedade e agente ambiental. Essas representações podem ser trabalhadas para melhorar a relação entre esses dois elos de vinculação direta na cadeia produtiva dos resíduos sólidos domésticos.

As representações relacionadas ao trabalho surgiram pelo viés da importância socioeconômica do trabalho: “é um sustento, eles vendem as coisas”, “um meio de sobrevivência”, “trabalham para comer”, “conheço catador que está super bem, tira mais que eu”. Outro viés veio pela percepção da necessidade de capacitação: “eles tinham que ser mais preparados”, “eles estão despreparados para trabalhar com isso”.

As representações relacionadas à higiene estavam associadas ao descuido com a própria saúde e com os resíduos, e, nesse, caso eram geradoras de conflito: “deveriam levar logo para algum destino”, “a gente pensa aonde eles colocam e isso é levado pela enchente”, “eles abrem as sacolas, na casa deles vira um lixão”, “acho que o trabalho deles deve ser judiado. Pra saúde deve ser péssimo. Eles estão expostos à contaminação”, “eles mais atrapalham do que ajudam, pelo fato de já se pagar pela coleta”, “acho que não é muito bom essas charretes por aí”, “vão nos

saquinhos e isso não é muito bom, acabam sujando”, “o problema é rasgar a sacola pelo lixo estar misturado. Se não tivesse misturado, ele só pegaria”.

As representações associadas ao papel de agentes ambientais se explicitam nos seguintes fragmentos discursivos: “é benéfico tanto para eles como para a gente”, “são importantes, tão fazendo a sua parte”, “acaba tirando o lixo da rua”, “é um meio de sobreviver e de limpar um pouco a cidade”, “são muito importantes, se não tivesse ia estar bem pior, ia ter mais lixo”, “eles já são considerados grandes colaboradores da melhora das condições ambientais”.

As representações relativas à solidariedade se explicitam numa mistura de compaixão e piedade: “dou algumas embalagens de papel para ele”, “separo algumas coisas para eles”, “quando eu tenho alguma coisa, eu chamo eles”, “tenho pena deles”, “acho que o trabalho deve ser judiado”, “são uns coitado, né, maldita cachaça”.

Também encontramos uma única moradora para quem os catadores são seres invisíveis, apesar da grande presença deles no município: “aqui não tem quem sobrevive do lixo”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As falas dos moradores apontaram algumas pistas de ações de comunicação para educação ambiental enquanto parte da política pública da coleta seletiva. Essas pistas fazem refletir sobre as questões que foram colocadas ao longo do artigo, sobre as quais se elaboraram algumas possíveis respostas.

Considera-se que trabalhar com o imaginário poderá fazer os usuários do serviço de coleta seletiva sentirem-se parte do processo para além do momento do descarte na rua. A atitude muitas vezes desresponsabilizada de parte dos moradores pode estar atrelada à falta de compreensão do problema ambiental que os resíduos da comunidade reunidos representam para o município, dado seu volume. É preciso que os moradores façam a relação entre consumo, descarte, destino, problemas ambientais locais e globais. Apesar de incluírem-se como responsáveis pelos resíduos, essa responsabilidade se dá apenas como produtores de resíduos, e não como participantes ativos dos problemas ambientais gerados a partir dos seus descartes diários. Os dados apontam, ainda, que a escola pode estar “fazendo sua parte” ao sensibilizar para descartar separadamente, mas pode não estar abordando com a amplitude necessária o tema, de forma que alunos informem as famílias sobre as relações entre os problemas ambientais contemporâneos. Os temas ambientais, quando abordados com o fim de gerar educação ambiental, não podem ser abordados de forma fragmentada, sob o risco de frustrar a expectativa em relação a mudanças de atitude.

Conhecer e compreender as representações sociais dos moradores sobre os resíduos é o primeiro passo para criar estratégias em que eles participem da coleta seletiva, descartando adequadamente os resíduos. Para sensibilizar esse receptor/consumidor de informação ambiental a adotar entre suas práticas socioculturais ações ecologicamente corretas, é preciso fazer alusão ao seu repertório cultural.

Deve-se utilizar a linguagem dos moradores como o código mais adequado para gerar um consenso mínimo sobre uma atitude cotidiana simples: como é separar o lixo. Nesse sentido, este artigo serve como importante contribuição. Para que novas práticas ambientais se realizem em relação à separação dos resíduos, é preciso ampliar os espaços de circulação de informação para além da mídia e da escola. É preciso que a informação ambiental seja contínua e ocupe os espaços públicos de encontro comunitários: ruas, grupos sociais etc. As crianças não darão conta, sozinhas, desse compromisso, que é eminentemente político. É preciso criar um programa de mediadores ambientais nos diferentes grupos comunitários e preparar a todos, capacitando crianças e adultos (catadores, garis, lideranças, agentes de saúde etc.) para cumprirem essa função de transformação social.

Estrategicamente, atores dos diferentes campos sociais em ação na comunidade precisam se engajar nessa tarefa: poderes públicos, organizações sociais, pessoas que têm nos resíduos sua fonte de renda, produtores de resíduos, escolas etc. Os problemas ambientais contemporâneos solicitam a participação de todos e o uso dos instrumentos midiáticos e, também, da comunicação face a face, para que atitudes mais sustentáveis façam cada vez mais parte do cotidiano das comunidades.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (Abrelpe). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2007. Disponível em: <[http://www.abrelpe.org.br/panorama\\_2007.php](http://www.abrelpe.org.br/panorama_2007.php)>. Acesso em: 21 jul. 2008.

AGUIAR, Alexandre; PHILIPPI JR., Arlindo. A importância das parcerias no gerenciamento de resíduos sólidos domésticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 20., 1999, Rio de Janeiro. **Trabalhos técnicos**. Rio de Janeiro: ABES, 1999. p. 1910-1919.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: jul. 2008.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM. **Pesquisa Ciclosoft 2008**. 2008. Disponível em: <[http://www.cempre.org.br/ciclosoft\\_2008.php](http://www.cempre.org.br/ciclosoft_2008.php)>. Acesso em: 29 jun. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Vale do Taquari**. 2008. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2008b. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2005](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2005)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2008c. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)>. Acesso em: jan. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pnsb/pnsb.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidades**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: jul. 2008.

KIEHL, Edmar José. **Manual da compostagem: maturação e qualidade do composto**. Piracicaba: Degaspari, 2004.

KUNTZ, Tatiele Gisch; MAZZARINO, Jane M.; TURATTI, Luciana. Um estudo exploratório do tratamento jurídico dos resíduos sólidos domésticos em três municípios do Vale do Taquari/RS'. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL – DIÁLOGOS NA CONTEMPORANEIDADE: VERTIGENS DO TEMPO, 1., 2008, Lajeado. **Simpósio...** Lajeado: UNIVATES, 2008. 1 CD-ROM.

LEFRÉVRE, Fernando; LEFRÉVRE, Ana Maria Cavalcanti; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2007.

MAZZARINO, Jane. **A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-midiatizadas do movimento socioambiental: um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre**. 2005. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELUCCI, Alberto. A experiência individual na sociedade planetária. **Revista Estudos Feministas Lua Nova**, São Paulo, n. 38, 1996.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1998.

RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

\_\_\_\_\_. **La semiosis social: fragmentos de una teoría de la discursividad**. Barcelona: Gedisa, 1996.

\_\_\_\_\_. **La Mediatizacion**. Buenos Aires: UBA, 1997.

VILHENA, André. **Guia da coleta seletiva de lixo**. São Paulo: CEMPRE, 1999.

WÜLFING, Orlando José. **Resíduos Sólidos Urbanos**: sua gestão no município de Estrela/RS. 2003. 73 f. Monografia (Especialização) Curso de Pós-Graduação em Bases Ecológicas e Gestão Ambiental, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2003.

# CARACTERIZAÇÕES DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO MUNICÍPIO DE ESTRELA EM DIFERENTES ESTAÇÕES DO ANO DE 2008

*Dr. Odorico Konrad, Dra. Jane M. Mazzarino, Michele Schmitz, Tiago Feldkircher*

**RESUMO:** Este trabalho está inserido no projeto interdisciplinar Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari/RS, e visa à apresentação do estudo realizado no município de Estrela/RS referente à composição gravimétrica dos resíduos sólidos domésticos que são destinados à Usina de Tratamento de Lixo (UTL) do município. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se metodologia descrita por CONSONI, PERES e CASTRO (1995). Constatou-se que a média anual (em relação ao peso) dos resíduos sólidos domésticos do município de Estrela apresentou uma parcela significativa de resíduos considerados orgânicos: 54%. Além disso, verificou-se que o item plástico filme apresentou em média 7,7%, fraldas descartáveis 8%, papel sanitário 7,3%, plástico rígido 3,7%, papel/jornal 4,4%, papelão 2,4%, vidro 3,1%, metal 1,85%, embalagem cartonada (*Tetra Pak*) 1,5%, embalagens PET 0,8% e rejeito 2,3%. Ainda, notou-se a presença de isopor, trapos e madeira num total de 3,2%.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resíduos sólidos domésticos. Caracterização. Sazonalidade.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta um estudo referente à composição gravimétrica dos resíduos sólidos domésticos gerados no município de Estrela nas diferentes estações do ano de 2008 e aponta tendências de consumo da comunidade. Estudos similares não são realizados no local desde o ano de 2002 (KONRAD, 2002).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), o município de Estrela possui população total de 29.071 habitantes, vivendo 86,6% em áreas urbanas. A economia é baseada principalmente na indústria, seguida do comércio e do setor primário.

Entre os moradores observaram-se confusão e falta de informação sobre o destino dos seus resíduos após serem recolhidos pelos catadores ou pela empresa contratada pela administração municipal. Estrela tem implantada a coleta seletiva. Os resíduos recolhidos são triados e tratados na Usina de Tratamento de Lixo (UTL), sob responsabilidade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento

Básico (SMMASB). A legislação que regulamenta as questões sobre os resíduos sólidos urbanos é o Código Municipal do Meio Ambiente, instituído pela Lei número 3.294/99.

Na prática, a coleta de resíduos em Estrela funciona assim: após as pessoas colocarem seus resíduos na rua, este é recolhido por uma empresa terceirizada que os transporta à Unidade de Triagem de Lixo (UTL), onde o material é triado por uma equipe de 25 funcionários contratados pela prefeitura municipal. Após a triagem, os resíduos passíveis de reciclagem industrial são enfardados para serem leiloados, os orgânicos são compostados e o restante é aterrado. No ciclo dessas atividades são envolvidas, além da SMMASB, as secretarias de Obras e Agricultura.

Segundo o responsável técnico pela UTL, devido à baixa qualidade dos resíduos que chegam à UTL misturados, há grandes parcelas de materiais destinadas ao aterro. Ele estimava que, das 400 a 450 toneladas de resíduos recebidos mensalmente na UTL, 240 toneladas são resíduos orgânicos, sendo parte deste volume compostado nos pátios da UTL e reutilizado. A parte que não era compostada era destinada à célula, junto com 120 toneladas que era considerada rejeito. As 40 toneladas restantes eram resíduos secos que, após serem separados e enfardados, eram leiloados e destinados à reciclagem (de 10 a 12%).

É de extrema importância identificar a composição dos resíduos gerados pela população, pois os dados obtidos permitem o subsídio de políticas públicas para o adequado gerenciamento dos mesmos no município, por meio da coleta seletiva de lixo e manutenção da Usina de Tratamento de Lixo de Estrela (UTL). Sob esse aspecto, ANDRADE (2006, p. 22), em tese de doutorado, afirma que:

[...] a solução real e definitiva do problema carece de um conhecimento do que é gerado, isto é, de uma caracterização completa dos resíduos em uma comunidade para, através dessas informações, conhecer o perfil social e cultural da mesma, seus costumes, comportamentos, nível econômico, história. Enfim, buscar as causas da geração dos resíduos da comunidade para, só então, atuar de modo eficiente na questão do lixo, favorecendo mudanças de comportamento e de consciência local e global sobre o meio em que vivemos.

Nesse sentido, os objetivos desta pesquisa são caracterizar os resíduos sólidos domésticos que são destinados à UTL de Estrela nas quatro estações do ano e realizar um comparativo entre os dados obtidos, a fim de identificar e analisar possíveis interferências da sazonalidade na composição gravimétrica dos resíduos descartados pelos municípios.

Este estudo está atrelado ao projeto interdisciplinar Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari/RS (ligado ao Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento – PPGAD - do Centro Universitário UNIVATES), que tem como objetivo geral compreender os processos que envolvem a constituição da rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos, investigar as práticas culturais dos envolvidos e estratégias de ações sustentáveis para o desenvolvimento regional.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma aproximação da questão dos resíduos sólidos domésticos aponta que uma parcela significativa da população desconhece a problemática em relação à coleta, transporte, tratamento e destino final dos mesmos. Ainda que haja constante manifestação e enfoque da mídia sobre a separação de resíduos e reciclagem, a comunidade geradora de resíduos sólidos domésticos não tem claro o seu papel dentro desse processo, principalmente quando considerado o item *redução* da geração de resíduos.

Pensando nisso, as inovações tecnológicas para o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos são cada vez mais evidenciadas. Mas é com a redução da geração de resíduos e do consumo de materiais, além da efetivação da reciclagem, que o processo se torna mais eficiente desde o início, já que o tratamento e disposição dos resíduos são técnicas “fim de tubo”, ou seja, englobam somente o descarte dos resíduos, e não a minimização da sua geração, sendo essa uma conclusão oriunda de discussões internas do grupo de pesquisadores do projeto Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos do Vale do Taquari.

Conforme AGUIAR (1999), existem métodos diferentes para coleta dos resíduos em cada município, dependendo da cultura e do investimento financeiro de cada um; logo o destino e o tratamento dos mesmos também serão distintos.

Para a coleta de resíduos, além de fazer campanhas que incentivem a sua correta separação, é necessário que a administração pública ou a empresa responsável pelo recolhimento não os misture no momento da coleta, para que assim a população se engaje cada vez mais na campanha, sentindo que seu trabalho de separação é valorizado. AGUIAR (1999) concorda que as falhas no transporte dos resíduos também causam descrédito da população para com o processo de recolhimento e tratamento.

Conforme pesquisa feita por SCHEREN (2004), no município de Sede Nova/RS, a população admite que a reciclagem e a coleta seletiva são apenas questões de mudança de hábito. Portanto, investimentos na área de divulgação, a fim de aumentar o esclarecimento e a educação quanto às questões ambientais, são imprescindíveis.

Programas ambientais deveriam ser inseridos nas políticas públicas, já que problemas na área ambiental acabam atingindo também a saúde, principalmente pela disseminação de doenças, conforme SCHNEIDER (2005). Para esse autor, caso não haja uma preocupação com a diminuição da geração e com o destino dos resíduos, eles causarão cada vez mais impactos, seja com a poluição visual, com a proliferação de vetores ou com os impactos diretos ao meio ambiente.

WÜLFING (2003) diz que, à medida que os resíduos são entregues misturados à coleta, o trabalho de triagem e aproveitamento dos recicláveis é dificultado, já que, misturados aos resíduos orgânicos, acabam sujos, e com isso perdem valor na comercialização.

A responsabilidade mínima que pode ser atribuída à população é uma simples separação entre lixo orgânico (úmido) e lixo inorgânico (seco), já que ainda não

há um amplo discernimento no que tange ao tema dos resíduos, apesar de que o ideal seria uma separação detalhada, de acordo com cada tipo de material, como: metal, papel, vidro, madeira, plástico, orgânico etc. Dessa forma, mesmo com uma simples segregação dos resíduos na sua fonte geradora, os materiais orgânicos podem ser encaminhados para a compostagem e os ditos “inorgânicos” destinados à reciclagem. Ao fim desse processo, o material que não for aproveitado para reciclagem ou compostagem pode ser disposto conforme as técnicas aceitas pelos órgãos ambientais competentes.

Assim, para uma correta disposição ou tratamento dos resíduos sólidos domésticos, aceita-se a disposição em aterro sanitário, compostagem, reciclagem ou incineração. Nesse sentido, dados do IBGE (2000) apontam que 63,6% dos municípios brasileiros utilizam lixões a céu aberto; 13,8% aterros sanitários, 18,4% aterros controlados e 5% não informaram para onde encaminham seus resíduos.

PEREIRA NETO (1996), define “compostagem” [...] como um processo biológico aeróbio e controlado de tratamento e estabilização de resíduo orgânico para a produção de húmus”, que é o produto final e pode ser utilizado para melhorar a fertilidade do solo e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de nutrientes presentes nele.

A compostagem, por se tratar de um processo natural, é facilmente aplicável nas residências. Porém, aconselha-se também implantá-la em centrais de triagem e tratamento de resíduos, daí a necessidade de fazer a correta separação do lixo, pois facilita o trabalho de triagem dos materiais recicláveis e melhora a eficiência do processo de decomposição da matéria orgânica. Para PEREIRA NETO (1996) matéria orgânica é todo composto de carbono suscetível à degradação. Nesse quesito enquadram-se frutas, legumes, alimentos, folhas e gramas, que são os principais materiais orgânicos que podem ser compostados.

Numa central de triagem ou em um aterro sanitário bem estruturados deve haver um pátio de compostagem que permita a formação de leiras (pilhas) para a degradação natural dos materiais. Além disso, é imprescindível a presença de canaletas para a coleta do chorume (produto natural resultante da decomposição de materiais orgânicos) até uma estação de tratamento de efluentes, devido à alta carga poluidora, o que o torna problemático, caso seja lançado diretamente ao solo ou aos recursos hídricos.

Pelas características próprias do lixo e pelo clima do Brasil, a compostagem torna-se a melhor e a mais viável forma de tratamento dos resíduos sólidos orgânicos. Quando bem aplicada, gera benefícios, como: eliminação de vetores e doenças, controle da poluição, desenvolvimento de práticas agrícolas de baixo custo e absorção de mão-de-obra para o trabalho nos pátios de compostagem.

De acordo com pesquisas realizadas pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE (2006), no Brasil os resíduos sólidos domésticos possuem a seguinte composição gravimétrica: 57,41% são materiais orgânicos; 16,49% plástico; 13,16% papel/papelão; 2,34% vidro; 1,56% material ferroso; 0,51% alumínio; 0,46% inertes e 8,08% outros materiais. Essa porcentagem é em relação ao peso total de resíduos. A realidade de um pequeno

município é semelhante. Conforme WÜLFING (2003), em torno de 60,55% dos resíduos sólidos coletados no município de Estrela no ano 2000 foram caracterizados como materiais orgânicos. Sabendo disso, fica eminente a necessidade de separar a parte orgânica das demais, o que favorece a sua utilização em um processo eficaz de compostagem.

### 3 MÉTODO

Para a classificação dos resíduos utilizou-se metodologia descrita por CONSONI, PERES e CASTRO (1995). O método consiste em retirar quatro amostras (uma do topo e as outras da base) de cada carga dos resíduos coletados; pesá-las; classificar cada tipo de material e pesá-lo separadamente. O processo desenvolveu-se durante cinco dias nos meses de março, maio, julho e outubro, o que representa as estações do ano: verão, outono, inverno e primavera, respectivamente.

Computaram-se os dados obtidos com a pesagem dos materiais, os quais foram convertidos em gráficos comparativos, apresentando a porcentagem de cada material em relação ao peso da amostra.

A classificação dos resíduos se deu segundo as categorias: material orgânico, rejeito, papel sanitário, fralda descartável, isopor, plástico filme, plástico rígido, papel/jornal, papelão, vidro, trapo, metal/alumínio, embalagem cartonada, embalagem PET e madeira. No material orgânico incluem-se basicamente cascas de frutas, restos de erva-mate, restos de comida, folhas secas e todos resíduos suscetíveis de compostagem.

Enquadrou-se como papel sanitário todo tipo de papel sanitário e papel toalha. No item fralda descartável, além das fraldas, computaram-se também os absorventes higiênicos. Já o item isopor compreendeu somente embalagens ou quaisquer restos de isopor.

O item plástico filme compreende sacolas plásticas e embalagens de alimentos, enquanto o plástico rígido abrange, além de embalagens de alimento, embalagens de garrafas, produtos de limpeza e produtos de higiene pessoal. No plástico tipo PET, apenas incluíram embalagens de bebidas como refrigerante, água mineral etc., podendo ter sido enquadrado como plástico rígido, porém, em função do seu valor comercial significativo, optou-se por uma classificação exclusiva. Na modalidade papel/jornal consideraram-se jornais, cadernos, quaisquer restos de papéis e embalagens de papel em geral. Em papelão colocaram-se restos de caixas de papelão, capas de cadernos e qualquer outro tipo de papelão.

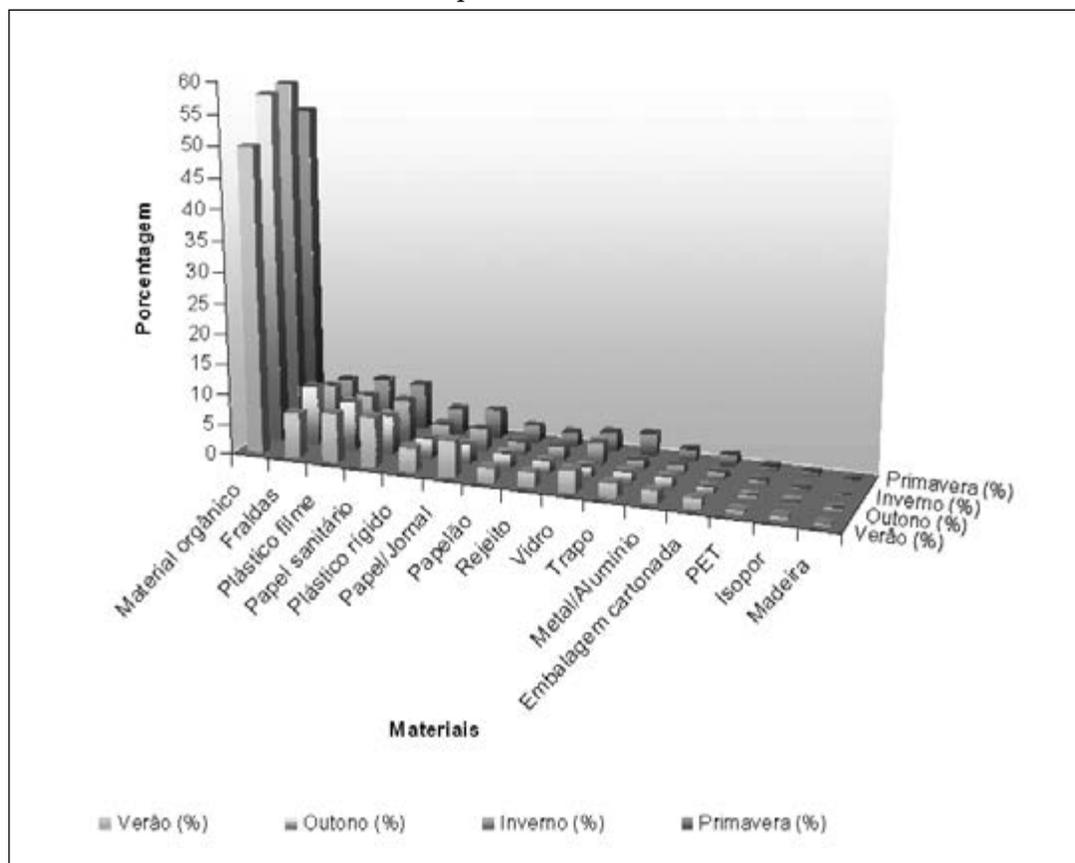
Para as embalagens cartonadas (*Tetra pak*), foram designadas as caixas de leite, creme de leite e de leite condensado. Já o item vidro abrangeu garrafas de bebidas, embalagens de remédios e cacos de vidro em geral.

Metal/alumínio compreendeu as latas de bebidas e alimentos, independente de serem de metal ferroso ou não. Em trapos incluíram-se restos de tecidos e roupas, enquanto no item madeira, palitos de picolé e/ou qualquer resto desse material. No material denominado rejeito consideraram-se todos os resíduos que não se enquadravam em nenhuma outra classificação.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados coletados, formulou-se o gráfico abaixo, no qual estão expressas as porcentagens relativas ao peso de cada material classificado.

FIGURA 1 – Gráfico comparativo entre caracterizações dos resíduos sólidos domésticos no município de Estrela no ano de 2008.



Considerando a análise do gráfico apresentado na FIGURA 1, infere-se que cerca da metade dos resíduos (uma média de 54% em relação ao peso) que são destinados à Unidade de Triagem de Lixo do município de Estrela caracteriza-se como material orgânico. Na caracterização realizada no verão constatou-se um percentual de 49,9% de resíduos orgânicos, enquanto no inverno este valor atingiu 57,3%, o que se pode avaliar como sendo decorrente das variações do consumo da população, bem como de períodos de férias. Nesse contexto, observou-se uma variação de 7,4% na composição gravimétrica deste tipo de resíduo, o que representa cerca de 0,9 toneladas de resíduos que necessitam ser administrados diariamente<sup>1</sup>. Esses resíduos se enquadram como potencialmente compostáveis, conforme abordado, o que denota a necessidade de um pátio de compostagem bem planejado, além de

<sup>1</sup> Conforme dados coletados pelo grupo de pesquisa na balança de pesagem da UTL, diariamente o município de Estrela gera em torno de 12 toneladas de resíduos sólidos domésticos.

esteiras e peneiras que atendam de maneira satisfatória essa demanda, evitando a disposição deste resíduo na célula do aterro sanitário. Ainda, a média obtida com a porcentagem de material orgânico nas quatro caracterizações (54%) demonstra que o município de Estrela está dentro da realidade brasileira, conforme os dados nacionais da ABRELPE (2006).

As fraldas descartáveis apresentaram uma média de 8%, com variação de 2,7% entre o outono e a primavera. O valor médio representa cerca de uma tonelada de fraldas descartadas por dia no município de Estrela. Já o item papel sanitário variou 1,9% entre o outono e o verão, ficando com média de 7,3%, apresentando aproximadamente 0,9 toneladas diariamente<sup>1</sup>.

Um percentual interessante de se ressaltar é a presença significativa de plástico filme na caracterização realizada, perfazendo uma média de 7,7%, o que representa em torno de 0,9 toneladas do mesmo resíduo chegando diariamente na UTL<sup>1</sup>. Esse valor considerável tem origem em uma situação peculiar, que é a distribuição de sacolinhas plásticas de forma “gratuita” em supermercados do município.

Os resíduos que aparecem com maior porcentagem em relação ao peso, depois dos orgânicos, são fraldas descartáveis, com média de 8%, plástico filme, com média de 7,7%, e papel sanitário, com média de 7,3%.

Em comparação com o plástico filme, o plástico rígido possui percentual inferior, com média de 3,8% nas quatro caracterizações. Já o papel/jornal possui média de 4,3%, sendo ligeiramente superior ao papelão, com média 2,4%. No decorrer do trabalho realizado na usina, percebeu-se a singular quantidade de sacolas plásticas nas quais os resíduos são depositados pelos moradores. Esse tipo de material não tem prioridade na triagem, sendo frequentemente encaminhado para o aterro.

Em relação aos materiais considerados rejeito, a variação apresentada nas quatro caracterizações foi mínima (0,5%), sendo observada entre o verão e o outono. A média desse resíduo é de 2,3% nas quatro caracterizações.

Os outros materiais que aparecem com certa evidência são vidro (3,1%) e papel/jornal (4,4%), os quais possuem potencial para reciclagem, embora não sejam alvos da coleta por parte de catadores de rua. Ainda, nota-se que o item trapo participa com 2,4%, o qual também pode ser enquadrado como rejeito em função do seu estado de conservação.

Pode-se verificar que os materiais: plástico rígido, papelão, metal/alumínio, embalagem cartonada, embalagem PET, isopor e madeira não sofreram variações superiores a 0,7% entre as quatro caracterizações, o que denota uma uniformidade na disposição dos materiais. Além disso, em estudo realizado pelo grupo de pesquisa, averiguou-se a forte presença de catadores de rua no município que demonstraram interesse em materiais como papelão, papel branco PET e alumínio, especialmente, o que é um indício de que esses resíduos não chegam até a UTL, mas, efetivamente, tem possibilidade de reciclagem.

Analisando o gráfico da FIGURA 1, de forma geral a participação de materiais potencialmente recicláveis gira em torno de 18%, excluindo-se deste valor o plástico filme, que possui média de 7,7% em função de o mesmo ter períodos nos quais

não possui valor de venda economicamente viável. Dessa forma, entende-se que o percentual de resíduo que tem possibilidade de ser reciclado gira entre 15 e 25%, dependendo da época do ano e das condições em que eles se apresentam.

## 5 CONCLUSÃO

Comparando as caracterizações realizadas no município de Estrela nos meses de março (verão), maio (outono), julho (inverno) e outubro (primavera), verifica-se que a composição gravimétrica dos resíduos não apresentou variações consideráveis nas diferentes estações do ano.

Assim sugere-se uma segunda etapa de caracterizações nas quatro estações do ano, a fim de confirmar os dados obtidos. Contudo, com a averiguação já realizada, percebeu-se que, para que haja um bom funcionamento operacional de uma usina de triagem de resíduos, bem como a manutenção da vida útil de um aterro sanitário, é indispensável o conhecimento quali e quantitativo dos resíduos a ele destinados. Nesse sentido, sabe-se que o investimento em pátios e maquinário para compostagem são itens que devem ser priorizados.

Cabe ressaltar que neste estudo apenas foram avaliados os resíduos que efetivamente têm como destino a UTL do município de Estrela, sendo desconsiderados os materiais que têm destino ignorado.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2006. Disponível em: <[http://www.abrelpe.org.br/panorama\\_2006.php](http://www.abrelpe.org.br/panorama_2006.php)>. Acesso em: 13 abr. 2007.

AGUIAR, Alexandre; PHILIPPI JR, Arlindo. A importância das parcerias no gerenciamento de resíduos sólidos domésticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 20., 1999, Rio de Janeiro. **Trabalhos Técnicos**. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

ANDRADE, André Wagner. **Arqueologia do Lixo**: um estudo de caso nos depósitos de resíduos sólidos da cidade de Mogi das Cruzes em São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

KONRAD, Odorico. **Modellversuch Estrela zur Sammlung, Trennung und Behandlung von Hausmüll in Brasilien**. 2002. Tese de Doutorado. Montanuniversität Leoben, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2007**. 2007. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem\\_final/tabela1\\_1\\_23.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_23.pdf)>. Acesso em: abr. 2008.

\_\_\_\_\_. **Atlas de Saneamento**. Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA NETO, João Tinoco. **Manual de compostagem, processo de baixo custo**. Belo Horizonte: UNICEF, 1996.

CONSONI, Angelo José; PERES, Clarita Schwartz; CASTRO, Alberto Pereira. Origem e composição do lixo. In: PRANDINI, Luiz Fernando et al. **Lixo municipal**: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), 1995.

SCHNEIDER, Simone Beatris. **Gerenciamento e caracterização dos resíduos sólidos do município de Lajeado**. 2005. Monografia (Graduação) – Curso de Química Industrial, Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2005.

SCHEREN, Mara Adriane; FERREIRA, Francesca. **A Educação Ambiental e a Gestão Integrada do Tratamento e Destino final dos Resíduos Sólidos no Município de Sede Nova/RS**. 2004. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Regional, Ijuí, 2004.

WÜLFING, Orlando José. **Resíduos Sólidos Urbanos**: Sua gestão no município de Estrela/RS. 2003. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-Graduação em Bases Ecológicas na Gestão Ambiental. Lajeado, 2003.

# REPRESENTAÇÕES SOBRE PRÁTICAS AMBIENTAIS NO TRABALHO DE CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO BRASIL: QUAL CIDADANIA?

*Dra. Jane M. Mazzarino, Ms. Shirlei Inês Mendes da Silva, Cristine Kaufmann,  
Diéfersom André Fernandes, Tiago Feldkircher*

**RESUMO:** Este artigo analisa a relação dos catadores de resíduos sólidos domésticos com seu universo de trabalho, a fim de compreender quais possibilidades de inclusão e construção da cidadania podem ser vislumbradas. Realizou-se um estudo comparativo entre catadores do município de Estrela/RS, divididos em dois grupos: os trabalhadores da Unidade de Triagem de Lixo (UTL) e catadores de rua que atuam individualmente. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica e documental, observação, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. As narrativas das entrevistas foram tratadas por meio da análise de conteúdo temática. Aborda-se o cenário sociopolítico no Brasil, relacionando com as possibilidades de construção da cidadania. Conclui-se que os catadores transformam-se em novos atores sociais da cadeia produtiva dos resíduos sólidos, mas o processo de construção de cidadania não se efetivou, pois não gozam de direitos fundamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Catadores. Cidadania. Representações. Sociais. Trabalho. Meio ambiente.

## 1 INTRODUÇÃO

O ambientalismo surge como tema analítico nas Ciências Sociais a partir dos anos 70 e, gradativamente, busca um lugar próprio no pensamento acadêmico, principalmente nos estudos referentes à Sociologia Ambiental. Assim, temas como a questão dos resíduos sólidos, por exemplo, tornaram-se objetos de investigação sociológica com a análise das políticas públicas, da precarização das relações de trabalho, da exclusão social de catadores/papeleiros/carroceiros, dentre outros.<sup>1</sup>

Desde meados da década de 80, os catadores e separadores de resíduos sólidos têm se articulado de Norte a Sul do Brasil, formando redes que, mesmo incipientes,

---

<sup>1</sup> Optamos por manter a diversidade de termos com que este grupo social é identificado em diferentes contextos.

divulgam essa alternativa informal e precária de renda para as pessoas excluídas do direito ao trabalho e às condições primordiais de sobrevivência, moradia, educação e saúde. Em diferentes regiões do país, caracterizadas por diversas realidades socioculturais, a sobrevivência a partir da separação dos resíduos sólidos passou a ser uma necessidade. Atualmente, os grupos mais organizados percebem que, além de coletar e separar os materiais recicláveis, precisam conhecer o processo de reciclagem e comercialização, objetivando maior autonomia e melhores rendimentos. No entanto, essa percepção não está disseminada.

Este artigo tem o objetivo de analisar a relação dos catadores com seu universo de trabalho, a fim de compreender quais possibilidades de inclusão e construção da cidadania podem ser vislumbradas, levando-se em conta a tradição sociopolítica do Estado. Realizou-se um estudo comparativo entre catadores/papeleiros de Estrela/RS, divididos em dois grupos: os catadores que atuam na Unidade de Triagem (UTL) e catadores de rua que atuam individualmente. Os dois grupos são alvos da política pública Brasil Joga Limpo, implantada pela Prefeitura Municipal por meio de recursos federais. A metodologia utilizada é qualitativa, baseada na pesquisa bibliográfica e documental, observação, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. As narrativas das entrevistas foram tratadas por meio da análise de conteúdo temática.

Analisou-se o contexto sócio-histórico-político nacional, as recentes transformações resultantes do processo de globalização e suas consequências, e as contradições relacionadas à construção da cidadania no Brasil, para então focar-se o cenário onde se inserem os catadores.

## 2 DA TRADIÇÃO PATRIARCAL AO AMBIENTALISMO

Os clássicos estudos da sociologia sobre a sociedade brasileira (HOLANDA, 1984; FREYRE, 2004) registram o domínio da tradição patriarcal, assentada numa estrutura colonial de raízes rurais comandada por fazendeiros escravocratas. O latifúndio, a casa-grande e a senzala seriam as marcas dessa sociedade colonial.

MIGUELES (2007) cita as lealdades pessoais como traços característicos da cultura brasileira, alegando que os fundamentos das relações econômicas estariam minados pelo personalismo, originando o tipo de dominação patriarcal e patrimonialista que se caracteriza pela apropriação privada do patrimônio público. Daí resultaria uma sociedade verticalizada e excludente, com frágeis mecanismos institucionais e um Estado atrelado às elites econômicas. Essas características perduram no Estado Moderno.

A modernização da sociedade brasileira, iniciada ainda nos anos 30 no governo de Getúlio Vargas, imprimiu um ritmo acelerado ao processo de urbanização do país, que foi seguido pela política desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 50. A urbanização teve o seu ápice com o projeto político-econômico dos governos militares, quando, a partir do golpe de 1964, o Brasil ruma em direção a novo modelo de desenvolvimento, com a instalação de um moderno parque industrial no centro-sul do país.

O regime autoritário no Brasil governou por meio de atos institucionais, extinguindo o pluripartidarismo e adotando práticas de censura e de tortura típicas dos regimes de força, que geraram um quadro de apatia social. Os militares brasileiros construíram o “milagre econômico”<sup>2</sup> em meados da década de 70. Até aquele momento “[...] as classes trabalhadoras foram vistas completamente subjugadas pela lógica do capital e pela dominação de um Estado onipotente” (SADER, 1988, p. 34). Mas no final da década, emergiram movimentos sociais contestadores do regime militar, tomando como eixo a matriz sindical que despontava com a organização do movimento operário no ABC paulista<sup>3</sup>. Esse é o cenário histórico e político em que se organiza o movimento ambiental no Brasil.

Os primeiros grupos ambientalistas surgem no país na segunda metade da década de 70, nas regiões Sul e Sudeste. Seu objetivo é denunciar os principais problemas de degradação ambiental nas cidades. São formados por poucos ativistas e carecem de apoio financeiro. O movimento ecológico da época constitui-se de movimentos paralelos e independentes: comunidades alternativas rurais e movimentos de denúncia da degradação ambiental urbana. Na primeira metade da década de 80, proliferam-se os grupos ambientalistas, muitos deles com vida curta, emergindo em torno de temas de luta específicos e com pouca estrutura organizativa (VIOLA, 1992).<sup>4</sup>

Duas questões atreladas foram importantes para o ambientalismo dos países em desenvolvimento: a justiça social e o desenvolvimento econômico. É assim que em 1986 os ambientalistas descobrem que a conexão com os setores populares é primordial para pensar soluções para a problemática ambiental atrelada à problemática social. Esse momento constitui-se como a gênese de projetos como o da organização dos separadores/catadores de resíduos sólidos domésticos (MAZZARINO, 2005). O movimento ambientalista começa a dialogar com ativistas sindicais, movimentos de trabalhadores rurais sem terra, movimentos comunitários, seringueiros, índios etc. Assim, o ambientalismo contribui com a publicização das questões ambientais, mesmo que nesta fase fundacional a conexão entre problemática ambiental e desenvolvimento econômico não fosse pensada em profundidade. É na década de 90 que se firma a necessidade de pensar as relações entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, questão que afeta os setores ambientalistas, mas vai além deles, atingindo a sociedade e o Estado brasileiro de modo geral. A sustentabilidade ambiental adquiriu legitimidade a partir da Rio 92,

---

<sup>2</sup> Assim ficou conhecido o período de crescimento econômico dos governos militares até 1974. “Milagre” baseado em uma política de contenção salarial e no pacto empresariado-governo, que excluiu os trabalhadores da divisão de riquezas, o que fez com que o descontentamento quanto à questão salarial se generalizasse.

<sup>3</sup> O ABC paulista é como denomina-se a região industrial do estado de São Paulo, formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Esta região abrigou os grandes parques da indústria automobilística na década de 70.

<sup>4</sup> Segundo VIOLA (1992), havia, no Brasil, aproximadamente 40 grupos ambientalistas em 1980, localizados, principalmente, nas regiões Sul e Sudeste. Em 1985, o número de grupos ambientalistas tinha chegado a aproximadamente 400, os quais tinham pelo menos um ano de existência.

evento que fez emergir e legitimou o papel da sociedade civil de todo planeta na busca de soluções para a crise socioambiental global (VIOLA, 1987).

LEIS (1995) trabalha com a hipótese de que o ambientalismo constitui um amplo movimento histórico de alcance global e importância prática no processo de redefinição do caráter da política mundial, um paradigma emergente, com capacidade explicativa e transformadora da realidade social e política. Uma política ambiental, entendida no seu sentido amplo, inclui uma discussão de valores profundos da sociedade humana. O movimento ambientalista se constitui, então, portador de valores e interesses que se pretendem universais, por ultrapassarem fronteiras de classe, sexo, raça e nação. Mesmo que esse discurso ético-moral universalizante seja utópico, acaba refletindo-se nas práticas culturais dos movimentos ambientalistas, quando propõem um sistema de valores sustentado no equilíbrio ecológico, que se refere à justiça social, à não violência ativa, e à solidariedade com as gerações futuras.

Esses novos valores apontam para uma sociedade que se diferencia dos valores tanto da sociedade patriarcal (verticalizada, escravocrata, elitizada) quanto da Modernidade (industrializada, desenvolvimentista, individualista, capitalista), mas não rompe totalmente com eles, apesar da maior flexibilidade, volatilidade e fragmentação, que caracterizam o que Lipovetsky denomina pós-modernidade ou hipermodernidade. Segundo o autor, a pós-modernidade é marcada pela “[...] predominância do individual sobre o universal, do psicológico sobre o ideológico, da comunicação sobre a politização, da diversidade sobre a homogeneidade, do permissivo sobre o coercitivo” (LIPOVETSKY, 1983, p. 107).

A dialética local-global surge impondo a necessidade de cada um tornar-se cidadão do mundo e romper com as identidades fixas - marcas da sociedade patriarcal e da Modernidade -, desterritorializar-se e pensar novas formas de cidadania. Nesse contexto a cidadania ambiental surge como uma nova faceta de análise e de comportamento sociopolítico. Mas qual cidadania emerge nesse contexto de profundas desigualdades sociais vivenciadas pelos catadores? Para dar conta dessa questão, é necessário que se retomem alguns aspectos fundamentais sobre o conceito de cidadania.

### **3 CIDADANIA E TRABALHO NA SOCIEDADE GLOBAL**

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um marco no recente processo de democratização, evidenciando a presença de uma matriz progressista que efetiva a democracia formal. Permanecem, entretanto, as dificuldades quanto à implementação sobre direitos e deveres dos cidadãos. As discussões iniciais sobre os direitos são baseadas em valores que remetem às revoluções liberais do século XVIII, cujos marcos são a Revolução Francesa, a Revolução Inglesa e a Revolução Americana. No Brasil, é somente após a proclamação da República e o fim da escravidão que, gradativamente, essa discussão toma conta do espaço público. Após diversas lutas sociais, no campo e na cidade, chegamos ao século XX falando de “novos atores sociais”, de “novos direitos”, de “novas formas associativistas”. Tudo isso em função das mudanças constantes evidenciadas no cenário político

brasileiro com a democratização iniciada na década de 80. Paralelamente, no cenário econômico, a globalização e seus reflexos atingem o mundo do trabalho gerando novas transformações sociais, dentre as quais está a mundialização da pobreza e dos trabalhadores precários. BURSZTYN (2003, p. 36) afirma que

[...] sempre houve um certo elo orgânico entre os mundos da riqueza e da pobreza [...] Mas os tempos atuais estão mostrando uma nova realidade: a separação, pela crise do mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza que se vai tornando excluída (grifos do autor).

Segundo BURSZTYN (2003), as mutações recentes no espaço social estão relacionadas à crise do mundo do trabalho, a qual se deve às rápidas transformações tecnológicas e à globalização da produção de bens, com a exploração da mão-de-obra barata em um mercado mundial. Como consequência, a desqualificação, o desemprego, a precarização das relações sociais, as crescentes mutações do mercado de trabalho assinalam para uma nova diretiva do século XXI, que representa um enorme desafio aos governos atuais: como as políticas públicas podem reverter esse quadro social?

Ao mesmo tempo que se alcança a igualdade jurídico-política com a Constituição de 1988, observa-se no Brasil a ampliação das desigualdades sociais, caracterizada pelo aumento da pobreza e da exclusão, que determinam novas facetas no mundo do trabalho, com trabalhadores qualificados desempregados e aqueles com menos qualificação sendo cada vez mais excluídos, chegando-se a se discutir se ainda gozariam da condição de “cidadãos”.

Segundo a clássica definição de MARSHALL (1967), criada a partir do contexto inglês a cidadania constitui-se da efetivação dos direitos civis, políticos e sociais. Enquanto o elemento civil refere-se às liberdades individuais (direito de ir e vir, liberdade de expressão, de pensamento etc.), o elemento político refere-se à participação no poder político, e o elemento social abrange o bem-estar econômico e o direito aos serviços sociais. Historicamente, conforme esse autor, os direitos civis surgiram no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX. Os direitos civis embasam a concepção liberal clássica e, juntamente com os direitos políticos (individuais), são denominados direitos de primeira geração. Já os direitos sociais seriam os direitos de segunda geração. Essa classificação se adequou à realidade inglesa, mas não se aplica totalmente ao contexto brasileiro, já que o conceito de MARSHALL (1967) se situa historicamente e não dá conta da realidade do mundo globalizado contemporâneo, quando os diferentes direitos não são usufruídos de forma sucessiva e pontual. O direito ao meio ambiente saudável, por exemplo, trata-se de um direito difuso, considerado de terceira geração ou novo tipo de direito, pois não se enquadra especificamente como direito civil, político ou social, mas engloba todos eles (BOBBIO, 2000).

A referência para a cidadania é a ideia de uma igualdade de *status*, segundo MARSHALL (1967), ou seja, o autor não problematiza as desigualdades econômicas, e sim as desigualdades no plano do *status*, relativas ao mundo cívico. Como as democracias modernas têm mundos cívicos diferentes, deve-se ter claro que o

cidadão brasileiro é diferente do cidadão inglês ou francês de séculos passados. Para isso, é necessário contextualizar a discussão da cidadania no Brasil, onde a tradição autoritária, excludente e patrimonialista da cultura política brasileira fez com que o Estado incorporasse a cultura republicana, influenciada pelos ideais burgueses e os ideais do Estado democrático liberal, em detrimento do Estado democrático social. As políticas do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) no Brasil foram barradas por interesses de uma elite interessada na concentração, e não na divisão de riquezas. Como pensar em etapas de constituição de direitos do homem em um país com configuração política que expõe desigualdades sociais gritantes?

NASCIMENTO (2003, p. 68) refere-se à “nova” exclusão social construída por um processo múltiplo de expulsão do mundo do trabalho, de negação de direitos e de ruptura de vínculos societários e comunitários. Sem direitos sociais assegurados, os “novos” excluídos têm seu espaço político e civil restringido. Esse quadro de exclusão e marginalidade se reflete em diferentes cidades do Brasil e do mundo, evidenciando o que consideramos ser a localização da pobreza globalizada devido às transformações sociais já abordadas.

A economia global modificou o mercado de trabalho, as tradições e as instituições. Os costumes das culturas locais que fomentavam vínculos comunitários e de pertencimento se modificam. Os sem emprego, sem instrução e sem qualificação sobrevivem como pedintes ou, na tentativa de viver dignamente, muitos assumem a atividade da catação para garantir sua sobrevivência, em meio a uma outra multidão, com instrução, com qualificação. A aproximação entre Mercado e Estado acaba gerando o distanciamento dos cidadãos da esfera política e econômica e, desta forma, não se garantem os direitos pressupostos para a cidadania (liberdade, participação, bem-estar social, direitos de terceira e até quarta geração). Nesse contexto, surgem, embrionariamente, algumas experiências alternativas que indicam a possibilidade de re-inserção social de alguns grupos, a partir da catação/triagem de resíduos sólidos, uma vez que o lixo produzido pela sociedade de consumo também se transforma em mercadoria.

O lixo ou os resíduos são, no entanto, uma mercadoria de baixo valor enquanto matéria-prima, o que dá razão a VERDUM (2000, p. 188) de afirmar que

[...] as pessoas que exercem a atividade de coleta de papel situam-se nos níveis mais baixos da hierarquia socioeconômica urbana, provindas de outras atividades econômicas que, pela própria dinâmica da economia nacional, vem sendo desaquecidas.

O autor menciona, por exemplo, o “ciclo do papel”, que inicia com o usuário em geral, passando pelo papeleiro, pelo depósito de aparas e chega, finalmente, à indústria processadora de papéis. Pode-se estender essa divisão à coleta, triagem, armazenamento e venda de outros materiais recicláveis, como o vidro, o plástico, o metal. O papel do catador de qualquer desses tipos de resíduos, no processo, é também “residual” hierarquicamente, mesmo levando-se em conta que o mercado

da “*sucata*” cresce vertiginosamente com a sociedade caracterizada pelo consumo e descarte imediatos.<sup>5</sup>

Verdum alerta sobre os fatores geradores da situação socioeconômica desse grupo social, que evidenciam não somente o êxodo rural, mas também “[...] o processo de urbanização atrelado a um sistema econômico incapaz de oferecer empregos regulares, gerando a deterioração dos salários e, ainda, a marginalização destes trabalhadores” (VERDUM, 2000, p. 197). Essa situação é ampliada pela existência de uma “cadeia” de intermediários, os “picaretas” e os “aparistas”, que, segundo o autor, seriam os “banqueiros” do sistema.<sup>6</sup> Forma-se assim uma rede de marginalidade e exclusão social que, contraditoriamente, coloca-se como uma forma, mesmo que precária, de inclusão no mercado de trabalho.

Essa realidade, que se torna mais visível nas grandes cidades a partir da década de 90, amplia-se cada vez mais para os pequenos municípios. A disseminação da pobreza, assim, não deixa imunes as pequenas cidades, imprimindo transformações nos hábitos de vida das pessoas que ali residem e nas relações sociais travadas no dia-a-dia. Agora um novo ator social perambula pelas ruas, vasculhando lixeiras em busca da sobrevivência a partir da informalidade. O trabalho cotidiano de catar, separar e encaminhar os resíduos para a reciclagem, diminuindo o volume destinado aos aterros e lixões, torna-se um trabalho de crescente importância social e ambiental no contexto do mundo globalizado. A questão que se coloca é, se as representações sociais dos catadores sobre seu trabalho estão sendo relacionadas com a problemática ambiental, como podem, dessa forma, estar apontando para a construção da cidadania ambiental?

Afinal, a multiplicação dos catadores e a emergência do discurso da cidadania ambiental são movimentos que surgem paralelamente na década de 90. A cidadania ambiental representa, hoje, uma nova discussão sobre os direitos, atrelada à justiça social e ao desenvolvimento econômico pensado a partir da ótica da sustentabilidade. Segundo LOUREIRO (2002), a cidadania se constrói permanentemente, já que se constitui ao dar significado ao pertencimento do indivíduo a uma sociedade, em cada fase histórica. Está relacionada à participação do indivíduo em organizações sociais que formam a sociedade civil nacional e internacional, que tenham poder deliberativo. Dessa forma, a cidadania vem incorporando direitos e sentidos diversos

---

<sup>5</sup> O sucateiro é denominado de várias formas: papeleiro, reciclador, carroceiro, catador. Em uma tentativa de classificação, SOSNISKI (2006, p. 7-8) denomina como *reciclador* o trabalhador das unidades de triagem que possui características específicas quanto ao seu trabalho, uma vez que executa suas tarefas em um local específico, em grupo, com maquinaria e uma técnica corporal que lhe é peculiar, além de receber treinamento e cursos do poder público. Já o *carroceiro* se utiliza da carroça, percorre diversos pontos de coleta, usando, além de seu corpo, o veículo de tração animal para o transporte da coleta diária de material. O *catador* normalmente exerce seu trabalho em sua própria residência, sendo seu corpo o único instrumento de trabalho. Nas ruas das cidades esses três perfis de trabalhadores precários se misturam.

<sup>6</sup> VERDUM (2000, p. 196) refere-se ao seu estudo na Vila Dilúvio, em Porto Alegre/RS, evidenciando alguns aspectos gerais sobre o grupo analisado: a maioria dos respondentes eram migrantes do interior; o número de catadores cresce a partir da década de 70; a maioria dos papeleiros trabalha no centro da cidade; a renda média mensal é de 1 a 2 salários mínimos.

ao longo do tempo, relacionados a mudanças sociais históricas, caso do fenômeno da globalização - expressão do desenvolvimento capitalista sem fronteiras devido à evolução dos meios de comunicação, informação e de transporte. Para LOUREIRO (2002, p. 76):

A ecocidadania ou cidadania planetária é um conceito utilizado para expressar a inserção da ética ecológica e seus desdobramentos no cotidiano, em um contexto que possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, tendo como eixo central o respeito à vida e a defesa do direito a esta em um mundo sem fronteiras geopolíticas. Nesse conceito, amplia-se o destaque ao pertencimento à humanidade e a um planeta único.

Enquanto LOUREIRO (2002) entende que a globalização fragiliza o exercício local da cidadania, SANTOS (2003) chama a atenção para experiências em que a globalização fortalece os movimentos de cidadania planetária, por meio da organização de redes sociais também sem fronteiras, irmanadas na luta por direitos da mesma natureza, considerados de terceira geração: sexuais, ambientais, humanos etc.

A relação entre cidadania e temas de cunho ambiental, segundo CASTRO E BAETA (2002), remete a questões que vão além das dimensões presentes na concepção de cidadania clássica (direitos civis, políticos e sociais) e referem-se à responsabilidade social em relação à natureza e ao senso de pertencimento global. A autonomia do indivíduo exige a crescente construção de significados e as possíveis inter-relações entre instâncias sociais, econômicas, políticas públicas e qualidade de vida, as quais estão relacionadas com os direitos ambientais.

Para BÁRSENA (apud GUTIÉRREZ e PRADO, 1999), a cidadania ambiental está vinculada à sociedade e, portanto, ao interesse público (sendo necessário conhecer a dinâmica, as necessidades e os interesses dos atores sociais); aos recursos naturais; ao papel de cada um; e à perspectiva de desenvolvimento. A cidadania ambiental constitui-se, assim, em um componente estratégico no processo de construção da democracia. Para a autora, o cidadão consciente exerce sua responsabilidade ambiental e adquire poder político ao apropriar-se do destino de sua própria vida, econômica, social e ambiental, possibilitando mudanças coletivas. A autora salienta que o tema ambiental tem a potencialidade de se transformar em um eixo articulador de novo pacto social. Nesse sentido, é importante que as estratégias sejam regionais, a fim de estarem adequadas às diferentes realidades sociais, econômicas, ambientais e políticas, já que devem ser participativas.

GUTIÉRREZ e PRADO (1999) afirmam que os novos agentes da cidadania ambiental da sociedade planetária devem preocupar-se em desenvolver a capacidade de compreender e recriar o novo contexto socioambiental pelo conhecimento de suas causas e consequências; a capacidade de relacionar a ecologia do eu com as exigências da nova cidadania ambiental; e a capacidade de sentir e expressar a vida e a realidade tal e como deve ser sentida e vivida, não excluindo a subjetividade, a emoção e o sentimento.

Esses diferentes aspectos relacionados ao conceito de cidadania ambiental, conforme apontados pelos autores, são investigados neste artigo a partir das representações construídas por estes atores sociais sobre seu trabalho e sobre temas ambientais. O objetivo é compreender quais possibilidades de inclusão e construção da cidadania podem ser vislumbradas, levando-se em conta a tradição sociopolítica do Estado. Para isso, realizou-se um estudo comparativo de dois grupos de catadores de Estrela, município do Vale do Taquari, RS.

#### 4 MÉTODO

Nesta pesquisa utilizaram-se, predominantemente, metodologias qualitativas, que incluíram a pesquisa bibliográfica, observação, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Trata-se de um estudo exploratório, e que não requer que se façam generalizações sobre a realidade estudada. No total, foram entrevistados 21 trabalhadores: sete que trabalham na Unidade de Tratamento de Lixo (UTL), onde funciona a central de triagem do município, e 14 catadores que atuam individualmente, sendo estes moradores dos bairros Marmitt, Moinhos e Imigrantes, locais que reúnem grande número de catadores. O estudo de campo foi realizado em 2007.

A amostra é do tipo não probabilística (os sujeitos são escolhidos por determinado critério) e intencional, tendo os catadores sido escolhidos por acessibilidade. Segundo VERGARA (2004, p.51), pode-se selecionar os informantes por acessibilidade e/ou por tipicidade: “Por acessibilidade: longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos por facilidade de acesso a eles” e “[...] por tipicidade: constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população.”

As entrevistas foram transcritas integralmente. Depois organizaram-se em paralelo as respostas dos diferentes indivíduos de cada grupo para as mesmas perguntas. Sobre as narrativas coletadas procedeu-se a análise de conteúdo qualitativa e temática.

#### 5 REPRESENTAÇÕES LABORAIS E AMBIENTAIS: QUAL CIDADANIA?

O município de Estrela localiza-se no Vale do Taquari, região centro-leste do Rio Grande do Sul, estado mais ao sul do Brasil. Conforme dados da FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (2008), a população do Vale do Taquari, em 2007, era de 316.325 habitantes. A FEE (2006) aponta que o Índice de Desenvolvimento

Socioeconômico (IDESE) médio da região é de 0,73.<sup>7</sup> Estrela ocupa a 29ª posição no ranking do Idese. Trata-se de um dos municípios mais antigos da região, colonizado por imigrantes alemães e distante 113 km de Porto-Alegre, capital do Estado. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a cidade possui área geográfica de 184 km<sup>2</sup> e população total de 29.071 habitantes, dos quais 86,6% vivem na área urbana. Sua economia é baseada, principalmente, na indústria, seguida do comércio e do setor primário.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico (SMMASB) é a responsável pela coleta e destino final dos resíduos sólidos domésticos em Estrela. A legislação que regulamenta as questões sobre os resíduos sólidos urbanos é o Código Municipal do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 3.294/99. Segundo dados dessa Secretaria, a quantidade média de lixo recolhida no município em 2007 era de 450 toneladas/mês, dos quais 105 toneladas/mês eram oriundas da zona rural. O município mantém o sistema de coleta seletiva em todos os bairros urbanos e na área rural. Esses resíduos são destinados à Usina de Tratamento de Lixo Doméstico (UTL).

A SMMASB desenvolve um projeto com catadores vinculados à UTL denominado Programa Brasil Joga Limpo, iniciado em parceria com o governo federal no ano de 2001, quando era mantido com recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), repassados pela Caixa Econômica Federal. A partir de 2003 a prefeitura de Estrela passou a administrar o Programa. Até 2004 o projeto foi pensado visando à organização de uma cooperativa de catadores, mas, conforme entrevista com a assistente social, o forte individualismo entre os mesmos impossibilitou o projeto. Levantamento realizado pela Prefeitura Municipal em 2007 aponta a existência de 142 catadores no município.

Optou-se por comparar a realidade vivida pelos catadores que atuam na UTL e aqueles que atuam individualmente nas ruas do município, a fim de compreender se diferentes relações com o universo de catação está determinando diferentes construções de sentidos ambientais e laborais. Os dois grupos são enquadrados como catadores, profissão reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego na Classificação Brasileira de Ocupações em 2002.<sup>8</sup> A seguir são descritos e analisados os dados de cada grupo separadamente, para depois os dados serem comparados.

---

<sup>7</sup> Segundo a FEE (2008), “o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. [...] O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que sic 0,800)”.

<sup>8</sup> Conforme o documento, a categoria é caracterizada como: “Títulos 5192 - 05 Catador de material reciclável - Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa). Catadores de material reciclável - Descrição sumária - Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis. Formação e experiência - O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional.

## 5.1 Catadores que atuam na UTL

Na UTL os catadores são admitidos como “operários” selecionados via concurso, com todos direitos trabalhistas assegurados. Esses catadores são gerenciados por um químico contratado pela Administração Municipal. Nenhum dos entrevistados concluiu o ensino fundamental, e dois recebem Bolsa Família - programa do governo federal.

Observou-se que o relacionamento entre os operários da unidade aparentemente é bastante amistoso. Quando a equipe de pesquisadores chegou ao local, juntamente com a assistente social que coordenava o Programa, foi recebida pelo gerente que a apresentou ao grupo. As atividades laborais foram interrompidas, todos sentaram em círculo e conversou-se informalmente. As reuniões são momentos esperados, e a maioria participa ativamente da avaliação do processo de trabalho. A assistente social, responsável pelas reuniões, possui um horário fixo de visitação à UTL, com reuniões pré-agendadas.

Durante a reunião, as falas iniciais dos funcionários expressaram um “gostar do que fazem”, e o orgulho de estarem ali: “Acho show de bola que somos reconhecidos”, diz Clara<sup>9</sup>, que trabalha na UTL há um ano e quatro meses, e antes catava na rua. A fala do reconhecimento é recorrente. O primeiro contato muitos permaneceram calados, observando a equipe de pesquisa.

Percebeu-se, inicialmente, um clima de assistencialismo e um tratamento paternalista, tanto da parte da coordenadora e do gerente do projeto, como na fala dos operários da UTL, o que se verifica quando Clara afirma: “Vocês estão lutando pela gente”. A afirmação da operária denota uma posição de não protagonismo. E, ao mesmo tempo em que esta fala denuncia a pouca valorização desta profissão e a consequente baixa auto-estima destes profissionais, pode-se, por outro lado, depreender um sentimento de identificação social com o grupo técnico envolvido na organização do processo de trabalho.

Ao retornar à UTL iniciou-se uma observação mais apurada do grupo e aplicaram-se entrevistas semiestruturadas, individualmente, a sete funcionários que se dispuseram a participar da pesquisa.

Os informantes afirmam que o relacionamento na UTL é de ótimo a bom, incluindo a relação com o gerente. O discurso da coordenação do projeto também salienta a efetivação de laços solidários e de coesão entre os operários.

### *Representações laboriais*

Sobre o trabalho que os catadores desempenham na UTL, seis deles afirmam estar satisfeitos: “Tô gostando do serviço. Sempre gostei da reciclagem”, “É bom trabalhar aqui”, “Gosto de fazer esse tipo de trabalho”. Eles desconhecem que sua profissão foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego na Classificação Brasileira de Ocupações como catador, e a definem como sendo “operário”, “reciclador”. No entanto, quando questionados sobre como a comunidade os vê,

---

<sup>9</sup> Nome fictício.

afirmam: “Lixeiros”, “Com muito preconceito”, “Dizem que é trabalhar no lixão”, “Uns olham feio, uns até elogiam”, “Uns entendem, outros acham que é trabalho meio sujo”.

Em relação às dificuldades que o trabalho impõe indicam a mistura que a população faz entre os tipos de resíduos e problemas com a máquina que os disponibiliza na esteira de triagem. Eles entendem que a população colaboraria, se separasse adequadamente os resíduos: “Misturam demais o lixo”; “Poderiam separar o orgânico do inorgânico”. Também afirmam que a população poderia se engajar de forma mais efetiva na coleta seletiva, separando melhor os vidros dos outros resíduos, e “não colocar bicho morto” junto ao lixo orgânico.

Pode-se afirmar que esse grupo tem garantido o direito ao trabalho e com isso o acesso aos serviços essenciais do município, com os encaminhamentos feitos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assistência Social. Entretanto, as falas desse grupo explicitam o sentimento de preconceito que observam na sociedade em relação ao trabalho que exercem e o desrespeito dos moradores que “não separam corretamente os resíduos”. Isso pode estar relacionado a um distanciamento dos mesmos em relação à comunidade, pois esses catadores não mantêm relações diretas com a população local. Assim, surgem indicativos de que o grupo apresenta sentimento de exclusão em relação à sua atividade profissional.

### *Representações ambientais*

Todos os operários da UTL relacionaram seu trabalho às questões ambientais: “porque classifica [o lixo] e acaba ajudando”; “Se não tudo ia ser jogado na natureza”; “Tem bastante coisa a ver. Aqui a gente tem que cuidar para não poluir”, “Evitamos muito prejuízo para a natureza. Reciclar papel evita corte de árvore”. Alguns fazem relação direta entre meio ambiente e a questão dos resíduos quando perguntados o que é meio ambiente: “Não jogar lixo na natureza. Cuidar do meio ambiente”; “Árvores, natureza, separar tudo”; “Manter a natureza e o ambiente limpo”.

Quando indagados sobre o que entendem por meio ambiente, todos referem-se à natureza (ar, chão, árvores, rio, mata, solo, pássaros), excluindo o ser humano. Essa visão corrobora com o senso comum em relação ao conceito de ambiente natural ou de natureza intocada, concepção hegemônica que foi difundida socialmente e que possui raízes na ecologia profunda e no pensamento biológico (LENZI, 2006).

As respostas dos operários da UTL indicam que o trabalho com a separação dos resíduos refletiu-se em suas práticas cotidianas, modificando-as. Quatro dos sete entrevistados afirmaram que “Mudou a mentalidade”; “Não separava nada”; “Colocava tudo dentro de um saco de lixo e pronto”. Os outros afirmaram que já separavam. Os sete entrevistados afirmam que reaproveitam resíduos como painéis de pressão, isqueiros, telefones celulares, roupas, brinquedos, calçados, roupa de cama, pratos, copos, talheres, potes e tênis. Todos afirmam reutilizar resíduos orgânicos em hortas, tratando-os por meio da compostagem. Observa-se que, em relação aos catadores individuais, os materiais reaproveitados são de natureza diferente, como veremos adiante.

Para os operários da UTL, a responsabilidade pelo lixo é “da população”, “da comunidade”, “de todo mundo”. Eles observam, no entanto, que a coleta seletiva é um processo não resolvido, pois “quando abrem as sacolas [do lixo que chega das casas dos moradores] é só mistura”; “Uns separam, outros não”; “[A coleta seletiva] não é boa, porque vem tudo misturado”, “Poderia melhorar. Não está como era pra ser”; “É uma boa ideia”. Um dos operários afirma que no seu bairro não há caminhão de coleta seletiva, e outro disse que o caminhão passa todas as noites, o que demonstra que este não reconhece o caminhão da coleta seletiva, confundindo-o com o caminhão da coleta habitual. As falas indicam a desinformação ou desinteresse da população sobre o processo de coleta seletiva de resíduos domésticos, evidenciando que a comunidade continua não os separando adequadamente.

Sobre os problemas ambientais regionais, citam o lixo, o aquecimento global (referindo-se ao “calorão do inverno”) e os efluentes das indústrias jogados no Rio Taquari. Essas respostas apontam para uma relação com as práticas de trabalho, os temas mais midiáticos e os problemas próximos da comunidade (pois citaram uma indústria que atuava no município como poluidora do rio).

Quando questionados sobre o Programa Brasil Joga Limpo (ao qual estão vinculados), apenas dois respondentes afirmaram saber do que se trata. Isso pode indicar possíveis lapsos do discurso da chefia entre os atores envolvidos, uma vez que a coordenadora do projeto mantém reuniões semanais com os operários da UTL, e cinco deles não identificaram a ligação entre as reuniões e a política pública. O mesmo acontece em relação ao Fórum Lixo e Cidadania, evento que também faz parte do Programa Brasil Joga Limpo. Apenas dois respondentes mostraram-se informados a respeito (um sequer lembrava do que se tratava). Esse desconhecimento está relacionado com o fato de o Fórum ter tido seu público-alvo desviado dos catadores para os escolares.<sup>10</sup>

## 5.2 Catadores individuais que atuam nas ruas

Além dos operários da UTL, entrevistaram-se também catadores informais residentes na Vila Marmitt, no bairro Moinhos e no bairro Imigrantes, totalizando 14 entrevistas, que foram realizadas nas casas de cada um. É importante destacar que eles apresentaram dificuldades em responder a determinadas questões. Esse fato pode estar relacionado com a menor escolaridade dos respondentes (dos entrevistados, apenas dois menores estão na sétima série do ensino básico). O perfil socioeconômico dos entrevistados aponta que nenhum deles concluiu o ensino fundamental. Seis deles recebem assistência via Bolsa Família, Bolsa Escola ou auxílio em caso de doença - todos programas de assistência.

---

<sup>10</sup> Entre as atividades gerais do Programa Brasil Joga Limpo está a realização de visitas mensais às residências dos catadores, trabalhos de grupo com os funcionários da UTL, realização do Fórum Lixo e Cidadania tratando sobre temas de meio ambiente desenvolvidos para a comunidade. Além das atividades com os catadores, a comunidade é contemplada com ações de sensibilização para adotar a coleta seletiva por meio da Sala Verde Manoel Ribeiro Pontes Filho, projeto que funciona na Secretaria do Meio Ambiente. Atualmente, as escolas são os principais atores que desenvolvem atividades de educação ambiental, incluindo visitas dos alunos e professores à UTL.

O tempo que trabalham com catação varia de um mês a 20 anos. A maioria afirma ganhar em torno de 300 reais mensais, havendo outros familiares que ajudam no trabalho (filhos, marido, mãe, mulher, irmã, tio). Este trabalho familiar é uma característica recorrente nesta categoria.

### *Representações laboriais*

Sobre as relações sociais, os catadores individuais afirmam receber o apoio dos moradores. Percebem que as pessoas preocupam-se com eles, e sentem uma certa simpatia pelo trabalho que desenvolvem: “Conheço quase todo mundo”, “Com os que converso me dou bem. Não é a maioria que conversa”, “Eles gostam de nós”. No entanto, afirmaram que se sentem injustiçados quando confundidos com os catadores que deixam o lixo esparramado após abrir os saquinhos que encontram nas lixeiras das residências. Mesmo assim afirmam que as relações com os outros catadores é “boa”, não havendo delimitação por zonas de catação. Também informaram que não se conflituam com o sistema de coleta seletiva.

Perguntados sobre como definem sua profissão referem que: “É uma profissão como qualquer outra, porque é meu meio de viver. Somos recicladores”; “Charreteiro. Acho meu trabalho muito bom. Não tenho vergonha. Tô trabalhando honesto. Não tô roubando. Tô me mantendo, tô vivendo”; “Eu sou papeleiro. Eu gosto porque ajuda a limpar [...] não tô fazendo nada de errado. Tô trabalhando pra sustentar minha família”; “Eu acho tri porque às vezes a gente acha muita coisa boa [...] quando crescer quero ter uma vida melhor”; “Papeleiro”; “Não saio o dia inteiro nessa coisa [...] tenho até vergonha de pegá litro”; “Gosto. Sou recicladora, papeleira que eles falam. Só não gosto que me chamem de lixeira”. Nesses fragmentos observamos que se misturam sentimentos de orgulho, vergonha, prazer e surpresa.

Entre as dificuldades que encontram no trabalho citam o abandono social e a concorrência: “Tem muita gente recolhendo [...] somos largados, ninguém faz nada por nós. Somos rebaixados, discriminados”; “Tem muita gente que não respeita nosso serviço [...]. Acham que a gente vai roubar”; “Eu não acho que é difícil”; “Não tenho carrinho, só sacolas”; “Tem que cuidar da doença do rato”; “É ruim quando chove. Os homens lá da política ambiental são bastante agressivos, não sabem explicar numa boa”. As falas indicam como principais dificuldades as relações humanas desiguais, a questão da saúde no trabalho, o desrespeito da parte da gestão pública e a falta de equipamento adequado para o trabalho. Um dos entrevistados afirmou que a prefeitura deveria construir um pavilhão para que cada um tivesse seu box para trabalhar. Aqui se percebe o sentimento de discriminação e isolamento, já que a fala mostra a ausência do Estado na efetividade dos direitos sociais.

Antes de ser catador, um deles afirmou que, quando observava os catadores, “pensava como os outros pensam de nós agora. Eu achava que ser catador era feio. Depois eu vi que não era assim, que é o dinheiro que tá na rua”. Dessa frase depreendem-se duas observações: a representação de que o outro o vê com preconceito, e a necessidade de sobrevivência, que se sobrepõe à visão deste outro que consideraria o trabalho da catação indigno (o “feio” torna-se menos feio, pois garante a sobrevivência).

Este grupo é excluído do acesso ao trabalho formal, que não lhes foi garantido pelo Estado, ao contrário dos catadores inseridos no contexto da UTL. Outra inversão que as falas apontam refere-se à interação com a comunidade. Enquanto os catadores da UTL sentem-se vítimas do preconceito da comunidade e mantêm uma relação indireta com ela, os catadores individuais sentem-se parte da comunidade, o que pode estar relacionado ao fato de terem uma relação direta com os moradores. Mesmo que algumas falas indiquem um certo desrespeito, outras observam que há apoio e simpatia dos moradores em relação ao trabalho dos catadores. Eles sentem-se à vontade com seu trabalho, que a consideram “uma profissão como outra qualquer”.

### *Representações ambientais*

Para os catadores individuais, meio ambiente é “Não jogar lixo, deixar tudo limpo”; “Limpar a cidade. Juntar o lixo que eu junto”; “É limpeza, capricho, conservar as coisas limpas”; “Segurar organizado, limpo. Estamos afastados da água pra não prejudicar [o rio com o lixo]”; “Preservar a natureza”; “Tá falando de mato, das árvores? Quando nós tira pra vender cada litro diz que demora 500 anos [pra decompor]”, “Não sei”.

Lixo para eles é o que “não presta pra vender” porque não recicla, “o que não convém pra nós. Resto”, “papel higiênico”, “orgânico. Os outros chamam plástico, papel, papelão, litro de lixo, mas pra mim não é”. O que vai para o lixo nas suas casas é papel higiênico e plásticos sem valor comercial, já que os restos de comida destinam para os cachorros e outros tipos de resíduos orgânicos viram adubo orgânico. Essas respostas indicam a percepção do relacionamento intrínseco entre seu trabalho e a natureza, a qual está aqui mediada pela dimensão socioeconômica, já que do lixo depende sua sobrevivência.

Por outro lado, eles consideram que a comunidade desperdiça porque joga “coisa boa no lixo”. Dos resíduos que eles aproveitam citaram liquidificador, máquina de lavar, ventilador, centrífuga, roupa, armário, tapete, panela, prato, balde, lápis, borracha, verduras. Observa-se que são materiais diferentes dos citados pelos operários da UTL, já que incluem entre os resíduos que reutilizam os do tipo tecnológico e alimentos, os quais não chegam à UTL porque são recolhidos antes pelos catadores individuais.

Consideram que as pessoas deviam se preocupar não misturando o lixo, a fim de evitar doenças. Para eles, a responsabilidade do lixo é “de cada um”, “do governador”, “da prefeitura”. A metade deles considera que as pessoas participam da coleta seletiva, os outros consideram que não.

Os QUADROS 1 e 2 mostram uma síntese comparativa das práticas ambientais e práticas de trabalho entre operários da UTL e catadores individuais de Estrela/RS:

## QUADRO 1 – Representações laboriais

Questões analisadas	Operários da UTL (7 entrevistados)	Catadores de rua (14 entrevistados)
1. Visão sobre seu trabalho	A maioria gosta do que faz	A maioria gosta do que faz. Mistura de orgulho e vergonha
2. Reconhecimento da profissão	Todos desconhecem	Todos desconhecem
3. Dificuldades no trabalho	Mistura de lixo reciclável e orgânico (bicho morto)	Abandono social, concorrência, desrespeito dos gestores ambientais
4. Visão da comunidade	Preconceito, acham que é trabalho sujo	Aceitação e bom relacionamento
5. Direitos trabalhistas	Sim	Não

## QUADRO 2 – Representações ambientais

Questões analisadas	Operários da UTL (7 entrevistados)	Catadores de rua (14 entrevistados)
1. Relação trabalho/meio ambiente	Todos apontam a pertinência do tema	Nove pessoas não responderam. Cinco respostas registram a importância dessa relação
2. Concepção de meio ambiente	Ambiente como natureza intocada	Referente à limpeza
3. Compostagem	Todos fazem em casa	Sete pessoas não responderam. Duas pessoas fazem compostagem. Quatro pessoas colocam no caminhão do lixo.
4. Conscientização das pessoas sobre coleta seletiva	Deve melhorar	Deve melhorar
5. Problemas regionais	Lixo, aquecimento global e contaminação do rio Taquari	Botar fogo no lixo; atirar lixo e animal morto nos bueiros e no mato; poluição do banhado (bairro Imigrantes); desmatamento
6. Programa Brasil Joga Limpo	Apenas dois respondentes conhecem o programa	Apenas três respondentes conhecem o programa
7. Fórum Lixo e Cidadania	Apenas dois respondentes conhecem o programa	Nenhum entrevistado conhece o Fórum

As descrições apontam que os operários da UTL, já integrados ao processo de trabalho formal, com carteira assinada e vínculo empregatício, apresentam maior clareza nas respostas fornecidas nas entrevistas, e, embora com raras evidências, um maior discernimento de seu papel como cidadãos e como agentes ambientais. Dos 14 catadores individuais, cinco percebem a relação do seu trabalho com o meio ambiente. Os outros não responderam à pergunta demonstrando não a compreender,

o que consideramos referir-se à inadequação das questões das entrevistas ao público a que se destinavam.

A melhor compreensão das perguntas demonstradas pelos operários da UTL deve ser analisada levando-se em conta o contexto vivenciado por este grupo, que tem semanalmente reuniões fixas com a assistente social, coordenadora do programa Brasil Joga limpo. Com isso, esses operários têm a oportunidade de refletir conjuntamente sobre questões coletivas referentes ao seu processo de trabalho envolvendo a questão ambiental. No entanto, a maioria dos catadores, tanto da UTL como os catadores individuais, desconhece o Programa Brasil Joga Limpo e o Fórum Lixo e Cidadania, que é parte do Programa e está voltado para discussão pública sobre a problemática dos resíduos, tendo como público prioritário os catadores.

Os dois grupos desconhecem a regulamentação da profissão, o que indica a fragilidade dos vínculos comunitários. Essa fragilidade encontra eco na dificuldade de formação de uma cooperativa de catadores pelo poder público municipal, que era um dos objetivos da implantação da política pública.

Os dois grupos compartilham um gostar do que fazem, apesar de alguns entrevistados afirmarem ter vergonha do seu trabalho. Entre as dificuldades apontadas na execução do trabalho, os operários da UTL referem-se a atitudes da comunidade (mistura de lixo), enquanto os catadores individuais fazem alusão à inação do poder público (abandono, desrespeito). Os operários da UTL não se sentem abandonados pelo poder público, pois são funcionários com direitos trabalhistas assegurados, enquanto os catadores individuais não desfrutam desse direito social.

Na análise comparada dos dados, percebem-se ainda algumas semelhanças entre os dois grupos: a boa relação no trabalho e a convivência pacífica com os colegas de profissão. Os dois grupos registram este caráter de harmonia e coesão social, omitindo os conflitos do cotidiano. Esse fato pode estar relacionado à aceitação social que esses grupos precisam exprimir para garantir a importância de sua atividade como algo essencial à sociedade.

Os dois grupos, no entanto, têm diferentes percepções sobre a visão que a comunidade constrói sobre quem trabalha com resíduos. Enquanto os operários da UTL observam a existência de preconceito, os catadores individuais sentem-se aceitos. Os dois grupos concordam que a coleta seletiva deve melhorar, já que a comunidade tende a não separar devidamente os resíduos. Enquanto consumidores, os dois grupos reaproveitam seus resíduos reutilizando-os.

Com relação ao meio ambiente, este é percebido como natureza intocada pelos operários da UTL, fato esse corroborado pela literatura específica, como mencionou-se. Já entre os catadores de rua, sobressai a ideia de limpeza quando questionados sobre meio ambiente. Esse dado pode ser relacionado às possíveis pressões que os catadores sofrem do poder público para manterem a cidade “organizada e limpa” depois da coleta. Outro ponto de convergência é que os dois grupos citaram a questão do lixo entre os problemas regionais que identificam, o que se relaciona com o papel do catador enquanto um ator que ajuda a minimizar esse problema.

## 6 CONCLUSÃO

Comparativamente, percebeu-se que os catadores que atuam na UTL sentem-se excluídos pela sociedade devido ao preconceito que percebem em relação ao seu trabalho, e, mesmo estando incluídos no Programa Brasil Joga Limpo, demonstraram estarem excluídos da informação do seu papel neste programa. Este grupo sente-se incluído no universo do trabalho e está mais próximo dos serviços públicos essenciais providos pelo Estado. Também, os catadores da UTL sentem-se incluídos como atores que têm um importante papel ambiental. Já os catadores que atuam na rua, individualmente, sentem-se abandonados pelo Estado, excluídos do acesso ao trabalho formal e suas garantias, assim como demonstraram sentirem-se mais distantes do acesso aos serviços essenciais. Apesar de excluídos do trabalho formal, sentem-se incluídos no universo de trabalho, já que apontaram que a catação é um espaço de construção da dignidade e de desempenho do seu papel de agentes ambientais. Eles sentem-se, ainda, incluídos na comunidade a partir da boa relação que afirmam ter com os moradores.

Apesar da análise dos dados apontar maior precariedade das condições de vida dos catadores individuais, em contraponto à realidade vivida entre os operários da UTL, nos dois grupos o trabalho com a catação acaba gerando a inclusão desses atores na cadeia produtiva que se organiza a partir dos resíduos sólidos domésticos, cadeia esta que se organiza, paradoxalmente, a partir da exclusão de diferentes sujeitos do trabalho formal e da precarização das formas de trabalho que marca do sociedade globalizada.

A proposta do poder público em organizar os catadores que trabalham individualmente em Estrela/RS, por meio de programas institucionais, como a experiência do Programa Brasil Joga Limpo, apesar da sua amplitude relativa (incorpora a minoria deste segmento), denota alguns indicadores positivos quanto ao seu conteúdo (aquisição dos direitos trabalhistas por um pequeno grupo, discussão sobre as questões ambientais e a alteração das práticas cotidianas relacionadas ao tema).

A parceria entre município e governo federal possibilita a ampliação dos recursos utilizáveis na UTL, bem como a qualificação dos trabalhadores que ali atuam. Mas, e quanto aos catadores individuais, que vivem na absoluta informalidade e precariedade social? O Programa Brasil Joga Limpo é uma política pública de gestão dos resíduos sólidos domésticos que previa a inclusão também deste grupo, o que acontece de forma frágil, se compararmos com os catadores que atuam na UTL. Isso se deve, em parte, às dificuldades dos gestores públicos de se comunicarem com esse grupo social, de modo a seduzi-lo para participar do Fórum Lixo e Cidadania, o qual se colocava, teoricamente, como uma instância efetiva de construção da cidadania.

Na prática, nenhum dos dois grupos estudados supera a tradição sociopolítica do Estado, que mantém políticas pontuais de inclusão, não indo além disso, o que deixa transparecer a prevalência de uma cidadania formal, o que se explicita nas suas próprias condições de trabalho informal. No entanto, podem-se observar novas possibilidades de tecelagens de cidadania entre os catadores dos dois grupos.

Esses trabalhadores, nos atos de triar cotidianos, podem vir a construir a cidadania ambiental, principalmente porque já perceberam a importância do papel ambiental que desempenham diariamente. Entretanto, eles ainda não podem ser considerados agentes de cidadania ambiental, no sentido trazido pelos autores citados (LOUREIRO, 2002; CASTRO; BAETA, 2002; GUTTIÉRREZ; PRADO, 1999, dentre outros), os quais estão atrelados: à justiça social, ao desenvolvimento econômico em um contexto de globalização, a sua característica de construção permanente, ao senso de pertencimento do indivíduo a uma sociedade, à participação em organizações sociais, à tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto locais e comunitárias quanto globais, à responsabilidade social e em relação à natureza, à percepção das inter-relações entre instâncias sociais, econômicas, políticas públicas, qualidade de vida, à autonomia e apropriação do destino de sua própria vida, à capacidade de compreender e recriar o novo contexto socioambiental, à exigência de relacionar a ecologia interna e externa, à necessidade de incluir a subjetividade, a emoção, o sentimento.

Nesse sentido as experiências dos catadores nas suas relações com o trabalho do recolhimento e separação de resíduos têm transformado essas pessoas em novos atores sociais, mas não em novos agentes da cidadania ambiental da sociedade planetária. E como poderia? Qual cidadania é possível nesse contexto que ainda obriga muitos a migrarem para cidades mais “desenvolvidas” em busca de resíduos de “melhor qualidade”? Como é possível que esses trabalhadores ainda sintam-se incluídos quando a maioria dos moradores não separa devidamente os resíduos? Afinal de contas, quais direitos estão realmente garantidos (civis/liberdade, políticos/participação, sociais/bem-estar), se é preciso catar pra sobreviver dos restos da sociedade de consumo?

Essas questões talvez apontem para o elo que liga a estrutura social patriarcal brasileira ao processo de urbanização/industrialização, ao regime ditatorial e à conjuntura atual. Tal elo pode ser entendido como a prevalência de uma cultura política elitista, marcada pela tradicionalização de práticas sociais excludentes e precárias, tais como: concentração de riquezas, apatia social, escravidões, exclusões e autoritarismos de diferentes naturezas, atrelamento do Estado às elites, e projetos de desenvolvimento assentados na lógica capitalista insustentável.

A modernização conservadora tende a excluir parte dos trabalhadores dos frutos do desenvolvimento econômico, apesar da demanda por justiça social impulsionar novas práticas no campo ambiental. A tradição autoritária e excludente fez com que o estado brasileiro incorporasse uma cultura republicana elitista em detrimento do estado democrático social. Conforme NASCIMENTO (2003), daí decorre a globalização da pobreza, mas não da riqueza. Desse processo resulta o aumento da pobreza também nas pequenas cidades, uma vez que a urbanização é acompanhada de processos de exclusão social. Tal cenário foi evidenciado no município de Estrela/RS, onde o Programa Brasil Joga Limpo pode ser considerado uma iniciativa pontual, com resultados parciais quanto à inclusão social. Trata-se, sem dúvida, de uma iniciativa com potencialidade de ampliação, dependendo,

entretanto, das estratégias dos gestores públicos para possibilitar a construção de práticas sociais pautadas no exercício da cidadania, na autonomia dos indivíduos, na justiça social, no equilíbrio ecológico e na solidariedade para com as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

BURSTYN, Marcel (Comp.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores, Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

CASTRO, Ronaldo Souza de; BAETA, Anna Maria. Autonomia intelectual: condição necessária para o exercício da cidadania. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Índice de desenvolvimento socioeconômico**. 2007. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2005](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2005)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Vale do Taquari. 2008. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari)>. Acesso em: jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE): texto completo. 2008. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)>. Acesso em: jan. 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária**. São Paulo: Cortez, 1999.

HOLANDA, Sergio B. (1984), **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1984.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, Leis et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. Florianópolis: UFSC, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: jul. 2008.

- LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.
- LENZI, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: Edusc, 2006.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água, 1983.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MAZZARINO, Jane M. **A cidadania na tecelagem das interações comunicacionais-mediatizadas do movimento socioambiental**: um estudo de caso do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto em Porto Alegre. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- MIGUELES, Carmen (Comp.). **Antropologia do consumo**: casos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, Marcel. **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na Pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- SOSNISKI, C. (2006), **Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo**: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- VERDUM, Roberto. O ciclo do papel, da coleta ao processamento: personagens e estrutura. In: SUERTEGARAY, Dirce M. A.; BASSO, Luis A.; VERDUM, Roberto. **Ambiente e lugar no urbano**: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (Coord.). **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

\_\_\_\_\_. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: VIOLA, E. A. et al. **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

# **VIOLÊNCIA ESTRUTURAL, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTUDO COMPARATIVO DOS CATADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ESTRELA/RS**

*Ms. Hélio Miguel Schauren Junior, Dra. Jane M. Mazzarino*

**RESUMO:** A partir do aprofundamento dos conceitos de violência estrutural e cidadania, analisamos a implementação da política pública Programa Brasil Joga Limpo, voltada aos catadores de resíduos sólidos, que foi adotada pelo município de Estrela/RS. O objetivo geral consiste em analisar sua repercussão nas condições qualitativas de vida desses atores sociais, seus processos de inclusão e exclusão social diante da violência estrutural, tendo como pano de fundo o contexto socioambiental local. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo. Para essa análise foi realizada uma pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica com os atores político-sociais que participam da realidade em estudo, quais sejam: ex-catadores, hoje funcionários concursados que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL) do Município; catadores abrangidos pelo programa que trabalharam na UTL; catadores individuais abrangidos pela política pública do município; e catadores de resíduos sólidos que não são abrangidos pelo programa. Como resultado da análise comparativa entre os grupos de catadores, observou-se que a política pública adotada reflete-se em menor violência estrutural entre os profissionais que hoje trabalham como funcionários municipais na UTL, os quais apresentam as melhores condições de acesso à cidadania, o que não acontece da mesma forma nos demais grupos pesquisados, que atuam de forma autônoma no ofício da catação.

**PALAVRAS-CHAVE:** catadores. Resíduos Sólidos. Políticas Públicas. Violência Estrutural. Cidadania.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Estado, por meio de suas estruturas e poderes, atua diretamente na vida dos cidadãos, sendo responsável pelo regramento e desenvolvimento das melhorias nas condições de vida da população. Tal atuação estatal se dá a partir das políticas públicas, instrumentos que deveriam estar voltados a aliviar as tensões sociais, diminuindo as diversas formas de exclusão e promovendo a melhoria substancial da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, esta ainda é uma realidade a ser alcançada.

A violência estrutural se faz presente no grave problema socioambiental causado pela geração excessiva de resíduos sólidos e seu insuficiente ou, em muitos casos, inexistente gerenciamento. Este quadro, somado à disposição e ao manejo incorretos do lixo, representa riscos à saúde e à qualidade de vida, principalmente às pessoas que lidam diretamente com o lixo, como os catadores, e as populações que moram próximas às áreas de disposição final.

Em contrapartida, a coleta seletiva e o manejo adequado dos resíduos, além do aspecto de sustentabilidade ambiental, possuem efeitos diretos nos âmbitos social e econômico, na medida em que representam um mercado de trabalho e geração de renda, propiciando oportunidades à melhoria da qualidade de vida.

O Programa Brasil Joga Limpo é uma política pública fruto de parceria entre governos federal e municipal e tem o objetivo de promover a inclusão dos catadores no processo de cidadania, fazendo frente à violência estrutural, observada a partir das condições de vida e atividades desenvolvidas com e pelos grupos estudados. Os objetivos da política pública socioambiental adotada pelo município de Estrela junto com os catadores consistem em superar coletivamente as dificuldades mediante a organização das famílias; garantir o acesso aos serviços de atenção básica e melhoria das condições de saúde, educação, habitação e trabalho; resgatar a autoestima e a convivência familiar e comunitária, visando a evitar situações de vulnerabilidade social; diminuir o analfabetismo e a evasão escolar; melhorar as condições de trabalho e a erradicação do trabalho infantil; promover atividades voltadas à mudança de atitudes, melhorando as condições sanitárias, de saúde e a preservação do meio ambiente.

Diante dessa realidade, buscamos investigar “se” e “como” a política pública socioambiental, adotada pelo município, em relação aos catadores de Estrela promove a cidadania, auxiliando no combate à violência estrutural.

Optamos pela pesquisa qualitativa realizada a partir do estudo comparativo entre catadores de resíduos sólidos em diferentes situações de trabalho: ex-catadores que trabalham na Unidade de Tratamento de Lixo (UTL) mantido pela administração municipal; catadores que trabalharam na UTL abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo e que agora atuam como catadores individuais ou em outras profissões (CTU); catadores individuais abrangidos pelo mesmo programa (CAP) e catadores individuais não abrangidos pelo programa (CNP).

Dessa forma, por meio da análise e discussão teórica e da investigação empírica, propomo-nos a aclarar a política pública socioambiental voltada aos catadores e adotada pela Prefeitura Municipal de Estrela, para compreender se faz frente à violência estrutural que permeia as condições de vida dos atores dos grupos estudados, refletindo-se na construção da cidadania dos catadores. Este estudo pode contribuir com as pesquisas voltadas à busca pelo conhecimento na área da sociologia ambiental e na compreensão das realidades sociais e das políticas públicas estatais.

## 2 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A violência é um fenômeno social que preocupa a sociedade e os governos na esfera pública e privada. Seu conceito está em constante mutação e não é fácil defini-lo. Um conceito mais restrito, pode deixar de fora parte das vítimas, enquanto uma definição muito ampla corre o risco de desfocar as microviolências do cotidiano.

Para CHAUI (1999), a violência pode ser definida de forma multifacetada: seria tudo o que vale da força para ir contra a natureza de um ator social, ou seja, todo o ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém e todo o ato de transgressão contra o que a sociedade considera justo e direito. Nesse sentido, para NETO e MOREIRA (1999, p. 34):

[...] a violência não é um fenômeno uniforme, monolítico, que se abate sobre a sociedade como algo que lhe é exterior e pode ser explicado através de relações do tipo causa/efeito como 'pobreza gera violência' ou 'o aumento do aparato repressivo acabará com a violência'. Pelo contrário: ela é polifórmica, multifacetada, encontrando-se diluída na sociedade sob o signo das mais diversas manifestações, que interligam-se, interagem, (re)alimentam-se e se fortalecem.

Na concepção de GALTUNG (1969), a violência se faz presente quando os seres humanos são persuadidos de tal modo que suas realizações efetivas, somáticas e mentais ficam abaixo de suas realizações potenciais.

Muitos estudos foram realizados acerca da conceituação e classificação da violência. Para esta pesquisa, optamos por utilizar a classificação do Relatório Mundial da Organização Mundial da Saúde, o qual categoriza o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas, e que nos são trazidas por MINAYO (2005) quando se refere à violência como sendo dirigida pela pessoa contra si mesma: autoinfligida; violência nas relações: interpessoal; e a violência no âmbito sociedade: coletiva.

À classificação da Organização Mundial da Saúde adicionamos o conceito de violência estrutural, que é difícil de ser compreendida e quantificada, pois aparentemente os sujeitos ativos não são facilmente identificáveis. E é justamente por isso que a violência estrutural se perpetua nos processos históricos, se repete e se naturaliza na cultura, sendo responsável por privilégios e formas de dominação. Nesse sentido a maioria dos tipos de violência citados tem sua base na violência estrutural.

Frente a essa generalização do fenômeno da violência não existem grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos históricos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Ou seja, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, ela tornou-se fenômeno sem voz e rosto que invade o cotidiano (CHAUI, 1999). Essa disseminação social da violência contribui para uma visão reducionista alardeada, principalmente, pelos veículos midiáticos, os quais restringem seu combate a uma simples questão de segurança pública e repressão policial (COSTA, 2005).

Menos reducionista, o conceito de violência estrutural pode ser definido como uma forma de violência camuflada, que sobrevive no âmago dos sistemas sociais e políticos por meio do oferecimento de oportunidades desiguais aos seus membros, privando estes indivíduos da possibilidade de satisfazerem necessidades básicas. Tais condições lhe garantem uma característica de cotidianidade. Diante da restrição da participação política e da exploração econômica, a manifestação da violência estrutural é encarada como “algo normal”, não sendo contestada na maioria das vezes. Invariavelmente o senso comum nem chega a compreender a violência estrutural como uma forma de violência, mas sim como uma “pura e simples incompetência de governantes e responsáveis” (NETO; MOREIRA, 1999, p. 35). Por essa característica, os meios de comunicação acabam por dispensar-lhe um espaço muito menor que o dedicado à criminalidade e à delinquência, dificilmente caracterizando-a como uma manifestação de violência, visão esta que repercute na sociedade.

No momento em que o Estado investe sobremaneira em políticas que privilegiam apenas certos grupos minoritários e restritos vitimiza o restante da população, infligindo violências como miséria, fome e exclusão social. Nesse contexto, as vítimas da violência estrutural ou a aceitam de forma passiva ou a refletem em forma de delinquência.

A violência estrutural demonstra em sua face mais cruel, a instauração de um processo classificatório, seletivo, no qual se decide quais os cidadãos que desfrutarão do bem-estar social e quais que se juntarão à grande massa de excluídos, porém sem conseguir isolá-los – para desgosto de alguns – colocando-os frente a frente diariamente, semeando a intolerância e o medo (COSTA, 2005; NETO; MOREIRA, 1999). Essa condição pode levar o indivíduo violentado pela estrutura do Estado ao cometimento de outras formas de violência, na busca pela satisfação de seus anseios pessoais.

Consequentemente, o Estado, atendendo ao clamor advindo das elites ou dos “cidadãos de bem”, pela visão reducionista antes relatada, passa a reprimir por meio de seu aparato jurídico e policial os que já havia alijado. Assim, “os violentados passam a ser encarados como violentos” (NETO; MOREIRA, 1999, p. 39).

Nesse cenário, no qual a distância entre o poder público e a sociedade tende a ficar mais tênue, resplandece a viabilidade de um maior controle sobre as políticas públicas, principalmente as municipais. Assim, a análise da violência estrutural e de seus aspectos característicos, em nosso caso as condições de grupos de catadores do município de Estrela, passa pela análise da política pública adotada e seus reflexos na realidade local.

Diante das massas de excluídos, mesmo considerando a banalização das diferentes formas de violência, as questões sociais demandam a reflexão e ação frente às suas diferentes necessidades. Evitar o acirramento das questões sociais é tarefa e desafio de todos os setores da sociedade envolvidos na construção da democracia como um valor humano de garantia universal de direitos sociais, políticos e jurídicos. Tal empreitada, no entanto, necessita rever as práticas do passado e do presente, que estão impregnadas do assistencialismo e do clientelismo que têm como pressuposto a manutenção do *status quo* (NETO; MOREIRA, 1999, p. 51).

A violência estrutural, portanto, refere-se às situações adversas que demonstram a falta de respeito para com o ser humano, a miséria, o trabalho escravo e precoce, a falta de escola, de moradia, de saneamento básico, as quais retratam o Estado brasileiro, denotando que não basta crescer economicamente, e que é indispensável investir em programas de inclusão social.

A violência estrutural requer, em primeiro lugar, a conscientização de sua existência e, conseqüentemente, a implementação e avaliação de políticas públicas que promovam intervenções efetivas, com a participação social. Logo, o combate à violência estrutural passa pela busca da repartição igualitária de poder e de recursos, restando, por conseguinte, intimamente ligada à teoria do desenvolvimento e da sustentabilidade.

Consideramos que os problemas precisam ser revelados, os programas sociais conhecidos, para que o conhecimento científico possa contribuir na criação de possibilidades para enfrentar, interromper e superar a violência estrutural a partir da construção da cidadania.

### 3 O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA

O conceito de cidadania varia conforme o contexto político e social a que se refere. De modo geral, pode-se definir cidadania como “[...] qualidade ou direito de cidadão. E cidadão, como sendo o indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos em um Estado” (GORKZEVSKI, 2005, p. 1283).

Os direitos políticos obtidos no século XIX referem-se à liberdade de associação, de organização política e eleitoral. Os direitos sociais foram conquistados no século XX, principalmente a partir das lutas de classes e influenciados pela teoria marxista e os teóricos socialistas (GORKZEVSKI, 2005). São os direitos relativos à assistência social, saúde, educação, trabalho, entre outros.

A conquista dos direitos não se desenvolve na perspectiva sequencial. Um exemplo é o caso do Brasil, onde, em consequência de uma política assistencialista, os direitos sociais acabaram por ser concedidos antes de alguns direitos políticos e civis, ou então a garantia legal não proporcionou a efetiva obtenção dos direitos. MARSHALL (1967) propunha que deveria existir um certo igualitarismo garantido pelo ente estatal, apesar de afirmar que a cidadania se dá pelos conflitos de classe. Ainda, segundo o autor, a garantia e a universalização da livre e democrática expressão cidadã, mirando a liberdade humana, longe das opressões e injustiças que caracterizam a violência estrutural, dependem de condições outras, objetivas e justas, e não só de simples padrões assistencialistas e ditatoriais do Estado, os quais inibem a participação e criam uma cultura alienante de submissão. Senão, teríamos

[...] um cidadão sem cidadania, dependente do Pai-Estado, que tem o dever de assegurar seus direitos de liberdade, menos o direito de ter liberdade de decidir seu próprio destino. Trata-se do cidadão que só ocupa o lugar de cidadão quando na fila, para exercer seu poder político, que é simplesmente o cínico exercício de votar (GORKZEVSKI, 2005, p. 1284).

O conceito de cidadania vem incorporando outras dimensões e significados decorrentes da complexa dinâmica das relações sociais contemporâneas, principalmente no que tange ao fenômeno da globalização, do capitalismo transnacional e suas consequências. Todo e qualquer exercício de fundamentação teórica e criação de bases para suscitar a discussão de modelos sustentáveis de convívio e desenvolvimento social deve levar em conta o novo contexto. Conforme adverte WALDMAN (2003, p. 554): “uma cidadania autêntica se constrói com base na realidade, até porque não há proposta verdadeira que não seja uma prática real”.

Dessa forma, a construção da cidadania refere-se à busca inquietante por um senso de responsabilidade cívica contextualizada na realidade e que, segundo LOUREIRO (2005), ampare e compreenda as questões humanitárias (gênero, ambiente, minorias, fome, exploração infantil, educação, saúde, entre outros) e avance com a tomada de consciência da limitação do planeta em termos naturais e da eliminação das barreiras entre Estados-nações resultantes dos avanços científicos e tecnológicos.

Resultado das mudanças sociais e políticas contemporâneas, surgem as primeiras intenções de se conceituar a cidadania de uma forma global, planetária ou como “ecocidadania”. Segundo LOUREIRO (2005), a ecocidadania expressa o respeito à ética ecológica e seus desdobramentos no dia a dia, possibilitando a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades tanto junto às comunidades locais quanto às globais.

Nesse contexto o papel do Estado é de mediador da cidadania, tendo como objetivo atuar direta e conjuntamente na vida dos cidadãos, sendo responsável pelo regramento e desenvolvimento das possibilidades de melhoria nas condições de vida da população, incluindo as condições socioambientais. Dessa forma, caso não cumpra seu papel de mediador de cidadania, estará atuando como promotor de violência estrutural.

Entendendo-se a cidadania como categoria central da democracia, FERREIRA (1993) afirma que a cidadania não é um “em si”, por ter como finalidade a identidade social, já que a identidade social de nada vale sem a efetiva participação das pessoas na vida comunitária, por meio da existência da real mediação entre Estado e Cidadão, perfazendo a finalidade do Estado Democrático de Direito.

A participação social pode se dar em três dimensões: simplesmente por meio das políticas públicas implementadas pelo Estado; da concentração da participação apenas do povo, pelo fortalecimento e desenvolvimento autônomo; ou então por meio do contato com o Estado, buscando um comprometimento de valores recíprocos (SANTOS, 2001). De qualquer modo, o Estado tem a responsabilidade de criar espaços públicos democráticos voltados à articulação e participação popular, nos quais se aclarem os conflitos e confrontam-se as diferenças, garantindo a interação entre a sociedade civil e o poder público, abrindo, assim, espaços nos processos decisórios.

As decisões fruto de participação popular influenciam diretamente nas relações entre os homens, assim como nas relações dos homens com a natureza. Para tanto, há a necessidade de recuperar, mesmo que em parte, a capacidade criativa

e inovadora dos indivíduos, principalmente a energia decorrente da organização social e cultural, fundamento indispensável para a participação direta no processo decisório do desenvolvimento (BECKER, 2002). Esse é um dos objetivos do programa adotado pela Prefeitura Municipal de Estrela, Brasil Joga Limpo, o qual é voltado à complexa problemática socioambiental relacionada ao descarte e reaproveitamento de resíduos sólidos domésticos.

A existência da intervenção do Estado por meio dessa política pública apresenta um cenário ideal para a investigação dos instrumentos de promoção de cidadania adotados e sua repercussão no cenário de violência a que estão submetidos os atores envolvidos. O objetivo da administração municipal de Estrela ao adotar o programa Brasil Joga Limpo é criar uma cooperativa de catadores entre aqueles que hoje labutam na Usina de Tratamento de Lixo.

Por meio do acompanhamento e trabalhos da assistência social vinculado com as demais secretarias municipais, o Poder Público local tem como estratégia criar um vínculo solidário entre os funcionários da Usina. A ideia consiste em que esse vínculo, aliado ao empoderamento dos indivíduos, possa propiciar a criação de uma cooperativa de reciclagem de resíduos sólidos a ser gerenciada pelos próprios funcionários, integrando os demais catadores e o programa de coleta seletiva existente no município.

O objetivo do ente político é, portanto, atuar como mediador entre os sujeitos no processo de desenvolvimento socioambiental local. Seguindo essa lógica, BECKER (2002) explica que mais organização social proporciona condições para participação política; e esta, por sua vez, reflete-se nos padrões diferenciados de desenvolvimento em termos regionais.

Legal e historicamente é o Estado, como instância onipresente na vida dos cidadãos de um país, por meio de suas estruturas, o responsável direto pelo estabelecimento e desenvolvimento das condições de vida da população. Os direitos básicos desses cidadãos, como o acesso à alimentação, educação, segurança e saúde são pelo Estado influenciados, definidos e implementados.

O instrumento de atuação estatal são as políticas públicas. Na concepção contratualista de Estado, as políticas públicas deveriam ser orientadas para arbitrar as tensões sociais, de forma justa, promovendo a igualdade entre os cidadãos e a busca por melhores condições e qualidade de vida.

É por meio das suas políticas públicas que o Estado abre um canal de comunicação, na maioria das vezes unívoco, com a sociedade, demonstrando e praticando sua ideologia, metas e diretrizes, num movimento que interfere e regula o fluxo da vida cotidiana (NETO; MOREIRA, 1999). Ocorre que, no jogo da política, aqueles que possuem os instrumentos mais eficazes de pressão (ou participação) são os com maiores probabilidades de obtenção efetiva da ação do Estado, se comparados àqueles dependentes dessa própria ação para conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

Este '*poder do Estado*', em torno do qual travam-se (sic) as lutas políticas (ALTHUSSER, 1985), é, ao mesmo tempo, conquistado e assegurado pelas políticas públicas que são, em última instância, instrumentos de mediação responsáveis pela organização de uma determinada sociedade, moldando, elevando, modificando, cristalizando, e/ou desvirtuando a trajetória e as condições de vida de sua população (NETO; MOREIRA, 1999, p. 40).

A Constituição Federal de 1988, consagradora dos direitos sociais e por isso apelidada de Constituição Cidadã, define dispositivos que apontam para a descentralização do poder, conferindo aos Municípios autonomia política e administrativa. A União, os Estados e os Municípios constituem-se nas esferas autônomas formadoras de nossa federação. Do ponto de vista das políticas públicas, a competência legislativa do município é ampliada, atribuindo-lhe novas responsabilidades. "Dotam-se os municípios de recursos tributários, transformando-os em esfera autônoma de governo, submetida à obrigação constitucional específica de fazer política social" (JACOBI, 1996, p. 45). Assim, foi a partir de 1988 que os Estados e Municípios passaram a receber efetivamente mais recursos.

Ou seja, os municípios passaram a assumir responsabilidades que antes estavam condicionadas à União. Porém, tal condição não gera apenas novas possibilidades de incremento de orçamento, mas também novos problemas públicos a serem resolvidos diretamente pelos municípios, por meio de suas políticas públicas. Mesmo diante de um aporte tributário substancial, os Estados e Municípios continuam tendo graves problemas financeiros, com alto endividamento e conseqüente descumprimento das obrigações mínimas, tornando as transferências negociadas comuns, com o financiamento de programas por meio de valores de fundos de natureza social.

Apesar da ampliação de responsabilidade pelas políticas sociais em âmbito estadual e municipal, trazidas pela Carta Magna de 1988, não houve tão somente o incremento de competências concorrentes, mas também a viabilidade da manutenção de transferências negociadas, por meio das quais a União financia total ou parcialmente ações e serviços prestados por outras instâncias de governo.

Segundo previsão constitucional, carregada de intenção descentralizadora, a responsabilidade pelos serviços essenciais, como educação, saúde, assistência social e meio ambiente, são prioritariamente municipais, em segundo plano, estaduais e, em último estágio, federais, conforme artigo 30, incisos I, II e V da Carta Magna. Dentre esses serviços encontra-se a gestão de resíduos sólidos domiciliares.

Ao aclararmos conceitos, apontando de forma crítica a concepção simplista do conceito de violência estrutural e dinâmica socioestatal, nesta pesquisa pretendemos não apenas aguçar o reconhecimento e a compreensão acerca da violência estrutural, como também apontar possibilidades para sua prevenção, focalizando a avaliação de uma política pública federal desenvolvida na esfera municipal (Programa Brasil Joga Limpo), voltada para o universo dos catadores de resíduos sólidos de Estrela/RS, enquanto uma das estratégias que possibilitam a melhoria da qualidade de vida e a garantia de seus direitos, tendo como pano de fundo a problemática ambiental envolvida neste contexto e o processo de construção de cidadania.

## 4 MÉTODO

Para investigar a relação entre violência estrutural, cidadania e políticas públicas, conforme proposto, nos utilizamos da pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Inicialmente realizamos um estudo bibliográfico e pesquisa documental e, no trabalho de campo, utilizamos para coleta de dados entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas. O trabalho de campo foi realizado no município de Estrela entre junho de 2007 a fevereiro de 2008. Após a transcrição, os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo de viés qualitativo (BARDIN, 1977). Efetivamos um total de 16 entrevistas em profundidade. Também utilizamos, como técnicas, as observações *in loco* e conversas informais.

Os quatro grupos de catadores classificados a partir desta pesquisa são os catadores não abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo (CNP); catadores autônomos abrangidos pelo programa (CAP); catadores que trabalharam na UTL, abrangidos pelo programa (CTU); e ex-catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL). As categorias discursivas analisadas nos quatro grupos foram: meio ambiente, resíduos sólidos, catação, participação comunitária, Programa Brasil Joga Limpo; cidadania e violência estrutural. Para compreendermos melhor essa realidade, vamos contextualizar rapidamente a situação dos resíduos no Brasil e em Estrela/RS.

## 5 A SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL

O Brasil desperdiça pelo menos 9,5 milhões de toneladas de material reciclável ao ano, material que o processo de coleta seletiva permitiria recolocar no processo produtivo, gerando emprego, renda, economia de gastos públicos e redução de impacto ambiental. Além disso, são desperdiçados 14 milhões de toneladas de alimentos por ano (BOEIRA et al., 2006).

Segundo SACHS (2003), a efetivação das possibilidades de redução, reutilização e reciclagem de produtos orgânicos e não orgânicos teria o potencial de desencadear um substancial ganho em termos de sustentabilidade em suas diferentes dimensões (ambiental, econômica, sociocultural e ético-política).

No Brasil, gradualmente, nota-se uma melhoria na qualidade de gestão dos resíduos sólidos urbanos. Contudo, no país ainda falta uma política de resíduos de âmbito nacional, que equalizaria as diferentes e contrastantes realidades e daria maior exatidão aos dados fornecidos pelas prefeituras municipais.

O projeto de lei que regulamenta a questão dos resíduos sólidos foi apresentado pela primeira vez no Senado Federal, em 27 de outubro de 1989, como Projeto de Lei 354, de lavra do Senador Francisco Rollemberg. Hoje a matéria tramita na Câmara dos Deputados Federais por meio do Projeto de Lei 203, de 1991, com 73 apensos, e institui a Política Nacional de Resíduos, abordando aspectos específicos referentes à gestão de resíduos sólidos (BRASIL, 1991).

Um importante documento sobre a problemática dos resíduos sólidos em território nacional encontra-se publicado na 1ª Avaliação Regional dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos Municipais nos Países da América Latina e Caribe –

Informe Analítico da Situação da Gestão Municipal de Resíduos Sólidos no Brasil – 2002, no qual se apresenta um diagnóstico realizado por meio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, 2003).

Mesmo que esses dados não permitam uma noção qualitativa dos serviços prestados, constata-se a existência de coleta de lixo e varrição em quase todos os municípios brasileiros – 99% dos municípios têm coleta convencional; mas apenas 8,2% têm programa de coleta seletiva. Os grandes municípios de áreas metropolitanas atingem melhor resultado, já os demais acumulam dificuldades de ordem estrutural e administrativa, com pouca ou nenhuma qualificação de pessoal, baixa capacidade de obtenção e aplicação de recursos, tendo a maioria como cenário da destinação final catadores, animais e lixões a céu aberto (OPAS, 2003).

Essa situação tem impactos sociais e de degradação ambiental, como a contaminação dos lençóis freáticos (pelo chorume) e de solos agricultáveis, no caso de áreas rurais, além da poluição do ar pela liberação de gases tóxicos nas áreas urbanas. O entupimento da rede de esgotos e o assoreamento de rios e da rede pluvial por resíduos sólidos urbanos somam-se aos desmatamentos e ao processo de expansão urbana que acabam sendo fatores agravantes ou determinantes de inundações, que penalizam sobretudo as populações já marginalizadas.

Conhecedor dessa problemática, o Governo Federal destinou, por meio do Orçamento Geral da União, em 2007, o montante de R\$ 117.794.956,00 para programas na área de resíduos sólidos urbanos. Dentre as ações previstas em nível nacional e orçadas no referido plano anual, temos: apoio à implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais; apoio para organização e desenvolvimento de cooperativas atuantes com resíduos sólidos; apoio ao desenvolvimento para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em municípios com população superior a 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas; desenvolvimento institucional para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas; fomento a projetos de gerenciamento e disposição de resíduos em municípios de médio porte (BRASIL, 2007).

Outro aspecto relevante observado no diagnóstico analítico, realizado por meio do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, refere-se à estimativa da existência de 24.243 catadores em ação no Brasil, dos quais 22% são menores de 14 anos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

Consideramos que esses dados estão defasados, pois nos últimos oito anos observamos um aumento de catadores em pequenas, médias e grandes cidades, o que se refere à existência da violência estrutural neste meio, no qual a catação tende a ser uma das últimas opções de trabalho.

## 6 O MUNICÍPIO DE ESTRELA E A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS

Conforme estudo realizado pela Secretaria de Assistência Social (ESTRELA, 2006), por volta da década de 70, com o crescente processo de industrialização que marcou aquele período, ocorreu uma grande imigração de pessoas predominantes do Alto Uruguai, vindas da área rural, buscando emprego e melhores condições de vida no município de Estrela. Os imigrantes, constatando que Estrela não poderia oferecer tudo o que estavam idealizando, começaram a formar bairros periféricos do município, cujos moradores trabalhavam, basicamente, no mercado informal.

Atualmente, os dados oficiais do IBGE (2007) apontam que a população de Estrela é de 29.071 habitantes, vivendo 4.533 habitantes em zona rural e 24.538 na zona urbana. A densidade Demográfica é de 148,95 habitantes por quilômetro quadrado.

A média estatística municipal se mostra superior à estadual e à regional no tocante ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), que é um índice sintético, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. Ele tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do Estado e de seus municípios, informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. De acordo com estudo publicado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), o produto interno bruto (PIB) do município de Estrela em 2005 foi de R\$ 420.310.000,00. Já o PIB *per capita* do município atingiu o valor de R\$14.377,00, naquele ano. Essas médias mostram-se superiores ao PIB *per capita* estadual, que em 2005 foi de R\$13.310,00 (RIO GRANDE DO SUL, 2008). Tanto a média municipal quanto a estadual superam os valores medianos nacionais, que em 2005 apontava para um PIB de R\$11.658,00 *per capita* (RIO GRANDE DO SUL, 2008).

Nesse sentido, o município de Estrela, em média estatística comparativa, apresenta bons níveis de desenvolvimento. Porém, a realidade investigada por nossa pesquisa, o universo dos catadores de Estrela, desvenda uma face que fica camuflada por trás das estatísticas, e que precisa ser reconhecida pelas políticas públicas.

Um aspecto de desenvolvimento municipal refere-se às políticas públicas ambientais. No caso de Estrela, desde 2000 há coleta de lixo seletiva, a qual é realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico - SMMASB, tendo os dias para o carregamento do lixo orgânico e os dias do carregamento do lixo inorgânico. O município de Estrela possui uma Usina de Tratamento do Lixo -UTL, para onde é encaminhado o lixo coletado.

Conforme informações do gerente da Usina de Tratamento de Lixo, a quantidade média estimada de lixo coletada no município é de 450 toneladas por mês. Desse material são provenientes da zona rural 105 toneladas e da zona urbana 345 toneladas por mês.

A triagem dos resíduos é realizada na Usina de Tratamento de Lixo (UTL) construída em uma área de três hectares, localizada no distrito de Delfina, a cinco quilômetros do centro de Estrela. Segundo SCHIERHOLT (2002), a Usina de

Tratamento de Lixo, que hoje faz parte do Programa Brasil Joga Limpo, contou com investimentos de quase 1 milhão de reais.

Além da coleta seletiva, no município de Estrela existe a coleta informal, nas ruas, realizada por catadores autônomos. Por meio de uma parceria entre Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Saneamento Básico (SMMASB) e do Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (SMSAS), é realizado um trabalho de inclusão destes trabalhadores por meio do Programa Brasil Joga Limpo, adotado como Política Pública socioambiental pelo município, que inclui o cadastramento dos catadores.

Os dados obtidos por meio das secretarias, apesar de serem tratados e divulgados como oficiais, segundo a funcionária responsável pelo Programa Brasil Joga Limpo, já não se apresentam atualizados. A última contabilização acerca do número de catadores na cidade, realizada em 2005, atingiu um total de 123 trabalhadores informais (ESTRELA, 2005); porém estima-se que existam mais, pois são encontrados nas ruas muitos catadores não cadastrados pela Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Mesmo desatualizados, os dados analisados (ESTRELA, 2006) conferem uma panorâmica desse universo:

a) a maior parte dos catadores está concentrada nos bairros mais pobres do município, constituindo-se de imigrantes de outras regiões do Estado, principalmente da região Noroeste. Salienta-se diante dos dados apresentados que as imigrações continuam ocorrendo, conforme conseguimos observar empiricamente, quando conversamos com pessoas que estavam instaladas em Estrela há poucos meses;

b) a idade média permeia os 45 anos, faixa etária em que é mais difícil a inclusão no mercado de trabalho, principalmente quando aliada à idade está a baixa escolaridade. A maioria cursou apenas até a quarta série do ensino fundamental. Os dados não apontam nenhum catador com ensino fundamental completo;

c) geralmente são famílias que se unem em torno do ofício, muitas vezes ocorrendo o trabalho infantil, já que as crianças acompanham a labuta diária de seus pais. A renda média mensal dos catadores cadastrados era estimada entre R\$ 150,00 e R\$ 250,00, configurando-se a venda do material reciclável como a única renda da maioria dos catadores. Enquanto isso, os funcionários da Usina de Tratamento de Lixo (UTL) possuem uma renda mensal de R\$ 600,00, contando já o vale alimentação de R\$ 176,00, e também possuem garantias proporcionadas pela “carteira assinada”;

d) o carrinho é utilizado como principal instrumento de trabalho, sendo muito comum vê-los nas ruas centrais do município e nos pátios das casas do Loteamento Marmit. Como trabalhos anteriores à catação despontam os braçais, tais como construção, faxina e serviços gerais (biscates).

Os dados apontam que a coleta de resíduos sólidos recicláveis mostra-se como alternativa de complementação de renda ou, na ausência de mercado de trabalho, converte-se em mais uma possibilidade de trabalho informal.

## **7 ESTUDO DE CASO: OS CATADORES DE ESTRELA/RS**

Para compreendermos analiticamente a realidade dos catadores do município de Estrela após a implementação da política pública Programa Brasil Joga Limpo, vamos primeiramente caracterizar os quatro grupos de catadores e, após procedermos as análises conforme a visão de suas representantes, passaremos a analisar as falas dos grupos de catadores entrevistados conforme as categorias já explicitadas.

### **7.1 Catadores autônomos não abrangidos pelo programa (CNP)**

Não foi fácil encontrarmos estes catadores, diferentemente do que pensávamos inicialmente, já que nossa ideia era entrevistar catadores que não haviam sido cadastrados pela prefeitura, ou seja, sem contato com a política pública. A grande maioria dos catadores do município já foi cadastrada e de alguma forma atendida pelos profissionais do Programa.

Assim, fizemos diversas incursões pelas ruas da cidade, conversando com os catadores que encontrávamos, procurando identificar aqueles não cadastrados. Determinamos como local de estudo o Loteamento Marmit, devido à grande quantidade de catadores que lá residem. Fizemos diversas visitas ao bairro e conseguimos identificar catadores que ainda não haviam sido cadastrados pelo Poder Público. Contamos com a ajuda da Secretaria de Meio ambiente e Assistência Social na identificação desses trabalhadores. As entrevistas foram todas realizadas nas casas dos catadores, após contato prévio.

Os quatro catadores entrevistados que formam este grupo possuem idades entre 34 e 63 anos. Todos possuem seis ou mais filhos. Já quanto à escolaridade, possuem no máximo a quarta série do ensino fundamental, sendo um dos entrevistados analfabeto funcional - apenas sabe escrever seu nome. São naturais das cidades de Três Passos, Erechim e Lajeado.

### **7.2 Catadores autônomos abrangidos pelo programa (CAP)**

O grupo de catadores autônomos que são abrangidos pelo Programa foram procurados nas ruas a partir do cadastro existente na Secretaria de Meio Ambiente e Saneamento Básico de Estrela. Após um contato prévio, foram marcadas as entrevistas que ocorreram ou no local de separação dos resíduos catados (CAP1) ou então nas casas dos catadores em seu horário de folga, que geralmente coincide com o horário do almoço ou então quando o sol está a pino (CAP2, CAP3 e CAP4).

Foram entrevistados três homens e uma mulher, com idades entre 38 e 54 anos, todos com ensino fundamental incompleto, moradores dos loteamentos Marmit e Cohab. Apenas CAP3 é natural de Estrela, os demais são oriundos de Lajeado (CAP1), Santa Catarina (CAP2) e Arroio do Meio (CAP4).

### **7.3 Catadores abrangidos pelo Programa (CTU) que trabalharam na UTL**

Neste grupo foram entrevistadas pessoas que já trabalharam como catadores e também trabalharam na Usina de Tratamento de Lixo. Das quatro pessoas entrevistadas, três mulheres e um homem, com idades entre 35 e 60 anos, duas estão trabalhando em uma usina de triagem privada, localizada em Estrela (CTU2 e CTU3); outra trabalha em uma empresa (atacado) de frutas e verduras (CTU4) e a quarta trabalha como catador (CTU1). Nenhuma delas é natural de Estrela: CTU1 é de Taquari; CTU2 é natural de Muçum; CTU3 nasceu em Lajeado; e CTU4 é natural de Cruz Alta.

Estes trabalhadores foram contratados na primeira leva da Usina, quando passaram por uma triagem realizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Assistência Social, conforme já especificado anteriormente. Um saiu por problemas de adaptação, que foi o caso de CTU1. Já CTU4 saiu por dificuldades de locomoção até a garagem da prefeitura, de onde sai o ônibus que leva os empregados até a Usina. Os outros dois, CTU2 e CTU3, não conseguiram classificar-se no concurso realizado posteriormente pela prefeitura.

### **7.4 Ex-Catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo (UTL)**

Este grupo é formado por ex-catadores de rua que hoje trabalham na Usina de Tratamento de Lixo de Estrela. Eles realizaram concurso em 2007. Foram entrevistadas três mulheres e um homem com idades entre 24 e 42 anos. Desses, três são naturais de Estrela (UTL1, UTL2 e UTL3), apenas UTL4 é natural de outra cidade, Encantado. Todos eles consideram-se profissionais, deixando em evidência a satisfação com o emprego formal e estável.

Como tem encontros quinzenais com assistente social e acompanhamento diário de outros dois funcionários que supervisionam o trabalho e dão instruções sobre a atividade e as variáveis envolvidas na questão ambiental, este grupo demonstra um conhecimento diferenciado dos demais grupos estudados. Suas respostas foram mais longas e fundamentadas, repassando o conhecimento apreendido nas reuniões, aulas e palestras das quais participam.

Outra questão a ser levada em conta é que este grupo foi preparado para a realização do concurso. Antes do certame, os catadores que já trabalhavam na Usina tiveram algumas aulas com o gerente técnico sobre o conteúdo da prova, conforme edital do concurso. Aqui podemos visualizar um foco de violência estrutural no momento em que a prefeitura elegeu quem iria ser preparado para o concurso, não estendendo esta oportunidade a outros possíveis candidatos.

A seguir apresentamos uma síntese comparativa das categorias analisadas em cada grupo de catadores/operários.

#### **a) Meio ambiente**

Ao analisarmos a categoria meio ambiente, observamos que todos os atores entrevistados referem-se a meio ambiente como limpeza. Contudo, apenas os

grupos CAP, CTU e UTL conseguem fazer relações entre o seu fazer e a preservação do meio ambiente. Os ex-catadores que hoje trabalham na Usina (UTL) conseguem repassar mais informações acerca da problemática envolvendo o meio ambiente, demonstrando ter visão mais ampla sobre o assunto. Esses atores têm um acompanhamento sistemático da equipe do Programa Brasil Joga Limpo.

### **b) Resíduos sólidos**

Infere-se da análise deste comparativo em relação à categoria resíduos sólidos que tanto o grupo CAP como o grupo CTU conceituam resíduo sólido como lixo, ou seja, o que não serve para a reciclagem. O grupo CNP não consegue construir um conceito relacionado, já o grupo UTL relaciona resíduo sólido à reciclagem e reaproveitamento com inovação. Para os grupos CAP, CTU e UTL, a responsabilidade pelos resíduos sólidos gerados é de todos, ou seja, tanto do poder público quanto da comunidade.

Todos os grupos pesquisados concordam que o programa de coleta seletiva implementado no município de Estrela é positivo. Contudo, conforme as falas indicam, apenas os grupos CAP, CTU e UTL fazem críticas tanto em razão da falta de participação da comunidade, quanto da necessidade de melhorias no programa, aumentando o número de caminhões. Por fim, o grupo UTL observa que falta um trabalho de conscientização com a comunidade local voltado ao programa de coleta e à necessidade de participação de todos.

### **c) Catação**

Sobre esta categoria, os grupos que continuam na atividade de catação, CNP e CAP, demonstram ter atitudes diferentes. Enquanto o grupo CNP afirmou que realiza a separação em casa ou cata somente o necessário, o grupo CAP afirmou que separa o material em local específico. Quando realizamos o trabalho de campo, pudemos observar esta realidade, que aliás se refere a um ponto cobrado pela equipe do programa: o cuidado com as condições de higiene nos arredores das residências dos catadores abrangidos pelo programa. Os catadores entrevistados chegaram a fazer referência a essa cobrança estatal, afirmando também que receberam instrução sobre a catação.

Assim, podemos observar que essa atitude do Poder público teve efeito perante os catadores abrangidos pelo programa, o que já não acontece com o grupo de catadores não abrangidos (CNP), os quais admitiram que não têm qualquer instrução sobre o ofício.

Outro aspecto importante refere-se ao reconhecimento da atividade de catação como fonte de renda (conforme se infere das falas dos grupos CNP, CAP e CTU). Tanto o grupo CTU quanto o grupo UTL consideram como boa a atividade de catação, afirmando que foi o trabalho que lhes garantiu condições de vida para sobreviver e manter a família.

Os catadores do grupo UTL, que hoje trabalham em uma nova etapa do ciclo dos resíduos sólidos, na Usina de Tratamento de Lixo, fazem referência à importância do trabalho de catação considerando por meio dele são ajudados e podem ajudar.

#### **d) Participação comunitária**

A partir desta síntese, em relação à categoria participação comunitária, podemos concluir que, ao contrário do afirmado pelas responsáveis pelo programa no município, a fala dos grupos aponta que existe bom relacionamento dos catadores com a comunidade. Os catadores afirmam inclusive que a comunidade estrelense gosta e ajuda os catadores. Nesses pontos a divergência com as representantes do programa mostra-se unânime. As responsáveis pela implantação do Programa Brasil Joga Limpo em Estrela percebem a existência apenas de conflitos entre catadores e a comunidade. Também a relação com os outros catadores é referida como boa pelos grupos CNP, CAP e CTU, não sendo visualizada qualquer referência a rivalidades ou demarcação de áreas de catação na cidade.

Observamos que há referência à participação comunitária predominantemente pelos integrantes do grupo da UTL, que foi unânime em confirmar a participação em ações e eventos da comunidade. Dois integrantes de CTU também afirmaram participar, contudo os demais integrantes e os grupos CNP e CAP disseram que não participam de ações comunitárias. Esta falta de participação está ligada à menor interatividade com as ações do programa, pois observamos que os funcionários da Usina, que possuem maior acompanhamento do programa, participam mais ativamente das ações comunitárias.

#### **e) Brasil Joga Limpo**

Em relação à categoria relativa ao Programa Brasil Joga Limpo, o grupo CNP não reconhece a existência do Programa, estando totalmente ao largo das ações, não sendo nem reconhecidos enquanto catadores do município pelo Poder Público. Contudo, conforme as entrevistas realizadas com as representantes do Programa, observamos que elas tem consciência de que existem catadores que ainda não foram cadastrados e que não possuem qualquer tipo de acompanhamento do município.

Um dos aspectos também referidos pelas representantes foi a falta de conhecimento do programa Brasil Joga Limpo. Todos os grupos, inclusive o UTL, mostraram não reconhecer o programa pelo nome, mas sim pelas ações e atividades desenvolvidas pela assistente social. Sobre as atividades, a referência de maior participação é do grupo UTL, o que é consequência de seu acompanhamento sistemático. Os demais grupos apontaram pouca participação nas reuniões e problemas como dificuldade para comparecer às atividades relacionadas a horário e locais. Já a participação nos fóruns Lixo e Cidadania é mínima, o que acaba por esvaziar este espaço criado pelo programa.

## **f) Cidadania e violência estrutural**

As análises em relação à categoria cidadania e violência estrutural apontam que, quanto maior o grau de acompanhamento e participação no programa, melhor são as condições qualitativas de vida. Assim também quanto às reclamações direcionadas ao Poder Público realizadas pelo grupo CAP, o que apesar de estar abrangido pelo Programa, não tem o mesmo acompanhamento que o grupo UTL. Esse aspecto também é referido pelos integrantes do grupo CTU.

Observamos a confirmação da existência do trabalho infantil no universo dos catadores. Tal fenômeno, referido pelo grupo CNP, desvela uma das faces da violência estrutural, já que essas famílias acabam contando com a força de trabalho dos filhos como complemento da renda. Aliás, outro ponto em comum entre os grupos estudados é a grande quantidade de filhos dos atores pesquisados, o que denuncia a falta de planejamento familiar que poderia ser realizado por ações do poder público municipal, pois conforme observamos, o acesso à saúde e à escola estão ao alcance dessas pessoas.

Por fim, podemos concluir que os funcionários da UTL, todos ex-catadores autônomos, possuem melhores condições de vida e maior capacitação para a cidadania do que os demais grupos pesquisados, fato este também referenciado pelos responsáveis pelo Programa. Dessa forma podemos afirmar que a violência estrutural é menor entre os operários da UTL. O segundo grupo que vive menor grau de violência estrutural é o grupo CTU. Já o grupo CAP aparece como o terceiro grupo com menor índice de violência estrutural, considerando-se as análises realizadas. O grupo CNP apresentou maior índice de violência estrutural e, conseqüentemente, menor acesso à cidadania.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar dos problemas relatados, a política pública adotada em Estrela apresenta certo grau de eficácia e eficiência na mudança da qualidade de vida no tocante aos catadores abrangidos pelo Programa Brasil Joga Limpo, principalmente àqueles empregados na Usina de Tratamento de Lixo e que recebem um maior acompanhamento por parte da equipe técnica do Programa, especialmente se compreendermos o conceito de cidadania como a capacidade do exercício de direitos e deveres em comunidade.

Observamos que, quanto maior e mais próximo o contato dos beneficiários com a política pública, maior é o grau de conhecimento e comprometimento com a problemática socioambiental local, bem como melhores são as condições de vida. Principalmente, comparando-se os catadores que não estão ainda contemplados pelas ações e atividades do programa e os ex-catadores que estão empregados na Usina de Tratamento de Lixo, recebendo um acompanhamento, o qual, apesar de ainda não ser ideal, é realizado por meio de trabalhos de motivação e educação, direcionados para a criação de vínculos afetivos e de comprometimento com a coletividade.

Comprovamos que a maior participação e acompanhamento, com o devido empoderamento, revelam maior desenvolvimento pessoal dos catadores. Assim, o trabalho da equipe responsável pela política pública precisa desenvolver-se de forma mais direta e próxima aos catadores autônomos, os quais, em teoria, fazem parte da política pública. As ações estão previstas no programa, incluídas nos discursos oficiais, mas devem ser executadas de fato. Pois, somente por meio da participação, da criação de um comprometimento entre o poder público e os beneficiários diretos do programa é que as ações poderão dar condições aos catadores de conviver de forma digna na comunidade, com perspectivas de melhorias de vida. Assim, a capacidade de estabelecer práticas democráticas cotidianas poderá se consolidar em uma cultura da cidadania entre os atores sociais.

Para isso, os catadores autônomos precisam ter ciência do programa, saber que ele existe, que se identifica por um nome, conhecer seus objetivos. Os fóruns devem ser implementados de forma a abranger todos os grupos, e, para isso, podem vir a ser realizados nos bairros, a fim de facilitar a participação comunitária, visando ao comprometimento dessas pessoas com o trabalho do poder público municipal, para que se formem redes sociais.

Um aspecto que é preciso ser especialmente ressaltado, dados os objetivos da pesquisa, é que, quanto maior o contato com a política pública, com a participação nos encontros e atividades propostos, maior são o conhecimento e a postura crítica das pessoas entrevistadas, mesmo que seja para reclamar de falta de meios e expor necessidades, pois ao menos demonstram consciência destas necessidades e de seus direitos e, assim, exercem seu poder de fala, o que se constitui em uma prática de cidadania. Indubitavelmente, os ex-catadores que trabalham na Usina de Tratamento de Lixo demonstram maior conhecimento e visão crítica da realidade, bem como demonstram estar cada vez menos suscetíveis às manifestações da violência estrutural, possuindo sonhos e perspectivas de mais melhorias em sua qualidade de vida. Em contrapartida, o grupo formado por catadores que não se encontram abrangidos pelo programa demonstram uma maior vulnerabilidade, sofrendo diretamente com a incidência da violência estrutural, restando ao largo das ações estatais desencadeadas pela política pública.

Assim, o acompanhamento de todos os beneficiários e a inclusão dos catadores que ainda estão à margem da política municipal devem ser ampliados, abrindo-se espaços para discussão e aperfeiçoamento das ideias, buscando a consolidação da inserção dessas pessoas na sociedade local. Assim, essas políticas preventivas poderão funcionar como forma de combate à violência estrutural. Além disso, a adequação, ampliação e divulgação, aliada à constante e sistemática avaliação, mostram-se de extrema importância para o estímulo à participação e consequente consolidação dos objetivos da política pública municipal.

É necessário empoderar, desenvolver a capacidade criativa e inovadora dos indivíduos, valorizando-se o capital social, para que esses atores, reconhecendo-se como cidadãos responsáveis, organizem-se em redes de cooperação que diminuam a violência estrutural e resultem em processos de cidadania. Poder-se-á estar garantindo, assim, a possibilidade de influenciar as decisões que os interessem,

impulsionando o desenvolvimento endógeno de sua região e, em consequência, de seu Estado.

Assim, faz-se necessário ter a consciência de que apenas os recursos à disposição do Estado são insuficientes para, sozinhos, promoverem a superação das vulnerabilidades e de suas conseqüências, em particular a violência. Uma das possibilidades está no fortalecimento do capital social, por meio de estratégias que possibilitem a participação e a valorização das formas de organização e desenvolvimento da sociedade civil, como forma de desenvolver a participação efetiva dos atores sociais e seus recursos na busca de soluções para os problemas.

O capital social, combinado às políticas públicas do Estado, pode gerar bem-estar sócio-econômico-ambiental, dependendo da sua abrangência e da eficiência da ação estatal. Ou seja, esta situação de bem-estar poderá ser obtida em cenários ideais, compreendendo a boa funcionalidade das políticas públicas do Estado, complementadas pela existência de fortes relações sociais locais, produzindo, por consequência, resultados positivos para a prevenção e combate da violência estrutural.

Para haver a criação de uma rede social, comprometida com as questões que lhe são afeitas, faz-se necessária a criação de vínculos solidários a partir das preocupações comunitárias. Daí desprende-se a importância da realização de reuniões, com o fim de criar uma identidade de grupo entre os catadores autônomos, os quais têm problemas comuns que podem ser resolvidos coletivamente: seja para pressionar o governo municipal no sentido da construção de um galpão de triagem, seja para auxiliar e assessorar este mesmo governo na criação de estratégias para a atenuação da problemática socioambiental local.

Para a efetividade e eficiência das políticas públicas voltadas à concretização dos direitos sociais previstos no texto constitucional, é necessário o aparelhamento estatal, ou seja, sem que se disponha de uma estrutura organizacional capaz de permitir que tais finalidades sejam alcançadas. Em outras palavras, parece evidente ser imprescindível tanto a criação de estratégias dos grupos quanto que o Estado disponha de uma estrutura administrativa devidamente organizada e aparelhada, caso pretenda atender suficientemente às demandas e aos interesses da sociedade, prestando os serviços públicos necessários, com eficiência e qualidade aos seus cidadãos, e inibindo a ocorrência da violência estrutural.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, Dinizar F. Capital Social: um “novo” (velho) paradigma de organização social dos diferentes processos de desenvolvimento regional. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 9, n. 1, p. 07-26, 2002.

BOEIRA, Sérgio Luis; FERREIRA, Elaine; CAMPOS, Lucila Maria de S.; BITENCOURT, Nara Lúcia L. **Organizações de Catadores-Recicladores de Resíduos Sólidos em Florianópolis**: cidadania e gestão socioambiental. 2006. Disponível em: <<http://www>>

anppas.org.br /encontro\_anual/encontro3/arquivos/TA454-08032006-005833.DOC>. Acesso em: 27 jan. 2007.

BRASIL. Câmara Federal. **Projeto de Lei 203/1991**. 1991. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop\\_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1991&Numero=203&sigla=PL](http://www2.camara.gov.br/proposicoes/loadFrame.html?link=http://www.camara.gov.br/internet/sileg/prop_lista.asp?fMode=1&btnPesquisar=OK&Ano=1991&Numero=203&sigla=PL)>. Acesso em: 02 abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **SIGA Brasil: Plano Orçamentário Anual 2007**. 2007. Disponível em: <<http://www8.senado.gov.br/businessobjects/enterprise115/desktoplaunch/signa/abreSiga.do?docId=18345&kind=Webi>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

CHAUÍ, Marilena. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 mar. 1999. Caderno Mais!, p. 5-3.

COSTA, Marli Marlene M. da. Políticas Públicas e violência estrutural. In: LEAL, Rogério G.; REIS, Jorge R. dos (Org.) **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 1261-1277.

ESTRELA. Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento Básico. **Relatório de Acompanhamento do Trabalho Técnico Social, Dez/2005**. Estrela. 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social do Município de Estrela (2006-2009)**. Estrela. 2006.

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, vol. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GORCZEWSKI, Clovis. Direitos Humanos, educação e cidadania. In: LEAL, Rogério G.; REIS, Jorge R. dos (Org.). **Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 1279-1303.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações municipais**. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Base de informações municipais**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 16 abr. 2008.

JACOBI, Pedro Roberto. **Ampliação da cidadania e participação: desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no Brasil**. 1996. 278 f. Tese de Livre Docência em Políticas Públicas e Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/dispo\\_niveis/livredocencia/48/tde-25102005-105004/](http://www.teses.usp.br/teses/dispo_niveis/livredocencia/48/tde-25102005-105004/)>. Acesso em: 15 jan. 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 69-98.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência: um velho-novo desafio para a atenção à saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 55 – 63, 2005. Disponível em: <<http://www.educacaomedica.org.br/UserFiles/File/2005/violencia.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2006.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência saúde coletiva**, v. 4, n. 1, p. 33 – 52, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381231999000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381231999000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 dez. 2006.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Dados do Brasil para a 1ª Avaliação regional – 2002 dos serviços de manejo de resíduos sólidos municipais nos países da América Latina e do Caribe**. Brasília: Ministério das Cidades, 2003. 1 CD-ROM.

RIO GRANDE DO SUL. **Fundação de Economia e Estatística: resumo estatístico RS**. 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/index.php>>. Acesso em: 08 jul. 2008.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Estrela: ontem e hoje**. Lajeado: O Autor, 2002.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 545-561.

# O DISCURSO AMBIENTAL DA MÍDIA IMPRESSA DE ESTRELA - RS E A FORMAÇÃO DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIOS

*Dra. Jane M. Mazzarino, Cristine Kaufmann*

**RESUMO:** A mídia agenda informações que pautam os discursos sociais a partir de critérios de noticiabilidade e das ofertas de sentidos das fontes. A sociedade, por sua vez, legitima os discursos midiáticos quando os utiliza para produzir sentido sobre os acontecimentos sociais. Atualmente as questões ambientais são pauta recorrente nos discursos midiáticos, pois tornaram-se questões de crescente interesse público, até mesmo pela sua constante midiaticização. O objetivo deste artigo é analisar e compreender de que forma a mídia está produzindo sentido sobre as questões ambientais nos espaços comunitários, e de que modo esses discursos podem estar contribuindo para que as pessoas compreendam a problemática ambiental, bem como seu papel nesse contexto. Além disso, interessa-nos discutir em que medida os veículos de comunicação estão em sintonia com os interesses da comunidade e se constituem veículos comunitários. Utilizamos de metodologias quanti-qualitativas: análise de conteúdo e análise de discurso. O estudo foi realizado a partir da análise das ofertas midiáticas de jornais impressos de Estrela, município localizado no Vale do Taquari - RS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mídia. Discurso ambiental. Meios comunitários.

## 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais as pessoas sentem os efeitos da degradação do meio ambiente por meio das mudanças climáticas, da poluição do ar e das águas, da crescente produção de lixo etc. A Conferência de Estocolmo de 1972 é vista como ponto de partida para as discussões ambientais públicas, principalmente entre os governos, que começaram a pensar em modelos de desenvolvimento alternativos que levassem em conta a proteção ambiental. Apesar dos avanços das últimas décadas, é preciso que as comunidades locais também se sensibilizem para as questões ambientais, devido à complexidade do tema e das diversas dimensões que o envolvem (econômica, política, social, cultural, ética etc.). O meio ambiente precisa ser tratado como uma responsabilidade de todos, inclusive da mídia. O campo midiático medeia as informações das fontes para a sociedade, interferindo na forma como os indivíduos interpretam os acontecimentos (CHAMPAGNE, 1998). Hoje a mídia agenda as pautas sobre os problemas ambientais que acabam sendo tema das conversas cotidianas

das comunidades. No entanto, não raro, as discussões públicas estão baseadas na confusão de relação entre os temas e na superficialidade da informação sobre eles. Isso acontece porque, algumas vezes, os meios de comunicação costumam dar ênfase a ações mais amplas ou muito distantes da realidade dos indivíduos, dificultando a percepção de que os problemas ambientais estão próximos, presentes em suas vidas e relacionados a problemas globais. Mesmo assim, as interações dos indivíduos com o campo midiático permitem que se desenvolvam posicionamentos sobre as questões ambientais. Nessa construção de sentidos observa-se, ainda, a mediação fundamental das interações face a face (THOMPSON, 1998).

Segundo RAMOS (1995), é pela influência dos meios de comunicação que os indivíduos têm contato com os problemas ambientais, e procuram rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e sua atuação no meio ambiente. Nesse sentido, os meios de comunicação comunitários colocam-se como possibilidade de retomar os princípios de solidariedade, igualdade e preocupação com o outro, valores comunitários que se colocam como subsídios para a construção da cidadania ambiental. Esses meios podem contribuir para a disseminação de ações estratégicas, ecologicamente corretas e sustentáveis, que beneficiem as comunidades, contribuindo para o desenvolvimento sustentável local, dando ênfase ao papel de cada ator social. Segundo PERUZZO (2007, p. 89), “os meios comunitários, por estarem ao alcance do cidadão, no sentido da possibilidade de acesso [...] se apresentam como grande oportunidade de dar aos canais de comunicação a dimensão social que possuem”.

A latente gravidade dos problemas ambientais exige um debate público que leve em conta as especificidades de cada ambiente, ofertando um processo inverso ao de conhecimento e reconhecimento dos problemas ambientais que surgem globalmente. A problemática ambiental local tem mais chance de ser bem identificada, pois os problemas e desafios são próximos (SACHS, 2000). O conhecimento dos problemas ambientais é o ponto de partida para a construção da cidadania ambiental; conceito que, para JACOBI (1998), refere-se à condição de pertencimento a uma coletividade e ao fato de o indivíduo criar identidade com ela, buscando nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe valores morais que incluam o respeito a todas as formas de vida.

Por considerarmos o papel dos meios de comunicação fundamental na construção da cidadania ambiental das comunidades e percebermos a relação intrínseca entre os veículos de comunicação (mesmo os comerciais) dos pequenos municípios com suas comunidades, interessa-nos investigar o discurso ambiental da mídia, a fim de compreender qual seu papel enquanto disseminadora de informação ambiental para a comunidade. Estariam as matérias jornalísticas de cunho ambiental relacionando a problemática global à local? Os modos de esboçar a “realidade” ambiental pela mídia estão voltados para a construção da cidadania de seus leitores? Como se caracteriza a midiática da problemática ambiental nos contextos locais? Quais temas estão sendo agendados e quais estão sendo preteridos na agenda midiática? Quais sentidos ambientais estão sendo ofertados para o público? E que alterações de posicionamento socioambiental estão propostas nas ofertas midiáticas? Essas são questões que se colocam como problemas do estudo

que realizamos em veículos de mídia impressa no município de Estrela, na região do Vale do Taquari - RS.

Estrela é um dos municípios mais antigos da região foi colonizado por imigrantes alemães e ainda preserva estas características culturais da imigração. Dista 113 km de Porto Alegre, capital do estado. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a cidade possui área geográfica de 184 km<sup>2</sup> e população total de 29.071 habitantes, dos quais 86,6% vivem na área urbana. Sua economia é baseada principalmente na indústria, seguida do comércio e do setor primário.

Partimos do pressuposto de que a mídia agenda informações que acabam pautando os discursos sociais a partir de critérios de noticiabilidade e dos discursos das fontes das notícias, e que a sociedade, por sua vez, legitima os discursos midiáticos quando os utiliza para produzir sentido sobre os acontecimentos sociais. Em um discurso ora vicioso, ora virtuoso, atualmente as questões ambientais são pauta constante nos discursos midiáticos, pois tornaram-se questões de crescente interesse público, até mesmo pela sua constante midiática. O objetivo deste artigo é analisar e compreender de que forma a mídia está produzindo sentido sobre as questões ambientais nos espaços comunitários, como esses discursos podem estar contribuindo para que as pessoas compreendam a problemática ambiental, e seu papel nesse contexto. Além disso, interessa-nos discutir se os veículos de comunicação estão em sintonia com os interesses da comunidade e se constituem “veículos comunitários”.

## 2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

No processo de análise das edições dos jornais impressos, coletados no primeiro semestre de 2007, utilizamo-nos, primeiramente, da análise de conteúdo, que se inscreve como uma teoria quanti-qualitativa. Para BARDIN (1977, p. 31), “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, em que o analista trabalha de forma minuciosa no tratamento, na descrição e na interpretação das condições de produção das mensagens. Interessa-nos também analisar as representações sociais sobre meio ambiente ofertadas nos jornais, pois segundo REIGOTA (2004), a noção de meio ambiente é uma representação social de caráter variado e difuso, já que não há um consenso sobre o conceito de meio ambiente, nem no meio científico, nem fora dele.

Posteriormente, para uma interpretação mais aprofundada, desenvolvemos uma análise das produções de sentido ofertadas nos jornais impressos de Estrela. Nesse segundo momento da pesquisa interessava-nos analisar as ofertas de sentido presentes nas gramáticas de produção dos jornais. Segundo VERÓN (1980, 1996), toda produção de sentido é social, e todo fenômeno social é um processo de produção de sentido que fundamenta as representações sociais. Enquanto a análise de conteúdo é uma forma mais ampla de análise, a análise de produção de sentido presente nas narrativas midiáticas vai além, e permite perceber as nuances que permeiam os discursos sociais. Produzir sentido sobre as *coisas* é ir além da objetividade técnica das análises. Segundo VERÓN (1980, 1996), o mesmo discurso pode produzir

efeitos diferenciados em contextos históricos diversos e em diferentes zonas da sociedade, e essa diversidade reflete-se no sistema de relações de um discurso com suas condições. O autor propõe uma abordagem sociosemiótica dos produtos e processos midiáticos, entendendo a rede semiótica como um sistema produtor de sentidos que forma uma semiose social, a qual é “condição de funcionamento de uma sociedade em todos seus níveis” (VERÓN, 1996, p. 125).

De janeiro a julho de 2007 coletamos matérias com temas ambientais nos dois jornais semanais de Estrela, aqui denominados como jornal A e jornal B. Realizamos entrevistas com o repórter do jornal A e com o editor e repórter do jornal B, para conhecer os critérios utilizados na produção das notícias ambientais. Depois desenvolvemos a análise quanti-qualitativa sobre os temas agendados, procedências, características e fontes. Escolhemos todas as matérias que abordavam questões ambientais, como ações da Secretaria do Meio Ambiente, catadores, resíduos sólidos, agrotóxicos, depredação da cidade, ações de Organizações Não Governamentais (ONGs) ambientais, poluição dos rios, enfim, assuntos em torno da relação entre homem e natureza e, as estudamos tendo por base a análise de conteúdo. Como a pesquisa “Práticas Ambientais e Redes Sociais...” faz um estudo sobre a realidade dos resíduos sólidos domésticos, assunto predominante nas matérias dos jornais, decidiu-se aprofundar o estudo utilizando a técnica da análise das produções de sentido presentes nos discursos sobre esse tema.

### **3 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS JORNAIS A E B**

Em 2007 foram analisadas 30 edições do jornal A, dentre as quais em 13 não havia matérias sobre questões ambientais e em 17 edições havia. Ou seja, 56% das edições abordavam questões ambientais. Analisamos um total de 31 matérias publicadas, pois em alguns dias houve mais de uma publicação sobre o tema. Como em 30 edições havia 31 matérias, a média foi de uma matéria por edição. No jornal B foram analisadas 31 edições. Em 11 delas não havia matérias sobre questões ambientais e em 20 edições havia. Ou seja, 64% das edições abordavam questões ambientais. Analisamos um total de 37 matérias publicadas, já que em alguns dias havia mais de uma publicação. Como em 31 edições havia 37 matérias, a média foi de 1,16 matérias por edição. O jornal B publicou seis matérias a mais do que o jornal A, porém havia uma edição a mais. Em apenas uma das edições do jornal B houve cinco matérias com temas diversos sobre as questões ambientais.

O jornal A demonstrou ter um caráter mais informativo em relação às matérias, e não esboçou opinião do editor, como ocorreu no jornal B. O jornal B demonstrou deter um caráter mais crítico, principalmente em relação à prefeitura. No jornal B foram publicadas quatro capas sobre questões ambientais, contendo três delas denúncias contra a Administração Pública de Estrela. O jornal A publicou uma capa sobre a enchente ocorrida em julho de 2007. Apesar de em muitas matérias predominar o caráter crítico à prefeitura do município, o jornal B apresentou assuntos mais diversificados sobre as questões ambientais do que o jornal A. No jornal A a fonte mais utilizada foi a prefeitura, sendo utilizada em 16 matérias de um total de 31. Ou seja, a maior parte das matérias sobre questões ambientais publicadas nesse

jornal fazia alusão às ações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Estrela. No jornal B a fonte mais utilizada foi uma ONG ambiental, a qual trazia informações sobre as condições das águas do rio Taquari e o mutirão que seria realizado para limpeza das barrancas e margens do rio.

Ambos os jornais deram ênfase aos acontecimentos de procedência local. As matérias que falavam de aquecimento global, efeito estufa e biocombustíveis tinham contextualização global, mas sempre enfocavam especificidades da região e da cidade de Estrela. O jornal B também trouxe informações de outros locais, constando em segundo lugar a procedência regional. No jornal A praticamente todas as matérias abordaram informações ambientais em âmbito local. De modo geral, todas as matérias dos jornais tinham caráter informativo, apesar de o jornal B evidenciar um caráter de denúncia em relação ao poder público. Em ambos os jornais os temas ambientais mais agendados foram resíduos sólidos e água. O tema água surgia abordando, principalmente, matérias relacionadas ao trato com o rio Taquari, que banha a cidade de Estrela. O projeto “Viva o Taquari Vivo”, que se referia ao mutirão realizado por ONGs ambientais e população em geral para limpeza das barrancas e margens do rio, teve considerável espaço em ambos os jornais. Outros temas enfatizados foram biocombustíveis, educação ambiental e preservação do meio ambiente. Para aprofundar as análises, vamos nos debruçar sobre a produção de sentido nos discursos ofertados aos leitores sobre o tema resíduos sólidos domésticos.

### **3.1 As produções de sentido do jornal A**

Sobre o tema resíduos sólidos domésticos, o jornal A publicou oito matérias. Dentre essas, realizamos análise de discurso de uma delas, pois as outras matérias tratavam do tema em forma de notas jornalísticas, não aprofundando o assunto. Nessas notas os assuntos tratados foram: cadastramento ou recadastramento de catadores na Secretaria do Meio Ambiente; instalação de novas lixeiras; inserção do tema resíduos sólidos domésticos no projeto “Brasil Joga Limpo” da Secretaria do Meio Ambiente; recolhimento do lixo verde proveniente de temporal; ações da “Sala Verde” e do “Fórum Lixo e Cidadania”, ambos projetos da Secretaria do Meio Ambiente; publicação do calendário de recolhimento com orientação de que os municípios colocassem o lixo seco somente nos dias de coleta em seus bairros, e divulgação de ações de recolhimento de resíduos jogados no rio Taquari.

A análise de discurso foi realizada em matéria publicada em março de 2007, que tratava dos dois primeiros anos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. A reportagem começa assim: “mal assumiu a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a novata [secretária] já tem uma grande missão: dar continuidade a todos os projetos já iniciados pela até então secretária [antiga]”. A matéria destacou “todos” os projetos da secretária, produzindo o sentido de uma atuação dinâmica. Alguns trechos mostravam que a antiga secretária do meio ambiente “iniciou com uma mudança significativa na organização da Secretaria do Meio Ambiente”, referindo-se à “implementação da coleta seletiva”. Quando surge o discurso da atual secretária, ela ressalta que “a grande concentração de esforços da pasta se deu na Educação

Ambiental”, no “trabalho educacional e de fiscalização”, no que os resíduos sólidos domésticos aparecem como tema principal. O discurso midiático dá a ideia de que o trabalho da antiga secretária está tendo continuidade. Para a atual secretária, a comunidade ainda não valoriza a coleta seletiva, o que se expressa no fragmento discursivo: “é preciso permanecer a incentivar a coleta e fazer com que a comunidade valorize esse tipo de ação”. Ou seja, parte da responsabilidade da coleta seletiva é lançada para a comunidade. A matéria enfoca, além das ações já realizadas, as intenções da nova secretária, como a ampliação da Usina de Tratamento de Lixo, a arborização da cidade e a continuação dos programas relacionados ao tema resíduos sólidos domésticos. A matéria traz três fotos que mostram a Usina de Tratamento de Lixo, a fiscalização da prefeitura (que constatou desmatamento na cidade) e as lixeiras seletivas espalhadas pela cidade. As fotos reforçam a intenção da reportagem de destacar os feitos positivos das ações da Secretaria. Em outra matéria de março, com caráter de nota jornalística, o jornal também destacou uma ação positiva da Secretaria do Meio Ambiente demonstrando a predominância do discurso político e do endosso da fonte oficial que se rotiniza também enquanto fonte única. O contraponto só é feito pelo jornal B.

Observamos que o jornal A não demonstra a característica de buscar informações ambientais, a não ser quando o assunto gera bastante discussão na comunidade, tornando-se pauta em todos os veículos de comunicação da região, como foi o caso da enchente de julho de 2007. Observou-se que o repórter não demonstra interesse em aprofundar a problemática ambiental. Seu discurso na entrevista mostrou o mesmo caráter raso que explicita nas publicações sobre questões ambientais. O repórter falou que o jornal priorizava em primeira mão questões locais, sendo o processo produtivo e simples. Segundo ele: “as coisas que chegam pra nós, a gente só usa um filtro para torná-las jornalísticas [...] não temos prioridades [...] o que vem a gente publica”.

O repórter explicou que o jornal “destaca um pouco as fontes”. Para ele, “o papel da mídia é de co-responsável [...], temos a responsabilidade de, pelo menos, dar a informação correta, ajudar as pessoas, tornar elas conscientes em relação ao meio ambiente”. Esse discurso não condiz com a prática do jornal que não trouxe informações que pudessem ajudar as pessoas a evitarem o acúmulo de lixo. Nesse jornal, apesar do tema resíduos ser o mais abordado, as matérias normalmente são rápidas e superficiais, e só ocorrem caso alguma fonte as envie para o jornal. A tendência de basear a abordagem jornalística em uma fonte, a prefeitura, também vai contra os princípios do jornalismo que preveem que sejam abordados pelo menos dois lados dos fatos. O jornal não está atento à importância que as questões ambientais assumem na sociedade atualmente, tampouco busca aproximação com os leitores por meio de canais de opinião, por exemplo. Mesmo enquanto porta-voz oficial, papel que assumiu enquanto veículo de informação, as matérias poderiam trazer sugestões para a coleta seletiva, por exemplo, ou como os moradores poderiam fazer suas composteiras em casa, para aumentar a vida útil nos aterros. Isso porque, já que a prefeitura é a principal fonte, e um dos maiores interesses da Secretaria do Meio Ambiente era o correto funcionamento da coleta seletiva, ela poderia utilizar esse veículo de comunicação para ajudar a comunidade a compreender melhor como

funciona a coleta e dar dicas para reutilizar, reaproveitar e separar melhor os resíduos. Nas entrevistas realizadas com moradores durante a pesquisa “Práticas Ambientais e Redes Sociais...” muitos dos entrevistados demonstraram pouco conhecimento sobre o sistema de coleta seletiva e outros mal sabiam como funcionava. Muitos ainda afirmaram que a prefeitura deveria utilizar melhor os meios de comunicação para prestar esclarecimentos à comunidade a respeito do funcionamento da coleta seletiva. Portanto, consideramos que o jornal A não está preparado para ser agente de sensibilização ambiental, apesar de seu caráter comunitário.

### 3.2 As produções de sentido do jornal B

Sobre o tema dos resíduos, o jornal B publicou nove matérias, ficando próximo ao número publicado pelo jornal A - oito. Foi feita a análise do discurso de quatro dessas matérias. O jornal B trouxe mais reportagens sobre o tema que mereceram análise mais aprofundada, principalmente devido à postura crítica do editor do jornal. As outras matérias que não foram analisadas profundamente tinham caráter mais superficial em relação ao tema resíduos sólidos domésticos. Assim como no jornal A, o B adotou o formato de notas jornalísticas ou notícias mais curtas e rápidas. Estas, em geral, trataram de coleta seletiva realizada em escola da cidade, como: ação de educação ambiental; divulgação de uma edição do “Fórum Lixo e Cidadania”; exposição realizada no Museu de Ciências Naturais do Centro Universitário UNIVATES sobre o tema resíduos sólidos domésticos; mutirão de limpeza das margens e barrancas do rio Taquari para retirada do lixo acumulado. A matéria analisada cita os resíduos, mas o foco é a divulgação do evento promovido por duas ONGs ambientais da região.

A primeira matéria da qual realizamos análise do discurso foi capa de publicação, veiculada em janeiro de 2007, com o título: “Prefeitura criou lixão no Centro”. Pelo impacto, a manchete leva à leitura da notícia. Segundo a matéria, “a prefeitura deveria dar o exemplo, mas não deu, destruindo a vegetação próxima a um parque”. O local era lugar de destinação de lixo verde, mas lá foram encontrados sacos plásticos e outros entulhos. O sentido sugerido é que a prefeitura não está cumprindo seu papel como deveria. A matéria sequer tem fonte. Trata-se de uma denúncia anônima que levou o jornal a “verificar o estrago”, que, segundo ele, gerou um “crime ambiental”. De acordo com a matéria, a secretária do Meio Ambiente foi contatada e informou que estava ciente da situação e iria solicitar a retirada dos resíduos daquele local. De modo geral a imagem do poder público é apresentada com descrédito.

A matéria de capa chama para uma matéria complementar interna, que reitera as denúncias publicadas na capa, como se pode observar no título: “Secretário transforma aterro de entulhos em lixão”. A reportagem acusa o secretário de Obras de autor do “crime” por ter dado a ordem de enviar os entulhos para o local indevido. Assim, a matéria esclarece quem é o autor do “crime ambiental”, porém, o “criminoso” só é denunciado na matéria secundária. Para causar maior impacto, a matéria de capa traz como grande culpada do crime a prefeitura. Para o repórter, mesmo que a secretária do Meio Ambiente tenha solicitado a retirada do

lixo misturado aos entulhos, “muita coisa já deve estar enterrada”. Essa frase remete à curiosidade do autor da matéria que acredita que dificilmente haverá reversão dos danos ambientais causados e faz os seguintes questionamentos: “qual será a punição?” e “quem vai pagar a conta?”. São questionamentos que têm a intenção de comprometer a prefeitura. Ainda complementa argumentando que, “se fosse um cidadão comum a cometer uma atrocidade dessas, haveria multas, condenações e um monte de entidades ambientais apontando o dedo para o infrator”. Em nenhum momento a reportagem cita a lei que institui o crime ambiental, ou ainda, busca uma fonte especialista no tema e com conhecimento técnico sobre a situação. Em vez disso, o repórter escreve a notícia em primeira pessoa, o que caracteriza o texto opinativo.

Outra matéria analisada foi publicada em junho de 2007 com o título: “Projeto Viva o Taquari Vivo”, que reúne empresas e colaboradores do Vale do Taquari em um mutirão de limpeza, coleta, separação e quantificação de resíduos sólidos do rio. A reportagem destacou os pontos positivos da ação, trouxe a opinião dos participantes da reunião de organização salientando a importância da ação. Um dos trechos da matéria refere-se ao depoimento de uma das coordenadoras, que deixa subentendido que a ação foi bem sucedida. A declaração da coordenadora do projeto não é contrariada pelo repórter, o que demonstra a aprovação que ele dá ao projeto. Observamos que o jornal publica na íntegra matérias enviadas pelas assessorias de imprensa, inclusive destacando o nome do assessor das organizações. É o caso da matéria que aborda o projeto “Viva o Taquari Vivo”, que salienta o “sucesso” da ação. Dessa forma, o jornal assume a representação social sobre temas ambientais das suas fontes, talvez porque não tenha construído uma representação própria sobre os temas ambientais ou não tenha interesse em formá-la, o que também demonstra certo desinteresse com as questões ambientais, apesar dos posicionamentos que assume diante de ações da prefeitura. A reprodução integral da opinião dos organizadores sobre o evento demonstra acomodação, falta de reflexão e investigação por parte do jornal sobre temas ambientais. Consideramos que a comunidade deveria ter sido mais enfatizada nessa matéria, já que sua participação na ação era fundamental.

Em julho de 2007 é publicada mais uma matéria, de capa, que fala sobre as “faltas” da administração pública em relação às questões ambientais. O título foi: “Administração é acusada de crime ambiental”. Essa matéria segue a mesma linha de críticas e denúncia da matéria publicada em janeiro do mesmo ano. Dessa vez quem denunciou o “crime” foi um vereador em pronunciamento feito em uma sessão ordinária. Segundo a fala do vereador publicada pelo jornal, “o crime ambiental conta com a participação da prefeitura”. A fonte da denúncia ao vereador, segundo o jornal publica, foi um grupo de moradores que solicitou a presença do edil para verificar a derrubada de mata nativa e aterro com entulho de lixo em um terreno. A denúncia central é de que o maquinário da prefeitura estava sendo utilizado em área particular para o armazenamento dos resíduos. Um sargento da Brigada Ambiental endossa essa posição quando afirma na reportagem que “o mais grave é a participação da administração municipal no que se pode classificar de crime ambiental pela derrubada de árvores nativas e colocação de lixo e entulho nas proximidades do arroio Estrela”.

Percebemos que em vários trechos da matéria, principalmente nos depoimentos, a gravidade da ação da prefeitura, de utilizar seu maquinário em área particular, é reforçada. A reportagem ainda relembra os acontecimentos de janeiro, quando a prefeitura foi acusada pelo jornal de criar um lixão no centro da cidade. Mais uma vez a reportagem só se apoiou nas denúncias e críticas sem consultar a parte acusada. A diferença é que nessa reportagem existe a referência de um número maior de fontes, no entanto, predominaram as opiniões de fontes que condizem com a opinião do jornal a respeito da prefeitura, ou seja, aquelas que tendem a denegrir a imagem da administração pública. Esse tipo de comportamento praticado pelo jornal B incorre contra as regras mais fundamentais da profissão de jornalista: investigação, objetividade, imparcialidade, busca do maior número de fontes. Além disso, contraria o papel social da mídia de informar para que o leitor construa sua opinião a partir dos fatos.

Essa forma crítica de publicar os assuntos sobre questões ambientais predomina no jornal B. Segundo o editor e repórter, o jornal “tem interesse em mostrar para a sociedade os crimes ambientais, para que estes não se repitam, pois quanto mais a imprensa falar sobre isso, mais contribuirá para educar a população de forma que ela consiga fazer sua parte [...]. Acho que essa é basicamente a função do jornalismo ambiental”. No entanto, o jornal aponta apenas “crimes ambientais” cometidos pela prefeitura. E dessa forma ele considera que cumpre a função de “educar” e que produz “jornalismo ambiental”. Segundo o editor/repórter, eles “recebem a denúncia, vão verificar *in loco* e procuram as autoridades competentes [...]”. Porém, o resultado das análises contraria seu discurso. Para ele, “tudo que se refira ao meio ambiente é informação ambiental [...], porque todas as coisas que envolvem as questões ambientais são importantes e devem ser discutidas”. As análises das matérias publicadas mostraram que a cobertura dos fatos é determinada pelas relações pessoais do editor com as fontes.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as análises observamos que ambos os jornais mostram superficialidade na publicação de informação ambiental. As matérias não aprofundam a discussão da problemática ambiental, nem no âmbito global nem no âmbito local, e não fazem uma relação entre esses contextos, o que seria importante para o entendimento da problemática ambiental. Também não contribuem para informar ou sensibilizar a comunidade para uma atuação mais cidadã. Dessa forma, os modos de retratar a “realidade” ambiental praticados pelos jornais A e B não estão voltados para a construção da cidadania ambiental de seus leitores. Enquanto o jornal A mostrou carência de fontes, apegando-se a dados oficiais, e apenas reproduzindo seu discurso, o jornal B apoiou-se em relações tensas com o poder público para publicar matérias. Os dois jornais explicitam coberturas sujeitas à perda da credibilidade, já que demonstraram falta em relação às regras do jornalismo enquanto serviço público e de interesse comunitário.

Nenhum dos jornais buscou uma aproximação mais direta com a comunidade no que tange às questões ambientais. O jornal A, destaca-se pela sua superficialidade

e pela reprodução do discurso oficial, não trazendo a opinião da comunidade para suas matérias nem mesmo abrindo um canal de relacionamento com ela. O jornal B só se preocupou em denunciar e criticar o poder público, e, da mesma forma que seu concorrente, não trouxe informações que contribuíssem para o conhecimento ambiental da comunidade. Apesar de o jornal B informar que uma das denúncias era de moradores, a opinião deles sobre o fato não foi solicitada, o que reforça que se sobressaiu o interesse pessoal do editor em denegrir a imagem da prefeitura. O jornal A mostrou-se mais informativo, porém “publicava o que chegava”. Já o jornal B foi mais opinativo, mas apenas reproduziu os desentendimentos com o poder público. Em função disso, a prefeitura acabou tendo mais espaço do que qualquer outro ator social enquanto fonte de matérias ambientais. Ou seja, o jornalismo impresso em Estrela está mais voltado para o poder público do que para a comunidade. Tanto a questão ambiental quanto o tema resíduos sólidos domésticos foram tratados com superficialidade pelos jornais, o que levanta a hipótese de que não estão sensibilizando a comunidade para compreender a realidade ambiental de seu município nem fazendo com que se sinta responsável por ela.

Os jornais não demonstraram características de meios de comunicação com vínculo comunitário, já que não se adaptaram à realidade de cada comunidade. A mídia comunitária, ou da comunidade, tem o papel de informar e sensibilizar os cidadãos para pensar seu contexto local, fazendo retornar o sentido de comunidade, os princípios de igualdade e solidariedade e a preocupação com o outro. Para PERUZZO (2007, p. 79), os meios de comunicação comunitários devem priorizar conteúdos de interesse do público local, ter um viés educativo em relação aos

temas que dizem respeito à realidade concreta da localidade [...] principalmente assuntos que quase não têm espaço na grande mídia, ou seja, aqueles relacionados às atividades das organizações dedicadas a trabalhos visando ao bem-estar coletivo e à vida do ‘povo’, seu modo de ser, sua cultura.

Os jornais analisados, apesar das informações de procedência local, não demonstraram essa estreita relação com a comunidade, com seus problemas e interesses no que tange às questões ambientais.

A mídia local deve participar ativamente no processo de formação dos cidadãos, que precisam fazer parte do dia-a-dia dos veículos comunitários. Para ter um caráter comunitário, em um município pequeno, é importante que o jornal contribua com informação crítica e contextualizada para educação ambiental da população. A participação da população com sua opinião poderá fazê-los sentirem-se parte das soluções. A participação ativa da população também é decisiva na formatação dos meios de comunicação comunitários. Para PERUZZO (2007, p. 89), “se a grande mídia está distante e fora do controle do cidadão – do ponto de vista do acesso aos seus processos de produção e difusão de mensagens –, espera-se que os meios comunitários [...] possibilitem a participação efetiva do morador”. A construção dos meios de comunicação comunitários se fará juntamente com a comunidade, ou não se fará.

A falta de conexão dos jornais locais com os problemas da comunidade, abordados de forma responsável, talvez seja determinante para os leitores se afastarem e buscarem as mídias eletrônicas. Estudo exploratório realizado na cidade de Estrela pela pesquisa “Práticas Ambientais e Redes Sociais...” constatou que os atores envolvidos na problemática dos resíduos sólidos domésticos (moradores, catadores, sociedade civil organizada, poder público) tendem a ser pautados com informações ambientais de caráter global, e para isso, a televisão e o rádio costumavam ser os meios de comunicação mais utilizados. Os moradores da cidade não citaram os jornais impressos locais como veículos importantes na disseminação de informação ambiental. Programas como Fantástico e Globo Repórter foram os mais citados. Como as pautas da grande mídia normalmente giram em torno de questões globais, dificultam a percepção dos indivíduos sobre os problemas ambientais na sua cidade, no seu bairro, na sua casa. Os jornais de Estrela estão perdendo a oportunidade de fazer com que a população leve os problemas ambientais para a esfera íntima, tornando-se um mediador de informação ambiental. Segundo PERUZZO (2007), a comunicação comunitária permite que as pessoas vivenciem um processo educativo que contribui para a construção da cidadania, pois os indivíduos passam a compreender melhor a realidade e o mundo que os cercam. Por isso, a comunicação comunitária deve se diferenciar da mídia tradicional, valorizando informações e situações de interesse local.

Do modo como vêm abordando as questões ambientais, os jornais não conseguiram sensibilizar a população para essa problemática em sua cidade. Isso foi percebido em estudo exploratório, no qual perguntamos aos atores de diferentes campos sociais se existia algum problema ambiental na cidade ou região. Muitos dos informantes disseram não haver problema ambiental, citando problemas globais como a poluição em São Paulo, o desmatamento na Amazônia e o derretimento das geleiras. Isso mostra o desconhecimento da população, de modo geral, em relação às questões ambientais de sua região. É preciso planejamento, pesquisa e uma postura de proximidade com o leitor para que os veículos, antes de sensibilizarem a comunidade para a problemática ambiental, sensibilizem. A efemeridade tem sido a principal vilã das ações ambientais, o que se explicita na forma como se midiatisa a Semana do Meio Ambiente, e logo depois esses temas caem no esquecimento.

Segundo PAIVA (2002), é preciso que os jornais e os editores saibam ler-se criticamente e ser capazes de interpretar e não apenas reproduzir as falas das fontes, pois essa é uma forma de ultrapassar a abordagem tradicional dos fatos. Para ELHAJJI (2002), esta é uma forma de autorreflexão, ou seja, uma consciência crítica a respeito do que está sendo publicado, pois além de saber o que dizer e como dizer, o jornalista precisa compreender o significado político e ideológico de seus modos de dizer.

Portanto, em que medida e em que sentido esses jornais são comunitários? Entendemos que, pelo fato de ambos os jornais darem prioridade às informações de procedência local e terem caráter informativo, eles assumem características comunitárias. Mas precisam fortalecer os laços com a comunidade e mostrar de forma contínua e planejada suas preocupações com as questões locais, entre as quais se incluem as questões ambientais. Sabemos que esses veículos de comunicação

têm caráter comercial e privado, diferentemente das rádios comunitárias, por exemplo, que surgem com caráter de meios de comunicação voltados aos interesses da comunidade. Os jornais precisam manter os anúncios que veiculam, pois eles geram receita que contribui na continuidade das atividades jornalistas. No entanto, é preciso hibridizar o caráter comercial e o caráter comunitário. Essa mediação reforça os laços com a comunidade e mantém o jornal em funcionamento. É possível que jornais de comunidade com caráter e interesses comerciais se tornem comunitários, já que a função social e pública dos meios de comunicação deve ir ao encontro dos interesses dos cidadãos. Caso contrário, os jornais acabam sendo apenas um negócio desvinculado de suas funções sociais (SILVA, 2002).

Uma relação mais próxima entre esses atores pode ocorrer em forma de debates, publicação de artigos e opiniões da população sobre as questões ambientais locais, eventos e demais atividades que contem com a participação ativa dos moradores da cidade. Nesse contexto os jornais entrariam num círculo virtuoso de cidadania, podendo vir a ser mais lidos e mais apreciados por leitores, e conseqüentemente por anunciantes, por estarem mais sintonizados com a comunidade e com seus interesses. Dessa forma podem começar a compreender seu papel enquanto atores envolvidos na complexa rede socioambiental, contribuindo para as alterações de posicionamento dos cidadãos em relação às questões ambientais.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

ELHAJJI, Mohamed. Por um jornalismo auto-reflexivo. In: PAIVA, Raquel (Org.). **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: jul. 2008.

JACOBI, Pedro. **Educação ambiental e cidadania**. In: Congresso Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, 1., 1998, São Paulo. Anais... São Paulo, 1998.

PAIVA, Raquel. A publicização da ética no espaço midiático. In: PAIVA, Raquel (Org.). **Ética, cidadania e imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

\_\_\_\_\_. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: PAIVA, Raquel (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento. In: Raquel Paiva (Org.). **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume, 1995.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Mundo & Vida**. v. 2, n. 1, 2000.

SILVA, Luiz Martins da. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). **Imprensa e poder**. São Paulo: Editora Oficial do Estado, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VERÓN, Eliséo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

\_\_\_\_\_. **La semiose social**: fragmentos de uma teoria de la discursividad. Barcelona: Gedisa, 1996.

# O TRATAMENTO JURÍDICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS NO VALE DO TAQUARI: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO PREDOMINANTEMENTE URBANA

*Tatiele Gisch Kuntz, Ms. Luciana Turatti, Dra. Jane M. Mazzarino*

**RESUMO:** Na sociedade contemporânea, o cuidado com o meio ambiente tem assumido um papel fundamental para a preservação da qualidade de vida. Diante dos elevados níveis de consumo e descarte, o tema que assume relevância é o do adequado tratamento dos resíduos sólidos domésticos. Nesse sentido, considerou-se oportuna a elaboração de um estudo baseado nos municípios com população predominantemente urbana e que possuem coleta seletiva na região do Vale do Taquari. Neles procurou-se compreender a atuação do poder público local no que diz respeito aos resíduos sólidos domiciliares, considerando a regulamentação e a legislação ambiental nacional, estadual e municipal vigente. Verificou-se reduzido comprometimento dos cidadãos na diminuição da produção e na separação adequada dos resíduos. Dessa forma, propõe-se que seja repensada a distribuição de responsabilidades entre os entes federados e entre esses e a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio Ambiente. Resíduos Sólidos. Competências Municipais. Legislação Ambiental.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde os seus primeiros passos neste planeta, o ser humano demonstrou o objetivo de dominar a natureza. Nessa empreitada, desenvolveu uma série de tecnologias a serviço de interesses imediatos, instrumentos que contribuíram para a extinção de várias espécies de seres vivos e modificação de inúmeros ecossistemas. O homem viu o seu poder aumentar após a Revolução Industrial, quando também percebeu as nefastas consequências do modo como utilizava os recursos existentes no planeta. Foi nesse momento histórico que surgiu a preocupação social com o cuidado do meio ambiente, fundamental para a saúde, a qualidade de vida e a própria sobrevivência do ser humano.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> KRAPPENBAUER, Anton. *O ser humano e o meio ambiente: crise sem saída?* Santa Maria. UFSM, 1991.

No Brasil a questão passou a ganhar maior relevância no último século com o crescimento exagerado, rápido e desorganizado dos centros urbanos, fato que gerou sérios agravantes ambientais. Nesse contexto complexo é que se insere o tema a ser apresentado.

Inicialmente, este estudo tem como enfoque um problema ambiental específico: a questão dos resíduos sólidos domésticos, cuja produção crescente representa uma grave ameaça à saúde pública. Este tema é abordado a partir da legislação ambiental.

Direito ambiental é o ramo do direito que dispõe sobre a proteção jurídica do meio ambiente, considerando-o um direito humano de terceira geração, já que se trata de um direito transindividual, além de um bem comum de uso coletivo. De acordo com SILVA (2002), o direito ambiental deve ser considerado sob dois aspectos: objetivo, que são as normas jurídicas disciplinadoras referentes à proteção da qualidade do meio ambiente, e ciência, que busca o conhecimento das normas e dos princípios que ordenam a qualidade do meio ambiente.

Não obstante, já delimitada a perspectiva, surge outro limitador: a legislação ambiental é vasta, dificultando uma análise aprofundada do tema. Optou-se, portanto, na abordagem de um aspecto ainda pouco explorado: o tratamento jurídico dos resíduos sólidos domésticos no âmbito municipal.

No que tange às competências municipais referentes ao meio ambiente, segundo o disposto no artigo 30, I, da Constituição Federal, cabe a regulamentação das disposições em âmbito local. Para essa finalidade, existem diversos instrumentos legais que são utilizados para instituir normas sobre os assuntos ambientais. Contudo, deixa-se a cargo do Código de Meio Ambiente, na maior parte das vezes, a função de regulamentar não somente essa matéria como também temas de viés social, cultural, político e econômico.

Considerando esses aspectos levantaram-se questionamentos a respeito das leis municipais e sua regulamentação sobre assuntos relacionados ao meio ambiente, especificamente sobre as questões referentes aos resíduos sólidos domésticos. Nesse sentido, busca-se responder: Quais são as leis e como legislam os municípios predominantemente urbanos com coleta seletiva do Vale do Taquari a respeito da questão dos resíduos sólidos domésticos?

O presente artigo tem como objetivo geral compreender a atuação dos municípios, sempre que estejam envolvidas questões referentes aos resíduos sólidos domésticos, considerando a regulamentação e a legislação ambiental nacional, estadual e municipal vigente. Trata-se de um tema que está atrelado ao projeto de pesquisa Práticas Ambientais e Redes Sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari RS, que faz parte do Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento do Centro Universitário UNIVATES e tem como objetivo geral compreender os processos que envolvem a constituição da rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos, além de investigar práticas culturais e estratégias de ações sustentáveis para o desenvolvimento regional.

A metodologia utilizada baseou-se na análise de conteúdo das leis municipais de Estrela, Lajeado e Arvorezinha, três municípios com população predominantemente urbana que possuem o sistema de coleta seletiva no Vale do Taquari

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Vale do Taquari localiza-se no centro-leste do estado do Rio Grande do Sul. A região possui, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), 316.325 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) médio da região é de 0,73, segundo dados da FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (2006). Os municípios nos quais a pesquisa se concentrou possuem uma diversidade considerável nas condições sociais, políticas, econômicas e culturais. Enquanto Estrela ocupa a 29ª posição no ranking do Idese, Lajeado está em 28º e Arvorezinha em 252º.<sup>2</sup>

Estrela é um dos municípios mais antigos da região, colonizada por imigrantes alemães e distante 113 km de Porto Alegre, capital do estado. Conforme dados do IBGE (2007), o município possui área geográfica de 184 km<sup>2</sup> e população total de 29.071 habitantes, dos quais, 86,6% vivem na área urbana. Sua economia é baseada principalmente na indústria, seguida do comércio e do setor primário. Com características semelhantes, Lajeado pode ser inserido nesse contexto. Dista 117 km da capital rio-grandense. Sua área geográfica é de aproximadamente 90,419 km<sup>2</sup>. Possui 67.474 habitantes. Desses, 99,4% vivem em área urbana, conforme dados do IBGE (2007). Sua população é formada por descendentes de imigrantes alemães, italianos, africanos e portugueses. A economia é baseada nas indústrias alimentícias, seguidas do comércio e setor de serviços.

Já Arvorezinha, diferente de ambos, é um município da região alta do Vale do Taquari colonizado por descendentes de italianos e portugueses. O município fica a aproximadamente 210 km da capital e, segundo dados do IBGE (2007), possui área territorial aproximada de 272 km<sup>2</sup> e população de 10.210 habitantes, dos quais, 59,7% vivem em área urbana. Sua economia está baseada na agricultura, avicultura e suinocultura.

Abordando aspectos relevantes de cada município é possível constatar que todos possuem particularidades. Os dados acima apresentados são de fundamental importância para a compreensão de sua realidade, referente aos resíduos sólidos domésticos, uma vez que a sua área, o seu número de habitantes e a sua economia estão, dentre outros fatores, diretamente ligados ao tipo e quantidade de resíduos neles produzidos.

---

<sup>2</sup> Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2008) “o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. [...] O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais que 0,800)”.

A delimitação geográfica para aplicação da pesquisa baseou-se somente nesses três municípios por serem os únicos da região com coleta seletiva e população predominantemente urbana, ou seja, com mais de 50% da população vivendo em zona urbana.

Contextualizada a pesquisa, parte-se para a abordagem jurídica propriamente dita. Essa inicia com a apresentação do tratamento do ordenamento brasileiro em âmbito geral, ou seja, no que diz respeito, dentro do modelo federativo constitucional, à competência federal e estadual.

### 3 COMENTÁRIOS SOBRE A LEGISLAÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

Nas últimas décadas é perceptível a preocupação, tanto por parte da sociedade brasileira quanto do Governo, com as questões ambientais. É crescente o número de pessoas que vêm se preocupando em economizar água e energia elétrica, diminuir a produção de lixo, promover a separação de lixo e evitar o desperdício.

No contexto brasileiro, uma solução mais concreta começou a ser desenvolvida no final da década de 30, com a implementação da política ambiental brasileira, quando o Estado passou a se preocupar com a exploração dos recursos naturais. Porém, somente no final da década de 70 os movimentos ambientais começaram a se manifestar em relação à degradação da água, solo, queimadas, poluição e desmatamento. A partir disso desenvolveu-se nova legislação ambiental brasileira.

Na década de 80, entrou em vigor a Lei Federal nº 6.938, que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente e estabeleceu os objetivos, princípios, diretrizes, instrumentos, atribuições e instituições da política ambiental nacional. Conforme MACHADO (2007), a entrada em vigor dessa lei, definiu legalmente meio ambiente como “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (artigo 3º, I). A temática dos resíduos sólidos está estreitamente ligada a essa definição, uma vez que seus impactos repercutem diretamente no meio ambiente.

Segundo a definição apresentada na futura Política Nacional de Resíduos, Projeto de Lei nº 203, de 1991 (BRASIL, 2007), artigo 4º, inciso I, resíduos são

[...] materiais resultantes de processo de produção, transformação, utilização ou consumo, oriundos de atividades humanas ou animais, ou decorrentes de fenômenos naturais, a cujo descarte se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder.

Hoje a definição de resíduos sólidos oferecida pelo dispositivo é extraída da Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 5, de 1993 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1993):

Art. 1º - Para os efeitos desta Resolução definem-se: I - Resíduos Sólidos: conforme a NBR nº 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - Resíduos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola,

de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis, em face à melhor tecnologia disponível.

Já na Lei Estadual 9.921/93 (RIO GRANDE DO SUL, 1993), que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos Domésticos no Rio Grande do Sul, a definição de resíduos sólidos é trazida pelo artigo 2º, *in verbis*:

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, considera-se como resíduos sólidos aqueles provenientes de: I - atividades industriais, atividades urbanas (doméstica e de limpeza urbana), comerciais, de serviços de saúde, rurais, de prestação de serviços e de extração de minerais; II - sistemas de tratamento de águas e resíduos líquidos cuja operação gere resíduos semilíquidos ou pastosos, enquadráveis como resíduos sólidos, a critério do órgão ambiental do Estado. III - outros equipamentos e instalações de controle de poluição.

Apesar das definições legais, segundo MACHADO (2007, p. 561), “os resíduos sólidos têm sido negligenciados tanto pelo poder público como pelos legisladores e administradores, devido provavelmente à ausência de divulgação de seus efeitos poluidores”. Tal negligência pode estar relacionada à falta de definição das competências para gestão dos resíduos, apesar de a Constituição Federal prever em seu artigo 23 as chamadas competências materiais, ou seja, aquelas de caráter comum à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No que tange às competências federais, o Brasil ainda não possui diretrizes para gestão e tratamento adequados dos resíduos sólidos, já que o Projeto de Lei 1991/2007 (apensado ao Projeto de Lei 203/1991) encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Com base nesta situação utilizam-se resoluções do CONAMA e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) números 10.004, 11.174 e 12.235 para gestão e classificação dos resíduos.

De modo geral, a Constituição Federal de 1988 dispõe em seu artigo 225 que

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Partindo desse pressuposto, a sociedade como um todo possui competências referentes à manutenção, preservação e cuidados com o meio ambiente.

Ainda no que diz respeito à efetividade do direito acima mencionado, é incumbido ao Poder Público, segundo parágrafo 1º, incisos V e VI do referido artigo, o controle da produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida e meio ambiente, além de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Não obstante, o parágrafo 3º trata ainda das condutas

e atividades lesivas ao meio ambiente, pois elas sujeitarão os infratores, sendo eles pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

No que se refere às competências de cada ente, a Constituição Federal procurou dividi-las em dois grupos, a legislativa e a administrativa. Dessa forma, a União, Estados, Municípios e o Distrito Federal possuem definidas as suas competências em matéria ambiental.

Apesar dessa divisão, observa-se que os artigos 21, 23 e 24, da Constituição Federal, fazem ainda uma distinção entre as competências exclusivas, comuns e concorrentes da União. tratando como exclusivas aquelas que somente podem ser exercidas pela União, como comuns aquelas em que todos os entes atuam em cooperação e reciprocidade administrativa uns com os outros e, por fim, as concorrentes, pelas quais os Estados e o Distrito Federal podem legislar, porém nos moldes estabelecidos pela União.

Em âmbito estadual, o Rio Grande do Sul pode ser considerado pioneiro no que se refere à implementação de legislação ambiental, mais ainda em relação à temática abordada na discussão. O estado implantou, no ano de 1993, com a publicação da Lei 9.921, a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Essa lei, no decorrer dos seus vinte e seis artigos, define, como se viu anteriormente, o conceito de resíduo e como deve ser a destinação adequada dos resíduos, o que vem a ser considerado resíduo sólido, o sistema de gerenciamento desses resíduos, o órgão fiscalizador e as sanções para quem a descumprir.

E, ainda, tratando a questão ambiental de forma global, no âmbito estadual, em 2000, entrou em vigor a Lei Estadual no 11.520, que instituiu o Código Estadual de Meio Ambiente, dispondo em seu capítulo XXI, artigos 217 a 225, regras específicas sobre o tratamento e disposição dos resíduos sólidos, desde seu gerenciamento até seu acondicionamento final.

Traçados os panoramas federal e estadual acerca da legislação relativa aos resíduos sólidos, fazem-se a algumas considerações sobre o papel dos municípios em relação a essa temática.

### **3.1 Competência municipal**

De acordo com MEIRELLES (2003, p. 739), o município brasileiro é entidade estatal integrante da Federação, e, como tal, foi dotado da devida autonomia, conforme previsão do artigo 18 da Constituição Federal.

Como forma de organização, após sua criação, os municípios devem instituir suas Leis Orgânicas que estabelecerão, dentre outras questões, as funções de cada cargo dos poderes Executivo e Legislativo e as competências municipais, contemplando, assim, aspectos complementares às leis federal e estadual. Reiterando o disposto, MEIRELLES (2003, p. 329) afirma que a competência dos municípios de organizar e manter serviços públicos locais é reconhecida constitucionalmente como um dos princípios asseguradores de sua autonomia administrativa.

Os municípios podem usar de diferentes instrumentos como modo de organização, entretanto a forma legal é a mais apropriada. Algumas normas são consideradas de fundamental importância. Dentre essas destacam-se os dez instrumentos normativos municipais, abaixo caracterizados sucintamente:

a. Lei Orgânica Municipal: é uma lei genérica que deve ser elaborada em cada município de acordo com os limites impostos pela Constituição Federal e pelo estado no qual o município se localiza, e ser aprovada em dois turnos pela Câmara de Vereadores, e pela maioria de dois terços de seus membros. Ou seja, é um conjunto de normas jurídicas que regem o município;

b. Plano Diretor: é uma lei municipal que estabelece como deve ser feita a ocupação do território municipal e tem por finalidade regulamentar o uso do direito de propriedade;

c. Código Tributário: serve como forma de determinar a distribuição da carga tributária dentro do município, porém de acordo com o que regulamenta o Código Tributário Nacional;

d. Lei Orçamentária: serve de base para a elaboração de orçamentos estabelecendo as despesas e receitas autorizadas do município;

e. Lei de Uso e Ocupação do Solo ou Lei do Zoneamento: prevê a divisão do município em diferentes áreas de uso e regula a relação das edificações com seu entorno imediato e com o território municipal, assegurando assim os interesses coletivos sobre os individuais;

f. Lei de Parcelamento do Solo: responsável pela divisão do solo para fins urbanos. Em se tratando de área rural, a competência na maioria das vezes é do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

g. Código de Obras e Edificações: trata das regras gerais e também das específicas a serem observadas e cumpridas na elaboração de projetos, autorizações de licenciamentos e execuções de obras de edificações nos limites do município;

h. Código de Posturas/Código de Limpeza Urbana: institui as normas disciplinadoras da higiene pública e privada. Estabelece também as normas de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como as relações jurídicas entre os poderes públicos municipais;

i. Código de Saúde: tem a função de estabelecer as normas a serem cumpridas em relação à saúde pública e dispor sobre a organização, regulamentação, fiscalização e controle das ações e dos serviços de saúde municipais;

j. Código de Meio Ambiente: é o meio pelo qual se estabelecem as normas da política municipal sobre a questão ambiental, fixam-se as políticas ambientais e estabelecem-se normas para a administração, proteção e controle dos recursos ambientais do município.

Após essa breve conceituação, fica claro que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, I e II, ao prever que o município pode legislar em âmbito local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber, promoveu um grande avanço. Isso porque, segundo MENEZES (2007, p. 82)

[...] é inegável que mesmo atividades e serviços tradicionalmente desempenhados pelos municípios, como transporte coletivo, polícia das edificações, fiscalização das condições de higiene de restaurantes e similares, coleta de lixo, ordenação do uso do solo urbano, etc., dizem secundariamente com o interesse estadual e nacional.

Fica evidente que a União e os estados não teriam, portanto, condições de entender as peculiaridades locais de cada município integrante de forma tão clara como o Poder Público Municipal, o que vale para diversas problemáticas, entre elas a questão dos resíduos sólidos domésticos.

## 4 MÉTODO

Para compreender as legislações municipais sobre resíduos sólidos domésticos, foi realizado um estudo qualitativo. Segundo GIL (1999), a pesquisa qualitativa considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são processos básicos na pesquisa qualitativa, já que não requerem o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, sendo o pesquisador o seu instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. Utilizou-se também de pesquisa bibliográfica, além da documental. O tratamento de dados ocorreu por meio da análise de conteúdo qualitativa.

A análise de conteúdo identifica ideias-chave de um conjunto de significados explícitos nos discursos dos documentos, ligados ao tema dos resíduos sólidos domésticos. BARDIN (1977, p. 42) conceitua a análise de conteúdo como sendo:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Segundo RICHARDSON (1999), os pesquisadores da análise de conteúdo de viés qualitativo defendem que não se estude apenas a frequência das características presentes na mensagem, mas também as características ausentes. Pode-se também observar a frequência com a qual os elementos aparecem, quais valores explicitam, e se tendem a fazer relações com aspectos positivos ou negativos quando abordam os temas ambientais.

Foram contempladas como elemento de análise as legislações de três municípios do Vale do Taquari: Estrela, Lajeado e Arvorezinha. O tema das legislações será abordado no próximo tópico. Após as análises individuais, é realizada a comparação de como cada um dos municípios se posiciona, legalmente, em relação ao tema dos resíduos sólidos domésticos.

## 5 ANÁLISE DO TRATAMENTO JURÍDICO DOS RESÍDUOS NOS MUNICÍPIOS

Neste capítulo apresentam-se os dados obtidos na análise do ordenamento jurídico dos municípios de Estrela, Lajeado e Arvorezinha em relação à questão ambiental. Para uma abordagem clara a respeito da sua realidade local, o tratamento é realizado em tópicos.

### 5.1 Estrela

O estudo exploratório realizado em Estrela demonstra que o município faz alusão às questões ambientais em sete dos instrumentos normativos analisados, dos quais apenas dois contemplam especificamente a temática dos resíduos sólidos domésticos.

A Lei Orgânica (ESTRELA, 2006), emenda 18/2006, em seu capítulo III trata das competências do município deixando claro que é sua responsabilidade a realização da limpeza dos logradouros públicos, assim como a remoção do lixo hospitalar e domiciliar, além de, juntamente com o estado e a União, proteger e zelar pelo meio ambiente (artigo 14, XVI e 16, XVII). O capítulo VII, que fala especificamente do meio ambiente, reforça o disposto no artigo 225 da Constituição Brasileira. Partindo desse pressuposto, o poder público assumiu a responsabilidade de promover ações de educação ambiental em todos os níveis de ensino, assim como para a população em geral, além de dar tratamento adequado e destino final aos resíduos sólidos domésticos, e incentivar a coleta seletiva (artigos 162 e 164).

Já o Plano Diretor, Lei nº 4.314/06, ao fazer a divisão das áreas da cidade, classificou como especial a área destinada ao tratamento de resíduos sólidos, a Unidade de Tratamento de Lixo (UTL), localizada no interior do município. Estrela não possui Lei de Uso e Ocupação do Solo ou Lei do Zoneamento, uma vez que o Plano Diretor Municipal já contempla esse assunto.

O Código Tributário, instituído pela Lei Municipal nº 4.167/05, trata dos tributos referentes à varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Esses tributos são cobrados conforme previsto no artigo 53, VI.

A Lei Municipal nº 4.503/07 (ESTRELA, 2007), que instituiu a lei orçamentária prevê, em seu artigo 27, o controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, da mesma forma que o artigo 50, parágrafo 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal que, dentre outros controles, cuida também do custo da destinação final da tonelada de lixo.

O município, por meio da Lei nº 3.125/88 (ESTRELA, 1998), criou o Fundo Municipal do Meio Ambiente, definindo que os seus recursos sejam aplicados em projetos de fiscalização, controle e proteção do meio ambiente, campanha de educação ambiental, aquisição de material necessário para o desenvolvimento de projetos ambientais, programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área do meio ambiente e outros programas e projetos na área ambiental.

Segundo o Código de Obras e Edificações (ESTRELA, 1979), em seu capítulo XVII, as edificações destinadas a hotéis e congêneres devem ter local para coleta de lixo situado no primeiro pavimento ou no subsolo, com acesso pela entrada de serviço. Além disso, define que os hospitais deverão instalar equipamento de coleta, remoção e incineração de lixo que garantam completa limpeza e higiene, pois segundo a previsão desse Código, esses resíduos não podem ir para a Unidade de Tratamento de Lixo (UTL).

Apesar de o município de Estrela possuir, respectivamente, as Leis nº 1.621/79 e nº 2.935/97, Lei de Parcelamento do Solo e Código de Saúde, nenhuma delas faz alusão às questões ambientais ou aos resíduos sólidos domésticos.

Diferentemente das leis acima referidas, o Código de Meio Ambiente, estabelecido pela Lei Municipal nº 3.294/99, trata da coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo, não admitindo que o lixo seja entulhado a céu aberto em áreas urbanas e rurais, nem que seja utilizado, sem prévio tratamento, para alimentação de animais e adubação orgânica (artigo 17, parágrafo 1º, I, II, III e V). Os resíduos sólidos portadores de agentes patogênicos devem ser incinerados ou manejados em valas sépticas, tecnicamente adequadas. Da mesma forma, os alimentos ou produtos contaminados e resíduos orgânicos devem ser acondicionados e conduzidos por transporte especial (artigo 17, parágrafo 2º). Além disso, o órgão municipal do meio ambiente é responsável por estabelecer, na zona urbana, os locais onde a coleta seletiva de lixo domiciliar deverá ser efetuada (artigo 17, parágrafo 4º), assim como autorizar a queima ao ar livre de resíduos sólidos ou de qualquer outro material (artigo 20). Por fim, o diploma legal deixa a cargo do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA) o recebimento e o julgamento sobre as infrações ambientais do município (artigo 42).

Da mesma forma, o Código de Posturas, também intitulado Código de Limpeza Urbana (Lei Municipal nº 2.638/94) (ESTRELA, 1994), proíbe a queima de lixo ou quaisquer substâncias em quantidade capaz de molestar a vizinhança (artigo 24, IV), além de classificar como serviços de limpeza urbana a coleta, transporte e disposição final do lixo público, ordinário domiciliar e especial (artigo 50, I). Como lixo público são definidos os resíduos sólidos provenientes dos serviços de limpeza urbana executados nas vias e nos logradouros públicos (artigo 51) e como lixo ordinário domiciliar os resíduos sólidos produzidos em imóveis e que possam ser acondicionados em sacos plásticos (artigo 52). Já o lixo especial diz respeito aos resíduos sólidos que, por sua composição, peso ou volume, necessitam de tratamento específico (artigo 53, I). O Código deixa claro que o município adotará a coleta seletiva e a reciclagem dos materiais como forma de tratamento dos resíduos, devendo o material residual ser acondicionado de maneira a minimizar o impacto ambiental (artigo 54).

No que diz respeito ao acondicionamento e apresentação do lixo na coleta regular, o artigo 60, I, define que esse não deve possuir volume superior a 100 ou inferior a 20 litros. Determina ainda, que nas zonas de coleta noturna, o resíduo seja acondicionado em sacos plásticos. Já nas vilas populares e nas áreas de coleta diurna, fica facultado o uso de outros recipientes. Entretanto, todos os materiais cortantes ou pontiagudos deverão ser devidamente embalados, a fim de evitar

lesões aos funcionários de limpeza e coleta, devendo os sacos plásticos ou recipientes indicados estar em convenientemente fechados, em perfeitas condições de higiene e conservação (artigo 60, II).

O Executivo Municipal poderá exigir que os usuários acondicionem separadamente o lixo gerado, visando à coleta seletiva, sendo os horários, meios e métodos dessa estabelecidos pela Prefeitura Municipal (artigos 61, 62 e 63). Os resíduos provenientes da área da saúde deverão ser acondicionados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), sendo os estabelecimentos geradores obrigados, às suas expensas, a providenciar a incineração desses de acordo também com as normas sanitárias e ambientais (artigo 68, caput e parágrafo 3º).

A norma trata ainda dos atos lesivos à limpeza pública urbana, dos quais se pode destacar o depósito ou lançamento, em qualquer área, de resíduos sólidos de qualquer natureza, a realização de triagem ou catação de lixo disposto em logradouros ou vias públicas (artigo 89, II e III). Entretanto, a Prefeitura Municipal poderá permitir a catação ou triagem do lixo (artigo 89, §2º).

## 5.2 Lajeado

Da mesma forma, o estudo exploratório realizado em Lajeado demonstra que, das leis tidas como objeto de análise, seis tratam, em algum momento, de questões referentes ao meio ambiente, porém apenas duas delas dão maior enfoque à temática dos resíduos sólidos domésticos.

A Lei Orgânica (LAJEADO, 1990), aprovada em 30 de abril de 1990, em seu capítulo I, dispõe sobre a organização municipal, deixa claro que compete ao município, no exercício de sua autonomia disciplinar, o serviço de limpeza pública e a remoção do lixo domiciliar (Art. 4º, VI). O título VI, que trata do desenvolvimento econômico e da infraestrutura, dispõe que o município, na elaboração do planejamento e na ordenação de usos, atividades e funções de interesse social, deverá impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas e corretivas (Art. 126, VII).

O capítulo IV, que trata especificamente do meio ambiente, dispõe, no artigo 152, que compete ao município estabelecer normas de prevenção e controle de ruídos, cuidar da poluição do meio ambiente, do espaço aéreo e das águas, e, por meio de seus órgãos administrativos, estimular a educação ambiental e a preservação do meio ambiente em todos os níveis de ensino, além de estimular a restauração da diversidade e integridade do patrimônio biológico e paisagístico. Também contempla o provimento de meios e recursos necessários aos órgãos e entidades competentes para, assim, serem desenvolvidas políticas de uso do solo agrícola mediante fiscalização. Disciplina ainda a utilização de quaisquer produtos que possam prejudicar as características químicas, físicas ou biológicas do solo, bem como a co-participação juntamente com os governos federal e estadual em ações que venham ao encontro da política de uso do solo agrícola. Estimula também o reflorestamento em áreas degradadas, objetivando a proteção de encostas e dos

recursos hídricos, bem como a conservação de índices mínimos de cobertura vegetal, além de acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

Já o artigo 154 autoriza o poder público municipal a desapropriar áreas em processo de desertificação e degradação, se o proprietário não tomar a iniciativa de recuperá-las. E, por fim, no título IX, que trata das disposições transitórias, deixa claro que compete ao município a instalação de uma Usina de Lixo (Art. 164).

O Plano Diretor, Lei nº 7.837/ 2007 (LAJEADO, 2006), estabelece em seu artigo 43 como áreas de preservação permanente aquelas que, pelas suas condições fisiográficas, geológicas, hidrológicas, botânicas e climatológicas, formam um ecossistema de importância no meio ambiente natural. A subseção II considera serviços de infraestrutura urbana a coleta e a disposição dos resíduos sólidos e limpeza urbana. (Art. 186, IV). A seção III deixa claro que o município zelará pela saúde ambiental como medida fundamental de proteção da saúde individual e coletiva, mediante obras de infraestrutura que visem à melhoria das condições ambientais, tais como: criação de áreas verdes; definição das medidas necessárias para prevenir ou corrigir prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente, respeitando os critérios, normas e padrões fixados pelo Poder Público; elaboração de plano referente à limpeza urbana, no qual fiquem estabelecidos normas e locais para a implantação de usinas de compostagem e de reaproveitamento de plásticos, fora de núcleos urbanos, localização de aterros sanitários e destinação final dos resíduos hospitalares e congêneres e, por fim, integração da rede de coleta de lixo domiciliar no programa regional de industrialização do lixo (Art. 198, I, II, III, V e VI).

O Código Tributário, instituído pela Lei Municipal nº 2.714/73 e posteriormente alterado pelas leis: 2.715/74, 2.774/74, 2.986/77, 2.996/77, 4.018/87, 4.570/90, 4.580/90, 4.637/91, 4.742/91, 5.590/95, 5.907/97, 6.009/97, 6.013/97, 6.196/98, em seu capítulo IV, que trata dos impostos de qualquer natureza, considera como serviço prestado (e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador) a execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer (Art.28, VI). Já o capítulo II define como taxa de serviço urbano a iluminação pública, limpeza pública, conservação de calçamento e coleta de lixo (Art. 39, IV). Conforme o artigo 40, paragrafo único, inciso V, e parágrafo 3º, são contribuintes das taxas de serviços urbanos: o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de qualquer título de imóveis situados em logradouros públicos ou particulares, onde a prefeitura mantenha, com regularidade, serviços de iluminação pública, limpeza pública, conservação de calçamento e coleta de lixo. As alíquotas estabelecidas para as taxas de limpeza pública e coleta de lixo poderão sofrer redução de 50%, quando os serviços forem prestados de uma a duas vezes por semana; e de 25%, quando os serviços forem prestados de três a quatro vezes por semana.

A Lei nº 8.040/2008, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do ano de 2009, não prevê nenhum tipo de desconto ou qualquer orçamento destinado à questão dos resíduos sólidos domésticos.

O município não possui lei específica no que se refere à Lei de Zoneamento, pois essa questão está regulamentada no Plano Diretor, mais especificamente em seu artigo 139, cujo texto faz referência aos vários tipos de loteamentos e suas categorias.

Da mesma forma, o município não possui lei específica referente ao Parcelamento do Solo Urbano, pois esta legislação também está integrada ao Plano Diretor municipal, capítulo III, artigos 126 a 168.

De acordo com o Código de Obras e Edificações, Lei nº 5.848/96 (LAJEADO, 2006), as edificações em geral deverão prever locais dentro do seu lote para armazenagem do lixo, onde deverá permanecer até o momento da coleta. As instalações de lixeiras no passeio público dependerão de prévia autorização do poder concedente e a armazenagem do lixo terá que ser feita de modo a não contaminar as pessoas e o meio ambiente (Art. 179, §§ 1º e 2º).

O município não possui um Código de Saúde, embora seja perceptível que as questões referentes a esses assuntos são regulamentadas em outros códigos municipais.

Instituído pela Lei nº 5.840/96, o Código de Posturas ou Código de Limpeza Urbana define como devem ser as normas disciplinadoras de higiene pública e privada. Em seu artigo 26 deixa claro que todos os estabelecimentos comerciais e os condomínios residenciais deverão ser dotados de instalação coletora de lixo, para facilitar a coleta, pelo poder público ou empresa concessionária, do lixo orgânico e do lixo seco, devendo o lixo ser acondicionado para a coleta em sacos plásticos apropriados ou em vasilhames providos de tampa. Já em seus parágrafos 1º e 2º, cria normas sobre o lixo industrial ou proveniente do comércio e os restos de matérias de construção, além de definir que o destino desses é de responsabilidade de quem os produz.

No capítulo VII, que trata da segurança pública, o município se compromete a, juntamente com o estado e a União, evitar a devastação das florestas e estimular a ecologia, coibindo, assim, a poluição do meio ambiente por qualquer estabelecimento comercial, industrial ou mesmo residencial. Ele também prevê a possível celebração de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e particulares para o estudo e controle da poluição do meio ambiente, estabelecendo meios para a sua proteção (Art. 45, IV, § único).

Já em seu capítulo X, proíbe o transporte de substâncias tóxicas em quantias que possam causar danos à ecologia, à saúde e ao meio ambiente sem autorização do Poder Público Municipal e das demais autoridades estaduais e federais em qualquer das vias do perímetro urbano municipal.

Por fim, o Código de Meio Ambiente, Lei Municipal nº 5.835/96 (LAJEADO, 1996), define em seu capítulo I a política ambiental, reforçando que o meio ambiente é patrimônio comum da coletividade, bem de uso comum do povo, sendo a sua proteção dever do município e de todas as pessoas e entidades que, para tanto, no uso da propriedade, no manejo dos meios de produção e no exercício de atividades, deverão respeitar as limitações administrativas e demais determinações estabelecidas pelo poder público, para assim assegurar um ambiente sadio e ecologicamente

equilibrado, para as presentes e futuras gerações. Também deixa a cargo do poder executivo, por meio do departamento municipal de meio ambiente, executar, direta ou indiretamente, a política ambiental do município e a coordenação de ações, planos, projetos e atividades de preservação e recuperação ambiental, além de promover e colaborar com campanhas educativas e na execução de um programa permanente de formação e mobilização para a defesa do meio ambiente (Art 1º e 3º, I, II e XXII).

Em seu artigo nono, a norma define que as pessoas físicas e jurídicas que utilizam e manipulam substâncias, produtos, objetos ou resíduos, considerados tóxicos ou perigosos, deverão adaptar suas atividades às normas estabelecidas no Código de Meio Ambiente e na legislação, devendo os resíduos tóxicos ou perigosos serem reciclados, neutralizados ou eliminados nas condições estabelecidas.

Já no capítulo II, a lei estabelece que a coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo, lodos de esgotamento de fossas sépticas ou industriais deverão ser processados em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar público ou ao meio ambiente, e sempre com o devido acompanhamento técnico. Também proíbe a disposição indiscriminada de lixo e entulho em áreas urbanas ou rurais; a incineração e a deposição final de lixo e entulho a céu aberto; a utilização de resíduos ou lodos *in natura* para a alimentação de animais e adubação orgânica e o lançamento de lixo ou resíduos de qualquer ordem em águas de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas (Art. 10, parágrafo 1º, incisos I, II, III e V).

Define ainda o diploma, em seu artigo 10, § 2º, que os resíduos sólidos, portadores de agentes patogênicos, inclusive os de serviços de saúde (hospitalares, laboratoriais, farmacológicos e os resultantes de postos de saúde e de clínicas), assim como alimentos ou produtos contaminados e resíduos orgânicos, deverão ser acondicionados e conduzidos por transporte especial, a cargo e sob responsabilidade do empreendedor, nas condições estabelecidas pelo Departamento Municipal do Meio Ambiente, podendo ser incinerados ou manejados em valas sépticas, tecnicamente adequadas e no local de sua deposição final, desde que atendidas as especificações determinadas pelas leis vigentes.

Proseguindo na análise da norma, o artigo 3º proíbe a destinação de animais mortos para o Aterro Sanitário do Município, devendo o proprietário tomar providências no sentido de enterrá-los em sua propriedade, selecionando uma área longe dos cursos hídricos e de habitações, devendo, em caso de dúvida, recorrer ao Departamento Municipal do Meio Ambiente, hoje Secretaria, para receber as devidas orientações. Já em seu § 4º, deixa a cargo do Departamento Municipal do Meio Ambiente, estabelecer na zona urbana os locais onde a seleção do lixo deverá ser necessariamente efetuada em âmbito domiciliar, visando à coleta seletiva.

Da mesma forma, em seu artigo décimo terceiro, proíbe a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos, ou de qualquer outro material, exceto mediante autorização prévia do Departamento Municipal do Meio Ambiente. A norma trata ainda, no capítulo VI, mais especificamente no artigo 52, da criação do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, e, conforme previsão do §2º, a administração

dos recursos que o compõem fica a cargo do Departamento Municipal do Meio Ambiente. Esses valores devem ser aplicados em projetos de interesse ambiental, desde que exista aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA).

### 5.3 Arvorezinha

O estudo realizado em Arvorezinha demonstra que, das leis analisadas, apenas quatro fazem alusão às questões ambientais e somente duas tratam especificamente dos resíduos sólidos domésticos.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal (ARVOREZINHA, 1990), aprovada em 03 de abril de 1990, em seu título I, que trata da organização municipal, compete ao município, no exercício de sua autonomia, disciplinar sobre a limpeza dos logradouros públicos e a remoção do lixo domiciliar (Art. 8, XIII).

O capítulo V, artigo 185, parágrafos 1º, 2º e 3º, garante que o saneamento básico é serviço público essencial e deve ser encarado como atividade preventiva das ações da saúde e do meio ambiente. O saneamento básico é compreendido como a captação, o tratamento e a distribuição de água potável, além da coleta, tratamento e disposição final de esgotos cloacais e lixo, bem como da drenagem urbana. Traça-se, ainda, como um dever do Município, em colaboração com o Estado, a extensão progressiva de saneamento básico a toda a população urbana, como condição básica de qualidade de vida, proteção ambiental e de desenvolvimento social.

Nesse sentido, está previsto que a lei disporá sobre o controle, a fiscalização, o processamento, a destinação do lixo, dos resíduos urbanos, industriais hospitalares e laboratoriais de pesquisa, análises clínicas e assemelhadas. Define ainda, completando o disposto, que o município, em colaboração com o estado, e de forma integrada ao Sistema Único de Saúde, irá formular a política e o planejamento de execução das ações de saneamento básico, respeitadas as diretrizes estaduais quanto ao meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano (Art. 186).

O artigo 189, incisos IV e V, estabelece regras a respeito do Sistema Único de Saúde e incumbe ao município, na forma da lei, além de suas atribuições inerentes, o controle e a fiscalização de qualquer atividade ou serviço que comporte risco à saúde; à segurança; e ao bem-estar físico, psíquico do indivíduo e da coletividade, bem como ao meio ambiente. E, por fim, encarrega também ao município o estímulo à formação da consciência pública voltada à preservação da saúde e do meio ambiente.

Já a seção II, que trata especificamente a respeito do meio ambiente, garante no *caput* do seu artigo 192, que o município garantirá a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem comum do povo e essencial à qualidade de vida. O parágrafo primeiro do referido artigo assegura esse direito, por meio de parcerias com órgãos estaduais, regionais e federais competentes e, quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Na mesma linha, o parágrafo segundo responsabiliza o causador de poluição ou dano ambiental que deve ressarcir ao município, caso necessário, todos os custos financeiros imediatos ou futuros decorrentes do dano. Os parágrafos terceiro e quarto do artigo supracitado incumbem ao município a promoção de campanhas de educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente. As pessoas físicas e ou jurídicas, públicas e ou privadas, são consideradas responsáveis direta e indiretamente pelo acondicionamento, coleta, tratamento e destinação final dos resíduos por elas produzidos.

O Código de Obras Municipal (ARVOREZINHA, 1983), instituído pela Lei nº 538/83, em seu capítulo IV, artigo 80, *caput*, legisla que é obrigatória a ligação da rede domiciliar às redes gerais de água e esgoto, quando elas existirem na via pública em frente à construção, obedecendo as normas ditadas pela empresa concessionária e pela ABNT. Entretanto, no decorrer de seu texto, em nenhum momento a norma legisla diretamente a respeito do meio ambiente ou resíduos sólidos domésticos.

Da mesma forma, o Plano Diretor (ARVOREZINHA, 1983), aprovado pela Lei nº 537/83 e alterado pela Lei nº 952/94, também não trata de questões referentes ao meio ambiente e aos resíduos sólidos domésticos.

O Código Tributário (ARVOREZINHA, 2003), Lei nº 1607/03, artigo 2º, II, b, define como tributos de competência municipal os relativos à taxa de coleta de lixo. O capítulo II, artigo 22, define que o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, tem como fato gerador a prestação de serviços por pessoa natural, empresário ou pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo. Entre eles, considera-se a varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

Conforme o artigo 58, a taxa de coleta de lixo é devida pelo proprietário ou titular do domínio útil ou da posse de imóvel situado em zona beneficiada pelo serviço. Por fim, o artigo 60 garante que o lançamento da taxa de coleta de lixo será feito anualmente e sua arrecadação processar-se-á juntamente com o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

A Lei nº 539/83 (ARVOREZINHA, 1983), que versa sobre o Parcelamento do Solo Urbano, em seu artigo 10, incisos I, II e VIII, dispõe a respeito das áreas que não podem ser parceladas ou ocupadas sob a forma de condomínios. Entre elas encontram-se as que tenham sido aterradas com material nocivo à saúde pública, áreas onde a poluição impeça as condições sanitárias e as áreas que tenham florestas e demais formas de vegetação natural situada ao longo de rios, nascentes ou qualquer curso de água, alto de morros e que tenham exemplares de fauna e flora ameaçados de extinção. O artigo 20 proíbe ainda que o sistema de esgoto doméstico seja implantado em local que não tenha a prévia autorização do departamento de meio ambiente e secretaria de saúde e meio ambiente.

A Lei Complementar nº 4, de maio de 2000, traça o Código de Posturas Municipal (ARVOREZINHA, 2003) em seu título II. Trata da higiene pública compreendendo como fiscalização sanitária a limpeza e desobstrução de vias e cursos d'água; o controle dos sistemas de qualidade da água destinada ao consumo humano e o sistema de eliminação de resíduos e dejetos; o controle do sistema

de eliminação e depósito de dejetos líquidos, sólidos e gasosos (Art. 4º, VI, VII e VIII). Já o artigo 5º deixa claro que o serviço de limpeza e conservação das vias e logradouros é de responsabilidade do poder executivo municipal, sendo os moradores responsáveis apenas pelos serviços de limpeza e conservação do passeio e sarjeta fronteira à sua propriedade. Na mesma linha, o artigo 6º, incisos II e IV, veda o despejo e o lançamento de quaisquer resíduos, entulhos, ou objetos em geral nos terrenos particulares, várzeas, canais, cursos d'água, bueiros, sarjetas, vias e logradouros públicos; além do lançamento e depósito de quaisquer matérias ou resíduos que possam impedir a passagem de pedestres no passeio público. Nesse sentido, o artigo 7º, parágrafo único, define que na carga ou descarga de matérias ou resíduos, o responsável tem a obrigação de tomar todas as precauções para evitar que a higiene das vias fique prejudicada.

O capítulo III do mesmo diploma trata das habitações e terrenos, determinando que os proprietários ou inquilinos têm a obrigação de mantê-los limpos, evitando assim a proliferação de insetos, ratos e outros animais nocivos à população (Art. 9º). O artigo 16, incisos II e IV, proíbe que o lixo seja jogado fora, que haja seu lançamento por meio de janelas, portas e aberturas para a via pública; bem como em quaisquer locais que não sejam os recipientes apropriados.

Segundo o artigo 38, V, as casas de carnes, peixarias e abatedouros de animais devem manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de insetos, para assim atenderem aos requisitos de higiene. Ainda, o artigo 45, IV, obriga os hospitais, casas de saúde e maternidade a efetuarem o recolhimento interno e acondicionamento seletivo dos resíduos e dejetos, conforme grau de contaminação, visando à coleta e ao posterior transporte especial até o local de destinação final.

No capítulo V, artigo 104, entre outras orientações preve a instalação de caixas ou cestas coletoras de lixo em vias ou logradouros públicos. Por fim, os artigos 154 e 155 tratam dos depósitos de inflamáveis, tais como postos de serviços e abastecimento de veículos, pois esses devem atender às normas da ABNT e apresentar obrigatoriamente instalações destinadas a evitar a acumulação de água e resíduos lubrificantes no solo ou impedir o seu escoamento para os logradouros públicos.

## **6 AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ANALISADA: ASPECTOS CONCLUSIVOS**

Diante das normas utilizadas como objeto de análise nos municípios de Estrela, Lajeado e Arvorezinha, verificou-se que são poucas as leis que tratam especificamente da questão dos resíduos sólidos domésticos.

Dentre as regulamentações, nos municípios de Lajeado e Estrela, destacam-se, o Código do Meio Ambiente e o Código de Posturas Municipais. Já no município de Arvorezinha as normas que tratam do tema são a Lei Orgânica e o Código Tributário.

Nos três municípios o tratamento apresentado pelas normas que versam sobre a temática dos resíduos sólidos domésticos ainda é, no entanto, muito incipiente,

principalmente diante da falta de meios de sanção ou de incentivos para que a população atenda às disposições normativas.

Segundo a previsão legal, abordada nos primeiros itens deste artigo, cabe aos municípios a proteção do meio ambiente (Art. 23, da CF). Neste íterim incluem-se as ações e os programas relacionados ao destino dos resíduos domésticos.

Especificamente sobre a legislação dos municípios cabe ressaltar que Estrela ainda prevê a responsabilidade do poder público pelo lixo hospitalar. Tal artigo encontra-se defasado diante da legislação estadual, uma vez que esta define em seu artigo 8º que a responsabilidade pelo destino dos resíduos de saúde serão da fonte geradora. Em contrapartida, destacam-se outras duas situações na Lei Orgânica que preveem que cabe ao município a responsabilidade de promover ações de educação ambiental em todos os níveis de ensino e o incentivo à realização da coleta seletiva. No entanto, não são definidas formas de se trabalhar a educação no que se refere aos resíduos ou, ainda, às propostas de incentivo para coleta seletiva. É no Código de Meio Ambiente que Estrela dá maior ênfase ao tratamento dos resíduos domésticos, visto que nele estabelece normas sobre o acondicionamento e a disposição dos resíduos.

Lajeado prevê, de forma geral, que as atividades e funções de interesse social deverão impedir as agressões ao meio ambiente, estimulando ações preventivas e corretivas. Contudo, na análise da legislação, verificou-se que a maior parte das normas relativas aos resíduos sólidos preveem medidas corretivas, e não preventivas. O município dá ênfase à localização dos aterros e depósitos de lixo, prevendo que esses devem se situar fora da zona urbana, o que pode diminuir em muito os potenciais conflitos com a vizinhança. Trata ainda dos resíduos perigosos e patogênicos, prevendo regras específicas sobre sua disposição e transporte. A questão da educação ambiental também é abordada de forma genérica, uma vez que esta deve ser oferecida em todos os níveis de ensino.

Arvorezinha, por sua vez, talvez pela condição de município pequeno, se comparado aos demais, demonstrou possuir uma legislação restrita sobre a temática. No entanto, nomeia as questões envolvendo o lixo como questão de saneamento básico, o que dá grande importância ao tema. Nesse sentido determina que o poder público deve atender toda população com o serviço de saneamento, incluindo nessa questão a limpeza urbana. Dispõe ainda que o saneamento básico é serviço público essencial e deve ser encarado como atividade preventiva das ações da saúde e do meio ambiente. Sobre a temática ambiental de forma geral responsabiliza os possíveis infratores por danos futuros, o que demonstra uma visão de vanguarda no que se refere à temática da responsabilização. Assim como os outros municípios pesquisados, também trata da educação ambiental de forma ampla. E, ainda, torna o gerador, seja pessoa física ou jurídica, o principal responsável pelo acondicionamento e destinação dos resíduos.

Os municípios analisados tratam de forma deveras abrangente a temática dos resíduos sólidos. Outrossim, não se verificou a existência de normas com o intuito de estimular a coleta seletiva ou até mesmo evitar a geração dos resíduos. Enfim, não incorporaram os preceitos do princípio da prevenção aos ditames legais.

Resumindo pode-se dizer, em relação aos três municípios, que:

- a) as leis referem a educação ambiental como necessária, mas não deixam claro qual é a política de educação em relação aos resíduos sólidos;
- b) contemplam que a limpeza urbana e o recolhimento do lixo doméstico são de responsabilidade do município, atendendo assim ao disposto na Lei Estadual 9.921/93;
- c) contemplam a taxa de recolhimento, mas não trabalham com a possibilidade de descontos (benefícios fiscais) para aqueles que separam devidamente os resíduos ou diminuam as quantidades;
- d) não preveem regras sobre o tratamento dos resíduos especiais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus;
- e) Não preveem regras com o intuito de estimular a redução da produção de resíduos.

De modo geral, a análise do tratamento jurídico dos resíduos sólidos domésticos, conforme realizada neste artigo, aponta para a criação de legislações específicas somente a partir da década de 90.

A tendência observada é a responsabilização do poder Executivo pela coleta e destino, assim como pelas fiscalização e tomada de medidas corretivas e preventivas. Como a responsabilização pública é relativamente recente, a responsabilização coletiva dos cidadãos pela menor produção a partir de práticas de consumo refletidas, assim como pela separação adequada à coleta seletiva, é algo quase inexistente. Hoje a população não está sendo responsabilizada, nem pela produção e tampouco pela disposição inadequada dos resíduos sólidos domésticos, o que já se constitui em uma tendência em vários países. Propõe-se aqui que sejam repensadas as responsabilidades. Hoje elas são compartilhadas entre os poderes federal, estaduais e municipais. A proposta é que haja uma responsabilização compartilhada de poderes públicos entre si e entre estes e a sociedade, para se atingir de forma plena a previsão do artigo 225 da Constituição.

Essa responsabilização passa pela necessidade de políticas de educação ambiental municipais sintonizadas com as diretrizes federais, instituídas pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795, de 1999), e realizadas a partir de um planejamento estratégico e participativo, o que não está previsto nas legislações dos municípios analisados.

QUADRO 1 - Quadro comparativo da legislação existente nos municípios pesquisados

Espécie normativa	Município	Regras sobre os resíduos domésticos
Lei Orgânica	Estrela	Prevê regras relativas à(ao): - responsabilidade pela destinação dos resíduos; - promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino; - incentivo à coleta seletiva.
	Lajeado	Prevê ser de competência do município disciplinar o serviço de limpeza pública e a remoção do lixo domiciliar e a instalação de uma Usina de Lixo.
	Arvorezinha	- Prevê que compete ao município disciplinar a limpeza dos logradouros públicos e a remoção do lixo domiciliar; - Estabelece que o saneamento básico compreende coleta, tratamento e disposição final de esgotos cloacais e de lixo; - Determina que a lei disporá sobre o controle, a fiscalização, o processamento, a destinação do lixo, dos resíduos urbanos, industriais, hospitalares e laboratoriais de pesquisa, análise clínicas e assemelhadas; - Estabelece que as pessoas físicas e ou jurídicas, públicas e ou privadas, são responsáveis direta e indiretamente pelo acondicionamento, coleta, tratamento e destinação final dos resíduos por elas produzidos.
Plano Diretor	Estrela	Define como área especial a área da Usina de Tratamento de Resíduos.
	Lajeado	- Considera serviços de infraestrutura urbana a coleta e disposição dos resíduos sólidos e limpeza urbana; - Prevê que o município zelará pela saúde ambiental mediante obras de infraestrutura que visem à melhoria das condições ambientais que respeitem os critérios, normas e padrões fixados pelo Poder Público; elaboração de plano referente à limpeza urbana, no qual fiquem estabelecidas normas e locais para a implantação de usinas de compostagem e de reaproveitamento de plásticos, fora de núcleos urbanos, localização de aterros sanitários e destinação final dos resíduos hospitalares e congêneres e, por fim, integração da rede de coleta de lixo domiciliar no programa regional de industrialização do lixo.
	Arvorezinha	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.
Código Tributário	Estrela	Trata dos tributos referentes à varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer incluídos no IPTU.
	Lajeado	- Estabelece como imposto a execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer; - Define como taxa de serviço urbano a limpeza pública e a coleta de lixo; - Dispõe que as alíquotas estabelecidas para as taxas de limpeza pública e coleta de lixo poderão sofrer redução de 50%, quando os serviços forem prestados de uma a duas vezes por semana; e de 25%, quando os serviços forem prestados de três a quatro vezes por semana.
	Arvorezinha	- Define como tributos de competência municipal os relativos à taxa de coleta de lixo; - Contempla que o ISS tem como fato gerador a prestação de serviços por pessoa natural, empresário ou pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo. Entre eles, consideram-se varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer; - Estabelece que o lançamento da taxa de coleta de lixo será feito anualmente e sua arrecadação se processará juntamente com o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

<b>Espécie normativa</b>	<b>Município</b>	<b>Regras sobre os resíduos domésticos</b>
<b>Código de Meio Ambiente</b>	<b>Estrela</b>	<p>Trata da coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo. Estabelece regras sobre a disposição dos resíduos a céu aberto;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proíbe a utilização dos resíduos, sem prévio tratamento, para alimentação de animais e adubação orgânica;</li> <li>- Dispõe que os resíduos sólidos portadores de agentes patogênicos devem ser incinerados ou manejados em valas sépticas, tecnicamente adequadas;</li> <li>- Estabelece que os alimentos ou produtos contaminados e resíduos orgânicos devem ser acondicionados e conduzidos por transporte especial.</li> </ul>
	<b>Lajeado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Define que as pessoas físicas e jurídicas que utilizam e manipulam substâncias, produtos, objetos ou resíduos considerados tóxicos ou perigosos deverão adaptar suas atividades às normas estabelecidas no Código de Meio Ambiente e na legislação, devendo os resíduos tóxicos ou perigosos serem reciclados, neutralizados ou eliminados nas condições estabelecidas;</li> <li>- Estabelece que a coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo, lodos de esgotamento de fossas sépticas ou industriais, deverão ser processados em condições que não tragam malefícios ou sejam inconvenientes à saúde, ao bem-estar público ou ao meio ambiente, e sempre com o devido acompanhamento técnico;</li> <li>- Proíbe a disposição indiscriminada de lixo e entulho em áreas urbanas ou rurais; a incineração e a deposição final de lixo e entulho a céu aberto; a utilização de resíduos ou lodos in natura para a alimentação de animais e adubação orgânica e o lançamento de lixo ou resíduos de qualquer ordem em águas de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas;</li> <li>- Define ainda o diploma que os resíduos sólidos, portadores de agentes patogênicos, inclusive os de serviços de saúde (hospitalares, laboratoriais, farmacológicos e os resultantes de postos de saúde e de clínicas), assim como alimentos ou produtos contaminados e resíduos orgânicos, deverão ser acondicionados e conduzidos por transporte especial, a cargo e sob responsabilidade do empreendedor, nas condições estabelecidas pelo Departamento Municipal do Meio Ambiente, podendo ser incinerados ou manejados em valas sépticas, tecnicamente adequadas e no local de sua deposição final, desde que atendidas as especificações determinadas pelas leis vigentes;</li> <li>- Proíbe a destinação de animais mortos para o Aterro Sanitário do Município, devendo o proprietário tomar providências no sentido de enterrá-los em sua propriedade, selecionando uma área longe dos cursos hídricos e de habitações, devendo, em caso de dúvida, recorrer ao Departamento Municipal do Meio Ambiente, hoje Secretaria, para receber as devidas orientações;</li> <li>- Deixa a cargo do Departamento Municipal do Meio Ambiente estabelecer na zona urbana os locais onde a seleção do lixo deverá ser necessariamente efetuada em âmbito domiciliar, visando à coleta seletiva;</li> <li>- Proíbe a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos, ou de qualquer outro material, exceto, mediante autorização prévia do Departamento Municipal do Meio Ambiente.</li> </ul>
	<b>Arvorezinha</b>	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.
<b>Lei Orçamentária</b>	<b>Estrela</b>	Cuida do custo da destinação final da tonelada de lixo.
	<b>Lajeado</b>	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.
	<b>Arvorezinha</b>	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.
<b>Lei do Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>	<b>Estrela</b>	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.
	<b>Lajeado</b>	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.
	<b>Arvorezinha</b>	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.

Espécie normativa	Município	Regras sobre os resíduos domésticos
Código de Obras e Edificações	Estrela	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Define que as edificações destinadas a hotéis e congêneres devem ter local para coleta de lixo no primeiro pavimento ou subsolo, com acesso pela entrada de serviço.</li> <li>- Define que os hospitais deverão instalar equipamento de coleta, remoção e incineração de lixo que garantam completa limpeza e higiene</li> </ul>
	Lajeado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estabelece que as edificações em geral deverão prever locais dentro do seu lote para armazenagem do lixo, onde deverá permanecer até o momento da coleta;</li> <li>- Contempla ainda que as instalações de lixeiras no passeio público dependerão de prévia autorização do poder concedente e a armazenagem do lixo terá que ser feita de modo a não contaminar as pessoas e o meio ambiente.</li> </ul>
	Arvorezinha	Não prevê regras sobre os resíduos sólidos.

Espécie normativa	Município	Regras sobre os resíduos domésticos
Código de Posturas	Estrela	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proíbe a queima de lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança, além de classificar como serviços de limpeza urbana a coleta, o transporte e a disposição final do lixo público, ordinário, domiciliar e especial;</li> <li>- Define regras para realização da coleta seletiva (incluídas aqui regras relativas aos locais de disposição, horários e forma de acondicionamento).</li> </ul>
	Lajeado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prevê que os estabelecimentos comerciais e os condomínios residenciais deverão ser dotados de instalação coletora de lixo para facilitar a coleta pelo poder público ou empresa concessionária, do lixo orgânico e do lixo seco, devendo o lixo ser acondicionado para a coleta em sacos plásticos apropriados ou em vasilhames providos de tampa;</li> <li>- Cria normas sobre o lixo industrial ou proveniente do comércio e dos restos de matérias de construção, além de definir que o destino desses é de responsabilidade de quem os produz.</li> </ul>
	Arvorezinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trata da higiene pública, compreendendo como fiscalização sanitária a limpeza e desobstrução de vias e cursos d'água; o controle dos sistemas de qualidade da água destinada ao consumo humano e o sistema de eliminação de resíduos e dejetos; o controle do sistema de eliminação e depósito de dejetos líquidos, sólidos e gasosos;</li> <li>- Dispõe que o serviço de limpeza e conservação das vias e logradouros é de responsabilidade do poder executivo municipal, sendo os moradores responsáveis apenas pelos serviços de limpeza e conservação do passeio e sarjeta fronteirios à sua propriedade;</li> <li>- Veda o despejo e o lançamento de quaisquer resíduos, entulhos, ou objetos em geral, nos terrenos particulares, várzeas, canais, cursos d'água, bueiros, sarjetas, vias e logradouros públicos; além do lançamento e depósito de quaisquer matérias ou resíduos que possam impedir a passagem de pedestres no passeio público;</li> <li>- Define que, na carga ou descarga de matérias ou resíduos, o responsável tem a obrigação de tomar todas as precauções para evitar que a higiene das vias fique prejudicada;</li> <li>- Proíbe que o lixo seja jogado fora, que haja seu lançamento por meio de janelas, portas e aberturas para a via pública, bem como em quaisquer locais que não sejam os recipientes apropriados;</li> <li>- Estabelece que as casas de carnes, peixarias e abatedouros de animais devem manter coletores de lixo e resíduos com tampa à prova de insetos, para assim atenderem aos requisitos de higiene;</li> <li>- Obriga os hospitais, casas de saúde e maternidade a efetuarem o recolhimento interno e acondicionamento seletivo dos resíduos e dejetos, conforme grau de contaminação, visando à coleta e ao posterior transporte especial até o local de destinação final;</li> <li>- Prevê regras para instalação de caixas ou cestas coletoras de lixo em vias ou logradouros públicos;</li> <li>- Trata dos depósitos de inflamáveis, tais como: postos de serviços e abastecimento de veículos, os quais devem atender às normas da ABNT e apresentar obrigatoriamente instalações destinadas a evitar a acumulação de água e resíduos lubrificantes no solo ou o seu escoamento para os logradouros públicos.</li> </ul>
Lei de Parcelamento	Arvorezinha	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dispõe a respeito das áreas que não podem ser parceladas ou ocupadas sob a forma de condomínios. Entre elas encontram-se as que tenham sido aterradas com material nocivo à saúde pública.</li> </ul>

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. **Competências na Constituição de 1988**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2007.

ARVOREZINHA. **Lei orgânica do município de Arvorezinha**. Arvorezinha, RS, 1990. Disponível em: <<http://www.arvorezinhars.com.br/site/leismunicipais.php>>. Acesso em: jul. 2008.

ARVOREZINHA. Lei n. 1.607, de 30 de dezembro de 2003. Estabelece o Código Tributário do Município, consolida a legislação tributária e dá outras providências. Arvorezinha, RS, 2003. Disponível em: <[http://www.arvorezinhars.com.br/i\\_uploads/leismunicipais/1224595537.78A.pdf](http://www.arvorezinhars.com.br/i_uploads/leismunicipais/1224595537.78A.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

ARVOREZINHA. Lei complementar n. 4, de 19 de maio de 2000. Dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Arvorezinha e dá outras providências. Arvorezinha, RS, 2000. Disponível em: <[http://www.camaraarvorezinha.com.br/i\\_uploads/legislacaoarquivo/LEI-COMPLEMENTAR-04.pdf](http://www.camaraarvorezinha.com.br/i_uploads/legislacaoarquivo/LEI-COMPLEMENTAR-04.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

ARVOREZINHA. Lei n. 538, de 3 de maio de 1983. **Código de Obras**. Arvorezinha, RS, 1983.

ARVOREZINHA. Lei n. 537, de 3 de maio de 1983. **Plano Diretor**. Arvorezinha, RS, 1983.

ARVOREZINHA. Lei n. 539, de 3 de maio de 1983. **Lei do Parcelamento do Solo Urbano**. Arvorezinha, RS, 1983.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=15158](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=15158)>. Acesso em: set. 2008.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei n. 203, de 1º de abril de 1991. Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde. **Diário Nacional do Congresso**, Brasília, DF, 2 abr. 1991. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/dc\\_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=2/4/1991&txpagina=2765&altura=700&largura=800](http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&DataIn=2/4/1991&txpagina=2765&altura=700&largura=800)>. Acesso em: set. 2008.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 2638, de 1º de março de 1994. Código de Posturas. Estrela, RS, 1994. Disponível em: <<http://www.sitesdovale.com.br/camaraestrela/fotos/postura.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Emenda a Lei Orgânica n.18/2006. Revisa a Lei Orgânica do Município de Estrela, acrescentando, suprimindo e alterando dispositivos e dá outras providências. Estrela, RS, 2006. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei\\_organica\\_revisada.pdf](http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei_organica_revisada.pdf)>. Acesso: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 4.503, de 5 de outubro de 2007. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para O Exercício Financeiro de 2008 e dá outras providências. Estrela, RS, 2007. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/2007/LEI\\_4503.pdf](http://www.estrela-rs.com.br/leis/2007/LEI_4503.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 1.622, de 28 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Código de Edificações do Município e da outras providências. Estrela, RS, 1979. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/codigo\\_de\\_edificacoes.htm](http://www.estrela-rs.com.br/leis/codigo_de_edificacoes.htm)>. Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 3.125, de 20 de agosto de 1998. Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências. Estrela, RS, 1998. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei\\_3125.htm](http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei_3125.htm)>. Acesso em: jul. 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. Resolução CONAMA n. 5 de 5 de agosto de 1993. Estabelece definições, classificação e procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1993. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res93/res0593.html>>. Acesso em: set. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Vale do Taquari**. 2006. Disponível em: <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Vale+do+Taquari)> . Acesso em: jul. 2008.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: abr. 2008.

KRAPFENBAUER, Anton. **O ser humano e o meio ambiente: crise sem saída?** Santa Maria: UFSM, 1991.

LAJEADO. **Lei orgânica do município de Lajeado**. Lajeado, RS, 1990. Disponível em: <[http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/lei\\_organica\\_municipal.pdf](http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/lei_organica_municipal.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

LAJEADO. Lei n. 7.650, de 10 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Lajeado. Lajeado, RS, 2006. Disponível em: <[http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/lei\\_7650\\_plano\\_diretor\\_2006.pdf](http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/lei_7650_plano_diretor_2006.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

LAJEADO. Lei n. 5.848, de 18 de dezembro de 2006. **Código de Edificações**. Lajeado, RS, 2006. Disponível em: <[http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/codigo\\_edificacoes.pdf](http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/codigo_edificacoes.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

LAJEADO. Lei n. 5.835, de 12 de dezembro de 1996. **Código do Meio Ambiente**. Lajeado, RS, 1996. Disponível em: <[http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/codigo\\_meio\\_ambiente.pdf](http://www.lajeado-rs.com.br/anexos/codigo_meio_ambiente.pdf)>. Acesso em: jul. 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

RIO GRANDE DO SUL. **Ministério Público Estadual**. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislação>>. Acesso em: mar. 2009.

RICHARDSON, Jarry Roberto. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.9.921, de 27 de julho de 1993. Dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo 3º da Constituição do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Porto Alegre, RS, 28 de jul. 1993. Disponível em: <[http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/lei\\_9921.htm](http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/lei_9921.htm)>. Acesso em: jul.2008.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

# GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMÉSTICOS: ESTUDO DE CASO EM ESTRELA-RS

*Dra. Jane M. Mazzarino, Dr. Odorico Konrad, Ms. Shirlei M. da Silva, Ms. Luciana Turatti, Ms. Laerson Bruxel*

**RESUMO:** Dadas as características da sociedade contemporânea em relação às suas práticas de consumo – materiais/simbólicas – geradoras de toneladas ilimitadas de resíduos que se somam diariamente como um problema aparentemente insolúvel, coloca-se o desafio: Como atores de diferentes campos sociais envolvidos na rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos constroem representações sociais sobre os resíduos sólidos domésticos e que caminhos essas representações apontam para incrementar a gestão da política pública de coleta seletiva? Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar realizada a partir do estudo de caso do município de Estrela, Vale do Taquari, RS. Utilizaram-se metodologias quanti-qualitativas. Como resultado apontam-se caminhos para qualificar a gestão dos resíduos sólidos domésticos no município estudado, mas que podem ser adaptadas em outras realidades sociais brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Resíduos sólidos domésticos. Gestão pública. Coleta seletiva. Representações sociais.

## 1 INTRODUÇÃO

Dadas as características da sociedade contemporânea em relação às suas práticas de consumo – materiais/simbólicas – geradoras de toneladas ilimitadas de resíduos que se somam diariamente como um problema, aparentemente insolúvel, coloca-se o desafio em forma de problema de pesquisa: Como atores de diferentes campos sociais envolvidos na rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos constroem representações sociais sobre os resíduos sólidos domésticos e que caminhos essas representações apontam para incrementar a política pública de coleta seletiva?

A natureza complexa do problema socioambiental que se constituem os resíduos sólidos domésticos nas sociedades contemporâneas apontou para a necessidade do trabalho investigativo interdisciplinar. Este é o cerne da proposta da pesquisa *Práticas ambientais e redes sociais: investigações das realidades dos resíduos sólidos domésticos no Vale do Taquari RS*, um projeto de pesquisa em Ciências Ambientais atrelado ao Programa de Pós-Graduação Ambiente e Desenvolvimento do Centro

Universitário UNIVATES. Entende-se que é preciso investigar a realidade para planejar ações de gestão dos resíduos sólidos domésticos urbanos. Nesse sentido, considera-se necessário conhecer as representações sociais dos sujeitos dos campos sociais envolvidos nessa problemática ambiental. Sem isso o investimento na coleta seletiva corre o risco de ter resultados frustrantes para todos: prefeituras, moradores, organizações sociais, catadores, empresas, conselhos de meio ambiente etc.

O objetivo geral da pesquisa é compreender os processos que envolvem a constituição da rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos, investigar as práticas culturais dos envolvidos e estratégias de ações sustentáveis para o desenvolvimento regional, a fim de contribuir com as políticas públicas para a coleta seletiva.

A pesquisa focou a realidade do Vale do Taquari, localizada na região centro-leste do Rio Grande do Sul, estado mais ao Sul do Brasil. A população da região é de 316.325 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). São descendentes de alemães e italianos, predominantemente, além de portugueses, negros e, em minoria, de outros povos europeus. A FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (2006) aponta que o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) médio da região é de 0,73.

A pesquisa foi realizada de forma exploratória nos 36 municípios da região, de forma semiaprofundada nos 10 que mantêm política de coleta seletiva, e aprofundada em dois deles, nos quais se constatou que o processo está mais completo: Lajeado e Estrela. Os dados analisados neste artigo referem-se à realidade encontrada em Estrela, município que ocupa a 29ª posição no *ranking* do Idese.<sup>1</sup> Trata-se de um dos municípios mais antigos da região do Vale do Taquari, colonizado por imigrantes alemães e distante a cerca de 100 km de Porto Alegre, capital do estado. Conforme dados do IBGE (2007), a cidade possui área geográfica de 184 km<sup>2</sup> e população total de 29.071 habitantes, dos quais 86,6% vivem em área urbana. Sua economia é baseada principalmente na indústria, seguida do comércio e do setor primário.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para MELUCCI (1992, 2001), a questão ambiental mudou a percepção cultural e social do mundo, pois revela a interdependência planetária. Entre as dimensões para pensar a questão ambiental, é fundamental a dimensão cultural, que se refere às relações sociais, com os recursos naturais, a produção de informação, os sistemas técnicos e com os sistemas simbólicos. Estes regem a vida cotidiana, os sistemas políticos e as formas de produção e consumo. Dessa forma, os estudos culturais contribuem para esta pesquisa, já que possibilitam investigar todo o processo de

---

<sup>1</sup> Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), “o Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico) é um índice sintético, inspirado no índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde. (...) O Idese varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o estado, os municípios ou os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Coredes em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais (sic) que 0,800)” (FEE, 2008).

gestão dos resíduos sólidos domésticos, desde o momento do consumo, passando pelo descarte na lixeiras, até estes resíduos serem encaminhados para a reciclagem industrial, incluindo na investigação as representações sociais e formas de ação dos atores sociais envolvidos.

Os estudos culturais privilegiam a análise do processo de produção de sentido que se dá na interação entre os universos simbólicos dos diferentes campos sociais. As produções de sentido e os universos simbólicos estão explicitados nos discursos sociais, nas formas de nominar (HALL 2003; VERÓN, 1980). Portanto, os discursos dos sujeitos sociais explicitam formas de representar e enquadrar a realidade. Esses enquadramentos são um fazer político que pode ser observado nas escolhas que os indivíduos fazem sobre os objetos de consumo e formas de descartabilidade, assim como a construção de sentido que fazem desses atos diários, aparentemente pouco importantes e nada complexos, além de serem temas de reflexão relativamente recentes.

A problemática ambiental passa a fazer parte das agendas sociais com as conferências, tratados, comissões etc. que surgem no mundo principalmente a partir de 1972. São tentativas de construir modelos de desenvolvimento alternativos, baseados nos princípios da solidariedade, da igualdade e da proteção ambiental. Essas alternativas não revolucionam o modelo baseado na racionalidade econômica, mas produzem “reformas” de potencial emancipador, mudando as condições de vida de grupos sociais e difundem novos valores e formas de organização. Para LEFF (1991), a crise ambiental gerou novas orientações para o processo de desenvolvimento, novas demandas para os movimentos sociais e a necessidade de reorientação do progresso científico e tecnológico, em uma perspectiva interdisciplinar, que articula os processos sociais e naturais para a gestão social do desenvolvimento sustentável, incorporando o ambiental.

Nesse sentido, para a investigação das práticas ambientais e redes sociais que se organizam em torno da problemática dos resíduos sólidos domésticos, considera-se a necessidade de uma abordagem que contemple a complexidade dessa(s) realidade(s) social(is), investigando as várias dimensões envolvidas nas representações sociais dos atores, as quais são movimentadas nos seus discursos e práticas cotidianas: política, social, cultural, comunicacional, econômica, tecnológica, natural e ética.

Entende-se que os modos de produzir sentido pelos atores dos diferentes campos sociais materializam-se nas ações e nas diferentes caracterizações que a questão dos resíduos sólidos domésticos apresentam e que essas características podem ser enquadradas nas dimensões apresentadas. Assim, um modo de representar a realidade dos resíduos sólidos domésticos por uma administração pública, pelos moradores de uma cidade, pelas organizações sociais dos conselhos de meio ambiente, pelos catadores etc. acabam determinando as características que o tema assume enquanto realidade social.

Na sociedade global contemporânea, os valores ambientalistas contaminam diferentes campos sociais que, cada vez mais, inserem em seus repertórios sentidos relativos a questões e ações ambientais ou socioambientais. A urgência

de estratégias em relação a alguns temas, caso dos resíduos sólidos, faz com que não apenas os poderes públicos, mas também a sociedade civil – organizada e não organizada – também se pronuncie publicamente na busca por soluções, seja por meio de conversas informais do cotidiano ou mesmo em espaços públicos formais. A diversidade de posicionamentos sociais dos atores dos diversos campos de saber complexifica a compreensão sobre os temas em discussão.

Para a teoria sociológica que tem base no pensamento de Bourdieu, a sociedade moderna se organiza a partir da diversidade de campos sociais, que representam diversos universos simbólicos. Essa pluralidade simbólica é geradora da complexidade social que marca a diversidade de orientações para as ações sociais. Campos sociais são campos de saber autônomos que mantêm uma relação de abertura e interdependência entre si. São instâncias produtoras de informação. A interação entre os campos sociais é marcada por conflitos e negociações que se dão no âmbito comunicacional. As interações se dão em torno de lutas culturais em que está em jogo o estabelecimento de sentido sobre a realidade. No caso deste projeto a realidade a partir do foco ambiental (BOURDIEU, 1989; ESTEVES, 2003).

No interior do campo simbólico são travadas relações de força, manifestando-se o resultado no modo como é tratada a questão em discussão. A própria posição no campo funciona como mediação das relações de produção e difusão do material simbólico. Lutas simbólicas se presentificam nos conflitos da vida cotidiana, nos quais está em jogo a legitimação de uma ou outra forma de expressão da realidade (BOURDIEU, 1989, 1974).

CARVALHO baseia-se no conceito de campo social de BOURDIEU para construir o conceito de campo ambiental. A autora reitera que o campo social refere-se a um espaço autônomo de relações sociais historicamente situadas, em que se compartilham valores, uma ética, traços identitários, modos de ser e comportar que põem em ação certas regras.

Enquanto um espaço estruturado e estruturante, o campo ambiental inclui uma série de práticas e políticas pedagógicas, religiosas e culturais, que se organizam de forma mais ou menos instituídas, seja no âmbito do poder público, seja na esfera da organização coletiva dos grupos, das associações ou movimentos da sociedade civil; reúne e forma um corpo de militantes, profissionais e especialistas; formula conceitos e adquire visibilidade através de um circuito de publicações, eventos, documentos e posições sobre os temas ambientais. Ao tomar o campo ambiental como referência, podem-se compreender as motivações, os argumentos, os valores, ou seja, aquilo que constitui a crença específica que sustenta um campo. Desta forma, é possível indagar pelos significados que, investidos nas coisas materiais e simbólicas em jogo no campo, orientam a ação dos agentes que aí estabelecem um percurso pessoal e profissional (CARVALHO, 2002, p. 53).

Para a autora, assim como outro campo social, o campo ambiental tem uma ética própria e por meio dela oferta orientações para as ações sociais. “O campo ambiental se constitui necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal”, afirma (CARVALHO, 2002, p. 37).

Na formação do campo ambiental, os atores têm graus diferenciados de poder simbólico, gozam de maior ou menor legitimidade conforme a posição social que ocupam e as características que formam seu capital simbólico. Lutas simbólicas são travadas sobre os modos de agir e representar socialmente a realidade dos temas ambientais. Assim, atores de associações civis, poderes públicos, consumidores, cientistas e empresas defendem posições que se contrapõem ou convergem, em uma luta simbólica. Compreender como se travam essas lutas, a partir da análise sistemática e da reflexão crítica dos discursos e decisões dos atores dos diferentes campos sociais envolvidos com as questões dos resíduos sólidos domésticos, observando como as diferentes dimensões dos saberes ambientais são movimentadas, coloca-se aqui como uma proposta teórico-metodológica de pesquisa sobre o tema, que se oferta para ser apropriada pelas administrações municipais, para auxiliar no planejamento de ações de gestão, incluindo toda comunidade como público-alvo, de modo a qualificar as condições em que os resíduos chegam às centrais de triagem.

### 3 MÉTODOS

Diferentes métodos auxiliam na compreensão das questões do problema posto neste projeto, devendo o pesquisador lançar mão de diferentes recursos para compreender a realidade. Uma ideia ampla da complexidade do problema pode ser resultado da combinação de diversas técnicas - quantitativas e qualitativas -, já que o cruzamento de dados obtidos por diferentes fontes dá mais credibilidade às conclusões que a aplicação de uma técnica específica para uma situação particular. A quantificação é útil se servir à compreensão de um problema sem obscurecer a singularidade dos fenômenos. Dada a natureza interdisciplinar da problemática desta pesquisa, utilizou-se metodologia quanti-qualitativa, entendendo que são métodos complementares (GOLDEMBERG, 1998).

Como técnicas e procedimentos operacionais utilizaram-se pesquisa bibliográfica, observações, conversas informais, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, análise de conteúdo qualitativa, documentação fotográfica e análise gravimétrica dos resíduos.

A análise gravimétrica foi realizada com os resíduos da Unidade de Triagem de Lixo de Estrela (UTL) na sua classificação, quando se utilizou metodologia descrita por CONSONI, PERES e CASTRO (1995). O método consiste em retirar quatro amostras (uma do topo e as outras da base) de cada carga dos resíduos coletados; pesá-la; segregar os materiais por tipo (orgânico, plástico, papel, papelão, metal, fraldas etc.); e pesar cada material separadamente. Essa técnica foi empregada durante cinco dias nos meses de março, maio, julho e outubro (entre 2007 e 2008), o que representa as estações do ano: verão, outono, inverno e primavera, respectivamente. Após esse procedimento, foram calculadas as porcentagens em relação ao peso dos diferentes resíduos que chegam à UTL.

Para buscar a compreensão as questões colocadas e para fazer o cruzamento dos dados realizaram-se entrevistas com os atores identificados diretamente com a questão dos resíduos sólidos domésticos: prefeito, secretária do meio ambiente, responsável técnico da Usina de Tratamento de Lixo, presidente da Câmara de

Vereadores, promotora, 21 catadores, 40 moradores dos diferentes bairros do município e sete integrantes do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente (Condema). A escolha dos conselheiros deu-se entre os mais participativos das reuniões, incluindo os representantes da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), Companhia de Água e Saneamento (Corsan), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretaria da Educação, Emater, Associação Comercial e Industrial de Estrela (Acie) e Batalhão Ambiental.

A amostra caracteriza-se como não probabilística (os sujeitos são escolhidos por determinado critério) e intencional, sendo os informantes escolhidos por acessibilidade e tipicidade. Segundo VERGARA (2004, p. 51),

Por acessibilidade: longe de qualquer procedimento estatístico, seleciona elementos por facilidade de acesso a eles (e) [...] por tipicidade: constituída pela seleção de elementos que o pesquisador considere representativos da população-alvo, o que requer profundo conhecimento dessa população.

As entrevistas foram transcritas integralmente. Sobre as respostas coletadas procedeu-se a análise de conteúdo qualitativa e temática, optando-se por manter as formas de expressão dos entrevistados.

## 4 RESULTADOS

Para caracterizar o contexto regional, em 2007, realizou-se estudo nos 36 municípios do Vale do Taquari por meio de um questionário enviado por *e-mail* aos responsáveis pela gestão dos resíduos nas prefeituras. Observou-se que a secretaria de obras é geralmente aquela que se responsabiliza pela coleta dos resíduos das ruas. A secretaria de obras e empresas terceirizadas são aquelas que se responsabilizam pelo destino final dos resíduos. Ao todo, 63% dos municípios do Vale do Taquari não faziam a triagem dos resíduos. Nos municípios que, a faziam, os responsáveis eram: empresas familiares, empresas de outro município, cooperativa de catadores, unidades ou galpões de triagem do município.

Constatou-se que 58% dos municípios enviam os resíduos para outro município e apenas 16% têm aterro sanitário. Em 53% dos municípios a produção mensal de resíduos não ultrapassava 80 toneladas. Já 72% dos municípios recolhiam os resíduos juntos: seco e úmido, enquanto 10 municípios informaram que mantinham o sistema de coleta seletiva. Os outros não responderam. Dos 36 municípios, 18 recolhiam os resíduos duas ou três vezes por semana, outros 10 municípios os recolhiam seis vezes por semana.

Em relação à legislação, 47% dos municípios seguiam alguma legislação. Um terço dos municípios seguia legislação municipal para os resíduos. Os outros seguiam legislação estadual, federal, e muitos não informaram qual legislação seguiam.

Observou-se ainda que as ações de educação ambiental para orientar os moradores a lidar com os resíduos acontecem predominantemente nas escolas, por meio de palestras, panfletos e campanhas. Os meios de comunicação comerciais

são usados eventualmente e 15% deles não realizam nenhuma ação de educação ambiental.

Esses resultados vão ao encontro do índice do IDESE medido pela FEE no RS, que avalia condições de renda, educação, saúde e domicílio. Pelo levantamento feito em 2006, o pior índice da região está relacionado ao saneamento: 0,43, enquanto o índice médio do RS é 0,56. Ou seja, o Vale do Taquari está perdendo para muitas regiões gaúchas. O índice de renda da região também é ligeiramente abaixo do índice estadual: no Vale do Taquari é 0,77 enquanto no RS é 0,78. Um pouco melhor que as médias do estado são os índices regionais em educação e saúde. Em educação o índice é de 0,86 e no RS é 0,85. Em saúde o índice é 0,87 na região é 0,85 no estado (FEE, 2006).

Estudo de caso feito pelo grupo de pesquisa no município de Estrela em quatro estações do ano, por meio de caracterização gravimétrica, aponta que os resíduos que chegam à central de triagem estão compostos assim: material orgânico (54,0%), fraldas (8,0%), plástico filme (7,7%), papel sanitário (7,3%), plástico rígido (3,8%), papel/jornal (4,4%), papelão (2,4%), rejeito (2,3%), vidro (3,1%), trapo (2,4%), metal/alumínio (1,9%), embalagem cartonada (1,5%), PET (Politereftalato de etileno) (0,7%), isopor (0,5%) e madeira (0,3%).

Devido à baixa qualidade desses resíduos, pelo fato de chegarem na UTL misturados pelos moradores, há grandes perdas de materiais, que acabam sendo destinados célula. Segundo o responsável técnico, das 400 a 450 toneladas de resíduos recebidos mensalmente pela UTL, 240 toneladas eram resíduos orgânicos, sendo parte desse volume era compostado nos pátios da UTL e reutilizado. A parte que não era compostada era destinada à célula, junto com 120 toneladas consideradas rejeito. As 40 toneladas restantes eram resíduos secos que, após serem separados e enfardados, foram leiloados e destinados para reciclagem. O responsável técnico estima que, se os moradores colaborassem mais com a coleta seletiva, os materiais destinados à venda para reciclagem teriam melhor qualidade, o que aumentaria em 25% seu valor de mercado.

A triagem do material é feita diariamente (com exceção de sábados e domingos) por funcionários da UTL, aprovados em concurso. De acordo o gerente da UTL, muitos dos funcionários concursados são ex-catadores de rua. Todos receberam Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, mas há resistência para o uso.

Segundo ele, apesar de a UTL tratar os resíduos domésticos, há frações de resíduos industriais que chegam pela coleta pública, porque algumas empresas não estão dando o destino correto aos seus resíduos. No caso da coleta feita na área rural, o responsável técnico pela UTL considera que os resíduos são melhor classificados, porque há utilização dos resíduos orgânicos na propriedade.

Entre os moradores da área urbana, observou-se a confusão e falta de informação sobre o destino dos seus resíduos após serem recolhidos pelos catadores ou pela empresa contratada pela administração municipal. Isso acontece mesmo havendo ações de educação ambiental organizador pelo poder público.

Detectou-se que as atividades de educação ambiental do Programa de Coleta Seletiva de Estrela referem-se a intervenções na Semana do Meio Ambiente, Fórum

Lixo e Cidadania, visitas à Usina de Tratamento de Lixo, eventos na Sala Verde (palestras, exposição de vídeos, empréstimo de livros sobre meio ambiente) e cartazes distribuídos nos estabelecimentos comerciais pelos agentes mirins, que se reúnem mensalmente. Além disso, um fôlder foi distribuído nas escolas municipais, estaduais e particulares sobre os dias da coleta seletiva nos bairros e, eventualmente, há mutirões em bairros para recolhimento de resíduos das casas. Também são utilizados os meios de comunicação para informar sobre a coleta seletiva. A rádio e os jornais locais são os mais comuns.

De modo geral, a observação das lixeiras aponta a prática do descarte misturado dos resíduos, inclusive nas lixeiras específicas para os diferentes materiais: metais, vidros, plásticos, papéis (Pontos de Entrega Voluntária ou PEV). Em nenhuma das dezenas de lixeiras observadas nos diversos bairros, os descartes haviam sido feitos corretamente pela maioria das pessoas. Sempre observou-se algum tipo de mistura. Sobre a participação dos moradores na coleta seletiva, as repostas dos integrantes do Condema apontam que o problema está dentro das casas, o que vai ao encontro dos dados oriundos das observações feitas pelo grupo de pesquisa.

Os moradores demonstram não refletir sobre os impactos ambientais resultantes dos seus modos de consumo, buscando a praticidade e o consumo simbólico. No momento do descarte, as práticas incluem uso de composteiras, a separação prévia de alguns materiais para os catadores (especialmente papéis e plásticos), para a coleta seletiva, para reutilização, para doação aos artesãos ou para venda. Quanto às composteiras, as falas apontam para a falta de informação sobre como proceder para evitar cheiros e atração de animais, ou então para sua construção em espaços restritos como apartamentos.

Para além das relações familiares e escolares, não há circulação de informação sobre como proceder em relação aos resíduos, ficando a educação ambiental restrita às escolas e a alguns programas de rádio. Esse tipo de ação está resultando em mudança de atitudes entre as famílias que têm filhos em idade escolar e naquelas em que algum ente familiar já introjetou o discurso da separação. Neste sentido, percebeu-se que os entrevistados são de uma geração intermediária, em que a educação ambiental não foi uma ação dos pais para com eles, mas está se dando a partir dos filhos. Na sua história familiar a relação com o lixo incluía basicamente a queima dos resíduos, a destinação de orgânicos para composteiras e animais e a reutilização. Mesmo assim observou-se que a separação dos resíduos no ambiente familiar é motivo de conflitos, já que alguns entrevistados afirmaram que nem todos os entes o fazem corretamente.

Muitos afirmam que não participam da coleta seletiva porque observam que o caminhão acaba recolhendo todos os resíduos da lixeira juntando os que estão devidamente separados com aqueles misturados. Há quem desconhece os dias da coleta em cada bairro. Outros conhecem, mas querem logo desfazer-se do lixo, não aguardando o dia da coleta seletiva. Há aqueles que separam, mas descartam os resíduos úmidos e secos no mesmo dia. Outros dizem que, devido ao pouco tempo que têm para ficar em casa, acabam relaxando. E há aqueles que afirmam que não separam porque nunca ninguém os orientou nesse sentido. Observou-se, ainda, que

as lixeiras são motivo de conflito entre vizinhos, já que são os moradores que as adquirem, e elas passam a ser usadas pelos vizinhos como lixeiras públicas.

Observou-se que é predominante a desresponsabilização pelos resíduos após serem descartados pelos moradores nas lixeiras, o que aponta que é preciso investir em informação que construa simbolicamente a relação entre consumo, resíduo, descarte, destino e problemas ambientais locais e globais.

Para os moradores, o município deveria: investir em ações continuadas de informação ambiental, interação face a face, capacitação de mediadores ambientais, distribuição de sacos de lixo; insistir na separação básica lixo seco/lixo úmido e na necessidade de diminuir o consumo, de reutilização das embalagens e do reaproveitamento dos orgânicos.

Quanto às práticas pedagógicas dos professores de Estrela, observou-se que são orientadas para uma percepção naturalista. Apesar de estabelecerem uma relação entre a natureza e a atividade humana, esta assume um papel secundário, subordinada e geralmente danosa ao ambiente. Nesse quadro, a educação ambiental é tratada como uma ação preventiva ou reparadora a ser incentivada nos alunos pelos professores. Esses colocam-se como multiplicadores do conhecimento, mediadores que detem o saber. São protagonistas, enquanto os saberes dos alunos tendem a não ser considerados e não subsidiam as atividades de educação ambiental.

Os dois jornais de Estrela, quando analisados, mostraram superficialidade na publicação de informação ambiental. As matérias não aprofundam a discussão da problemática ambiental nem no âmbito global, nem no âmbito local, e não fazem uma relação entre estes contextos. Enquanto o jornal A mostrou carência de fontes, apegando-se a fontes oficiais e apenas reproduzindo seu discurso, o jornal B apoiou-se em relações tensas com o poder público para publicar matérias tendenciosas. Nenhum dos jornais buscou uma aproximação mais direta com a comunidade no que tange às questões ambientais. O jornal A não trouxe a opinião da comunidade para suas matérias nem mesmo abriu um canal de relacionamento com ela. O jornal B se preocupou em denunciar e criticar o poder público, e, assim, da mesma forma, não trouxe informações que contribuíssem para informação ambiental voltada para a cidadania. O jornal A mostrou-se mais informativo, porém “publicava o que chegava”. Já o jornal B foi mais opinativo, mas focou a cobertura nos desentendimentos com o poder público. Em função disso, a prefeitura acabou tendo mais espaço do que qualquer outro ator social enquanto fonte de matérias ambientais. Ou seja, o jornalismo impresso em Estrela está mais voltado para o poder público do que para a comunidade. De qualquer forma, pode-se afirmar que o tratamento dado aos temas ambientais não difere muito do tratamento dado pela mídia a outros temas de interesse social.

Evidenciou-se a falta de conexão dos jornais com os problemas ambientais da comunidade. Constatou-se que os atores envolvidos na problemática dos resíduos sólidos domésticos (moradores, catadores, sociedade civil organizada, poder público) tendem a ser pautados com informações ambientais de caráter global, costumando a televisão e o rádio ser os meios de comunicação mais utilizados. Os moradores da cidade não citaram os jornais impressos locais como veículos

importantes na disseminação de informação ambiental, o que leva a concluir que, se os jornais tivessem um conteúdo mais aprofundado, talvez não afetasse a percepção dos moradores sobre os temas ambientais. É preciso ter em mente também o baixo índice de leitura de jornais, elemento histórico na sociedade brasileira. Programas como Fantástico e Globo Repórter foram os mais citados. Como as pautas da grande mídia normalmente giram em torno de questões globais, dificultam a percepção dos indivíduos sobre os problemas ambientais na sua cidade, no seu bairro, na sua casa.

Em relação aos catadores, percebeu-se que aqueles que atuam na UTL sentem-se excluídos pela sociedade devido ao preconceito que percebem em relação ao seu trabalho e, mesmo estando incluídos no Programa Brasil Joga Limpo, demonstraram estar desinformados sobre seu papel nesse programa. Esse grupo ainda sente-se incluído no universo do trabalho e está mais próximo dos serviços públicos essenciais providos pelo Estado. Além disso, os catadores da UTL sentem-se incluídos como atores que têm um importante papel ambiental.

Já os catadores que atuam na rua, individualmente, sentem-se abandonados pelo Estado, excluídos do acesso ao trabalho formal e suas garantias, assim como demonstraram sentir-se mais distantes do acesso aos serviços essenciais. Apesar de excluídos do trabalho formal, sentem-se incluídos no universo de trabalho, já que apontaram que a catação é um espaço de construção da dignidade e de desempenho do seu papel de agentes ambientais. Eles sentem-se, ainda, incluídos na comunidade a partir da boa relação que afirmam ter com os moradores.

Apesar de a análise dos dados apontar maior precariedade das condições de vida dos catadores individuais, em contraponto à realidade vivida entre os operários da UTL, nos dois grupos o trabalho com a catação acaba gerando a inclusão desses atores na cadeia produtiva que se organiza a partir dos resíduos sólidos domésticos, cadeia esta que se organiza, paradoxalmente, a partir da exclusão de diferentes sujeitos do trabalho formal e da precarização das formas de trabalho que marca a sociedade globalizada.

O estudo exploratório realizado em Estrela demonstra que o município faz alusão às questões ambientais em sete leis analisadas, porém apenas duas contemplam especificamente a temática dos resíduos sólidos domésticos.

A Lei Orgânica (ESTRELA, 2006), emenda 18/2006, em seu capítulo III trata das competências do município, deixando claro que é sua responsabilidade a realização da limpeza dos logradouros públicos, assim como a remoção do lixo hospitalar e domiciliar, além de, juntamente com o estado e a União, proteger e zelar pelo meio ambiente (artigo 14, XVI, e 16, XVII). O capítulo VII, que fala especificamente do meio ambiente, reforça o disposto no artigo 225 da Constituição Brasileira. Partindo desse pressuposto, o poder público assumiu a responsabilidade de promover ações de educação ambiental em todos os níveis de ensino, assim como para a população em geral, além de dar um tratamento adequado e destino final aos resíduos sólidos domésticos e incentivar a coleta seletiva (artigos 162 e 164).

Já o Plano Diretor (ESTRELA, 2006), Lei nº 4.314/06, ao fazer a divisão das áreas da cidade, classificou como especial a área destinada ao tratamento de

resíduos sólidos, a Unidade de Tratamento de Lixo (UTL), localizada no interior do município.

O Código Tributário (ESTRELA, 2005), instituído pela Lei Municipal nº 4.167/05, trata dos tributos referentes à varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. Por meio do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) esses tributos são cobrados, conforme previsão do artigo 53, VI.

A Lei Municipal nº 4.503/07 (ESTRELA, 2007), que instituiu a lei orçamentária, prevê em seu artigo 27 o controle dos custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal. Da mesma forma, o artigo 50, parágrafo 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), dentre outros controles, cuida do custo da destinação final da tonelada de lixo.

O município, por meio da Lei 3.125/88, criou o Fundo Municipal do Meio Ambiente, definindo que os seus recursos sejam aplicados em projetos ambientais, incluindo-se aqui aqueles que englobem a temática dos resíduos.

Segundo o Código de Obras e Edificações (ESTRELA, 1979), em seu capítulo XVII, as edificações destinadas a hotéis e congêneres devem ter local para coleta de lixo situado no primeiro pavimento ou subsolo, com acesso pela entrada de serviço. Além disso, define que os hospitais deverão instalar equipamento de coleta, remoção e incineração de lixo que garantam completa limpeza e higiene, pois segundo a previsão do Código, esses resíduos não podem ir para a Unidade de Tratamento de Lixo (UTL).

Diferentemente das leis acima referidas, o Código de Meio Ambiente (ESTRELA, 1999), estabelecido pela Lei Municipal nº 3.294/99, trata da coleta, transporte, tratamento e disposição final do lixo, não admitindo que o lixo seja entulhado a céu aberto em áreas urbanas e rurais nem que seja utilizado, sem prévio tratamento, para alimentação de animais e adubação orgânica (artigo 17, parágrafo 1º, I, II, III e V). Os resíduos sólidos portadores de agentes patogênicos devem ser incinerados ou manejados em valas sépticas, tecnicamente adequadas. Da mesma forma, os alimentos ou produtos contaminados e resíduos orgânicos devem ser acondicionados e conduzidos por transporte especial (artigo 17, parágrafo 2º). Além disso, o órgão municipal do meio ambiente é responsável por estabelecer, na zona urbana, os locais onde a coleta seletiva de lixo domiciliar deverá ser efetuada (artigo 17, parágrafo 4º), assim como autorizar a queima ao ar livre de resíduos sólidos ou de qualquer outro material (artigo 20). Por fim, o diploma legal deixa a cargo do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA) o recebimento e julgamento sobre as infrações ambientais do município (artigo 42).

Na mesma linha, o Código de Posturas (ESTRELA, 1994), também intitulado Código de Limpeza Urbana (Lei Municipal nº 2.638/94), proíbe a queima de lixo ou de quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança (artigo 24, IV), além de classificar como serviços de limpeza urbana a coleta, transporte e disposição final do lixo público, ordinário domiciliar e especial (artigo 50, I). O Código deixa claro que o município adotará a coleta seletiva e a reciclagem dos materiais como

forma de tratamento dos resíduos, e o material residual deverá ser acondicionado de maneira a minimizar o impacto ambiental (artigo 54).

No que diz respeito ao acondicionamento e apresentação do lixo na coleta regular, o artigo 60, I, define que esse não deve possuir volume superior a 100 (cem) ou inferior a 20 (vinte) litros. Ainda, determina que nas zonas de coleta noturna ele seja acondicionado em sacos plásticos. Já nas vilas populares e nas áreas de coleta diurna, fica facultado o uso de outros recipientes. Entretanto, todos os materiais cortantes ou pontiagudos deverão ser devidamente embalados, a fim de evitar lesões aos funcionários de limpeza e coleta, e os sacos plásticos ou recipientes indicados devem estar convenientemente fechados, em perfeitas condições de higiene e conservação (artigo 60, II).

O Executivo Municipal poderá exigir que os usuários acondicionem separadamente o lixo gerado, visando à coleta seletiva, sendo os horários, meios e métodos dessa estabelecidos pela Prefeitura Municipal (artigos 61, 62 e 63). Os resíduos provenientes da área da saúde deverão ser acondicionados de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 12.809 e 12.810, sendo os estabelecimentos geradores os responsáveis, de acordo também com as normas sanitárias e ambientais.

A norma trata ainda dos atos lesivos à limpeza pública urbana, dos quais se pode destacar o depósito ou lançamento, em qualquer área, de resíduos sólidos de qualquer natureza, a realização de triagem ou catação de lixo disposto em logradouros ou vias públicas (artigo 89, II e III). Entretanto, a Prefeitura Municipal poderá permitir a catação ou triagem do lixo (artigo 89, §2º).

Enfim, verifica-se que a legislação municipal prevê várias disposições relativas à temática. O difícil está sendo colocá-las em prática, já que, como se pode observar, o Código de Posturas ou Código de Limpeza Urbana explicita a adoção da coleta seletiva e a reciclagem dos materiais como forma de tratamento dos resíduos, prevendo que os resíduos sejam acondicionados de maneira a minimizar o impacto ambiental, o que as análises mostram que não está acontecendo como regra, mas como exceção. Conforme estabelecido na legislação municipal, o Executivo também criou o calendário da coleta seletiva, para que os usuários acondicionassem separadamente o lixo e o descartassem devidamente (lixo seco separado do úmido e em dias diferenciados). No entanto, as observações das lixeiras mostram que a separação não está acontecendo como regra, mas como exceção.

## 5 DISCUSSÕES

A partir do exposto, pode-se concluir que os atores de diferentes campos sociais envolvidos na rede socioeconômica organizada em torno dos resíduos sólidos domésticos constroem representações sociais sobre os resíduos sólidos domésticos que muitas vezes são convergentes e noutras divergentes. As representações expõem as dimensões do saber ambiental que são privilegiadas pelos atores e apontaram caminhos para o planejamento estratégico de políticas ambientais em Estrela. Abaixo sintetizam-se as representações principais que se extraíram dos

discursos dos atores, assim como as dimensões do saber ambiental que explicitam e os caminhos que deixam entrever para qualificar o processo de gestão dos resíduos sólidos domésticos no município.

Em relação ao Poder Executivo, observou-se que a Secretaria de Meio Ambiente salienta as dimensões tecnológica (ressalta problemas técnicos); e cultural (aponta o descaso e a falta de sensibilização dos moradores para se adequarem à política da coleta seletiva). As representações sociais expressas nos seus discursos indicam como caminhos: investir em educação ambiental comunitária; sensibilizar os vereadores, empresas e entidades, além dos moradores; criar parcerias entre diferentes atores: secretarias municipais, empresas, poderes Legislativo e Judiciário, sociedade civil organizada.

Já o discurso do gerente e responsável técnico da UTL, outro integrante do Poder Executivo, indica que as dimensões predominantes são tecnológica (ressalta a necessidade de resolver problemas técnicos do aterro); cultural (preocupa-se com a falta de efetiva participação dos moradores na política da coleta seletiva, entende que vivências na UTL podem ajudar); comunicacional (percebe a necessidade de se investir em informação); e econômica (falta de participação da comunidade na coleta diminui o valor dos resíduos na venda). Os caminhos que se explicitam a partir da análise de seus discursos são: sensibilizar moradores por meio de canais de informação e vivências ambientais, a fim de que participem ativamente da coleta seletiva; e investir em um programa de educação ambiental.

A análise do discurso do terceiro integrante do grupo social Poder Executivo, prefeito, aponta como dimensões predominantes: tecnológica (ressalta os investimentos em equipamentos e a necessidade de investir em soluções para problemas técnicos da UTL); cultural (salienta a importância de investir em modos de informação e educação comunitária); e social (preocupa-se com a falta de participação de atores importantes da comunidade na problemática: vereadores, associação de moradores, e também com a organização de catadores). Os caminhos que suas representações sociais sobre os resíduos sólidos domésticos apontam são: sensibilização dos catadores para sua organização coletiva; sensibilização de associações de moradores para participação mais efetiva na política da coleta seletiva; sensibilização dos vereadores para o tema; sensibilização dos moradores para participar da coleta seletiva; e sensibilização dos municípios ribeirinhos para a percepção da interdependência entre suas formas de interagir com aspectos de cunho ambiental.

A análise da fala do representante do Poder Legislativo aponta a dimensão comunicacional como determinante, o que ficou explícito quando demonstrou falta de informação sobre a problemática. Como caminho ficou claro que a Câmara de Vereadores precisa criar grupos de estudos e palestras técnicas (abertas e fechadas) sobre os temas ambientais que afetam a comunidade, já que se mostrou alheia e pouco informada.

O Poder Judiciário explicita como determinantes as dimensões cultural (ressalta aspectos de comportamento e a necessidade de educação); e sociais (preocupa-se com a situação dos catadores, resalta pouca presença de significado

ONGs na comunidade). Como caminhos, suas representações sobre a problemática em estudo apontam a organização dos catadores; o fortalecimento da sociedade civil; e o investimento em educação ambiental.

Quanto ao Condema, as dimensões mais importantes que surgiram foram a cultural (privilegiam aspectos comportamentais quando abordam o tema); a comunicacional (ressaltam que a promoção do consumo é um problema, demonstram falta de informação sobre a legislação); e a social (preocupam-se com a situação dos catadores). Os caminhos que surgem das suas falas são: sensibilizar a comunidade; aumentar a circulação de informação sobre o tema; organizar e capacitar os catadores para qualificar seu trabalho.

Entre os moradores as análises apontaram como dimensões predominantes a comunicacional (mostram carência de informação) e a cultural (mostram dificuldade na mudança de comportamento). Os caminhos que indicam são: não recolher resíduos descartados indevidamente, para não desestimular quem age corretamente e forçar a adequação dos moradores aos pressupostos da coleta seletiva; aumentar a circulação de informação ambiental sobre os caminhos dos resíduos após seu descarte nas lixeiras; circular informação sobre o tema na diversidade de grupos sociais da comunidade; investir em informação maciça sobre os dias da coleta seletiva nos bairros e sobre a relação entre consumo, descarte e problemas ambientais contemporâneos; investir em um programa de composteiras caseiras; organizar os catadores por áreas, para aproximá-los dos moradores, já que há predisposição para isso; investir em um programa de lixeiras e em marketing ambiental, por meio de emissoras de rádio e face a face.

A análise das falas dos professores deixam entrever como determinante a dimensão natural (predomina abordagem a partir da ecologia). Como caminhos aponta-se a necessidade de: investir em métodos participativos para abordar as problemáticas ambientais; e ampliar a abordagem, saindo da visão conservacionista para uma visão socioambiental dos temas ambientais.

A análise das formas de fazer da mídia indica como determinante a dimensão comunicacional-midiática (pela própria natureza do seu fazer). Os caminhos: investir na abordagem interpretativa dos fatos ambientais, a fim de dar conta da complexidade e inter-relação dos temas, com informações práticas e simples para o trato com os resíduos.

Os discursos dos catadores deixam entrever como principal a dimensão social (relativa a aspectos do mundo do trabalho e da relação com a comunidade). Como caminhos aparecem: capacitação dos catadores para qualificar o trabalho que prestam; organização dos catadores para diminuir a disputa pelos resíduos, que tende a crescer; investir em informação para melhorar a gestão dos resíduos nas casas e, assim, aumentar os ganhos dos catadores.

Os empresários do ramo de resíduos têm a dimensão econômica como determinante nos discursos (ressaltam aspectos relativos ao negócio). Como caminho indica-se a necessidade de se investir em parceria entre prefeitura e empresários na organização dos catadores, já que esses empresários trabalham com um bem que é por direito da prefeitura (cabe a ela a gestão dos resíduos, conforme legislação).

Em síntese, pode-se concluir que os atores tendem a concordar com a necessidade de maior circulação de informação (face a face ou via meios de comunicação) sobre a temática dos resíduos sólidos domésticos entre todos os atores sociais; que é preciso criar um programa de educação ambiental participativo amplo, contínuo e com abordagem socioambiental para ampliar a inserção dos moradores no programa da coleta seletiva; que se deve incentivar a construção de composteiras caseiras; que há necessidade de se criar parcerias formalizando a rede social que se organiza em torno do problema dos resíduos sólidos domésticos (a qual é ainda bastante informal); que os vereadores (enquanto representantes dos anseios da comunidade) demonstram estar pouco sensibilizados para atuar efetivamente em relação a essa temática; que há necessidade de organização coletiva e capacitação dos catadores; que é importante realizar o aprimoramento técnico constante na UTL; e padronizar as lixeiras da cidade e promover a organização entre vizinhos para a sua administração.

Além disso, é importante ressaltar a necessidade de uma estrutura por parte do poder público, a fim de melhorar tecnicamente o gerenciamento municipal de resíduos sólidos domésticos, com relação ao sistema de coleta, transporte, triagem, tratamento e destino final dos resíduos. A estrutura existente no município durante este estudo conseguia atender a demanda, porém percebia-se que sempre havia necessidade de melhorias e ajustes, principalmente em relação à manutenção de equipamentos, caso dos veículos responsáveis pela coleta seletiva. Esses não podem falhar, sob o risco de desacreditar o processo. Também deve ser realizada a manutenção nos equipamentos da central de triagem, com o objetivo de se recuperar a maior quantidade possível de material potencialmente reciclável. A chegada dos resíduos sólidos gerados pela população do município de Estrela é diária, e da mesma forma deve ser seu tratamento, de modo a evitar prejuízos sociais, econômicos e ambientais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 maio de 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=351480&seqTexto=1&PalavrasDestaque=>> Acesso em: jul. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CONSONI, Angelo José; PERES, Clarita Schwartz; CASTRO, Alberto Pereira. Origem e composição do lixo. In: PRANDINI, Luiz Fernando et al. **Lixo municipal: manual**

de gerenciamento integrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), 1995.

ESTEVES, João Pissarra. **A ética da comunicação e os media modernos**: legitimidade e poder nas sociedades complexas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ESTRELA. Lei n. 4.314, de 10 de outubro de 2006. Cria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município e revoga o Plano Diretor – Lei Municipal n. 1.620 de 28 de dezembro de 1979. Estrela, RS, 2006. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/2006/LEI\\_4314.pdf](http://www.estrela-rs.com.br/leis/2006/LEI_4314.pdf)> Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 1.622, de 28 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Código de Edificações do Município e dá outras providências. Estrela, RS, 1979. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/codigo\\_de\\_edificacoes.htm](http://www.estrela-rs.com.br/leis/codigo_de_edificacoes.htm)> Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 4.503, de 5 de outubro de 2007. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2008 e dá outras providências. Estrela, RS, 2007. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/2007/LEI\\_4503.pdf](http://www.estrela-rs.com.br/leis/2007/LEI_4503.pdf)> Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 3.125, de 20 de agosto de 1998. Cria o Fundo Municipal do Meio Ambiente e dá outras providências. Estrela, RS, 1998. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei\\_3125.htm](http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei_3125.htm)> Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 3.294, de 22 de dezembro de 1999. Institui o Código do Meio Ambiente do Município e dá outras providências. Estrela, RS, 1999. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei\\_3294.htm](http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei_3294.htm)> Acesso em: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 4.167, de 22 de dezembro de 2005. Consolida a legislação tributária e dá outras providências. Estrela, RS, 2005. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/2005/LEI\\_4167.pdf](http://www.estrela-rs.com.br/leis/2005/LEI_4167.pdf)> Acesso: jul. 2008.

ESTRELA. Emenda a Lei Orgânica n. 18/2006. Revisa a Lei Orgânica do Município de Estrela, acrescentando, suprimindo e alterando dispositivos e dá outras providências. Estrela, RS, 2006. Disponível em: <[http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei\\_organica\\_revisada.pdf](http://www.estrela-rs.com.br/leis/lei_organica_revisada.pdf)> Acesso: jul. 2008.

ESTRELA. Lei n. 2638, de 1º de março de 1994. Código de Posturas. Estrela, RS, 1994. Disponível em: <<http://www.sitesdovale.com.br/camaraestrela/fotos/postura.pdf>> Acesso em: jul. 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Vale do Taquari**, 2006. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/>>. Acesso em: jul. 2008.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Brasília: Ed. da UFMG, Unesco, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem da população 2007**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem\\_final/tabela1\\_1\\_23.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_23.pdf)> Acesso em: 1 out. 2009.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. 2. ed. Editora Feltrinelli. 1992.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

Realização:



Patrocínio:



Apoio:





Patrocínio:



Apoio:



Realização:

